



Faculdade Presbiteriana
Mackenzie
Rio

PROJETO PEDAGÓGICO DIREITO



**FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE RIO
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

WLADYmir SOARES DE BRITO

Diretor-geral

ANTONIO RENATO CARDOSO DA CUNHA

Coordenador do Curso de Direito



LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Contextualização do Curso	19
Tabela 2. Dados populacionais do fim do século XIX	23
Tabela 3. Resumo de áreas e população	34
Tabela 4. Distribuição do número de empregados por atividade econômica em Botafogo e Barra da Tijuca - 2021	34
Tabela 5. Espaço físico da FPM RIO	143
Tabela 6. Pessoal de apoio a administrativo - Biblioteca	154



LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Resumo dos indicadores institucionais dos cursos da FPM RIO	14
Figura 2. Posição das cidades mais centrais do país, segundo IBGE (2023)	23
Figura 3. Cidades com maior número de estabelecimentos industriais em 1907	24
Figura 4. Cidades com maior número de estabelecimentos industriais em 1995	24
Figura 5. Comportamento da indústria de transformação	25
Figura 6. Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) no ano de 2019 para os estados mais expressivos	25
Figura 7. Número unidades locais (empresas) no ano de 2018 para os estados mais expressivos	26
Figura 8. Total de Salário e remuneração no ano de 2020 para os estados mais expressivos	26
Figura 9. Censo agropecuário por tipo de cultura no estado do Rio de Janeiro	27
Figura 10. Número de empregados por setor econômico na cidade do Rio de Janeiro, 2020	28
Figura 11. Ranking dos estados exportadores.....	29
Figura 12. Evolução da pauta exportadores no estado do Rio de Janeiro por tipologia de produto	29
Figura 13. As 10 maiores cidades do Brasil, 2022	32
Figura 14. Regiões de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro	33
Figura 15. Distribuição por Eixos de Formação (DCNs)	103
Figura 16. Distribuição por Eixos de Formação (Mackenzie Rio)	103
Figura 17. Distribuição por Componentes Curriculares	105
Figura 18. Distribuição de Disciplinas por Núcleos Temáticos	114



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	10
2. CONFESSIONALIDADE, MISSÃO E VISÃO	15
1.1. PRINCÍPIOS E VALORES.....	15
PARTE 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	17
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE CONHECIMENTO	17
3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	19
3.2. FINALIDADES DO CURSO CONFORME O CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL.....	21
3.2.1. A inserção nacional do Estado do Rio de Janeiro: aspectos socioambientais e econômicos	21
3.2.2. A inserção regional da cidade do Rio de Janeiro: aspectos socioambientais e econômicos	31
3.3. JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO	36
3.4. OBJETIVOS GERAIS DO CURSO E PRINCIPAIS ENFOQUES	40
4. CONCEPÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	44
4.1. ARTICULAÇÃO DO CURSO COM O PDI	44
4.2. PERFIL DO EGRESSO	47
4.3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	49
4.4. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN), TEMAS TRANSVERSAIS E DEMAIS LEGISLAÇÕES ACADÊMICAS	50
4.5. REQUISITOS DE INGRESSO.....	54
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO.....	56
5.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	56
5.2 ESTRATÉGIAS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURICALAR.....	58
5.2.1 Estratégias de Internacionalização	61
5.2.2 Estratégias de Interdisciplinaridade	61
5.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO, EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE RESPEITO À DIVERSIDADE NO CONTEXTO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO	65
5.4 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	66
5.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	68



5.6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICAS DE ENSINO	70
5.7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO DISCENTE	73
6. POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO	84
6.1. ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO E SÍNTESE DE CONHECIMENTOS	84
6.2 MECANISMOS E PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	84
6.2.1 Programa Institucional de Iniciação Científica.....	84
6.2.2 Indissociação do Ensino, Pesquisa e Extensão	88
6.2.3 Semana Científica da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio	89
6.2.4 Relação Discente/Orientador	89
6.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	89
6.4 POLÍTICAS DE ÉTICA EM PESQUISA	91
6.5 PROJETOS DE EXTENSÃO	92
6.5.1 Cartilha de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado Consumidor	94
6.6 POLÍTICA DE EGESSOS	94
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	96
7.1 INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA	96
7.2 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR.....	96
7.3 ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA E A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	97
7.4 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DE FORMA INTEGRADORA E INTERDISCIPLINAR	98
7.5 ESTRUTURA CURRICULAR	99
7.6 EIXOS ESTRUTURANTES.....	100
7.6.1 Eixo de Formação Fundamental.....	100
7.6.2 Eixo de Formação Profissional.....	100
7.6.3 Eixo de Formação Prática	101
7.6.4 Eixo de Formação Concentrada	102
7.7 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	103
7.7.1 Quadro Resumo da Carga Horária Mínima Total do Curso	105
7.7.2 Quadro Geral da Composição Curricular – Currículo Pleno	105
7.7.3 Quadro Geral da Composição Curricular – Currículo Pleno	108
7.7.4 Quadro com as disciplinas distribuídas nos Núcleos Temáticos do Curso de Direito	
7.7.5 Disciplinas Universais oferecidas no Curso de Direito	114



7.7.6 Síntese da Matriz Curricular	115
7.8 VINCULAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES COM AS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	116
7.10 ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO E SÍNTESE DE CONHECIMENTOS	119
7.11 ARTICULAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO CURSO COM A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	119
7.12 INTEGRALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA MATRIZ DO CURSO	121
7.12.1 Diretrizes para Extensão	122
7.12.2 Desenvolvimento e Registro da Extensão	122
7.12.3 Autoavaliação da Extensão	123
7.12.4 Articulação do curso com a avaliação institucional	124
PARTE 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	126
8. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	126
8.1. COORDENAÇÃO DO CURSO	126
8.2 COLEGIADO DO CURSO	127
8.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	128
9. CORPO DOCENTE	131
9.1 PERFIL DOCENTE	131
9.2 EXPERIÊNCIA ACADÊMICA PROFISSIONAL.....	133
9.3 PUBLICAÇÕES	133
9.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO DOCENTE	133
9.5 IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO NO ÂMBITO DO CURSO	135
9.5.1 Fórum Permanente de Reflexão Docente	135
9.5.2 Encontro Semestral de Docentes	136
9.5.3 Plano de Carreira Docente	136
9.6 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE DOCENTES.....	137
9.7 POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	138
9.7.1 Ouvidoria Acadêmica	138
9.7.2 Comunicação Interna do Curso de Direito	140
9.7.3 Secretaria Acadêmica	140
PARTE 3 – INFRAESTRUTURA	142
10. INFRAESTRUTURA DA FPM RIO	142
10.1. ÁREA FÍSICA E INSTALAÇÕES PREDIAIS	142



10.1.1. Espaço Físico Atual	142
10.2. BIBLIOTECA	152
10.2.1. Dados.....	153
10.2.2. Horários de funcionamento	154
10.2.3. Pessoal Técnico-Administrativo	154
10.2.4. Serviços oferecidos pela Biblioteca	155
10.2.5. Da utilização	156
10.2.6. Organização Técnica do Acervo.....	156
10.2.7. Acervo e Política de Atualização	157
10.2.8. Política de Informatização.....	158
10.3. INFRAESTRUTURA DE APOIO	159
10.4. LABORATÓRIOS.....	159
10.4.1. Recursos de informática disponíveis	160
10.4.2. Laboratórios didáticos de formação Específica	161
10.4.2.1. Laboratório de Áudio Visual	161
10.4.2.2. Laboratório de Fotografia	161
10.5. GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	161
10.6. SISTEMAS CORPORATIVOS	162
10.6.1. Principais Sistemas Departamentais Internet Mackenzie	162
10.6.2. Provedor Internet Mackenzie	162
10.6.3. Estrutura de TI.....	163
10.6.4. Conferência e Colaboração	164
10.6.5. Intranet Mackenzie	164
10.6.6. TIA – Terminal Informativo Acadêmico	164
10.6.7. Ambiente de Rede Administrativa e Acadêmica	165
10.6.8. Softwares Acadêmicos	166
10.6.9. Principais Parceiros e Contratos	166
10.7 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	167
10.8. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (DECRETOS N°S 5.296/04 E 5.773/06)	168
APÊNDICES - EMENTÁRIO	170
PRIMEIRO PERÍODO	170



SEGUNDO PERÍODO	191
TERCEIRO PERÍODO	214
QUARTO PERÍODO.....	235
QUINTO PERÍODO.....	256
SEXTO PERÍODO	276
SÉTIMO PERÍODO.....	298
OITAVO PERÍODO	323
NONO PERÍODO	346
DÉCIMO PERÍODO.....	377
OPTATIVAS I e II	399



INTRODUÇÃO

1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

No âmbito da tradição calvinista, o projeto educacional que deu início ao Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM), mantenedora da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio (FPM RIO), tem sua origem no ano de 1870, a partir da obra de um casal de missionários norte-americanos, Rev. George Whitehall Chamberlain e sua esposa Mary Ann Annesley Chamberlain, em São Paulo, SP.

Na primavera de 1870, utilizando sua própria residência como sala de aula, o casal Chamberlain recebeu três crianças para a escola que se iniciava. Desde este ponto de partida, impôs-se o princípio que permanece até os dias de hoje, de não se fazer qualquer distinção de sexo, credo, raça ou condição social para quem deseja estudar.

No seu segundo ano, em 1871, foi fundada a Escola Americana, embrião do Colégio Presbiteriano Mackenzie, que passou a funcionar em um local mais espaçoso, acolhendo então 44 alunos. Se, numericamente, a escola era inexpressiva, a proposta pedagógica se apresentava ambiciosa e pioneira, revolucionária para os padrões da época. Seu modelo baseava-se no sistema escolar americano: classes mistas, prática de ginástica, sem repetições cantadas e sem castigos físicos, introduziu-se a experimentação.

Grande ousadia foi enfatizar a liberdade religiosa, racial e política, numa época em que as escolas eram reservadas à elite monarquista e escravagista. A escola foi pioneira ao receber filhos de abolicionistas, republicanos, protestantes e judeus.

Em 1885, o médico e educador norte-americano Horace Manley Lane passou a conduzir os destinos da crescente instituição educacional presbiteriana. Destacam-se de sua gestão: a Escola Normal, o Protestant College (denominado Mackenzie College a partir de 1895), o Curso Superior de Comércio (1886), o Curso Superior de Preparatórios e a Escola de Engenharia Mackenzie College – mais antigo estabelecimento de ensino de engenharia do país, no segmento privado e confessional.

A inserção do nome “Mackenzie” expressa uma homenagem prestada ao advogado e filantropo, John Theron Mackenzie, cujo legado financeiro permitiu a construção da Escola de Engenharia.

Em 1876, foi criado o Curso Superior de Filosofia, funcionando junto à Escola Americana com a finalidade principal de preparar professores. Poucos anos depois, em 1879, foi comprada uma área no bairro de Higienópolis, São Paulo, SP, onde se encontram sediados, nos dias de hoje, tanto o Colégio quanto a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

Marco do pioneirismo que sempre permeou a instituição foi a criação da primeira experiência oficial de Co-titulação internacional, tendo a University of the State of New York como entidade associada (1893). Outros marcos desse pioneirismo foram: o primeiro curso de Química Industrial de São Paulo (1911); o mais antigo curso de engenharia Química do país (1922); a introdução do Sistema Decimal Dewey de catalogação de bibliotecas no Brasil (1926); o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil (1930); a primeira Faculdade de Arquitetura do



estado de São Paulo (1947); a exigência de Projetos-Tese para os concluintes dos cursos superiores, antecipando-se ao requisito das monografias de conclusão de curso hoje implantado pelo Ministério da Educação; a criação de uma rede de cursos de alfabetização de adultos, antecipando-se ao MOBRAL.

Em 1927, graduaram-se as primeiras mulheres pelo Mackenzie College. Foram três no Curso de Química Industrial. Quase imediatamente após, em 1929, graduou-se a primeira Engenheira Arquiteta.

O Mackenzie College acompanhava o desenvolvimento do país republicano no campo da educação; e para ele também se havia voltado o olhar de inúmeros educadores "escola novistas" que, à época, levantavam a bandeira do ensino técnico-profissionalizante como um imperativo necessário à reconstrução educacional do país. Em 1932 começavam as aulas do Curso Técnico Mackenzie, destinado às áreas de Química Industrial, Mecânica e Eletricidade.

Em 1940 o Mackenzie College passou a denominar-se Instituto Mackenzie. Assim, historicamente temos: Mackenzie College (1892-1940), seguida do Instituto Mackenzie (1940-1997), e posteriormente, Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Em 1947, o curso de Arquitetura, então vinculado à Escola de Engenharia, deu origem à Faculdade de Arquitetura, a primeira no Brasil, com essa designação. No mesmo ano, foi instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que mais tarde, em 1980, se desdobraria em Faculdade de Letras e Educação, e Faculdade de Ciências Exatas e Experimentais. Em 1950, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas.

Em 1952, a Universidade Mackenzie foi reconhecida pelo Decreto nº 30.511, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Ernesto Simões da Silva Filho, sendo solenemente instalada em 16 de abril daquele ano.

A criação da Faculdade de Direito deu-se em 1953. No ano de 1965, a Universidade Mackenzie tornou-se mais uma vez pioneira nas suas iniciativas, ao escolher como Reitora a Professora Esther de Figueiredo Ferraz, primeira mulher no hemisfério sul a ocupar esse cargo. Foi ela, também, anos mais tarde, a primeira mulher no Brasil a se tornar Ministro de Estado da Educação.

Em 1970, foram instaladas as Faculdades de Comunicação e Artes e de Tecnologia. Em 1998, constituiu-se a Faculdade de Psicologia e, nos dois anos seguintes, surgiram as Faculdades de Teologia e de Educação Física. Em 1999, a Universidade Mackenzie passou a ser denominada Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM, reafirmando, assim, sua identidade confessional.

Mediante a Portaria nº 368, do Ministério da Educação, de 05.05.2016, a UPM foi credenciada a oferecer cursos de educação a distância, com dezenas de polos autorizados pelo Brasil, sendo um deles o Polo da FPM RIO, que igualmente foi visitado e credenciado pelo MEC como tal, com nota máxima.

O IPM é uma comunidade fortemente integrada, e atribui-se isso à identidade de propósitos entre a comunidade de mestres e discentes e, acima de tudo, a uma tradição cultural afetiva compartilhada na instituição, batizada de *espírito mackenzista*.



Com essa característica empreendedora e pioneira, o IPM decidiu estender sua atuação e ampliá-la. A cidade do Rio de Janeiro foi a sede pioneira da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), associada vitalícia do IPM, visto que em 12.08.1869 chegou ao Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro, o primeiro Missionário Presbiteriano, Rev. Ashbell Green Simonton. Daí a escolha, dentro do planejamento estratégico do Instituto, de ampliar para a capital do Rio de Janeiro a proposta educacional Mackenzista.

Atualmente, a instituição Mackenzie é um dos mais expressivos complexos educacionais no contexto da América Latina, atuando nas mais diversas áreas do conhecimento humano, que vão da Educação Básica ao Ensino Superior, compreendendo neste segmento dezenas de cursos de graduação presenciais e à distância, variado elenco de cursos de pós-graduação *latu* e *stricto sensu* e amplo portfólio de atividades de Extensão. Esse histórico de inúmeras realizações na área da educação projeta o desenvolvimento da FPM RIO, nascida com o objetivo de implantar, no Rio de Janeiro, uma instituição com excelência acadêmica.

No Município do Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBC), anterior mantenedor da Faculdade Moraes Júnior, embrião da FPM RIO, foi inaugurado a 20.09.1916. Dez anos depois, fundou a Escola Técnica-Comercial, oficialmente reconhecida pela Portaria de 14.10.1930, do Ministério de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1932 passou a funcionar com os cursos de Propedêutica, Técnico de Guarda-Livros e Perito Contador. Em 16.10.1934, foi criado o Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro que passou a ser a entidade mantenedora da Escola Técnica-Comercial. Esta passou a denominar-se, em 1963, Colégio Comercial do IBC.

A Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior, foi inaugurada em 25.04.1964 com a manutenção pelo IBC. Seu nome logo passou a homenagear um dos fundadores do Instituto, João Ferreira de Moraes Júnior, artífice das campanhas pelo reconhecimento e regulamentação da profissão, pela regulamentação dos ensinos médio e superior de Contabilidade e pelo projeto de criação do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Contabilidade.

A Instituição de Ensino Superior, mantida pelo IBC, iniciou sua atividade com a denominação de Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior, no dia 25.04.1964, com o Curso Superior de Ciências Contábeis, e teve confirmada a sua autorização pelo Decreto Federal nº 55.909, de 09.09.1965. O Curso de Administração teve início em 1968, (Parecer nº 7, de 30.01.1968, do CFE). Tais cursos foram reconhecidos pelo Decreto nº 66.406, de 02.04.1970, (D.O.U. de 03.04.1970). Os Cursos de Direito e Ciências Econômicas foram autorizados em 22.12.1992 (D.O.U de 23.12.92).

A IES passou a denominar-se Faculdade Moraes Junior mediante Portaria do MEC nº 1888, de 30.12.1994 (D.O.U. de 04.01.1995).

Em agosto de 2005, objetivando promover as ações acadêmicas da Faculdade Moraes Júnior, o IBC, associou-se ao IPM, fazendo nascer a Faculdade Moraes Júnior Mackenzie Rio, atual FPM RIO. A partir de 2008, o IPM assumiu a manutenção da IES, implementando investimentos nas estruturas administrativa e física.

A mudança da manutenção trouxe vários benefícios, como, dentre outros, melhorias na infraestrutura das salas de aula, biblioteca e laboratórios, qualificação do corpo docente em



todos os cursos, maior número de professores em tempos parcial e integral e abertura de grupos de pesquisas.

Através da Portaria 1.077 de 23.12.2015 (D.O.U de 24.12.2015), o Ministério da Educação deferiu o pedido de alteração de denominação da Faculdade para Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio - FPM RIO.

O prédio que abrigou a Faculdade, de 1964 até 2022, pertence ao Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro, e localiza-se em uma das maiores áreas de comércio popular do Brasil, a chamada SAARA. Por iniciativa da Mantenedora, tendo em vista a premente necessidade de expansão e melhor conforto à comunidade acadêmica da FPM RIO, em setembro de 2020 foram adquiridos os imóveis sediados na Rua Marquês de Olinda nºs 51 e 70, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, visando abrigar as atividades da Instituição. As obras de adequação dos espaços acadêmicos foram iniciadas em março de 2022 e a mudança para a nova sede ocorreu em março de 2023, com o início do primeiro semestre letivo.

Sempre preocupada com a qualidade do ensino, da pesquisa e extensão, a FPM RIO adota políticas institucionais que estabelecem diretrizes que norteiam a atuação de todos os seus segmentos e suas instâncias.

Almeja-se, portanto, que as ações atendam a um perfil de formação holística, de concepção dos fenômenos naturais, do meio ambiente e da sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e extensão, sem, contudo, abandonar demandas mais específicas da sociedade.

As diretrizes harmonizam-se inteiramente com os eixos norteadores do Planejamento Estratégico definido pelo Conselho Deliberativo da Mantenedora, evidenciando uma mobilização sinérgica de toda a Instituição em busca da consolidação dos padrões de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

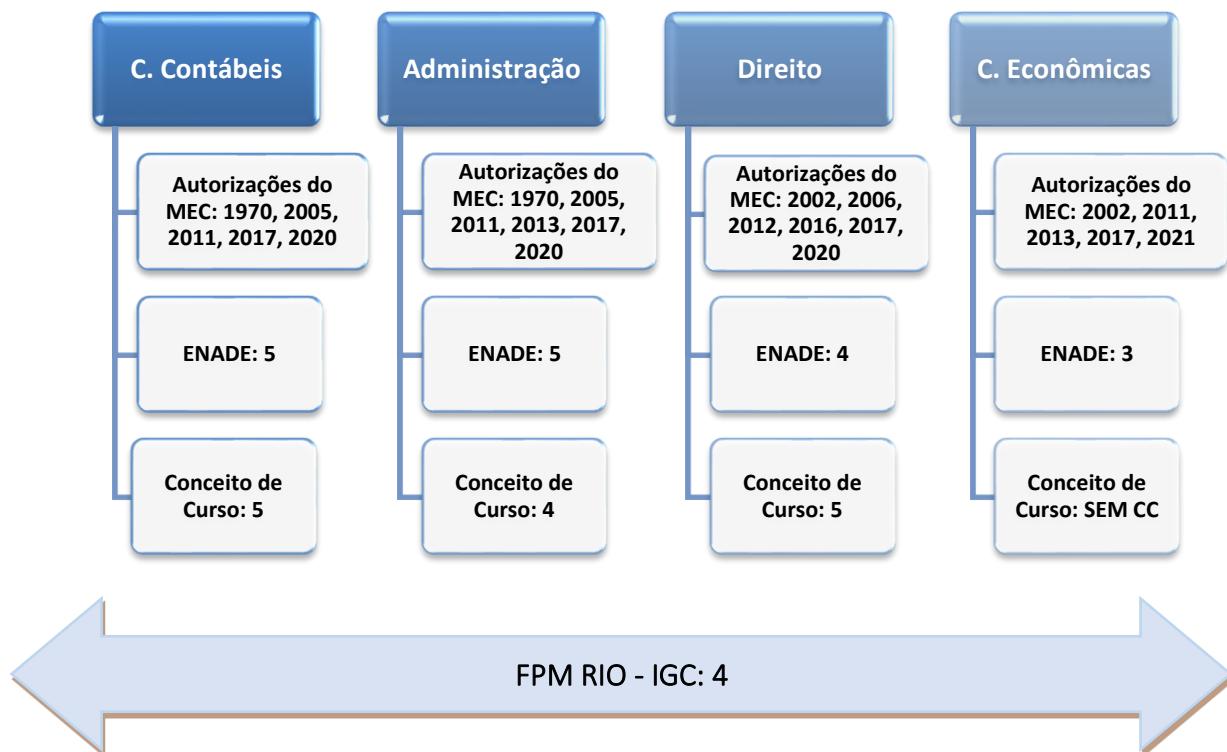
A partir deste novo horizonte, está posta a proposição da FPM RIO de pertencer a um projeto de uma comunidade acadêmica fortemente integrada, dedicada à promoção da cidadania e da ética, bem como à formação plena dos educandos, pautando-se no espírito e propósito da tradição cristã reformada calvinista.

Em 26.07.2018, a FPM RIO foi recredenciada por mais 04 anos, por meio da Portaria nº 706, publicada no D.O.U. de 27.07.2018, estando em trâmite o processo de recredenciamento institucional.

Os resultados das avaliações externas encontram-se na Figura 01.



FIGURA 01. Resumo dos indicadores institucionais dos cursos da FPM RIO





2. CONFESSIONALIDADE, MISSÃO E VISÃO

A Confessionalidade expressa a cosmovisão da identidade institucional da FPM RIO, que busca refletir os valores morais exarados nas Escrituras Sagradas e nos princípios da ética e da fé cristã reformada, assim explicitada: *“Cremos que Deus é a referência de toda a realidade e seu reino se manifesta em todas as áreas. Essa realidade deve ser compreendida pela estrutura Criação-Queda-Redenção revelada na Bíblia Sagrada.”* A FPM RIO, pautada em tais valores, busca continuamente a excelência no ensino, na pesquisa e extensão, objetivando a formação integral do ser humano.

Para a FPM RIO, Missão significa o direcionamento para a atuação da Instituição no âmbito da sociedade em que está inserida. A Missão institucional encontra-se assim definida: *“Educar e cuidar do ser humano, criado à imagem de Deus, para o exercício pleno da cidadania, em ambiente de fé cristã reformada”*. A IES tem relevante papel no atendimento a essa missão por intermédio dos conteúdos, recursos e metodologias próprios das suas várias áreas acadêmicas.

A Visão da FPM RIO permeia todos os planos de ação e o desenvolvimento de sua prática cotidiana. Dessa forma, a Visão de *“Ser reconhecida pela sociedade como instituição confessional presbiteriana e filantrópica, que se dedica às ciências divinas e humanas, comprometida com a responsabilidade socioambiental, em busca de contínua excelência acadêmica e de gestão”*, organiza a composição e o desenvolvimento do currículo de maneira que possa ser refletida em todos os aspectos.

O currículo, as políticas e as estratégias de ação, dirigidos por esta visão, têm como fim maior favorecer seu reconhecimento efetivo, pelos alunos e pela comunidade, como uma instituição que prima pela excelência, considerando seu papel na sociedade, sua relação com os outros e com Deus.

Missão e Visão materializam-se na prática de princípios e valores que se refletem nas relações pedagógicas, dentro da sala de aula, nas relações de trabalho entre funcionários e equipes de apoio administrativo e se consolidam na ação futura de nossos alunos, imprimindo neles o “espírito Mackenzista”.

1.1. PRINCÍPIOS E VALORES

A FPM RIO tem por finalidade desenvolver as funções de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento humano, atendendo às diretrizes curriculares do Ministério da Educação e às demandas da sociedade na qual se insere, praticando e expressando os valores descritos a seguir:

- Dignidade, caráter, integridade e espírito Mackenzista, na conduta pessoal;
- Ética, competência, criatividade, disciplina, dedicação e disposição para o trabalho voluntário, no exercício da atividade profissional;



- Lealdade, respeito mútuo, compreensão, honestidade e humildade, no relacionamento interpessoal;
- Busca de consenso, de justiça, de verdade, de igualdade de oportunidade para todos, no processo de decisão;
- Cooperação, espírito de equipe, profissionalismo e comunicação adequada, no relacionamento entre órgãos colegiados, coordenadorias e departamentos;
- Responsabilidade, independência e transparência, no relacionamento com outras instituições;
- Participação e prestação de serviços à comunidade, na sociedade;
- E, em todas as circunstâncias, agir com amor, que é o vínculo da perfeição.

A FPM RIO concretiza e consolida esses valores por meio de uma prática pedagógica que:

- Tem como característica essencial a aquisição, por seus alunos, de um Código de Ética baseado nos ditames da consciência e do bem, que reflete os valores morais exarados nas Escrituras Sagradas, voltados para um desempenho crítico e eficaz da cidadania;
- Forma cidadãos responsáveis, capazes de exercer a liderança de grupos sociais em que venham a atuar, buscando soluções éticas, criativas e democráticas, capazes de superar os problemas com os quais venham a se defrontar;
- Forma profissionais com inteligência autônoma, que se utilizem de um diálogo crítico com a realidade social, culminando com a prática do “aprender a pensar”, voltado à ação concreta e empreendedora;
- Ensina criticamente a seus alunos, de forma contínua, o conhecimento atualizado das diversas áreas do saber;
- Orienta as ações sociais, buscando a consciência crítica e a participação dos diferentes grupos, rumo ao desenvolvimento humano.



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE CONHECIMENTO

A proposição de uma compreensão dos objetos científicos a partir da classificação por Áreas de Conhecimento, que congregam um conjunto de conteúdo ou grupos temáticos comuns, vem ao encontro da necessidade de uma estrutura sistematizadora que permita a construção de pontos de contato de pesquisa, reflexão teórica e uma percepção mais ampliada e complexa do próprio objeto de estudo. Além disso, a classificação permite-nos dimensionar as possibilidades de Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade.

No Brasil, a classificação de Áreas utilizadas é proposta pelas Agências Educacionais¹ que de maneira hierarquizada por especificidades aglutina objetos, em quatro níveis², a partir de suas relações com as atividades desenvolvidas nos contextos de conhecimento (prioritariamente pesquisa e ensino).

Neste contexto, a área de conhecimento à qual se vincula o Curso de Direito é denominada “Ciências Sociais Aplicadas”. No plano geral da Educação Superior, as Ciências Sociais constituem um ramo da ciência que agrupa diferentes campos do saber, e que tem por objetivo primordial estudar os aspectos sociais do “mundo humano” - mundo da práxis -, isto é, a vida social de indivíduos e grupos humanos, a partir de uma dimensão de inserção e atuação em sociedade.

Vincula-se a essa área vez que o Direito, objetivamente considerado, em qualquer aspecto em que se apresente, abarcado sob qualquer manto teórico, revela-se como um fenômeno de ordem social.

Nesta perspectiva, a primeira grande conclusão que se apresenta diz respeito à vinculação do Direito com grandes áreas de reflexão. Como fenômeno social que é, suas inflexões englobam um olhar ampliado e pensado a partir e em direção a uma complexidade

¹ Documento explicativo elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento Industrial (SDI/MD), a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) e a Secretaria de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. Acesso em set/2013.

² “1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos.; 2º nível - Área: conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.; 3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados.; 4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas.”



estrutural que exige o constante contraponto com os demais fenômenos sociais como economia, história e política.

Esta natureza científica promove e exige um estudo de sociedade extremamente cotejado pelo aspecto axiológico (valorativo), bem como orienta a construção de uma metodologia específica para seu estudo e sua prática.³

Ainda, o Direito agrega, em sua perspectiva pragmática – e por isso a vinculação como uma Ciência Aplicada –, uma relação imediata com a opção política estatal de uma sociedade (em nosso caso em um Estado de Direito) que se manifesta como um complexo orgânico do qual derivam todas as normas e obrigações (Ordenamento Jurídico) absorvido como de cumprimento compulsório pela sociedade, caso se queira alcançar a Sociedade desenhada (Segurança Jurídica, Justiça Formal e Material, Exercício pleno da Cidadania e Soberania, dentre outros).

Por esta percepção é que não dimensionamos o Direito como uma ciência com existência fechada em si mesma, mas com a perspectiva e amplitude necessária ao entendimento e compreensão do ser humano, de seus processos formativos e de desenvolvimento.

Nesta dimensão, interessa-nos compreender quais são as formas, estruturas e sistemas que o homem consegue criar para interagir em sociedade, sob que aspectos (naturezas diversas das obrigações em sociedade), quem são os sujeitos envolvidos (os sujeitos de Direito), e em que dimensões se estabelecem as relações (plano econômico, político, social, cultural).

Os conceitos e institutos fundamentais que norteiam o Curso de Direito devem ser revistos e reorientados a todo o momento, exigindo-se uma constante atualização reflexiva, sob o risco de se perder a dimensão da aplicabilidade estabelecida na Área de Conhecimento - e consequentemente um Ensino não adequado às necessidades do curso (vale a ressalva de que as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas sobre o objeto cumprem esta função de direcionar e diagnosticar as necessidades de atualização da área de conhecimento).

Neste diapasão, o respeito à natureza do próprio conhecimento jurídico será o elemento impulsor da proposta de formação de um profissional intelectualmente autônomo e crítico, capaz de atuar no sentido de transformar a sociedade em que vive por meio do exercício de sua plena cidadania, com sólida e complexa formação técnica e humanística.

³Neste sentido vale a lição de Karl Larenz ao estabelecer que “[...] a ciência do direito desenvolve por si métodos de um pensamento ‘orientado a valores’, que permitem complementar valorações previamente dadas, vertê-las no caso singular e orientar a valoração que de cada vez é exigida, pelo menos em determinados limites, a tais valorações previamente achadas. Nesta medida são as valorações susceptíveis de confirmação e passíveis de uma crítica racional”, sem que seus resultados possam “alcançar o mesmo grau de segurança e precisão de uma dedução matemática ou de uma medição empreendida de modo rigorosamente exato”. LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. Trad. por José Lamego da 6. ed. alemã reformulada. 3. ed. portuguesa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.



3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Graduação em Direito da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio apresenta **carga horária de 3.730 horas**, em atendimento aos requisitos de carga horária mínima de 3.700 horas, conforme as Diretrizes Curriculares de 2018 do curso de Graduação em Direito (Resolução CNE/CES nº 5, de 17.12.2018), do Ministério da Educação. O tempo de integralização mínima é de 10 (dez) semestres. A Tabela 01 apresenta as características do curso.

Tabela 1. Contextualização do Curso

Identificação do Curso	
Nome	Direito
Endereço	Rua Marques de Olinda, nºs 51 e 70, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22251040
Modalidade de Ensino	Presencial
Turno de Funcionamento	Matutino e Noturno
Nº de vagas autorizadas	60 vagas anuais – matutino 60 vagas anuais - noturno
Atos autorizativos	Decreto Federal de 22.12.1992, segundo o Parecer 661/1992 do Conselho Federal de Educação (CFE) e reconhecido pelo Parecer CES97/2006, publicado em 25.04.2006 (Portaria 2413/2005). Reconhecimento em 22.02.2002 pela Portaria MEC nº 466, publicado no D.O. de 25.02.2002. Renovação de conhecimento em 27.04.2006 pela Portaria MEC nº 962, publicado no D.O. de 28.04.2006. Renovação de Conhecimento em 26.03.2012 pela Portaria MEC nº 29, publicado no D.O. de 28.03.2012. Renovação de Conhecimento em 23.09.2016 pela Portaria MEC nº 536, publicado no D.O. de 26.09.2016. Renovação de Conhecimento pela Portaria MEC nº 269, publicado no D.O. de 07.04.2020.



Tempo de Integralização Mínima	10 semestres
Tempo de Integralização Máxima	15 semestres
Dimensão das turmas Teóricas e Práticas	Aula Teórica: no máximo de 60 alunos
	Aula Prática: no máximo de 35 alunos
Formas de ingresso	Processo Seletivo Universal; ENEM; transferência Externa; transferência Interna; portador de Diploma de Curso Superior.

O Curso de Direito foi criado em 1993, tendo sido autorizado pelo Decreto Federal de 22.12.1992, segundo Parecer 661/1992 do Conselho Federal de Educação (CFE), e reconhecido pelo Parecer CES 97/2006, publicado em 25.04.2006 – (Portaria 2413/2005), conforme os dados acima indicados.

Registre-se que inicialmente foi criado o curso de Direito da Faculdade Moraes Júnior, e que, em agosto de 2005, houve a associação do Instituto Presbiteriano Mackenzie ao Instituto Brasileiro de Contabilidade. Desta forma, o IBC passou a ter como associado uma das instituições mais renomadas do país. O IPM mantém a UPM, sediada em São Paulo, respeitada por sua excelência e tradição no oferecimento de cursos superiores.

O objetivo da associação foi agregar valores para as duas instituições. A partir da referida associação, e através da Portaria do Ministro da Educação nº 73, de 24.01.2007, foi autorizada a alteração na identificação do curso, que passou a denominar-se Curso de Direito da Faculdade Moraes Junior Mackenzie Rio.

Inicialmente o Curso foi constituído na tradição negocial da Faculdade Moraes Júnior, consagrada como a primeira Escola de Ciências Contábeis do Brasil. Este fato foi observado pelo atual Projeto Pedagógico e conservado através do núcleo denominado Negócios e Cidadania Tributária.

Na confecção do presente PPC, foram observadas as diferentes origens do nosso corpo discente o que motivou a produção de uma matriz curricular que contemple uma sólida formação profissionalizante, aliada ao viés humanístico projetado transversalmente no projeto. Neste sentido, o presente PPC ampliou seu olhar humanitário, valorizando reflexões sobre Cidadania, Ética e Empreendedorismo.

O profissional formado pelo FPM RIO precisa ser identificado no mercado trabalho não só pelos seus conhecimentos específicos adquiridos no campo do Direito, mas também pelos valores éticos, empreendedores e igualitários que marcam a sua passagem pelos bancos escolares do FPM RIO.



3.2. FINALIDADES DO CURSO CONFORME O CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL

O Curso de Direito da FPM RIO objetiva propiciar aos seus acadêmicos uma formação diferenciada, eficaz para a construção do perfil adequado ao exercício da profissão jurídica no contexto da complexa realidade contemporânea, de modo a capacitar os a obter sucesso profissional no exercício das carreiras jurídicas, nas áreas pública e privada.

Na via da realização pessoal e profissional, visa-se, também, que os egressos estejam aptos a contribuir para a solução das magnas questões presentes na sociedade hodierna, como instrumentos de concretização da cidadania, em sintonia com os valores calvinistas, os quais, a partir do caráter confessional institucional, devem caracterizar a atuação dos futuros operadores do Direito de formação Mackenzista.

A perspectiva acima delineada revela-se crucial em sendo o curso oferecido no Rio de Janeiro, a segunda maior cidade do país, na qual tende a crescer a demanda pelos serviços jurídicos, insita a uma cidade de grande porte, matizada pelas especificidades da capital carioca, com suas complexas questões sociais, econômicas, ambientais.

É também finalidade do curso despertar o interesse pelo desenvolvimento contínuo da vida acadêmica, através de pesquisa, de monitoria, que incutam o amor aos estudos, ao desenvolvimento do conhecimento, à formação continuada e projetando o aperfeiçoamento em pós-graduação.

Em seus propósitos, o curso deve contemplar a contemporaneidade, marcada por crises e pelas contínuas mudanças em seus múltiplos aspectos (políticos, econômicos, humanísticos), em que as questões éticas assumem significado maior, devendo o egresso estar consciente das mesmas, das demandas que o presente contexto traz, e do seu papel como profissional de formação sintonizada com os valores assumidos na missão institucional.

Na perspectiva dos aspectos postos nos parágrafos anteriores, visa-se, ainda, que o egresso seja dotado de autonomia, inexoravelmente nela implicada a responsabilidade pessoal, para a tomada de decisões exigidas em um contexto de contínuas mudanças e em especial visa o curso a ser reconhecido como uma proposta singular no cenário carioca, enquanto contribuição peculiar na área do ensino, que representa a consecução da missão assumida por seu mantenedor, Instituto Presbiteriano Mackenzie na preciosa área da educação. Conforme Edgar Morin (2001, p.41), “ensinar não é unicamente uma função, uma profissão como qualquer outra, onde se pode distribuir, produzir pedaços de saber: pedaços de Geografia, de História, de Química”. É **necessário conhecer o ambiente, partindo-se de projetos compatíveis com a realidade local, em termos culturais, sociais e econômicos**. Por essa razão, o currículo do curso de Direito, além de todos os conteúdos imprescindíveis à formação, privilegia, a análise regional e local.

3.2.1. A inserção nacional do Estado do Rio de Janeiro: aspectos socioambientais e econômicos

O Estado do Rio de Janeiro - ERJ tem projeção econômica nacional, em decorrência de sua formação histórica. Desde o início da colonização, o Rio de Janeiro se projetou como ponto



estratégico nacional, seja economicamente, como ponto de atracação comercial de navegação no sentido Cone Sul ou países vizinhos do Brasil, ou politicamente, por meio da sua institucionalização como capital do país.

O século XVI para o Rio de Janeiro é caracterizado pela conquista e defesa de suas terras e diversas batalhas se sucederam nesse sentido. O século XVII já coloca o Rio de Janeiro no cenário nacional, pois, sendo o século da urbanização e politização de suas terras, assim o faz em sequência à cidade de Salvador.

Nesse último século, a cidade do Rio se limita até a atual Rua Uruguaiana (antiga Rua da Vala) e o epicentro produtivo era a atual Zona Norte, de base agrícola e industrial, fornecendo alimentos (básicos e café), engenhos (até o século XVIII), olarias e caieiras. Assim, o Rio de Janeiro colonial tinha por base econômica o café, a cana de açúcar, o sal, minérios no interior e, comércio e industrialização de semimanufaturados em sua região metropolitana. Nacionalmente, os principais centros econômicos dessa época eram Salvador e Rio de Janeiro, seguidos de Recife e São Paulo.

O século XVIII consolida a projeção nacional do Rio de Janeiro, pois em 1763, a capital do país é transferida de Salvador para o Rio. De 1763 até 1960, a cidade do Rio de Janeiro sendo capital do país, cria externalidades positivas para o seu estado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), a cidade do Rio de Janeiro se projeta nacionalmente, ocupando a segunda colocação no nível de centralidade, juntamente a Brasília (

Figura 2). A cidade de maior projeção e centralidade é São Paulo, classificada como *Grande Metrópole Nacional*. Esse cenário político-econômico permitiu ao estado fluminense e, principalmente, a sua capital, passar por ciclos de industrialização e de crescimento da infraestrutura econômica. Segundo Milton Santos (2013)⁴, a estrutura social e populacional do Brasil, incluindo a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, tem padrão de povoamento concentração no litoral e de crescimento lento até o início do século XX (Tabela 2). Rio de Janeiro destaca-se como a maior cidade do Brasil até essa mudança populacional do século XX, perdendo a liderança para São Paulo.

Dados de Maurício de Abreu (2013)⁵, revelam que a população da cidade do Rio de Janeiro, em 1906, chegou a 805.335 habitantes. Para se ter uma ideia, em 2022, a projeção da população de Campos dos Goytacazes é de 514.643 e de Nova Iguaçu é de 825.388. Significa que a maior cidade do país, em 1906, era do tamanho populacional e Nova Iguaçu.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), mostram que em 1907, o estado do Rio de Janeiro possuía o maior número de estabelecimentos industriais do país, totalizando 878 unidades (Figura 3). Em 1995, passa a ocupar a 6ª colocação, sendo superado,

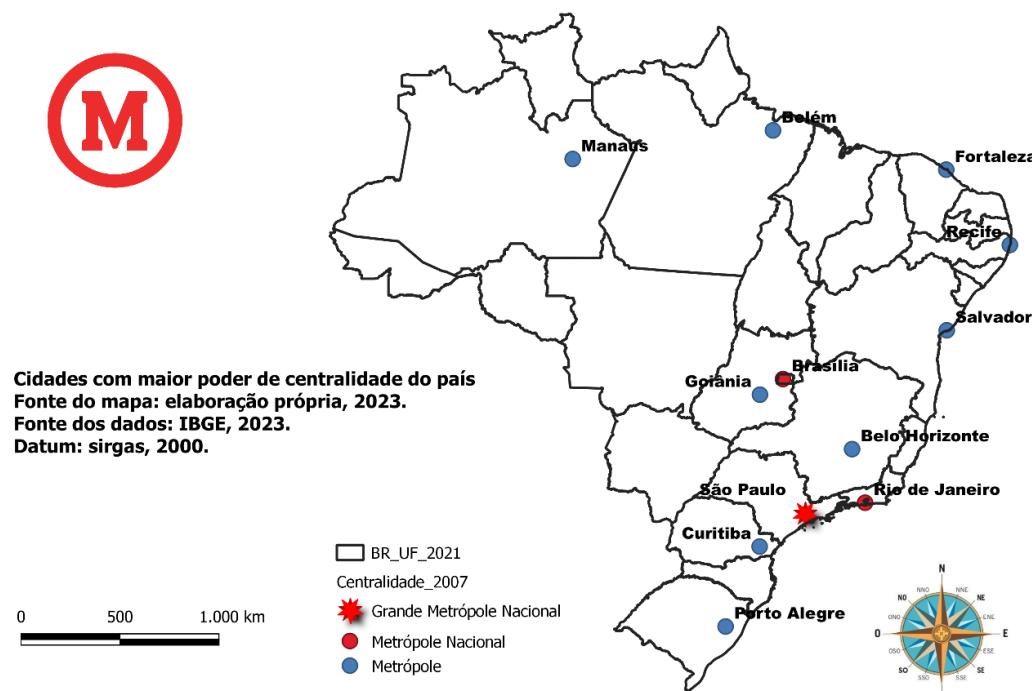
⁴ SANTOS, MILTON. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

⁵ ABREU, MAURÍCIO DE A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013.



respectivamente, por São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (Figura 4).

Figura 2. Posição das cidades mais centrais do país, segundo IBGE (2023)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, 2023

Tabela 2. Dados populacionais do fim do século XIX

Data	Ranking das cidades	População
1890	1 - Rio de Janeiro	522.651 ⁶
	2 – Salvador	174.412
	3 - Recife	111.556
	4 – São Paulo	64.934
	5 – Porto Alegre	52.421
1900	1 - Rio de Janeiro	691.565 ⁷
	2 – São Paulo	239.820
	3 - Salvador	205.813
	4 - Recife	113.106
	5 - Belém	96.560

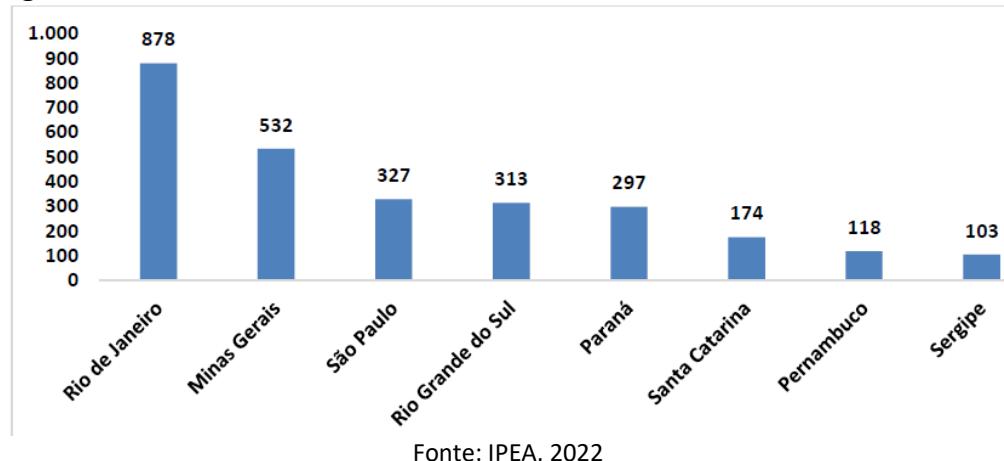
Fonte: SANTOS (2013, p. 23)

⁶ 08 vezes maior que a cidade de São Paulo.

⁷ Quase 03 vezes maior que a cidade de São Paulo.

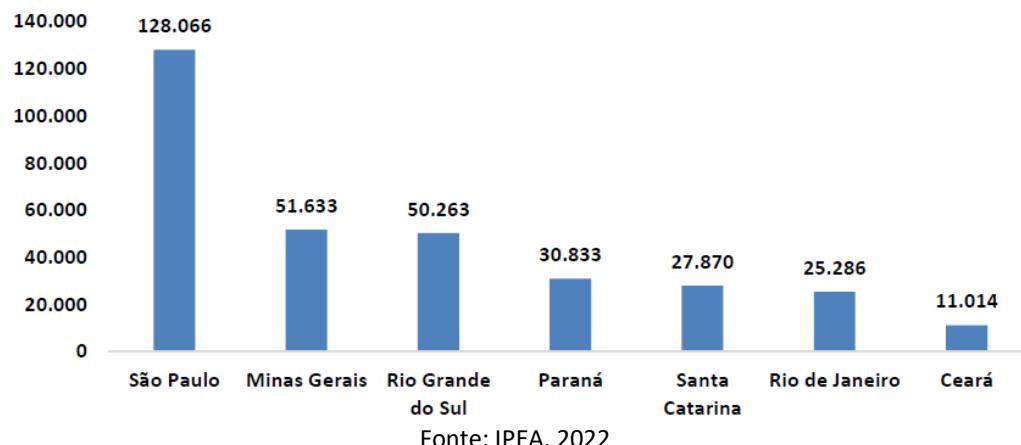


Figura 3. Cidades com maior número de estabelecimentos industriais em 1907



Fonte: IPEA, 2022

Figura 4. Cidades com maior número de estabelecimentos industriais em 1995



Fonte: IPEA, 2022

Analisando apenas a indústria de transformação pelos dados da Pesquisa Industrial Anual do IBGE (2022), fica evidente a redução da indústria na década de 1980, em relação ao número de estabelecimentos, em todos os estados do Sudeste (Figura 5). Mesmo com essa redução, o estado do Rio de Janeiro é o 4º colocado em número de estabelecimentos industriais e pessoal ocupado na indústria de transformação em 1995. No mesmo ano, o ERJ ocupou a 5ª economia em comércio e 3ª em serviços.

Dados mais recentes do IBGE (2022) assinalam que o Estado do Rio de Janeiro tem por característica ser:

- A 3ª maior Unidade Federativa (UF) do país⁸, em termos populacionais, UF menor apenas que São Paulo e Minas Gerais,
- A 2º maior economia produtiva do país (**Figura 6**);

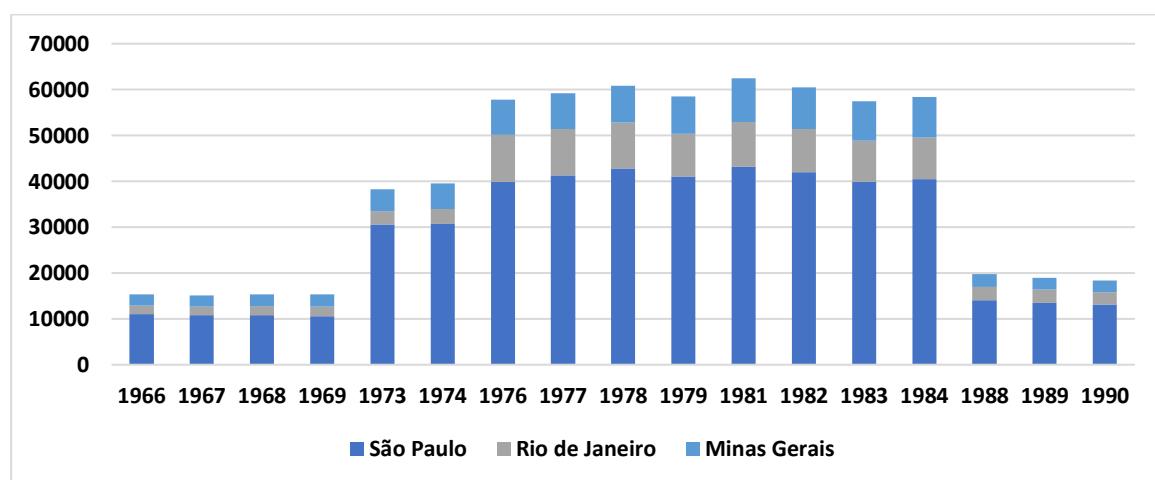
⁸ A população do estado do Rio de Janeiro representa cerca de 20% da população regional e 8% da nacional, segundo IBGE (2022).



O 5º maior Estado em concentração de número de empresas⁹ (

- **Figura 7);**
- O 2º maior volume salarial pago do país, correspondendo a 28% do volume salarial paulista (
-), e,
- o 3º polo industrial do país, com destaque histórico para as indústrias de petróleo, química, petroquímica, naval, farmacêutica e siderúrgica. Com matriz na cidade, as maiores empresas do país, a saber: Petrobrás S.A., Vale S.A. e Companhia Siderúrgica Nacional S.A.

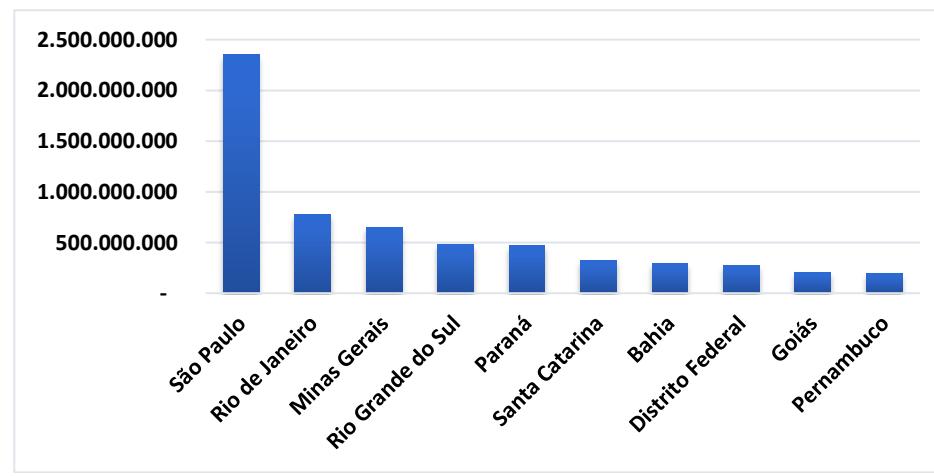
Figura 5. Comportamento da indústria de transformação



Fonte: PIA-Empresa/IBGE, 2022

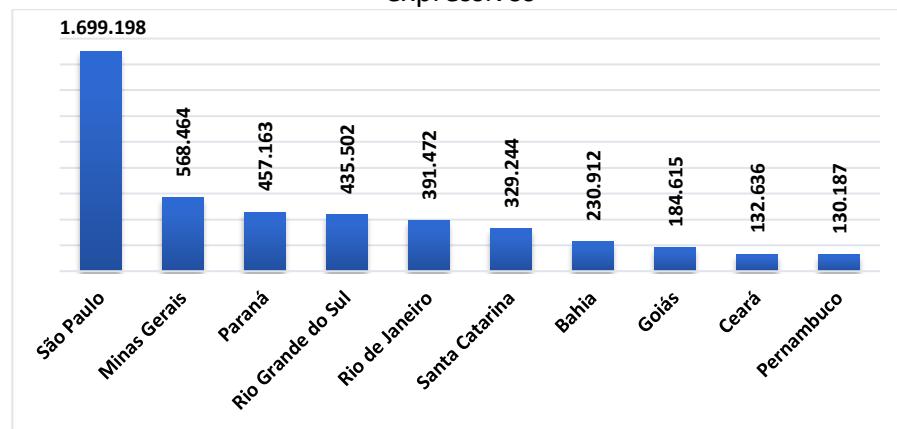
Figura 6. Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) no ano de 2019 para os estados mais expressivos

⁹ Correspondendo a 23% do parque de São Paulo.



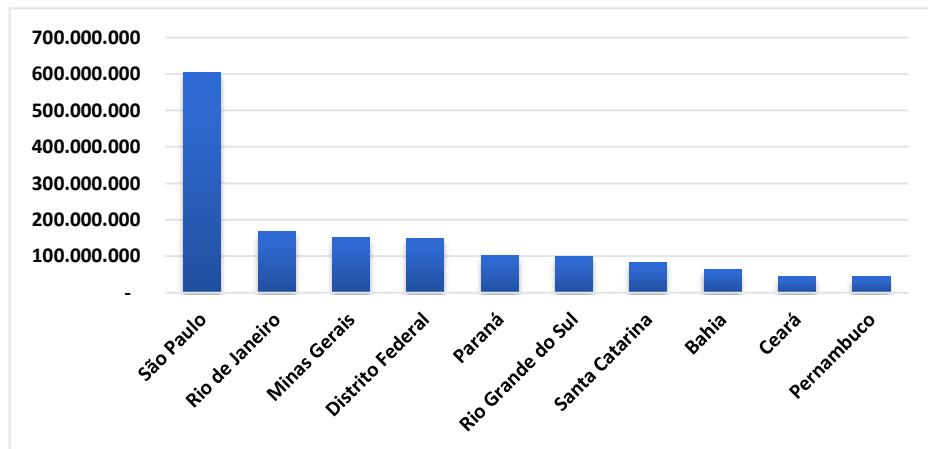
Fonte: Produto Interno Bruto, (IBGE, 2020)

Figura 7. Número unidades locais (empresas) no ano de 2018 para os estados mais expressivos



Fonte: Cadastro Central de Empresas (IBGE, 2022)

Figura 8. Total de Salário e remuneração no ano de 2020 para os estados mais expressivos



Fonte: Cadastro Central de Empresas, (IBGE, 2022)

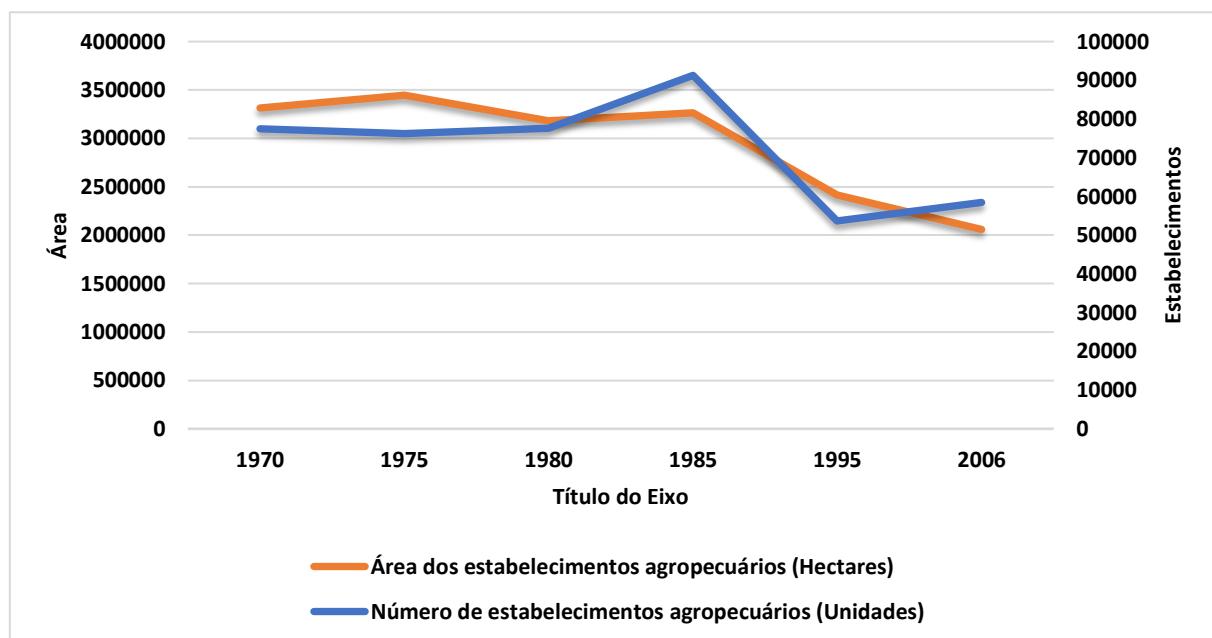
Convém destacar o caráter espacial da economia fluminense. O estado do Rio de Janeiro se destaca pela oferta do setor de Serviços e Comércio, e a Indústria se destaca no Norte (Campos e Macaé) e Médio Paraíba (Volta Redonda e Resende), onde se localizam, respectivamente o polo de extração de petróleo e o polo metal-mecânico. Na região metropolitana, a indústria se destaca nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Itaboraí, Itaguaí.

A partir dos municípios, destacam-se grandes empreendimentos ligados à indústria como: o Porto de Itaguaí/Sepetiba (o mais moderno do país, conectado com a Região Metropolitana e Médio Paraíba), o polo petroquímico da COMPERJ em Itaboraí (em potencial), o Arco Metropolitano (ligando Itaboraí à Sepetiba), o porto de Angra (ligado ao escoamento da CSN), o Polo Gás-Químico de Duque de Caxias, que reúne um complexo de indústrias e unidades fabris de grandes empresas como Valesul (fundação em 1982, Rio de Janeiro), Ambev (unidade em Campo Grande), Brasquímica (Filial em Duque de Caxias) e Gerdau (unidades comerciais em Niterói e Rio de Janeiro).

A agricultura, carro chefe do período colonial, reduziu-se sistematicamente (Figura 9), em cerca de 24% das unidades de estabelecimento agropecuário em 2006 comparado a 1970¹⁰, a partir de dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2022). Convém destacar, no entanto, a mudança de perfil monocultor, com grandes áreas de plantação, para um perfil de pequenas propriedades.

Figura 9. Censo agropecuário por tipo de cultura no estado do Rio de Janeiro

¹⁰ 77.428 estabelecimentos em 1970 e 53.493 estabelecimentos em 2006.



Fonte: Cadastro Central de Empresas, (IBGE, 2022)

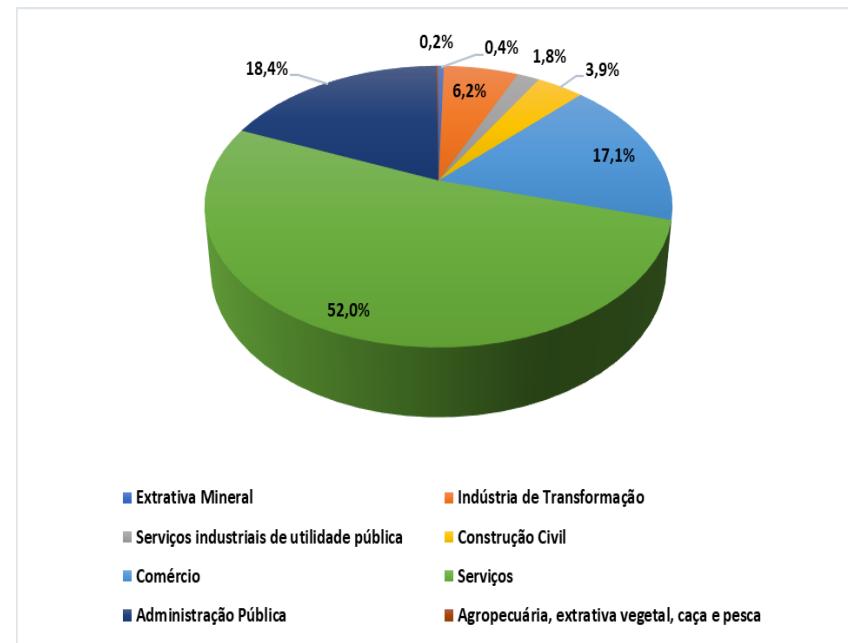
O Setor de Serviços sempre foi e ainda é o principal setor econômico. Dados comprovam que a economia da cidade do Rio de Janeiro é composta por uma alocação de emprego em 52% no setor de Serviços, incluindo Educação, 18,4% na Administração Pública e 17,1% no Comércio (DATA.RIO, 2022) (

Figura 10).

O Turismo no estado do Rio de Janeiro oferece diversas atrações históricas, naturais e culturais, destacando-se a capital fluminense, que é internacionalmente conhecida pela beleza de suas praias e geografia, além de ser um grande polo de turismo cultural, contemplada por diversos museus, teatros e casas de espetáculos. Segundo a EMBRATUR, é o destino mais procurado pelos turistas estrangeiros que visitam o Brasil a lazer, e o segundo colocado no turismo de negócios e eventos. Abriga também a maior floresta urbana do mundo, a floresta da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca. A natureza e a herança histórico-institucional colocam o Rio de Janeiro na rota das viagens e negócios.



Figura 10. Número de empregados por setor econômico na cidade do Rio de Janeiro, 2020

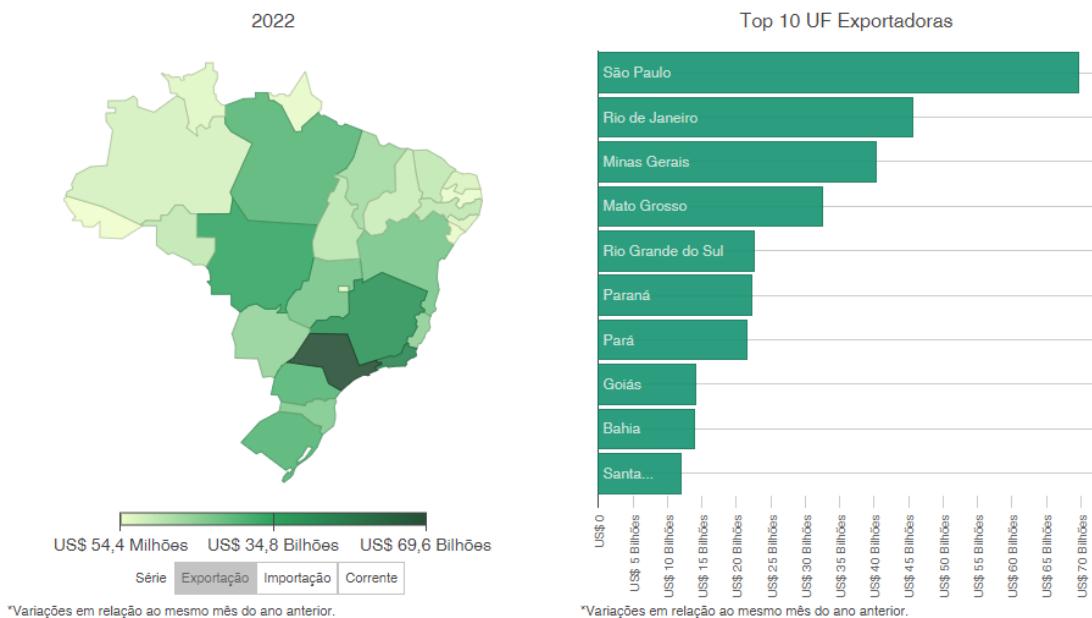


Fonte: DATA.RIO, 2022

Em relação à exportação, o estado do Rio de Janeiro é um dos principais da federação. Sua produção, agrícola-colonial e industrial possuem característica histórica de exportação. Dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, mostram que em 1997, ano inicial da série histórica disponível, o estado do Rio de Janeiro ocupou o 5º lugar no ranking dos estados exportadores, exportando 21% do volume exportado pelo estado de São Paulo, e, em 2022, passa a ocupar a 2ª colocação (78% do volume exportado por São Paulo), seguido pelos estados de Minas Gerais e Mato Grosso (Figura 11).

Quanto à pauta de exportação do estado, a maior parcela é de produtos básicos, principalmente Petróleo Bruto, e manufaturados dos setores automotivo, aviação, mineração e petróleo e gás (Figura 12).

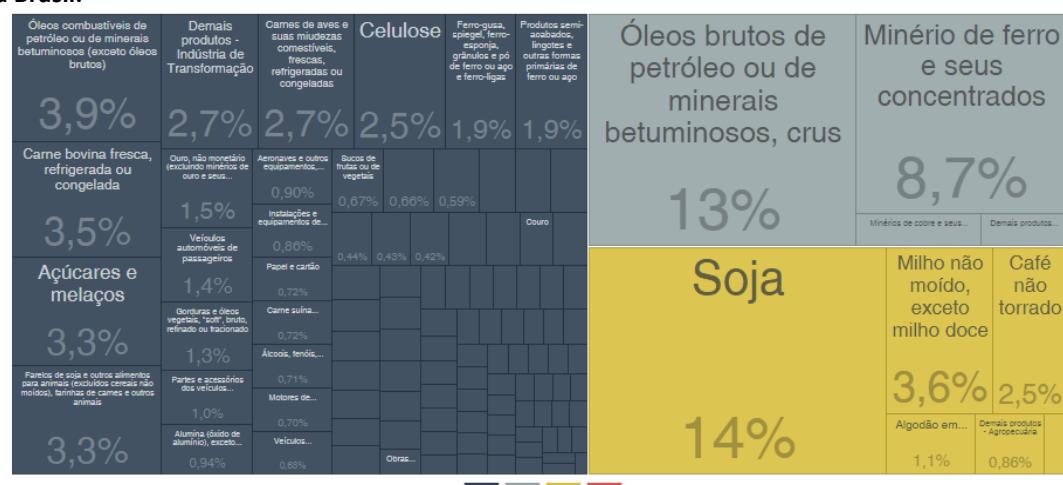
Figura 11. Ranking dos estados exportadores



Fonte: COMEX/MDIC, 2023

Figura 12. Evolução da pauta exportadores no estado do Rio de Janeiro por tipologia de produto

Pauta Brasil:



Rauta Rio de Janeiro:



Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus

67%

Produtos sêmi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)
10%	6,5%
2,7%	0,88% 0,79% 0,76% 0,65%
1,6%	Veículos automóveis de passageiros
1,5%	Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (exceto motores...)
	Veículos...
	Produtos...
	Pátes e...



Fonte: COMEX/MDIC, 2023

Nos últimos 10 anos, o estado do Rio de Janeiro continuou recebendo investimentos na produção e exportação de minério de ferro e de aço; na extração de petróleo e gás e seu beneficiamento; na infraestrutura portuária, rodoviária, ferroviária e aeroviária; na infraestrutura urbana e aos grandes eventos, estes últimos concentrados na região metropolitana do RJ; em centros de P&D; e na retomada da condição de sede de grandes empresas e instituições financeiras nacionais e transnacionais. Por essa razão, o Estado do Rio de Janeiro, recebeu diversos investimentos de médio e grande porte, que provocaram profundos impactos na estrutura produtiva e socioeconômica, uma vez que os empreendimentos se espalham por diversas regiões.

Observa-se que grande parte dos investimentos no Rio de Janeiro, consistiram em portos e terminais portuários, minerodutos, centros de armazenagem e estocagem e de “limpeza” do petróleo; estaleiros; termelétricas; siderúrgicas; petroquímica; cimenteiras, montadoras, ferrovias, rodovias, corredor logístico, etc. vinculados a minério de ferro, petróleo e gás, energia, combustível, aço, navios, transporte, distribuição; logística de exportação (novos elos nos corredores), decorrentes da divisão internacional do trabalho, reforçada pelo PAC, Pré-Sal, Pós Sal, e no caso do ERJ pelos grandes eventos que abriga e abrigará são previstos grandes impactos na configuração sócio espacial do estado. Os investimentos vultosos em atividades industriais, portuárias e de logística de armazenagem e circulação de mercadorias atravessam o ERJ, de norte a sul, incorporando áreas antes periféricas e excluídas, penalizadas nos ciclos dinâmicos anteriores, borrando as fronteiras territoriais e transformando as dinâmicas econômicas existentes, particularmente no litoral e no eixo rodoviário da BR-101.

Apesar do declínio econômico percebido nos últimos tempos, o Estado do Rio de Janeiro é a maior região produtora de petróleo do país e sede de alguns dos municípios mais ricos em termos de rendas petrolíferas, e com potencial industrial e tecnológico a ser explorado.



3.2.2. A inserção regional da cidade do Rio de Janeiro: aspectos socioambientais e econômicos

Conforme Edgar Morin, “**devemos contextualizar antes de fazer-se uma ação unilateral e a precaução, como pensamento de saber o que fazer**” (Morin, 2001, p.41). Para o mesmo autor, “ensinar não é unicamente uma função, uma profissão como qualquer outra, onde se pode distribuir, produzir pedaços de saber: pedaços de Geografia, de História, de Química” (op. cit., p. 59).

É necessário conhecer o ambiente, partindo-se de projetos compatíveis com a realidade local, em termos culturais, sociais e econômicos. Sousa Santos (2005:44) mostra que “**não conhecemos do real senão a nossa intervenção nele**”. Diversas pesquisas elaboradas pela IES mostraram a cada momento, novas necessidades postuladas pelos discentes, que precisavam ser contempladas, à medida que a própria sociedade, sempre dinâmica, também evoluía assim como a evolução da própria IES. O ambiente em que atuam o corpo docente e discente da FPM RIO possui peculiaridades que o distinguem no cenário nacional.

Com relação aos aspectos geográficos e populacionais, o estado do Rio de Janeiro caracteriza-se, entre outros fatores, pela densidade demográfica e pelos indicadores de escolaridade de sua população.

Antiga Capital Federal da República, a cidade do Rio de Janeiro exerce liderança político-econômica, nacional e internacional, sendo, portanto, fundamental a formação de um profissional versátil, atualizado e conectado a tudo que ocorre no mundo.

Mauro Osório, em seu livro “Rio Nacional, Rio Local” (2005), deixa clara a *Centralidade* e poder de *Capitalidade* da cidade do Rio de Janeiro. Devido às suas características estratégicas geográficas e logísticas, o Rio de Janeiro já se despontava no cenário nacional antes mesmo de ser capital. Todas as conexões do Brasil com o Mundo passavam e atracavam no porto fluminense, a ponto de ser elevada à Capital do Brasil, em substituição à Salvador.

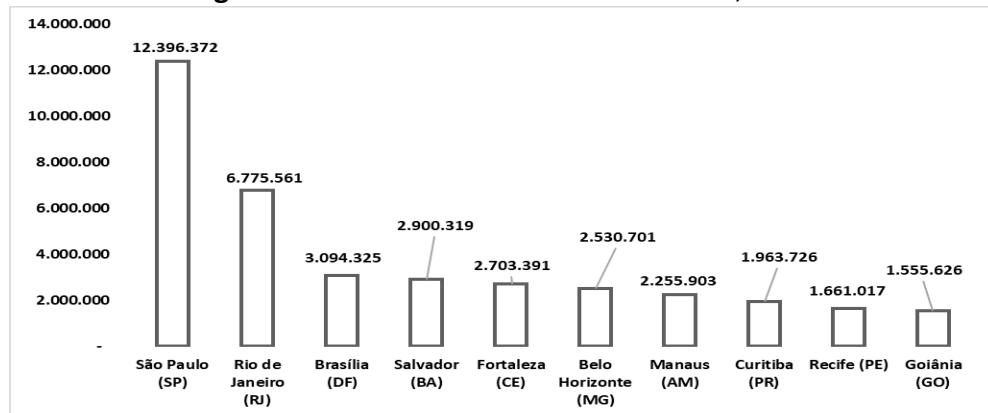
Mesmo transferida a Capital para Brasília, importantes instituições mantém-se aqui. O Rio sedia importantes bancos públicos, comerciais e de investimento, como o BNDES; empresas estatais como Furnas e Petrobrás; instituições e representações do Governo Federal; e, centros de representatividade como o Centro Brasileiro de Relações Internacionais, dentre outras.

No cenário estadual, a cidade do Rio de Janeiro, também desonta em posição de destaque socioeconômico. Em decorrência dos indicadores de centralidade, o município do Rio de Janeiro é a segunda maior cidade do país (com 6.775.561 habitantes, correspondendo a cerca de 40% da população estadual), perdendo para São Paulo (possui 55% da população paulista) e superior à terceira cidade, Brasília, segundo as projeções populacionais do IBGE para 2022 (Figura 13).

A cidade do Rio de Janeiro é o destino mais procurado pelos turistas estrangeiros que visitam o Brasil a lazer, e o segundo colocado no turismo de negócios e eventos. Conhecidas por suas atrações históricas, naturais e culturais é internacionalmente conhecida pela beleza de sua geografia – o que lhe rendeu o epíteto de “Cidade Maravilhosa”, cantada em prosa e verso, além de ser um grande polo de turismo cultural, contemplada por diversos museus, teatros e casas de espetáculos.



Figura 13. As 10 maiores cidades do Brasil, 2022



Fonte: Elaboração própria com base em Estimativa da População, IBGE (2022)

A Cidade abriga também a maior floresta urbana do mundo, a floresta da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca. A natureza e a herança histórico-institucional colocam o Rio de Janeiro na ponta do turismo brasileiro, gerando uma vocação intensa para o setor de serviços.

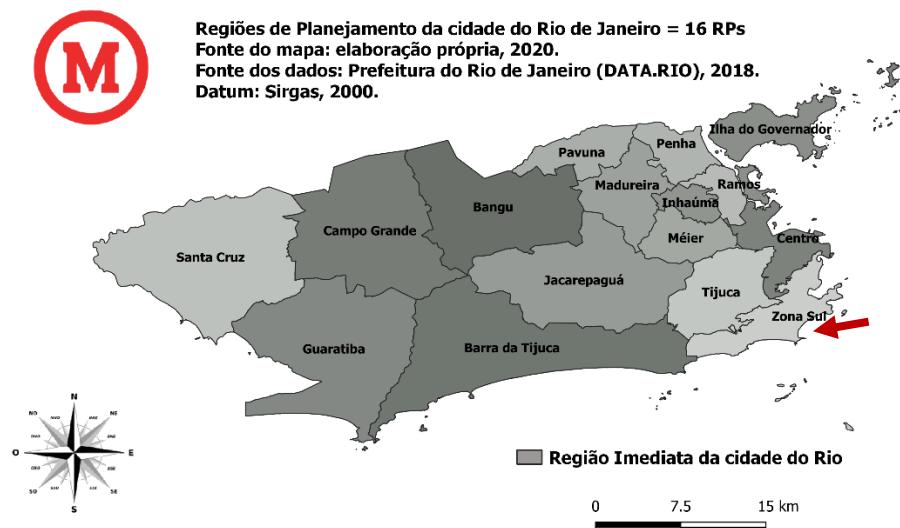
O Cristo Redentor, eleito uma das sete maravilhas do mundo moderno, o morro do Pão de Açúcar (com seu famoso teleférico), a lagoa Rodrigo de Freitas, as praias de Copacabana, Ipanema e Barra da Tijuca, a floresta da Tijuca, a Quinta da Boa Vista, o Jardim Botânico, a Cinelândia e o Estádio do Maracanã estão entre os principais pontos de visitação. Entre os maiores eventos do calendário carioca, destacam-se o Carnaval, o Festival Internacional de Cinema, a Mostra do Filme Livre, a Bienal do Livro, o Fashion Rio e a festa do réveillon em Copacabana. Quanto aos pontos de referência do turismo cultural, podem-se elencar, entre tantos, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Museu de Arte Moderna (MAM), o Real Gabinete Português de Leitura, o Palácio do Catete, o Teatro Municipal e o Riocentro são exemplos dos atrativos turísticos da Cidade.

Administrativamente, o Município do Rio de Janeiro é dividido em 5 Áreas de Planejamento que, por sua vez, se subdividem em Regiões Administrativas e Bairros (**Figura 14**). A FPM RIO, hodiernamente, está localizada na Área de Planejamento nº 2, Região Administrativa nº 4, abrangendo apenas os bairros de Botafogo, Catete, Cosme Velho, Flamengo, Glória, Humaitá, Laranjeiras e Urca.

A FPM RIO acompanha a história da cidade e, nessa forte relação, esteve e está comprometida com as principais tendências e acontecimentos, contribuindo para a formação de uma sociedade ética e profissional.



Figura 14. Regiões de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria com base em DATA.RIO, 2020

Até meados século XX, a população se concentrou no Centro da cidade, de forma pouco organizada e aglutinada, com grandes chácaras no entorno. Já era uma cidade cuja economia se concentrava no setor de Serviços, principalmente, comércio e transporte. O que era permitido de indústria, baseava-se na transformação da agricultura. Avanços industriais só apóis a chegada da Família Real e, em 1808. Além da Grande Tijuca e Méier, se observava a agricultura em si (Abreu, 2013).

Na primeira década do século XX, especificamente, no governo de Francisco Pereira Passos, o Centro da cidade do Rio de Janeiro passa por uma grande reforma, se tornando área de referência, principalmente para Educação e Negócios. Surgiram as avenidas: Av. Rio Branco, Av. Beira Mar, Av. Maracanã, Av. Atlântica, Rua da Carioca, Rua do Catete, Av. Passos, Rua Sete de Setembro, Francisco Bicalho e Rodrigues Alves. A população foi orientada a migrar para as Zonas Norte e Sul. Ao Norte a população com menor renda, localizando ao longo da linha do trem e, ao sul, a população com maior renda. Se inicia então, o pêndulo logístico entre a Capital e a região metropolitana.

O Centro foi a origem da cidade, por onde tudo começou e onde, historicamente, se concentrou a população, as indústrias, empresas e escritórios. Durante a segunda metade do século XX, a cidade passa por sucessivos reordenamentos urbanos e econômicos. Com a valorização imobiliária da Zona Sul do Rio de Janeiro, as indústrias que ocupavam os atuais bairros da Lagoa, Laranjeiras e Catete foram, progressivamente, sendo transferidos para o Centro (Centro, Praça Onze e São Cristóvão). Sendo assim, o Centro permaneceu com um caráter administrativo, com escritórios e sede de empresas, pois, são de menor porte; as indústrias, são transferidas para o além cidade: Baixada e Avenida Brasil; e a Zona Sul cresce em habitação de alta renda e oferta de serviços especializados.

No século atual, a Zona Sul e a Zona Oeste, especificamente, a Barra da Tijuca, se destacam socioecononomicamente. Dados mostram que a Zona Sul (Área de Planejamento 2) possui como previsão para 2021, uma população quase 4 vezes maior que o Centro da cidade (Área de Planejamento 1) (Tabela 3).



Tabela 3. Resumo de áreas e população

Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros	Total 2010	Projeção Estimada 2021
Total	6.320.446	6.775.561
Área de Planejamento 1	297.976	319.432
II Centro	41.142	44.105
Área de Planejamento 2	1.009.170	1.081.837
IV Botafogo	239.729	256.991
Área de Planejamento 3	2.399.159	2.571.915
Área de Planejamento 4	909.368	974.849
Área de Planejamento 5	1.704.773	1.827.528

Fonte: DATA.RIO, 2022

Dados da Prefeitura do Rio de Janeiro (Data.rio) mostram que os bairros de Botafogo, Copacabana e Lagoa apresentaram no ano de 2000, as maiores médias de anos de estudo (média de 10 anos). Dados complementares recentes, mostram que os bairros da Zona Sul e a Barra da Tijuca detém as maiores notas do IDEB, reafirmando o potencial educacional da região¹¹.

O padrão econômico-espacial atual da cidade do Rio de Janeiro é o Centro como área de escritórios e sedes administrativas, enquanto, para o setor educacional, médico e turismo, estão concentrados na Zona Sul, em especial Botafogo (**Tabela 4**).

Tabela 4. Distribuição do número de empregados por atividade econômica em Botafogo e Barra da Tijuca - 2021

Atividades Econômicas	AP 2 - Botafogo	IV Botafogo	AP 4 - Barra da Tijuca	AP 4.1 - Jacarepaguá	AP 4.2 - Barra
Total	16,8%	5,8%	14,3%	5,7%	8,7%
Extrativa mineral	45,7%	25,3%	3,6%	0,6%	3,0%
Minerais não-metálicos	0,3%	0,0%	8,1%	4,5%	3,6%
Indústria metalúrgica	0,7%	0,2%	3,6%	3,0%	0,6%
Indústria mecânica	4,0%	3,4%	9,4%	5,9%	3,5%
Indústria do material elétrico e de comunicações	5,5%	4,8%	38,3%	31,1%	7,2%
Indústria de material de transporte	7,7%	7,1%	5,4%	3,7%	1,6%
Indústria da madeira e do mobiliário	1,5%	0,6%	30,3%	26,9%	3,4%
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	4,1%	2,4%	5,2%	3,1%	2,1%

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2023

¹¹ Notas IDEBs 2021: Botafogo = 6,6; Copacabana = 5,3; Lagoa = 5,4; Tijuca = 5,5; Barra da Tijuca = 6,5.



Tabela 8. Distribuição do número de empregados por atividade econômica em Botafogo e Barra da Tijuca – 2021 (Continuação)

Atividades Econômicas	AP 2 - Botafogo	IV Botafogo	AP 4 - Barra da Tijuca	AP 4.1 - Jacarepaguá	AP 4.2 - Barra
Total	16,8%	5,8%	14,3%	5,7%	8,7%
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares e diversas	11,9%	4,6%	22,0%	3,4%	18,6%
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria...	9,0%	0,8%	17,0%	14,5%	2,5%
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	3,7%	0,3%	5,3%	4,0%	1,3%
Indústria de calçados	0,6%	0,0%	1,8%	0,6%	1,2%
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	9,0%	2,3%	27,2%	23,2%	4,0%
Serviços industriais de utilidade pública	1,8%	1,6%	1,5%	0,6%	0,8%
Construção civil	9,8%	4,2%	19,6%	10,2%	9,4%
Comércio varejista	18,8%	5,2%	20,8%	8,4%	12,4%
Comércio atacadista	5,2%	1,7%	16,7%	8,3%	8,5%
Instituições de crédito, seguros e capitalização	14,1%	6,7%	10,6%	1,9%	8,7%
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos	20,3%	7,3%	16,3%	5,2%	11,1%
Transportes e comunicações	11,2%	5,0%	12,6%	4,9%	7,7%
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação...	29,4%	9,2%	23,6%	7,8%	15,7%
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	31,8%	12,0%	16,4%	5,7%	10,7%
Ensino	29,3%	9,2%	16,6%	7,5%	9,0%
Administração pública direta e autárquica	4,1%	1,5%	0,1%	0,1%	0,0%
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	7,1%	3,0%	40,2%	11,3%	29,0%
Outros/ignorado	-	-	-	-	-

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2023

O ano de 2020 foi um ponto fora da curva em todo o mundo, inclusive para o Brasil e o Rio de Janeiro, apresentando um cenário de encolhimento econômico devido à crise exógena provocada pelo Coronavírus. Entende-se que, a retomada é certa e, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro, devido a importância regional, histórica e vocacional local, como pode ser constatada nos dados.



Acompanhando a tendência e evolução urbana e econômica da cidade do Rio de Janeiro, o planejamento estratégico da FPM RIO consolida sua marca estando presente no bairro da cidade que lhe propõe referência em ensino e potencialidade de crescimento.

Em Botafogo, seguindo o contexto vocacional regional, a FPM RIO busca consolidar-se como uma Escola de Negócios, ambientada às novas práticas metodológicas e com maior grau de internacionalização, a partir de uma maior conexão local e regional. A Escola de Negócios contará, inicialmente, com a oferta dos quatro cursos existentes, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito, somados, a partir da solicitação de autorização ao MEC, dos cursos de graduação em Psicologia e Relações Internacionais, e dos tecnólogos em *Big Data e Analytics*, Comércio Exterior e Comunicação Estratégica Empresarial.

3.3. JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO

A cidade do Rio de Janeiro, capital do estado de mesmo nome, possui uma área de 1.224,56 Km². É a segunda cidade mais populosa do país, com 6.320.446 habitantes. Está organizada em 33 Regiões Administrativas (RA) e 160 bairros. A cidade é bastante heterogênea, apresentando diferentes graus de desenvolvimento e, consequentemente, desigualdade na distribuição, de acesso a trabalho e emprego e de utilização dos recursos disponíveis, inclusive dos serviços de saúde. (IBGE, 2010).

Neste sentido, com o intuito de apoiar a construção de estratégias que venham a contribuir para a redução dos diversos problemas sociais, elaborou-se esta proposta pedagógica cujo objetivo é a formação de um profissional de Direito que assuma responsabilidade com os que se beneficiam de sua intervenção, seja questionador e com capacidade de avaliar o caráter educativo, contribua ao desenvolvimento das pessoas e à superação das contradições sociais, colabore para a formação de recursos humanos que possibilitem aos indivíduos usufruir de uma cultura que lhes traga o benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

No Rio de Janeiro concentram-se importantes entidades e órgãos estatais como o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a Delegacias de Polícia, Petrobras, Batalhões da Polícia Militar, a Chefia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional do Trabalho, Quartel do Corpo de Bombeiros Militar, Banco Central (BACEN), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Agências Reguladoras, Serventias judiciárias, Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Departamento de Trânsito (DETRAN), Embratel, Vara da Infância e do Adolescente, Sede da Prefeitura, Ministério do Exército, Biblioteca Real Gabinete Português, Centro de Informações das Nações Unidas e Departamento de Estradas e Rodagens - DER, Palácio do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, a oferta de um curso de Direito no cenário fluminense, em especial na capital do Estado onde o curso está localizado, tem o condão de atender às crescentes demandas sociais, em face das quais o profissional da área jurídica poderá desempenhar diversas atividades nas carreiras do setor público e do setor privado.

Pode-se ressaltar, inclusive que, para integrar a carreira em qualquer patamar dos órgãos judiciários públicos, os integrantes devem ser necessariamente formados em Direito.



Ou seja, se observarmos a tripartição do exercício do Poder no Estado Democrático de Direito (Executivo, Legislativo e Judiciário), verificaremos que para um destes – o Poder Judiciário – o mesmo só é exercido e representando por aqueles que possuem formação e grau de Bacharéis em Direito.

Em qualquer instância de atuação nas carreiras jurídicas e no Poder Judiciário (Magistratura, Ministério Público, Delegados de Polícia, Procuradorias de Estado e de Municípios, Advocacia Pública, Docência do Ensino Superior em Direito, os notários, os assistentes de ministros de desembargadores dos Tribunais) deverá se ter a formação jurídica. Além disso, o exercício da advocacia, das defensorias municipais, estaduais e da União são profissões que dependem de prévia aprovação do interessado em todas as etapas do curso de Direito.

Sem prejuízo de tais qualificações, o Curso de Direito não tem a sua finalidade delimitada por critérios essencialmente empregatícios. Destina-se, sobremaneira, a estimular e a consolidar uma perspectiva de raciocínio crítico do Direito, à luz dos impactos provocados pelas mudanças, retornos e transformações de paradigmas da sociedade contemporânea na ampla esfera de problemas, perplexidades e interesses públicos e privados, que fazem divisa ou até mesmo se confundem com as dimensões mais aglutinadoras, interdependentes e, por esta razão, mais atualizadas do Estado, desta forma enriquecendo, pois, a competência científica dos graduados.

Por isso mesmo, observamos que o aprendizado adquirido com a formação em Direito é altamente proveitoso no exercício de outras atividades ligadas às áreas de empreendedorismo, empresarial, imobiliária e em tantos outros setores das relações de convivência do ser humano.

Vinculado à visão e à missão de seu mantenedor, IPM, o Curso de Direito é um seguidor e aplicador da filosofia educacional Mackenzista, propiciando ao bacharelando, ao término da conclusão de seus estudos, uma formação integral, fundamentada na conscientização de cidadania responsável, no aprendizado teórico e prático da ciência do Direito, bem como uma habilitação técnico e profissional que respeita e valoriza a inteligência autônoma, proporcionando, inclusive, suficiente capacitação para interceder nas relações humanas e jurídicas, com ciência e consciência, como explicitado no PDI da IES.

As principais diretrizes institucionais compreendem sua consolidação como um polo gerador de conhecimentos e saberes específicos, vinculados às suas áreas de expertise e que contribuam para o desenvolvimento nacional. Isso reverbera na construção e implementação de projetos de pesquisa e ensino inovadores, destinados e vinculados a constante atualização tecnológica, além da gestão de políticas sociais e estatais.

Para realizar essa prestigiosa tarefa, que inegavelmente exige atenção redobrada na condução dos trabalhos que visam tornar efetiva a concretização das metas educacionais estabelecidas pela própria FPM RIO, o Curso de Direito mantém uma estrutura educacional administrativa extremamente bem estruturada, composta por docentes qualificados, um corpo administrativo conhecedor do Projeto Pedagógico, os quais se encontram distribuídos nos seguintes órgãos internos de Administração Acadêmica:

- Coordenação do Curso;



- Núcleo Docente Estruturante;
- Colegiado do Curso;
- Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica;
- Coordenação de Atividades Complementares e Estágio;
- Coordenação de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso;
- Coordenação de Pós-graduação e Extensão.

Esta estrutura administrativa permite uma melhor compreensão, acompanhamento e desenvolvimento das atividades propostas no âmbito do Curso, bem como direcionam à uma prática mais colaborativa e democrática no âmbito decisório.

Registre-se que o curso de Direito da FPM RIO vem contribuindo neste cenário ante o sucesso que os seus egressos têm experimentado, com atuação na área da advocacia privada, no desempenho de carreira na área acadêmica e no exercício de cargos públicos de expressão como magistrados, procuradores federais e estaduais, defensores públicos, polícia judiciária, receita federal e serventuários da justiça.

E a proposta do curso tem a sua justificativa em diversos aspectos que se fazem presentes no seu Projeto Pedagógico, destacando-se neste item significativas referências.

O curso foi inicialmente estruturado com foco na tradição da Faculdade Moraes Júnior em propiciar uma formação de qualidade aos seus egressos, processo que recebeu um efetivo aprimoramento por parte do IPM, entidade com sólida tradição no campo da educação voltada para a excelência acadêmica.

Na elaboração do presente PPC, aliada à busca de uma formação profissionalizante sólida (com diversos novos conhecimentos então ofertados), elegeu-se o viés humanista como um componente transversal do projeto, dada a importância da questão dos Direitos Humanos e da formação para o exercício da cidadania. Aspecto este que se revela fundamental em face da crise de valores na sociedade pós-moderna.

Neste sentido, o presente PPC amplia a perspectiva de valorização do ser humano, propondo, inicialmente, reflexões sobre Cidadania, Ética e Empreendedorismo, valores que pretendem formar um profissional capacitado para contribuir no desenvolvimento social e econômico, local e regional. Os futuros profissionais devem, no exercício de suas habilidades e competências, ter a capacidade reflexiva para a percepção das inovações constantes promovidas pela sociedade. Desta forma, precisam buscar, através do exercício epistemológico, a utilização dos instrumentos jurídicos capazes de promover o exercício pleno da cidadania e o crescimento sustentável.

A FPM RIO reúne os valores promovidos pelo IPM em seus 152 anos de história e a tradição nas áreas negociais da Faculdade Moraes Junior, propondo reflexões inovadoras no âmbito do Direito. A expressão “Inovar é a nossa tradição” reflete o espírito Mackenzista que envolve nosso corpo técnico-administrativo, docente e discente.



Baseados nas premissas expostas, o NDE e o Colegiado do Curso constroem o atual PPC, inovando-o, para adaptá-lo as realidades e desafios sociais. O eixo de formação concentrada denominado **“Disrupção e Negócios como Instrumento de Inovação e Segurança Jurídica no Ambiente Empresarial”**, representa em seus três núcleos esse novo olhar, como veremos no ponto específico do presente projeto.

Assim, ante a necessidade da Ciência Jurídica acompanhar a realidade social em sua progressiva complexidade, atenta-se para o novo momento do Direito positivo brasileiro, o qual, a partir da Constituição Federal de 1988, passou a consagrar o caráter principiológico. O processo ora destacado passou a prestigiar valores, apresentando mudanças para o modelo jurídico, em que o sistema se torna aberto, dotado de técnicas jurídicas para permitir o diálogo com a realidade, dentre elas as cláusulas gerais.

O processo em curso colocou um novo papel para os profissionais do Direito, em especial os juízes, na construção do Direito quando de sua aplicação. É a dialética entre a norma e a realidade, aproximando a Ciência Jurídica dos aspectos sociais, que impulsiona a necessidade do presente Projeto Pedagógico ampliar suas discussões, possibilitando ao discente, de um grande centro urbano perceber as nuances dicotômicas e convergentes que cercam os ramos Público e Privado.

Dessa forma, entender à aplicação da norma como construção do Direito se faz necessário, e o presente PPC incorpora nos Laboratórios de Direito, presentes na nova matriz, o estudo de casos, em algumas temáticas, como metodologia de aprendizado a fim de levar o bacharelando a compreender a dialética entre os aspectos sociais e a norma na aplicação desta, processo em que se nota uma aproximação entre o nosso sistema (Civil Law) e o sistema da Common Law.

Tal opção se justifica ante o fenômeno da globalização, dos blocos regionais, pois os dois grandes sistemas de Direito do mundo ocidental (o Common Law e o Civil Law), que já vêm apresentando aproximações, precisarão lidar com a situação que os novos meios de comunicação e de transporte trazem para o convívio mundial, tendendo a criar a necessidade de formação que contemple o conhecimento das diversidades dos sistemas jurídicos, com destaque para se incorporar na metodologia de ensino e aprendizagem, o estudo de casos, base da formação no modelo da Common Law, em face da fonte do Direito ser baseada na jurisprudência, nos precedentes, implicado o *“method case”* desta última.

A possibilidade de internacionalização, para quem se formará em uma cidade cosmopolita como é o Rio de Janeiro, poderá ser um fator importante na construção do perfil do nosso egresso.

Por fim, não podemos deixar de registrar que a faculdade tem um setor específico para os estágios extracurriculares, e a demanda por nossos estudantes tem se revelado significativa. Os relatórios recebidos das empresas e dos escritórios jurídicos apontam como substancialmente satisfatório o aproveitamento dos nossos acadêmicos nos diversos estágios e do projeto de formação jurídica implementado.



3.4. OBJETIVOS GERAIS DO CURSO E PRINCIPAIS ENFOQUES

O curso visa o desenvolvimento das atividades de ensino, de extensão, e de pesquisa, para formar um futuro profissional com o perfil proposto, atento ao que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), em sintonia com as características estruturais e acadêmicas que se alinham, em perfeita sintonia, aos objetivos educacionais estabelecidos pela FPM RIO, instituição de ensino superior pluridisciplinar, confessional, destinada a formar discentes com valores humanos elevados, capazes de perceber e interpretar os paradigmas atuais, vislumbrar novas possibilidades e propor a criação de caminhos alternativos, face às demandas da contemporaneidade.

Declara o Curso de Direito seu integral engajamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional da FPM RIO, se empenhando de modo a direcionar todo o seu esforço para manter o reconhecimento e o seu padrão de excelência.

Vislumbra-se aqui o objetivo de aumentar o seu índice de qualidade no quesito de Conceito Preliminar de Curso (CPC), cujo indicador tem como órgão gestor o INEP/Ministério da Educação, perseguindo o grau máximo dessa avaliação. Para tanto, já está implantado o processo contínuo de acompanhamento e autoavaliação do Curso e das atividades docentes, com a participação do corpo discente nesse processo.

Nessa premissa, o Novo Regimento Geral ampliou o diálogo e os propósitos do protagonismo estudantil no âmbito da instituição, garantido participação discente nos Conselhos da IES e a reestruturação da Direção Acadêmica.

Movido por essa diretriz, o Curso de Direito, com o apoio da Coordenadoria de Pesquisa, incentiva, e incentivará mais e continuamente, a aquisição e a produção de conhecimentos gerados pelo próprio alunado. Sob orientação do corpo docente, estimula-se sempre a prática e a realização de projetos de iniciação à pesquisa, a difusão dos grupos de estudos e a firme sedimentação dos grupos temáticos.

Nessa linha de constante progresso evolutivo do Curso de Direito, outro vértice que se destaca é o objetivo de se ampliar, quantitativa e qualitativamente, a sua inserção no cenário acadêmico internacional, mediante a celebração de acordos que possibilitem a dupla titulação e a realização de intercâmbios de discentes e docentes. Para tanto, a FPM RIO, utilizando do apoio da UPM oferece ao discente um sólido setor de intercâmbios institucionais promovido pela Coordenadoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional daquela IES.

É sabido que a razão de ser do Curso de Direito é o seu alunado, destinatário por excelência de nossa atenção educacional. Dessa forma, muitos são os objetivos a alcançar, mas, em resumo, pode ser dito que o nosso objetivo primordial é que os bacharéis Mackenzistas estejam prontos para atuar em um Estado Democrático de Direito, de maneira socialmente útil, inspirados nos valores eternos do ideal de justiça, e que possam contribuir, como profissionais éticos e qualificados, para o permanente aperfeiçoamento e harmonia da convivência humana, sob os pilares de uma sociedade livre, justa e solidária.

Faz parte do desenvolvimento qualitativo do Curso de Direito o desenrolar de contínuo processo de qualificação do corpo docente, e da valorização individual dos seus componentes,



sempre submetida a criterioso sistema meritório. Neste sentido a Faculdade semestralmente promove por meio da Semana Acadêmica, da Jornada Científica e Jornada de Negócios, atividades de qualificação do seu corpo docente.

Além disso, o Curso de Direito também objetiva prestar sua solidariedade e firme cooperação às políticas institucionais de extensão, de responsabilidade social, de responsabilidade ambiental, de cultura e de filantropia da IES. Podemos citar como exemplo, as ações desenvolvidas pelo Mackenzie Solidário, pelos grupos de pesquisa e extensão, promovendo estudos sobre Acessibilidade, aprofundamento dos temas jurídicos pertinentes a pessoa com deficiência, além de campanhas solidárias para ajudar discentes e instituições que carecem de algum tipo de apoio.

O Curso de Direito FPM RIO busca proporcionar aos seus discentes a ampliação visual da importância do exercício profissional do Direito, ultrapassando os limites da preparação técnica que é comumente utilizada junto ao contencioso judicial, adicionando à formação dos bacharéis o aprendizado necessário para o exercício de liderança de grupos sociais, de modo que estejam igualmente habilitados a demonstrar suas competências e capacitações em proveito da sociedade, em intervenções ligadas aos meios alternativos e extrajudiciais preventivos, de mediação familiar, mediação empresarial, mediação condominial, de conciliação abrangente, de arbitragem e outros, favorecendo dessa forma a solução de conflitos individuais e coletivos.

Para realmente alcançar êxito em seus objetivos gerais e específicos, além das estruturas organizacional e acadêmica disponibilizadas pela Faculdade, seu corpo diretivo e a congregação de docentes, coesamente irmanados pelo espírito cívico e confessional de suas ações, executam fielmente a aplicação de matriz curricular composta de disciplinas teóricas e práticas que dão sustentabilidade ao projeto educacional global, moderno, qualificado e que atende as expectativas da comunidade estudantil e de seus familiares.

Na perspectiva da transdisciplinaridade, destacamos a formação propiciada da Educação Ambiental e em Direitos Humanos. Dentre os princípios da Educação Ambiental - abordada em suas dimensões humanística, holística, democrática e participativa, concebendo o meio ambiente como uma totalidade constituída pela interdependência entre o meio natural, socioeconômico e cultural, propicia-se a ampliação da consciência crítica do graduando sobre a problemática ambiental local, regional e mundial, demandando, portanto, responsabilidade de todos em prol da construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada e sustentável, como condição inseparável do exercício da cidadania e da preservação da vida.

Este mesmo exercício da cidadania é postulado pela Educação em Direitos Humanos, destinada a preparação da comunidade acadêmica para o exercício de seus direitos e responsabilidades na sociedade, respeitando e promovendo os direitos das demais pessoas, reconhecendo e valorizando as diferenças e a diversidade humana, sejam as de natureza sexual, gênero, étnico-racial, econômica, social ou cultural, bem como aquelas que implicam em condições de desenvolvimento e aprendizagem diferenciadas – pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação ou transtornos globais do desenvolvimento. Assim sendo, como cidadão responsável pela Educação em Direitos Humanos, almeja-se que o futuro bacharel em Direito se posicione contra toda e qualquer forma de violência, combatendo preconceitos e discriminações, devendo ser-lhe proporcionado, ao longo do processo de



formação inicial, espaços coletivos de reflexão que impliquem na possibilidade de re-significar suas representações do “outro”.

Aspectos inovadores podem ser observados no PPC, revelados na especialização temática que poderá ser propiciada por meio de dois **Eixos de Formação Concentrada**. Tais medidas visam contemplar a formação do perfil do egresso que poderá atuar em diferentes níveis socioeconômicos e de conhecimento, integrados pela região comercial que cerca a instituição de ensino, como apontado anteriormente nos contextos regionais do curso. Visa ainda flexibilizar o aprofundamento em campos específicos do conhecimento.

O **primeiro núcleo** denominado **Inovação de Mercados**, inaugura no curso novas perspectivas reflexivas no âmbito do Direito. Vivemos em uma sociedade que diariamente anuncia inovações no mercado e o desenvolvimento de novas tecnologias, necessitando assim de espaços para discussão e construção de propostas concretas que possibilitem avanços regulatórios nos âmbitos Digitais, Científicos e Negociais. Ainda neste núcleo, teremos espaço para discussão de temas tão importantes e significativos para o nosso Estado, que serão debatidos nas disciplinas **Direito Digital e Lei Geral Proteção de Dados Pessoais, Inovação e Startups, Direito Desportivo, Direito Portuário e Biodireito e Bioética**.

O **segundo núcleo** denominado de **Segurança Jurídica das Atividades Negociais**, preserva a tradição da Faculdade Moraes Júnior, que sempre primou pela formação de egressos capacitados para atuação no âmbito negocial. Neste sentido o discente poderá optar por cursar as disciplinas **Crimes Contra a Ordem Econômica e Tributária, Operações de Fusão, Aquisição, Obrigações Mercantis e Conflitos Societários, Direito da Regulação e Concorrência e Governança, Compliance, Inovação e Startups**.

O Profissional Jurídico da atualidade deve ter sua formação lastreada na sensibilidade para lidar com as diferentes nuances envolvendo a cidadania política, civil e principalmente a social.

Todos os núcleos descritos passam a ser enriquecidos pelos diversos e valiosos aspectos que são adotados e projetados nas mantidas pelo mantenedor, IPM, que possui em sua missão há formação integral do ser humano.

O referencial acima exposto aponta para uma formação que prestigia os valores éticos estruturantes do viver em sociedade. E na perspectiva social e regional, o Bairro de Botafogo, onde a IES tem o seu campus e desenvolve a sua missão educacional, apresenta sérias questões sociais relativas à livre iniciativa, aos novos negócios, a proteção dos direitos e deveres no mundo digital, as inovações e startups, administração de conflitos, corrupção, à violência, ao meio ambiente, à criança e ao adolescente, as pessoas com deficiência e os aspectos relativos a acessibilidade, ao consumidor, às relações trabalhistas, a ocupação e utilização do solo urbano, e outras importantes temáticas no seio social, que justificam a formação de profissionais preparados para a construção de soluções para esses complexos problemas.

Com tais referenciais, o Curso de Direito da FPM RIO tem como objetivo geral formar um profissional versátil, que possa atuar nas carreiras pública ou privada, judicial ou extrajudicialmente, com o instrumental técnico-jurídico necessário ao bom desempenho de tais carreiras, observando proceder ético e pautando o saber no conhecimento do Direito como ciência.



Busca-se propiciar uma visão crítica e abrangente da sociedade em seus aspectos políticos, econômicos, sociológicos, para que o egresso seja um cidadão consciente de seu papel e de sua responsabilidade no meio social, contribuindo, assim, para a formação de profissionais cientificamente preparados, dotados de uma compreensão interdisciplinar dos fenômenos jurídicos em suas diversas dimensões, tanto no âmbito das atividades do setor público como do setor privado.

Por fim, objetivo específico é, ainda, produzir conhecimento sobre as questões de importância social ligadas às perspectivas do projeto pedagógico, através de pesquisas no Núcleo de Pesquisa, e ampliar, de forma progressiva, a vocação extensionista, com serviços à comunidade.

Além do objetivo geral de preparar o profissional para atuar com responsabilidade no seio social, e os específicos usos registrados, projeta o Curso de Direito da FPM RIO atingir a excelência acadêmica, fazendo-o através da qualificação de seu corpo docente e também pela realização de pesquisas para a produção de conhecimento, propiciando a iniciação científica de futuros pesquisadores, buscando a interação do ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o aumento do conhecimento sobre aspectos da sociedade que possam resultar em melhor desenvolvimento do curso.



4. CONCEPÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

Objetivando uma plena articulação entre a concepção e organização didático pedagógica do curso aqui proposta e os instrumentos de organização e de gestão da FPM RIO e do IPM, compõem este PPC os instrumentos legais, estatutários e regamentais da FPM RIO e de seu Mantenedor.

O curso de Direito da FPM RIO, terá cumprido sua missão ao formar um operador do Direito capaz de:

- Dominar seu instrumental próprio de trabalho, seu aprendizado teórico-clínico, e saber fazer uso dele;
- Estar em condições de ressignificar criticamente sua prática e as representações sociais sobre seu campo de ação;
- Assegurar meios e situações que ampliem a qualidade de vida e a capacidade de autonomia e realização;
- Ser um cidadão que faça parte de uma sociedade e de uma comunidade em busca de avanços em seu processo civilizatório.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso realizará encontros periódicos conforme Calendário Acadêmico institucional para avaliar a qualidade do curso, com base nas avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), bem como nas tendências em educação para o Direito, dados de mercado de trabalho atualizados, opinião dos discentes, bem como informações e Atos Normativas expedidos pela Ministério da Educação e pela Ordem dos Advogados do Brasil. Após reflexões, são propostas ações de melhoria que são levadas ao Colegiado do Curso para deliberação e validação permanentes.

4.1. ARTICULAÇÃO DO CURSO COM O PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio foi construído em atendimento à Resolução CES/CNE nº 10/2002, ao Decreto nº 9.235, de 15.12.2017 e à Portaria Normativa MEC nº 2/2007.

O PDI é o documento institucional que norteia as práticas acadêmicas da FPM RIO, pois, nele estão consagrados os princípios filosóficos e técnico-metodológicos a serem observados no Projeto Pedagógico do Curso de Direito.

Em seu PDI, a FPM RIO é definida como uma instituição de ensino superior pluridisciplinar, confessional, destinada a formar seres humanos com valores de alto nível, capazes de perceber e interpretar os paradigmas atuais, vislumbrar novas possibilidades e propor a criação de caminhos alternativos, face às demandas da contemporaneidade.

O PDI da FPM RIO propõe a inovação para além das propostas convencionais de uma faculdade. Este avanço pretendido, baseado em um ensino de alto padrão associado a valores



cristãos explícitos, tem como diretriz um entendimento da realidade, o que pressupõe a consciência do valor tanto da coletividade quanto da singularidade dos indivíduos que a compõem e, por conseguinte, o desenvolvimento de um saber ativo, não apenas de conhecimento, mas de crítica e de construção da sociedade.

Nesse contexto, o Curso de Direito se mostra alinhado ao PDI quanto aos objetivos e princípios institucionais, contemplando aspectos relacionados com o ideal Mackenzista. Abaixo, são apresentados os objetivos explicitados no PDI da FPM RIO e as respectivas ações de articulação com o Curso de Direito:

- **Estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo:** um dos principais objetivos do Curso de Direito é a formação de profissionais aptos a desenvolver atividades na área da Jurídica, com a compreensão crítica da atuação profissional, a fim de formar profissionais que atendam às necessidades do mercado de trabalho, porém, com atuação orientada para a cidadania e responsabilidade social e ambiental;
- **Formação de recursos humanos aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira:** o Curso de Direito privilegia a educação profissional, a fim de formar profissionais que atendam às necessidades do mercado de trabalho, porém, com atuação orientada para a cidadania e responsabilidade social e ambiental;
- **Incentivo à investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia:** na FPM RIO, a pesquisa é considerada parte integrante fundamental de sua missão e do processo de ensino, além de instrumento privilegiado de formação. Nesse sentido, haverá estímulo incessante para que os alunos do Curso de Direito se envolvam em atividades de pesquisa, a fim de contribuir para o desenvolvimento social, nos cenários regional, nacional e internacional;
- **Divulgação de conhecimentos culturais, científicos e disseminação do saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação:** trata-se de um dos principais objetivos do Curso de Direito, a disseminação dos aspectos da história e da cultura, nos contextos regional, nacional e internacional;
- **Estímulo ao desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional:** no Curso de Direito, a formação está voltada para o desenvolvimento da capacidade do profissional de atuar de forma dinâmica e criativa, buscando o contínuo aperfeiçoamento profissional, a comunicação e a troca de experiências com profissionais de outras regiões e nacionalidades.
- **Estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo globalizado e prestação de serviços especializados à comunidade:** considerando o contexto da globalização, o aluno do Curso de Direito é estimulado a compreender tal cenário e assegurar que sua prática profissional seja realizada dentro dos mais altos padrões de qualidade, atuando de forma dinâmica e criativa, incentivando o contínuo aperfeiçoamento profissional, a comunicação e a troca de experiências com profissionais de outras regiões e nacionalidades, estimulando as atividades de internacionalização;



- **Promoção de atividades de extensão, abertas à participação da população:** por meio de ações de ensino, extensão, de publicações ou de outras formas de comunicação. Dentre elas, a promoção de atividades de extensão, abertas à participação da população, por meio da divulgação das atividades práticas desenvolvidas nas disciplinas específicas de Direito, e a integração com a comunidade, com vistas à divulgação da produção acadêmica de professores e alunos;
- **Contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da região em que está inserida:** A atuação dos egressos do Curso de Direito da FPM RIO, com reconhecida qualificação profissional, contribui para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos na região;
- **Aquisição por seus alunos de um Código de Ética baseado nos ditames da consciência e do bem,** voltados para um desempenho crítico e eficaz da cidadania;
- **Formação de cidadãos responsáveis, capazes de exercer a liderança de grupos sociais em que venham a atuar,** buscando soluções éticas, criativas e democráticas, capazes de superar os problemas com os quais venham a se defrontar;
- **Formação de profissionais com inteligência autônoma,** que se utilizem de um diálogo crítico com a realidade social, culminando com a prática do "aprender a pensar" voltada à ação concreta e empreendedora.

Em sua tarefa de ensino e pesquisa, ensinar criticamente a seus alunos, de forma contínua, o conhecimento atualizado das diversas áreas do saber, para honrar seu compromisso com a comunidade na qual se insere; orientar as ações sociais, buscando a consciência crítica e a participação dos diferentes grupos rumo ao desenvolvimento.

Também as Políticas de Ensino, expressas no PDI, estão incorporadas no presente projeto pedagógico:

- Metodologias de ensino que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o trabalho, nas diversas carreiras de nível superior;
- Planos de ensino que propiciem a integração, simultânea, entre teoria e prática;
- Avaliação formativa e continuada da aprendizagem, minimizando as avaliações quantitativas centradas meramente na acumulação de informações de cunho teórico-doutrinário;
- O discente como centro do processo pedagógico, mediante a assistência e atendimento em todos os momentos de sua vida acadêmica, ao lado da oferta de ensino de qualidade, apoiado em um corpo de professores qualificados e em recursos metodológicos, bibliográficos e tecnológicos adequados;
- Sistema organizacional que respeite as individualidades e harmonize a convivência acadêmica, em todos os níveis e categorias;



- Integração do discente à comunidade social, por meio de programas com bolsa de estudo de iniciação científica e extensão e em parceria com organizações, empresas e instituições governamentais;
- Convênios interinstitucionais para viabilizar a troca de experiências e de informações entre a comunidade acadêmica da FPM RIO, a comunidade e organizações brasileiras e estrangeiras.

Em atendimento ao que dispõe Resolução CNE/CES N°9, de 29.09.2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Direito, o curso da FPM RIO enseja condições para que o futuro operador do Direito seja capacitado a:

1. Exercer suas atribuições dotado de sólida formação geral, humanística e axiológica;
2. Capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;
3. Postura reflexiva e de visão crítica que fomente capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

4.2 PERFIL DO EGRESO

Projeta-se um egresso que seja dotado de sólida formação propedêutica e profissionalizante, para que possa atuar adequadamente preparado como profissional do Direito nas diversas carreiras jurídicas, com competência para desenvolver novos conhecimentos, necessários às contínuas mudanças da sociedade hodierna, ciente dos aspectos políticos, humanos, econômicos e sociais que envolvem o seu mister, tendo, assim, uma perspectiva crítica em relação ao saber.

A proposta do Projeto Pedagógico do curso de Direito busca formar um profissional do Direito ético, com responsabilidade social e humanitária, com múltiplas competências, por reunir um conjunto de características, competências e habilidades que outorguem ao egresso uma capacidade para atuar com propriedade na complexa sociedade hodierna. Um profissional preocupado com a proteção dos mais necessitados, a preservação do Estado Democrático, dotado de capacidade para elaboração de peças técnicas em geral, na defesa dos interesses de seus representados.

Para alcançar o perfil profissional delineado ao longo do curso, será priorizado o desenvolvimento das competências e habilidades para:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções e pensar estrategicamente;
- Agir sobre os processos em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes níveis de complexidade, o processo de tomada de decisão;



- Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional e o meio, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle e gerenciamento;
- Desenvolver competências empreendedoras como resiliência; compromisso; perseverança, criatividade e compromisso consigo mesmo e com o semelhante;
- Desenvolver raciocínio crítico e analítico para atuar com base em valores éticos adequados nas relações e fenômenos característicos de sua área de atuação;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional,
- Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;
- Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnicos ou científicos e a participação na produção de conhecimentos técnicos e científicos;
- Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional;
- Atuar em equipe multiprofissional;
- Manter-se atualizado com a legislação pertinente à sua área profissional e com a evolução do conhecimento e das práticas profissionais em seu campo de atuação;
- Ter postura ética ao lidar com situações cotidianas, tanto técnicas, como acadêmicas e profissionais.

Na concepção do curso, este futuro profissional do Direito deve ter capacidade de leitura e compreensão de textos, clareza na utilização da linguagem jurídica, um dos principais instrumentos de afirmação do saber jurídico, que se revela num discurso complexo, possibilitando a argumentação, interpretação e a reflexão dos fenômenos jurídicos e sociais de forma crítica.

Busca-se, no perfil do egresso, agregar em sua formação acadêmica, estudos e experiências que outorguem autonomia no processo de criação do saber, pois, nos tempos atuais, de bruscas e contínuas mudanças, é indispensável que se aprenda a construir o conhecimento novo, em face da continua necessidade de aperfeiçoamento ao longo da vida



profissional, face às novas demandas que a cada dia a sociedade pós-moderna exige. Para tanto, deve ser um profissional que possua domínio das novas tecnologias que permitam sua constante atualização.

Projeta-se incorporar também ao perfil de egresso a capacidade de construir e expor argumentações que sustentem e encaminhem a construção de soluções aos problemas sob sua responsabilidade, com base na compreensão do Direito como ciência, a fim de elaborar novos conhecimentos para lidar com a realidade em constante mudança. Para isso, deve ser dotado de uma completa cultura geral e jurídica.

Quer-se formar um egresso que saiba interpretar o Direito de forma abrangente, ética, com atuação interdisciplinar, dotado da capacidade de apreender o fenômeno jurídico pelo estudo de diversas fontes, em que o domínio da legislação seja propiciado pelo seu entendimento sob os enfoques doutrinário e jurisprudencial.

Que tenha a capacidade de atuação técnico-jurídica, fundamentada em raciocínio jurídico compreensivo dos diversos fenômenos sociais regulados pelo Direito como à diversidade em todos os seus aspectos, comprometido com o meio-ambiente, expressando o seu saber com escorreita terminologia jurídica.

Assim, O Curso de Direito da FPM RIO, atento às determinações das Diretrizes Curriculares do Curso, presentes na Resolução CNE/CES nº 5, de 17.12. 2018, visa formar um egresso **“comprometido com a defesa dos valores humanos fundamentais, para atender interesses universalistas e coletivistas, em contraposição ao simples atendimento exclusivo de interesses individuais orientados à autopromoção. A busca pela valorização da dignidade da pessoa humana deve pautar sempre a sua atuação profissional tanto na vida jurídica, pública ou privada, quer pela via judicial ou pelo caminho extrajudicial, apto para o acompanhamento da inovação e disruptão do mercado.”**

4.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Relativamente ao extenso campo de competências e habilidades que marcam o bacharel em Direito, na esfera de nossa expertise, o Curso de Direito, externa neste PPC a preocupação com o desenvolvimento de um trabalho constante de articulação entre conteúdos e estratégias pedagógicas, de forma a favorecer cada qual dos seus alunos quanto o desenvolvimento de *competências e habilidades* para:

1. Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão, com fundamentação ética e responsável;
2. Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional e o meio, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
3. Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle e/ou gerenciamento;



4. Desenvolver raciocínio crítico e analítico para operar com valores nas relações formais e causais entre fenômenos característicos de sua área de atuação, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos;
5. Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
6. Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos e sistemas, revelando-se profissional versátil;
7. Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;
8. Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
9. Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional;
10. Atuar em equipe multiprofissional, particularmente nas atividades consultivas e contenciosas;
11. Manter-se atualizado com a legislação pertinente à sua área profissional;
12. Manter-se atualizado com a evolução do conhecimento e das práticas profissionais em seu campo de atuação, através do envolvimento com a formação continuada;
13. Dentro de sua área profissional de formação, ampliar a preocupação com o desenvolvimento de ações sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente.

4.4 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN), TEMAS TRANSVERSAIS E DEMAIS LEGISLAÇÕES ACADÊMICAS

O curso mantém perfeita coerência com os valores expressos na Constituição Federal, particularmente os preconizados no art. 205 que ressalta como finalidade primordial da Educação (considerada como Direito Social Fundamental), o pleno desenvolvimento da pessoa humana e seu preparo para a cidadania.

Esta finalidade não só é respeitada pelo curso, como também é a diretriz orientadora da matriz curricular, objetivando compreender o fenômeno jurídico a partir da acepção de Direito e Desenvolvimento (buscando compreender as complexas relações jurídicas que envolvem o processo de crescimento e desenvolvimento do Estado e que impactam no desenvolvimento dos próprios cidadãos) e de Direito e Cidadania (buscando compreender



como os fenômenos jurídicos indicam e condicionam toda a estrutura social e política da cidadania a fim de fortalecer o seu exercício e a consolidação do próprio Estado).

O curso mantém também perfeita coerência, visto que são integralmente obedecidos os ditames estabelecidos pela **Resolução nº 5, de 17.12.2018**, baixada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Direito, Bacharelado.

Todas as disciplinas que integram os Eixos de **Formação Fundamental, Profissional e Prática** são contempladas na Matriz curricular. Além disso, resta absolutamente clara e detalhada a concepção estrutural do Curso de Direito, que foi elaborada de modo a abranger todas as circunstâncias previstas na DCN, com a estruturação no PPC dos Eixos da Formação Fundamental, Profissionalizante e Prática, conforme detalhadamente se expõe no presente Projeto Pedagógico.

Portanto, no Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FPM RIO, sem prejuízo de outros, estão explicitados os seguintes elementos estruturais: *"I – concepção e objetivos gerais do Curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social; II – condições objetivas de oferta e a vocação do curso; III – cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso; IV – formas de realização da interdisciplinaridade; V- modos de integração entre teoria e prática; VI – formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; VII – modos da integração entre a graduação e pós-graduação; VIII – incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica; IX – concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, bem como a forma de implantação e a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica; X – concepção e composição das atividades complementares; XI – inclusão do Trabalho de Conclusão de Curso."*¹²

Essa sintonia de bons propósitos educacionais também acolhe a sistemática de ensino-aprendizado que vem sendo preconizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, tanto que o currículo se apresenta em formato moderno, compatível com as necessidades de uma sociedade marcada pelo uso da tecnologia e pelo surgimento de novos costumes, conceitos e abordagens (como Direitos Humanos e Direito Ambiental).

Particularmente, a proposta do curso atende aos requisitos da **Instrução Normativa nº 01/2008 da OAB** (Conselho Federal), evidentemente nos artigos 7º, 8º e 9º que tratam dos critérios para Autorização, Renovação e Reconhecimento do Curso.

Vale ressaltar que o Curso apresenta-se com caráter inovador ao propor uma forte sistemática de interpretação do Direito, vinculadas às modernas e desafiadoras discussões contidas nos novos ramos do Direito, presentes nos conteúdos programáticos das disciplinas Biodireito e Bioética, Direito Digital, Direito Desportivo, Inovação e Startups, Crimes Contra Ordem Econômica e Tributária, Operações de Fusão, Aquisição, Obrigações Mercantis e Conflitos Societários, Direito da Regulação e Concorrência, Compliance e LGPD, RAD e Direito

¹² Tudo conforme consta do §1º do art. 2º, da Resolução nº 9/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.



Portuário, inserindo-se, também, na abordagem dos grandes temas estratégicos nacionais, como a Acessibilidade, Direito das Minorias, Empreendedorismo, Ética e Cidadania.

Reitera-se que o Curso de Direito quer alcançar o alto padrão de qualidade em todas as atividades educacionais, e, para que possa realmente atingir esse objetivo, a Faculdade lhe proporciona o necessário suporte legal e material, os quais dão sustentação a uma estrutura educacional e administrativa composta por docentes qualificados e por dedicados funcionários que se encontram distribuídos em Coordenações específicas.

É política da IES, em consonância com sua Visão e Missão, garantir o atendimento de todas as leis governamentais. Assim, em cumprimento à **Resolução nº 1, de 17.06.2004**, referente à Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Curso de Direito prevê, em sua matriz curricular, as disciplinas Introdução às Ciências Sociais, Ética e Cidadania, Direitos Humanos, nas quais se trabalha intensamente com textos que servem de reflexão e debate sobre estas questões. Não obstante, o respeito às diferenças e política de inclusão social também é trabalhado no programa de outras disciplinas do curso, de Pensamento Filosófico Contemporâneo, Direitos e Organização do Estado e Direitos Fundamentais, Organização e Tratados e Internacionais.

Além disso, em cumprimento ao **Decreto nº 5.626, de 22.12.2005**, oferecemos a Disciplina de LIBRAS como disciplina de livre escolha optativa para os alunos. Essa disciplina visa não só preparar o egresso para o atendimento pleno à sociedade, mas consolidar os conceitos e a formação para a igualdade, objetivando apresentar metodologias que permitam compreender a complexidade dos seres humanos. Registre-se que a IES tem dado apoio aos estudantes com necessidades especiais nesse campo, mantendo intérpretes de LIBRAS mediante a necessidade discente.

Destaca-se que em atendimento ao direcionamento Constitucional (**art. 225**), a Educação Ambiental é também uma preocupação da FPM RIO, e em cumprimento à **Lei nº 9.795 de 27.04.1999** e **Decreto nº 4281 de 25.06.2002** e a **Resolução nº 2, de 15.06.2012**, o Curso de Direito incorpora ao seu projeto, nas Atividades Complementares e na Extensão atividades acadêmicas voltadas para esse tema, além do estudo dessa abrangente temática nos próprios conteúdos de disciplinas como: Direito Ambiental, Tratados e Convenções Internacionais, Direitos Humanos e Teoria da Constituição. Contempla-se ainda, ações pontuais que estimulam Projetos na Área Ambiental, debates promovidos em Jornadas Científicas, Seminários, Congressos, Grupos de Trabalho, dentre outros instrumentos de promoção do debate científico universitário.

Como é exposto no decorrer do presente PPC, a FPM RIO sustenta-se pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Se de um lado a função da FPM RIO é produzir conhecimento e torná-lo acessível, o que se dá através da pesquisa e do ensino, respectivamente, de outro, a extensão tem o papel preponderante de inserir a FPM RIO na concretude das relações sociais e suas situações cotidianas, tornando o conhecimento científico relevante, palpável, aplicável. Isso tudo orientado ao cumprimento da **Lei nº 10.861/2004 (SINAES)**.

Sob o ponto de vista de sua função social, o Curso de Direito da FPM RIO desenvolve continuamente ações de grande valor moral, de solidariedade em prol da comunidade, buscando salientar, o serviço à sociedade, demonstrando, além da produção do conhecimento, a sua utilidade prática destacando-se entre as seguintes atividades: a socialização do conhecimento construído em palestras e consultas jurídicas em instituições de



projeção social, os cursos de atualização de conhecimentos, a orientação a atendimento jurídico aos hipossuficientes no Núcleo de Prática Jurídica, a produção de campanhas com distribuição de cartilhas estimulando a reflexão e valorização dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

A FPM RIO possui uma linha de pesquisa que se consubstancia no estudo da cidadania Acessibilidade Jurídica denominada **“Regulação e Cidadania: O Estabelecimento de Novos debates da Cidadania Urbana”** que objetiva estudar os enlaces viabilizadores de cidadania na cidade do Rio de Janeiro, em especial os advindos da mitigação ou ações afirmativas ligadas aos direitos civis, políticos e sociais.

Na sua abordagem social, possui uma sublinha denominada **“Acessibilidade Jurídica: Mecanismos de inclusão da pessoa com deficiência”** que objetiva estudar os mecanismos de inclusão social, a aplicabilidade e eficácia dos dispositivos legais voltados a essa grande parcela da população, além do direito de acesso a serviços básicos e as barreiras que obstaculizam a sua consecução pela pessoa com deficiência.

O trabalho do grupo de pesquisa se voltou inicialmente a inclusão da pessoa com deficiência no mercado consumidor através da conscientização dos comerciantes e comerciários com o intuito de romper as barreiras atitudinais. Nesse processo foi confeccionada uma cartilha e criado um projeto de extensão denominado **“Enxergue um Bom Cliente. Mackenzie Rio por um comércio inclusivo.”**, iniciativa que mobiliza o corpo discente e docente na conscientização dos comerciantes, voltada para a consecução de um atendimento humanizado e inclusão dessas pessoas.

Esse trabalho de conscientização será sucedido por um processo de qualificação dos alunos e docentes da instituição de ensino com o objetivo de capacitar gratuitamente os comerciantes locais em técnicas de atendimento às pessoas com deficiência através de oficinas ministradas nas dependências da instituição de ensino.

Pela **Resolução nº 2, de 19.04.2021**, que alterou o **artigo 5º da Resolução CNE/CES nº 5, de 17.12.2018**, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, restou previsto que a formação técnico-jurídica deve abranger conteúdos de *“Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual, Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Lei Geral de Proteção de Dados e Formas Consensuais de Conflitos.”*

No campo da Formação Prático Profissional, indicou a necessidade de *“estudos referentes ao letramento digital”*. Em tal vértice, no âmbito do Curso de Direito, além das disciplinas tradicionalmente oferecidas, incluímos em nossa grade as disciplinas Direito Digital e Lei Geral de Proteção de Dados, Direito Portuário, Direito Desportivo, Compliance e LGPD, Biodireito e Bioética, Direito Eleitoral e Linguagem de Programação.

Destaca-se, também, no escopo das atividades de Extensão, o Projeto Mackenzie Solidário, que projeta o desenvolvimento de ações que favoreçam à aproximação com a comunidade por meio da responsabilidade social; o Projeto Acessibilidade Jurídica, que propõem a discussão de questões pertinentes ao princípio da dignidade da pessoa humana e o fortalecimento do princípio da igualdade.



Ainda, como demonstrado neste PPC, a proposta do curso cumpre os ditames específicos das DCNs, em seu artigo 4º ao assegurar, uma “sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomenta a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania”, que como se observa, mantém estreita coerência não só com o presente Projeto mas com os próprios ditames institucionais da FPM RIO.

4.5 REQUISITOS DE INGRESSO

O Curso de Direito é destinado aos candidatos portadores do Certificado de Conclusão do Ensino Médio, como determina a legislação educacional.

Obedecendo às limitações institucionais e legais, o processo seletivo objetiva a classificação de candidatos para provimento de vagas oferecidas pela FPM RIO, previa e semestralmente divulgadas à comunidade.

Em atendimento cumprir o princípio da publicidade, a IES publica a cada novo processo seletivo, Edital próprio, que contemple o descriptivo dos procedimentos utilizados, critérios de avaliação e classificação, requisitos para ingresso e participação nos processos, bem como o calendário de atividades.

Em atendimento ao Princípio Constitucional da Igualdade, às normas que regem a educação no Brasil e as Políticas Públicas Afirmativas e Estudantis, a FPM RIO empreende continuamente esforços para garantir o acesso, a permanência, a inclusão, a integração, o respeito, a ética e o sucesso do corpo discente, independentemente de sua condição social, econômica, cultural, étnica, racial ou de saúde, garantindo a todos a inviolabilidade ao direito à Igualdade de oportunidades.

Segundo o PDI da FPM RIO, como garantia de acesso e respeito aos princípios democráticos de participação igualitária, prevista constitucionalmente, a Instituição oferece o processo seletivo, objetivando a classificação de candidatos à matrícula, regido por edital próprio, onde são contempladas todas as informações necessárias ao certame.

As modalidades de ingresso oferecidas pela FPM RIO são:

- Processo Seletivo Universal;
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- Transferência Externa;
- Transferência Interna;
- Portador de Diploma de Curso Superior.

O candidato que tenha realizado estudos equivalentes ao Ensino Médio no exterior deverá apresentar prova de equivalência de estudos fornecida por autoridade competente. Os requerimentos de equivalência de disciplinas serão analisados rigorosamente sob os



aspectos de conteúdos programáticos e suas respectivas cargas horárias, sendo que, eventualmente, o candidato à vaga sofrerá um acréscimo no tempo de integralização do curso pretendido, a depender dos resultados obtidos. O ingresso no curso de Direito segue as modalidades previstas no PDI. O aluno ingressante no Curso de Direito deve ter um perfil dinâmico, diligente, persistente, empreendedor e que esteja interessado em aprender a aprender. Tais características são essenciais para o adequado acompanhamento do curso e a conquista da independência e sucesso profissional.

Ainda, em acordo com as diretrizes institucionais e nacionais, a FPM RIO tem como possibilidade a utilização da nota do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) realizado pelo Ministério da Educação, de maneira complementar ou substitutiva, conforme será previsto no Edital específico.

O Processo Seletivo só tem validade para o semestre letivo para o qual tenha sido realizado. Além disso, é condição de matrícula inicial, o candidato ter sido classificado e convocado no Processo Seletivo em vigor.

O candidato que tenha realizado estudos equivalentes ao Ensino Médio no exterior deverá apresentar prova de equivalência de estudos fornecida por autoridade competente. Os requerimentos de equivalência de disciplinas serão analisados rigorosamente sob os aspectos de conteúdos programáticos e suas respectivas cargas horárias, sendo que, eventualmente, o candidato à vaga sofrerá um acréscimo no tempo de integralização do curso pretendido, a depender dos resultados obtidos.



5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO

5.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O Projeto Pedagógico Institucional da FPM RIO, estabelece que a abordagem pedagógica da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio **não é conteudista**, nem é centrada apenas nas experiências dos alunos. Também, não é uma abordagem centrada no desempenho e na pessoa do professor de modo tecnicista. **Podemos considerá-la uma abordagem interacionista, fundamentada na aprendizagem significativa.** Está, pois, alicerçada no **tripé Disciplina, Protagonismo Estudantil e Professores**.

Tem como ênfase o trabalho pedagógico que ocorre entre professores e alunos, na interação com estratégias diversas para apropriação de conteúdo. Implica numa interação constante de todos os envolvidos com os conhecimentos específicos das diversas áreas de formação, considerando os processos que levam os alunos a alcançarem os resultados de desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal, favorecendo a progressão de novos conhecimentos dentro de cada área.

A abordagem exige que o professor parta de conhecimentos prévios e cotidianos dos alunos, auxilie e dirija-os na significação e aprofundamento dos conceitos teóricos e científicos, de modo que eles alcancem o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes ao longo do processo formativo.

Buscar o **desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes** não pode ser concebido como um esvaziamento do conteúdo, em favor de um trabalho centrado nas experiências e nos desejos dos alunos. Por sua vez, o conteúdo também não pode ser concebido como um instrumento de motivação da aprendizagem do aluno. Pelo contrário, o conteúdo a ser trabalhado deve ser considerado como um conjunto de conceitos teóricos, sistematicamente relacionados, concebidos com base no conhecimento acumulado pelos pesquisadores da área ao longo da história. Assim considerado, o conteúdo disciplinar é fortalecedor da capacidade de organização hierárquica dos conceitos e do pensamento dos alunos, bem como de suas habilidades de lidar com ele nas situações cotidianas, tanto técnicas, acadêmicas, como éticas.

A partir dessa abordagem de caráter **interacionista**, o curso incentiva o protagonismo estudantil no processo de ensino-aprendizagem. O que se propõe ao aluno, inclusive no âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais é que seja ativo no desenvolvimento das habilidades, competências e atitudes que o conteúdo demanda.

As metodologias de ensino devem favorecer esse protagonismo, utilizando-se de técnicas consideradas ativas, como pesquisa, resolução de problemas, estudos de caso, entre outras que poderão ser desenvolvidas. Essa abordagem pedagógica cria condições para o desenvolvimento da capacidade do aluno de “aprender a aprender”, incentivando-o à busca de informação e da formação continuada exigida para a sua atuação na sociedade.



Diante do exposto, entende-se que o modo como o docente desenvolve o processo de ensino e aprendizagem permitirá o desenvolvimento do discente, onde docente, conteúdo e discente desempenham papéis fundamentais e complementares.

O papel do aluno no processo de aprendizagem é um papel ativo. Os docentes são orientados a desenvolver um trabalho que confirme os valores de formação integral do homem, os valores bíblicos e cristãos de que o homem é uma criatura que deve se responsabilizar pelos seus atos, agir com responsabilidade, segundo princípios de sustentabilidade no uso de recursos da natureza, e agir em direção ao outro, com respeito e valorização pelo outro como criatura semelhante a si.

Na sala de aula, o **protagonismo dos estudantes** precisa ser estimulado com estratégias que os levem a desenvolver pesquisas, a se envolverem ativamente com a resolução de problemas e a aplicarem o conhecimento e os conceitos de que estão se apropriando. Implica em uma prática pedagógica que oferece a escuta do aluno, permitindo-lhe tomar consciência do seu estilo de aprendizagem e de suas metas profissionais, de modo a torná-lo ativo no processo de aprendizagem.

É necessário que o protagonismo desponte tanto nas estratégias de ensino propostas pelos professores para o desenvolvimento do aluno, quanto na promoção de possibilidades de ampliação do conhecimento, bem como no desenvolvimento de atividades de integração e síntese, espaços e estímulos para o desenvolvimento de Monitorias, Núcleo de Gestão Aplicada, Projetos Integradores, Projetos de Extensão e Projetos de Iniciação Científica.

Assim, o processo de ensino e aprendizagem ganha relevância. O ensino não será centrado no docente, apesar de sabermos que é ele quem articula inicialmente os saberes e a prática ao planejar sua aula; mas não é também centrado no ativismo do discente. Há uma articulação entre os saberes da área, os saberes do docente e as ações do discente com estes saberes no processo de se apropriar e conhecer e de desenvolver suas competências.

O Curso de Direito utiliza **metodologias de ensino ativas**, ou seja, aquelas que promovem o desenvolvimento de competências e de habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o exercício de profissão ligada à área da ciência jurídica. Nesse sentido, adota-se o sistema didático pedagógico que se destaca pela integração simultânea da teoria com a prática.

Isso deve ser revelado pelo docente e pelas estratégias que ele utilizar, desde a proposição dos objetivos de aprendizagem expressos nos **Planos de Ensino**, de maneira a declararem a inter-relação de competências e habilidades, até o desenvolvimento das atividades de aprendizagem na aula, que utilizem estratégias que promovam a articulação entre o saber fazer e o saber conhecer do discente além de desenvolverem atitudes específicas na direção do saber ser.

Percebe-se que as competências e as habilidades que marcam o bacharel em Direito resultam de uma visão formada pelo processo de ensino que não se concentra unicamente no docente, apesar de lhe atribuir o papel de principal articulador entre os saberes e a prática, especialmente, quando planeja suas aulas. E essa visão educacional se completa com o aprendizado, que também não é exclusivamente centrado no ativismo do discente. Portanto, há uma simbiose que se fundamenta na articulação entre os saberes da área, os saberes do docente e as ações do discente.



Desse modo, a gestão da sala de aula é de extrema importância para uma instituição de ensino que promove a pesquisa e a extensão, e que o faz a partir de valores e princípios fundamentados na fé cristã, visto sua Confessionalidade. Difunde-se entre os docentes a certeza de que o objetivo da docência é a aprendizagem e o aperfeiçoamento do discente e dos conhecimentos que este tem. É a formação do discente para melhor atuação ética e profissional. Para se atingir este objetivo, o docente deve imprimir esforços didáticos para organizar e desenvolver os programas com diversos métodos de ensino utilizados a fim de alcançar diferentes modos e estilos de aprendizado dos docentes.

Firmando-se no conteúdo programático de cada disciplina, o docente deve descrever quais serão os recursos e procedimentos que serão utilizados no decorrer do semestre letivo de sua disciplina.

Entende-se que as aulas de todas as disciplinas do currículo devem ter natureza teórico-expositiva, visto tratar-se do melhor instrumento de aquisição de conhecimento a propiciar o pensamento crítico-reflexivo. Esse método deve ser necessariamente acompanhado de incessante pesquisa e de aulas teórico-práticas vinculadas ao Núcleo de Estudo e Pesquisas. Nada impede que o docente estimule, alternativamente, o debate ou discussão sobre um texto-leitura, sobre a apresentação de discente ou grupo, mas sempre com a sua introdução prévia, permitindo o direcionamento objetivo da discussão e a confiança dos discente.

Ao assim proceder, o docente promove uma interação com seus discente e provocará uma interação entre eles, além de se relacionar com todos os aspectos administrativos da instituição, a fim de que a sala de aula tenha um funcionamento adequado.

É claro que a aferição qualitativa dessa estrutura metodológica de saberes, estrategicamente dosada pela sistematização do conhecimento, desenvolvimento e apropriação do processo de ensino-aprendizagem, necessariamente demanda o emprego de um rotineiro sistema de avaliação dos discentes. Por isso é que se adota um **procedimento fracionado de avaliação**, utilizado com o propósito de fornecer dados reais sobre o aproveitamento das competências propostas para cada componente curricular.

Nessa direção e em consonância com os princípios filosóficos da FPM RIO, trabalha-se a partir dos quatro pilares da educação desenvolvidos por Jacque Delors e sua equipe e divulgados pelo relatório da Comissão Internacional para a Educação no Século XXI para a UNESCO (DELORS, 1996): *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*.

5.2 ESTRATÉGIAS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURICALAR

As estratégias de flexibilização curricular envolvem:

- **Estratégias de internacionalização;**
- **Estratégias de interdisciplinaridade;**
- **Estratégias de integração com a pós-graduação.**



As possibilidades de **integralização de disciplinas fora da grade curricular** como eletivas.

A flexibilização curricular é garantida por lei. O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005 de 25.06.2014) prevê Diretrizes Curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.

Há também históricos pareceres do CNE (nºs 776/97 e 583/2001) que defendem a flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Na “sociedade do conhecimento” uma das habilidades exigidas é a de trabalhar em grupo, pensar coletivamente, com pessoas que apresentam pontos de vistas e conhecimentos diferenciados. Acreditamos que favorecer a convivência entre alunos de diferentes áreas do saber, por meio de disciplinas que tenham um eixo comum, é uma forma de desenvolver essa habilidade. Uma exigência que se faz para a inserção social dos cidadãos é o desenvolvimento de atividades relacionadas a saúde mental e bem-estar social, incluindo no currículo projetos e/ou disciplinas que estimulem estes temas.

Desse modo, as estratégias de flexibilização do currículo adotadas pelo Curso de Direito são aquelas que procuram moldar-se às orientações educacionais estabelecidas pelo PNE e pela própria FPM RIO, descritas no PDI da Instituição.

Nesse sentido, o Curso de Direito buscou ampliar a flexibilidade curricular como prática pedagógica que favorece o desenvolvimento da autonomia do discente e a sua formação interdisciplinar e integral. Essa flexibilização exige que se coloque em prática um sistema permanente de atualização, adaptação e revisão interdisciplinar e pluridisciplinar, especialmente no campo das disciplinas propedêuticas que integram as organizações curriculares, bem como nos núcleos optativos.

As **disciplinas optativas** contempladas na matriz curricular do PPC possibilitam a escolha pelos estudantes quanto à respectiva formação, e dada a conformação dos cursos da IES permitem a apreensão de conhecimentos diversos na área de inserção do Direito uma vez que disciplinas de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e de Psicologia são oferecidas aos estudantes, no que também permite o contato com discentes dos outros cursos, aspecto que se fará presente na futura atuação profissional, que trabalhará com interação com outros profissionais, promovendo o aprendizado de saber trabalhar em equipe interdisciplinar. Nessa perspectiva, também se busca ampliar a integração entre a graduação e a pós-graduação.

A matriz curricular foi construída na perspectiva de possibilitar ao discente ampliar seu trânsito em outros campos do saber, assim como, a promoção do diálogo com outros cursos. Neste sentido, foi alocada ainda nos períodos 5º e 8º, respectivamente, as disciplinas Optativa I e II, que possibilitam ao discente escolher entre as várias disciplinas que estejam sendo oferecidas no âmbito da FPM RIO, como por exemplo, Medicina Legal, Economia da



Regulação, Epistemologia e Psicologia, Economia Fluminense, Leis Penais Extravagantes, Libras, Prática Profissional e Temas Contemporâneos em Psicologia, Neurociência e Comportamento, Psicologia da Motivação e Emoção, dentre outras.

Com a progressão na matriz curricular, o discente vai adquirindo maturidade acadêmica, o que permite a concessão de uma margem de liberdade que agregue valores subjetivos em sua formação. O discente que pretenda seguir em ênfases profissionais dentro do Direito, por exemplo, poderá cursar as disciplinas optativas das áreas de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Psicologia, adquirindo assim, noções básicas que auxiliem na gestão de pessoas em contextos organizacionais, dos seus contratantes ou das suas próprias carreiras. Discentes que estejam perseguindo carreiras públicas ou concursos, poderão optar pelas disciplinas optativas relacionadas a função do Estado.

O oferecimento de disciplinas com **temas universais**, comuns a todos os cursos, como **Ética e Cidadania, Introdução à Cosmovisão Reformada, Introdução às Ciências Sociais, Princípios de Empreendedorismo, Metodologia do Trabalho Científico e Ciência, Tecnologia e Sociedade**, reforçam a interdisciplinaridade, o convívio dos alunos, a sinergia e trabalhos em equipe, torna-se também uma exigência que se faz na inserção social dos cidadãos.

Para melhor aproveitamento dessas estratégias, articula-se, no processo de formação do discente, maior comunicação e permeabilidade entre diferentes áreas disciplinares, buscando eixos comuns, conteúdos e questões que permitam a formação ampla dos graduandos.

Neste sentido, as disciplinas **Ética e Cidadania, Introdução à Cosmovisão Reformada, Ciência, Tecnologia e Sociedade, Introdução às Ciências Sociais, Princípios do Empreendedorismo e Metodologia do Trabalho Científico**, promovem este **Eixo Universal de integração e flexibilidade** de forma transversal com todos os cursos.

A flexibilidade também pode ser mensurada pela capacidade de construção e utilização de diferentes referenciais e modelos pedagógicos no curso, particularmente os referentes aos trabalhos coletivos.

Outro tipo de flexibilidade está relacionado à progressão no curso que ocorre por meio de ciclos de formação, o que permite a movimentação dos estudantes entre os semestres de um mesmo ciclo. Isso contribui para a redução do tempo de formação e motiva o estudante a continuar estudando, além de participar de um processo de formação profissional que rompe com o enfoque unicamente disciplinar e sequenciado partindo de uma hierarquização de conteúdos.

Com a flexibilização curricular criam-se espaços de aprendizagem, buscando a articulação teoria e prática como princípio integrador (conectar o pensar ao fazer), o que possibilita ao aluno ampliar os horizontes do conhecimento e a aquisição de uma visão crítica que lhe permita extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional e propicia a diversidade de experiências aos alunos.



5.2.1 Estratégias de Internacionalização

Atualmente, o mundo se apresenta de forma cada vez mais global e com um mercado de trabalho altamente competitivo. Dessa forma, a FPM RIO tem se mostrado pioneira no sentido de ampliar as oportunidades de internacionalização oferecidas a seus estudantes, participando ativamente da diligência de internacionalização e empreendido ativamente para sua realização.

A FPM RIO e a UPM, são instituições de ensino superior mantidas pelo IPM. A UPM dispõe de uma Coordenadoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional, órgão subordinado à Reitoria, que estabelece parcerias com instituições internacionais e orienta os alunos interessados em busca de oportunidades de intercâmbio, que pode ser realizado em instituições conveniadas em vários países e a partir de diferentes programas, como o Ciência sem Fronteiras. Tal possibilidade é oferecida aos estudantes da FPM RIO por força da manutenção comum pelo IPM.

Neste sentido, segundo o PDI da Faculdade, buscar-se-á estender os convênios internacionais vigentes, entre aquela IES e entidades de ensino de quatro continentes, no que for aplicável, aos corpos discente e docente da FPM RIO.

Essas oportunidades existem na forma de Editais. Os programas de mobilidade internacional serão divulgados e apoiados, como estímulo à participação, de docentes e discentes, com destaque para: Programas Santander – TOP Espanha, TOP China, TOP UK, Bolsas Ibero-Americanas, Bolsas Fórmula Santander; Programa Erasmus Mundus, Projeto Babel, Processo de Fluxo Contínuo - com destino para universidades no exterior conveniadas - e Programa Ciência sem Fronteiras.

O intercâmbio é incentivado visando estimular a participação do discente em uma dimensão global e multicultural, enriquecendo sua aprendizagem com as características de outras culturas, assim como a convivência internacional, cuja viabilização enriquecerá a educação oferecida.

Para o aluno se candidatar a qualquer oportunidade internacional, é essencial possuir bom desempenho acadêmico. Os editais, veiculados pelo Portal Mackenzie Rio, na internet, e através do Diretório Acadêmico, descreverão os requisitos exigidos aos alunos e orientarão a escolha adequada das disciplinas que irão cursar de acordo com as especificidades da instituição de ensino a que se destinam.

5.2.2 Estratégias de Interdisciplinaridade

Segundo Ivani Fazenda (FAZENDA; 1994), a interdisciplinaridade nasceu na França e na Itália, em meados da década de 60, num período marcado pelos movimentos estudantis que reivindicavam um ensino mais sintonizado com as grandes questões de ordem social, política e econômica. De fato, esta visão sobre o trabalho com o conhecimento veio a ser corroborada na filosofia com as contribuições de Edgar Morin.



Este introduziu o conceito de complexidade no mundo pedagógico. Ele a definiu como sendo “o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal” (MORIN, 2001, p. 20).

Tem havido grandes movimentos e proposições no campo da pedagogia incentivando e promovendo a organização de currículos de forma mais interdisciplinar; a inserção de temas transversais, o trabalho com projetos. No entanto, o sistema educacional ainda está fragmentado. Os conteúdos e disciplinas são, em geral, trabalhados de maneira isolada pelos docentes. Não costuma haver uma associação entre as disciplinas. Contudo, na FPM RIO, a partir mesmo de sua fundamentação filosófica, há uma busca pelo estabelecimento de relações entre os conhecimentos. Compreende-se, em concordância com Schaeffer (2002), que uma educação verdadeira *“significa pensamento pela associação de várias disciplinas, e não apenas ser altamente qualificado em determinado campo, como um técnico deve ser”* (SCHAEFFER, 2002, p. 30).

O PDI da FPM RIO entende que a interdisciplinaridade não está ligada apenas à organização dos conteúdos em si, mas também, à ação do professor e do processo de ensino que ele utiliza para que o aluno aprenda, bem como, à organização que a instituição propõe para que o aluno se movimente entre as várias áreas de conhecimento e disciplinas acadêmicas.

Do PDI se extrai que tanto a interdisciplinaridade, quanto a transdisciplinaridade ocorrem no sujeito, ou seja, no docente e no discente, as quais surgem a partir das possibilidades concebidas no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem. Com relação ao docente, indivíduo dotado de capacidade reflexiva e hábil para planejar o processo do ensino, cumpre atravessar as fronteiras das disciplinas e facilitar a interlocução do discente com as realidades fáticas contemporâneas. No outro extremo, está o discente sendo constantemente estimulado a praticar o protagonismo estudantil, tendo como desafio utilizar as habilidades e competências adquiridas durante o curso na busca de soluções para os temas revelados no cotidiano.

Por exemplo, as **metodologias ativas** utilizadas em diversos componentes curriculares que propiciarão o diálogo e a construção sincrônica de conhecimentos na área do Direito, particularmente nas atividades que envolvem tomada de decisão, pesquisa, simulações de modelagem, adequação comportamental, dentre outras.

Não será demasiado lembrar que a Filosofia Educacional, a Missão e a Visão concretamente declaradas pela Instituição e abraçadas pelo Curso de Direito, objetivam formar profissionais dotados de:

- Formação generalista, humanista e reflexiva;
- Visão do seu contexto socioeconômico e cultural;
- Preocupação ambiental;
- Visão crítica, criativa e empreendedora;
- Competências e habilidades requeridas para o exercício profissional no vasto campo da área do Direito;



- Atitudes com ênfase nos princípios e valores de uma da Confessionalidade reformada.

Nesse sentido, o Núcleo Docente Estruturante do Curso do Curso de Direito terá liberdade para inovar e usar a criatividade na elaboração e revisão do Projeto Pedagógico, atentos para sempre propiciar a inserção de disciplinas novas, voltadas para produção de efeitos educacionais acima visados, bem como, o redimensionamento das Atividades Complementares e do protagonismo estudantil como forma de estímulo à interdisciplinaridade, que deve ser praticada em termos de realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

Em tal jaez, algumas soluções já são adotadas neste PPC:

- O estudo de temáticas de diversos campos do saber, entrelaçando os conteúdos humanísticos e os profissionalizantes;
- Eleição de tema comum a docentes e discente dos cursos da IES para análise no semestre letivo e debate em comum nos Seminários, Encontros e nas Semanas de Iniciação Científica;
- Inserção nos programas de disciplinas de temas sociais e profissionais eleitos pelo NDE do curso para abordagem em distintos enfoques pelo viés de diversas ciências;
- Estudo de conhecimento das outras áreas dos demais Cursos oferecidos pela FPM RIO;
- Incentivo ao trabalho de graduação interdisciplinar;
- Seleção de disciplinas eletivas a ser cursadas nos demais Cursos oferecidos pela FPM RIO.

5.2.3 Estratégias de Integração com a Pós-graduação

A Pós-Graduação *Lato Sensu* é um sistema de formação intelectual e tem como objetivo contribuir para melhorar a competitividade dos profissionais no mercado de trabalho, desenvolvendo suas habilidades empreendedoras por meio da aplicação de técnicas dinâmicas de ensino e aprendizagem que envolvem estudos de casos reais e debates sobre situações contemporâneas, destinada ao aprofundamento dos conhecimentos acadêmicos e técnico-profissionais em campos específicos do saber e integra as áreas de conhecimento vinculadas ou aproximadas aos Cursos de Graduação.

A FPM RIO vem ofertando cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* nas áreas de Ciências Contábeis, Administração e Direito. Objetiva-se ofertar novos cursos de especialização, na área do Direito, o que permitirá o aprofundamento de estudos em temáticas específicas de interesse dos egressos, especialmente, aqueles que tenham vinculação com os parâmetros do PPC.

Esta integração pode ser obtida, principalmente, por meio dos seguintes recursos:

- Participação em projetos de pesquisa liderados por professores pesquisadores dos programas de pós-graduação;



- Desenvolvimento de projetos de iniciação científica vinculados a programas de pós-graduação da FPM RIO ou de outras instituições de ensino e pesquisa, financiados por agências de fomento internas (Bolsa Pesquisa) e externas (CNPq, entre outras);
- Cursar disciplinas da pós-graduação, comuns à graduação.

5.2.4 Possibilidades de integralização de disciplinas fora da grade curricular como eletivas

O Projeto Pedagógico prevê que o discente curse disciplinas eletivas fora da matriz curricular, nos demais cursos de graduação oferecidos pela FPM RIO, desde que assuma os encargos financeiros relacionados. Se aprovado na disciplina, o discente receberá horas de atividades complementares correspondente à carga horária da disciplina cursada, conforme os parâmetros estabelecidos no Regulamento de Atividades Complementares.

Os alunos do curso de Direito poderão cursar, como eletivas, quaisquer disciplinas listadas pela coordenação do curso. Além disso, serão aceitas, como eletivas, disciplinas cursadas em outras instituições, desde que aderentes ao campo do Direito, computando horas de atividades complementares.

Os alunos são informados destas possibilidades a partir do ingresso no curso e estimulados a escolherem disciplinas que complementem sua formação como futuros economistas.

Os meios utilizados para a divulgação dessas informações incluem:

- O site da FPM RIO;
- Canais de comunicação da Coordenação do Curso com os alunos;
- Por meio do Moodle;
- Comunicação direta e eletrônica com os representantes de turma eleitos por seus pares;
- Cartazes nos murais da Faculdade.



5.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO, EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE RESPEITO À DIVERSIDADE NO CONTEXTO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

O IPM, Mantenedor da FPM RIO, desde seus primórdios manifesta a preocupação com a garantia da acessibilidade atitudinal, física e pedagógica. Desde os seus primórdios, o Mackenzie manifesta a preocupação com a inclusão dos menos favorecidos no sistema educacional. Desde 1872, quando ainda era chamada “Escola Americana”, já oferecia bolsas de estudos para aqueles alunos que não podiam custear suas despesas.

É política da FPM RIO, em consonância com sua Visão e Missão, garantir o atendimento dos instrumentos regulatórios. É possível observar na matriz curricular, disciplinas para cumprimento à Lei nº 11.645 de 10.03.2008, à Resolução nº 1, de 17.06.2004 e à Lei 10.639 de 09.01.2003, referente à **Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. No âmbito da extensão, são realizados **eventos** voltados para a cidadania e debates específicos.

Destaca-se que para atender ao determinado nas DCN para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (Resolução CNE/CP Resolução 1/2004), no Curso estas questões são tratadas nos conteúdos de determinadas disciplinas como: Ética e Cidadania e Introdução às Ciências Sociais e Crimes Contra Patrimônio, Pessoa e Dignidade Sexual.

A preocupação com a questão dos **Direitos Humanos** é inerente à filosofia da Instituição, sendo parte integrante da sua Visão e Missão. Deste modo, as Diretrizes Nacionais para a educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8 de 2012, é traduzido e incorporado ao Projeto Pedagógico, sendo garantidas nos objetivos dos cursos de modo transversal e em disciplinas que possibilitarem esse aprofundamento, tais como no Laboratório de Prática Jurídica, Ética e Cidadania e Psicologia Jurídica e Direitos Humanos.

A **responsabilidade Socioambiental** é também uma preocupação da FPM RIO, e em cumprimento à Lei nº 9795 de 27.04.1999 e Decreto nº 4.281 de 25.06.2002 e a Resolução CNE/CP nº 2, de 15.06.2012. As disciplinas Direito Ambiental e Organização do Estado e Direitos Fundamentais e Ciência, Tecnologia e Sociedade, contidas na matriz, possuem uma abordagem teórica das temáticas relativas à responsabilidade socioambiental, com o intuito de formar uma consciência de sustentabilidade, para que o egresso possa futuramente aplicar em sua área de atuação e consequentemente beneficiando a sociedade. No âmbito institucional, são oferecidos, com um enfoque transdisciplinar, eventos voltados para esse tema como a **Semana de Sustentabilidade**, garantindo a transversalidade.

A preocupação institucional com a acessibilidade consiste no acompanhamento dos casos que necessitam de atendimento específico, de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação: *“Dotar as instituições de educação superior (IES) de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes.”* (MEC/INEP, 2013)



Tal postura, para a faculdade, implica na observação de aspectos de acessibilidade estrutural e física, bem como a acessibilidade pedagógica e atitudinal, por meio de capacitação docente e apoio psicopedagógico aos discentes. Ao se identificar as necessidades especiais de discentes ingressantes, a partir do Processo Seletivo de Ingresso, busca-se preparar o ambiente e os profissionais que serão envolvidos com o aluno. Esse trabalho tem sido desenvolvido por meio da Coordenadoria de Acompanhamento ao Discente, subsidiado pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, Núcleo de Orientação Psicopedagógico, Serviço de Apoio ao Transtorno do Espectro Autista, Colegiado de Curso e a Capelania Institucional.

Com o objetivo de favorecer a aprendizagem e a oportunidade de pleno desenvolvimento dos discentes, as políticas de inclusão e de acessibilidade devem:

- Aparelhar a instituição e adequar suas estruturas;
- Disseminar a informação sobre inclusão;
- Sensibilizar a comunidade acadêmica para o desenvolvimento da educação inclusiva.

Deste modo, como parte das políticas da FPM RIO para atender a essas demandas, a acessibilidade é observada em seus vários espectros, considerando as necessidades de comunicação, arquitetônicas, metodológicas, de transporte, instrumentais e programáticas.

Em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22.12.2005, oferece-se a disciplina de **LIBRAS** como disciplina optativa. Também se tem a preocupação e o cuidado em garantir:

- Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa;
- Flexibilidade na correção de avaliações, valorizando o conteúdo semântico;
- Materiais de informações aos docentes para que se esclareça a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva;
- Formação dos docentes para o atendimento desses discentes.

Com estas medidas e outras que se fizerem necessárias, o Curso de Direito cumpre o delineado no PDI da FPM RIO.

5.4 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem é um processo que realimenta tanto o desenvolvimento do discente como os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos pelos docentes, portanto, a FPM RIO tem como meta desenvolver estudos permanentes para o aperfeiçoamento desse processo, aprimorando as práticas avaliativas dos docentes e estimulando o uso excelente de recursos tecnológicos voltados para esse fim.



Em seu contexto integral a avaliação caracteriza-se por ser diagnóstica e informativa do próprio sistema metodológico, notadamente pelo fato de que pode auxiliar tanto o docente quanto ao discente a fazer ajustes durante o período de aprendizagem. Por isso, por estar diretamente relacionada ao processo de aprendizagem e de ensino, a avaliação deve ser condizente, inclusive do ponto de vista metodológico, com o que é desenvolvido em sala de aula.

Segundo o PDI da FPM RIO, o processo de avaliação deverá fornecer dados para os professores sobre o processo de desenvolvimento das competências propostas para cada componente curricular. A avaliação será diagnóstica e formativa na medida em que puder auxiliar professor e aluno a fazerem ajustes durante o período de aprendizagem.

Assim, a cada semestre se concretiza um momento de avaliação somatória de atividades, em que os resultados serão aferidos e registrados para fins de aprovação.

Na prática, a avaliação será realizada por meio de instrumentos diversificados, como relatórios, apresentação de trabalhos, trabalhos de equipes, portfólios, provas escritas ou orais entre outros instrumentos que se fizerem necessários para a verificação do alcance das suas habilidades e competências, bem como daquelas atitudes elencadas no Plano de Ensino.

Segundo o Regimento Geral da Faculdade, são atividades curriculares utilizadas para fins de avaliação intermediária: as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, visitas técnicas, estágios, provas escritas e orais, previstos nos respectivos planos de ensino, assim as como Atividades Complementares. O professor, a seu critério e com a aprovação da Coordenação do Curso de Direito, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computados nas notas ou conceitos das verificações parciais.

As avaliações serão realizadas no decorrer do semestre letivo, em caráter contínuo e em acordo com os Planos de Ensino apresentados, em número não inferior a dois processos avaliativos. Dessa forma, a aprendizagem é avaliada mediante verificações parciais (P1 e P2), durante o período letivo e eventual prova final, expressando-se o resultado em notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento e seus critérios serão divulgados aos alunos no início de cada semestre letivo. Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle de frequência dos alunos, devendo a Coordenação do Curso de Direito fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

A avaliação do rendimento escolar é realizada por via de aferição contínua e composta por:

- **Avaliação intermediária** constituída por provas escritas ou orais, projetos, trabalhos de pesquisa, estágios, relatórios, seminários e textos monográficos, e outras formas de aferição de rendimento escolar;
- **Avaliação final escrita, obrigatória**, sendo o seu cronograma de aplicação elaborado pela Coordenação do Curso, com respaldo no calendário escolar da FPM RIO, encaminhando-o à Coordenação Acadêmica e à Secretaria Acadêmica.



Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima obrigatória de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades acadêmicas programadas, o aluno é aprovado quando obtiver média das notas P1 e P2 igual ou superior a sete. Mediante exame final, o aluno que obtiver média (das notas da P1 e P2), somada a nota da prova final, igual ou superior a cinco. Somente poderá prestar exame final o aluno que obtiver média igual ou superior a quatro e inferior a sete, sendo considerado reprovado na disciplina aquele que tiver média inferior a quatro.

Para os estágios básicos e específicos, a nota é decorrente de avaliação qualitativa, feita a partir de acompanhamento contínuo, de acordo com critérios de desempenho preestabelecidos pelo corpo de professores das respectivas disciplinas e referendados pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovados pelo Colegiado de Curso.

Ressalte-se que no que diz respeito ao Trabalho de Conclusão de Curso, na disciplina TCC, a aprovação se dará mediante a aprovação em Banca Examinadora de TCC, sendo praticada a mesma média final das demais disciplinas.

O Regimento Acadêmico da FPM RIO destaca ainda:

- A disciplina essencialmente prática, em razão de sua peculiaridade, pode adotar fórmulas próprias de avaliação em substituição à avaliação final escrita;
- Será atribuída nota 0,0 (zero) ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor;
- O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento individuais, nas datas fixadas, pode requerer, no prazo de três dias úteis após a realização da mesma, uma avaliação substitutiva para cada disciplina, de acordo com o calendário escolar previamente divulgado;

Com tal perspectiva, o sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem tem sido debatido nas instâncias da Faculdade, com foco principal nas reuniões pedagógicas do conjunto de professores, sendo formuladas propostas para a sua atualização.

5.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Na FPM RIO, as Atividades Complementares são componentes obrigatórios constantes da Matriz Curricular de todos os cursos de graduação oferecidos, tendo como objetivo proporcionar a complementação de conteúdos ministrados e/ou a atualização permanente dos alunos sobre temas emergentes relacionados à sua formação.

Considera-se que as Atividades Complementares se caracterizam pelo aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância, tais como, monitorias, estágios, programas de iniciação científica ou de extensão, voluntariado, estudos complementares, cursos realizados em outras áreas afins, participação em eventos acadêmicos, científicos ou culturais, viagens, programas de estudos e demais atividades pertinentes à formação integral do estudante, sendo componente curricular obrigatório.



O Conselho Acadêmico estabelece a tabela de atribuição de pontos para Atividades Complementares oferecidas pela Instituição, que ficam disponíveis para consulta dos estudantes no Portal do Aluno, assim como no regulamento das Atividades Complementares.

São atividades que devem possibilitar o progressivo amadurecimento do futuro bacharel, por meio de avaliação de habilidades, conhecimentos e competências, adquiridas dentro ou fora do ambiente acadêmico.

Diante de tal, o Curso de Direito, sempre atento ao perfil do egresso, descreve as atividades que tenham vinculação direta com o campo de conhecimento e área de atuação do curso, sem, no entanto, desconsiderar as atividades que ampliem a cultura geral, o espírito crítico e a consciência solidária e cidadã do estudante.

Sendo um componente do currículo, as Atividades Complementares são consideradas atividades específicas que envolvem todas as disciplinas do curso e seus respectivos professores, permeando toda a formação do estudante para promover o enriquecimento do conteúdo apreendido em sala de aula.

Dessa forma, ampliam-se os conhecimentos gerais e as habilidades de comunicação, de pensamento crítico, de liderança, de tomada de iniciativa, de resolução de problemas, por meio da vivência com diferentes grupos da sociedade. Busca-se, assim, garantir a integração entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a articulação entre teoria e prática.

Nos termos da Resolução nº 05, de 15.03.2011, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Bacharel em Direito, destaca-se o Art. 8º e seu parágrafo único: “*As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo e as ações de extensão junto à comunidade. Parágrafo único. As atividades complementares se constituem em componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado*”.

Em linhas gerais, as atividades complementares constituirão um instrumento fundamental para que o aluno possa moldar o currículo de acordo com sua vocação, possibilidade horária e interesse profissional. Através destas atividades o aluno poderá:

- Enfatizar a formação interdisciplinar que gostaria de ter;
- Aprofundar-se numa área de especialização profissional;
- Obter uma formação mais globalizada;
- Enfatizar um conhecimento mais teórico conceitual do Curso ou uma capacitação técnica maior.

No Curso de Direito, as Atividades Complementares são fracionadas em ações que possuem vinculação direta com o próprio curso e com outras ciências sociais. Cuida-se de requisito indispensável para a conclusão do curso de graduação, sendo que o discente precisa



realizar **duzentas horas de atividades complementares** (200 horas), divididas necessariamente ao longo das etapas do curso e em diversificação de atividades, conforme prevê o Regulamento específico de Atividades Complementares. O cumprimento destas horas é uma exigência para a integralização do curso.

Do total das horas de atividades complementares:

- 67 horas deverão ser necessariamente cumpridas em atividades de pesquisa e metodologia científica, que contribuam para o processo monográfico e produção científica, tais como: oficinas de uso de softwares de pesquisa e produção de texto, seminários de orientação de pesquisa;
- 67 horas serão cumpridas em atividades de extensão e de ensino;
- 67 horas restantes para habilidades diversas.

Todas as presenças e atividades necessárias para cumprimento das ações acima descritas devem ser necessariamente comprovadas junto à Coordenadoria de Atividades Complementares, cabendo a esta, por meio do seu regimento e atos internos, estabelecer a forma adequada para o aceite dessa comprovação, seja por via eletrônica ou documental, segundo as especificidades das atividades realizadas, tudo para efeito de lançamento nos cadastros individuais dos discentes.

Assim, as atividades complementares previstas pelo Curso viabilizam a integração ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento de ações de responsabilidade social, proporcionando aos alunos a vivência de situações que contribuem para o crescimento dos alunos como cidadãos e profissionais.

O curso de Direito da FPM RIO elaborará agenda das atividades acadêmicas que serão disponibilizadas no Sistema Acadêmico para que o aluno possa acessar e inscrever-se.

As atividades do semestre iniciarão com aula inaugural, oficinas específicas, palestras de convidados com temas atuais, seminários acadêmicos, Semana Jurídica, visitas externas a instituições.

5.6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICAS DE ENSINO

O Estágio Curricular Supervisionado é matéria obrigatória, realizada no Núcleo de Prática Jurídica da FPM RIO, sob a orientação e supervisão de docentes orientadores vinculados à IES, que são advogados regulamente inscritos nos quadros da OAB seção do Estado do Rio de Janeiro. O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é coordenado por docente integrante do quadro do Curso de Direito.

A proposta de trabalho do NPJ foi elaborada com base nas recomendações do Ministério de Educação e da Ordem dos Advogados do Brasil. Assim, os alunos regularmente matriculados nos 7º, 8º, 9º e 10º períodos do Curso, têm que realizar estágio curricular, que é desenvolvido ao longo de dois anos, onde os estagiários experimentam a prática



profissional, tendo que concluir 332 (trezentos e trinta e duas horas) de atividades práticas, distribuídas ao longo de quatro semestres.

A FPM RIO, através do Núcleo de Prática Jurídica, presta a assistência judiciária gratuita à comunidade, oferecendo o atendimento nas áreas de Família, Consumidor, Cível (incluindo 1º atendimento em causas de Juizado Especial Cível), Criminal e Trabalhista a pessoas juridicamente necessitadas, de acordo com o preceituado pela Lei nº 1.060/50, contemplados os Meios Especiais de Solução de Litígios.

A inscrição do estagiário no Núcleo de Prática Jurídica será formalizada mediante o preenchimento do formulário próprio junto à Secretaria do NPJ, estando o discente regularmente matrícula no 7º e seguintes semestres do Curso de Direito, conforme o caso.

As atividades do estágio supervisionado envolvem tanto a prática real, com a prestação de atendimento jurídico à população hipossuficiente, como também a prática simulada, através da análise de casos e situações propostas pelos docentes orientadores do estágio supervisionado. Assim, com o objetivo de pleno atendimento das diretrizes do Curso de Direito da FPM Rio e da legislação sobre a matéria, são desenvolvidas, dentre outras, atividades que incluem a redação de peças prático profissionais; rotinas processuais; assistência e atuação em audiências e sessões; visitas orientadas; prestação de serviços jurídicos aos considerados hipossuficientes econômicos; análise de autos findos, estudo do Código de Ética do Advogado; incluindo, ainda, a participação em atividades que envolvem os Meios Alternativos de Solução de Conflitos, sempre mediante a supervisão de profissionais orientadores vinculados à IES. Semestralmente os estagiários são avaliados e é feita a conferência para o fechamento da carga horária do Núcleo de Prática Jurídica no período.

A formação teórico-doutrinária é essencial para a formação do bacharel em Direito. Não podemos esquecer que ensino prático também se mostra essencial, na medida em que visa transmitir ao discente a vivência do direito a partir da realidade social, mesmo para aqueles que não pretendam direta ou imediatamente o exercício da advocacia, como enfatizado pelas Diretrizes Curriculares do MEC.

O NPJ da FPM RIO é conveniado com a OAB-RJ e portanto as atividades de estágio supervisionado poderão ser computadas como estágio profissional. Os alunos que apresentarem situação de impedimento ou incompatibilidade para a realização das atividades de prática profissional real, típicas do estágio profissional, realizarão atividades de prática simulada sob a supervisão do docente orientador.

Ao final do estágio, o discente que completar as atividades, no período de dois anos, poderá participar da aferição de Estágio para que possa obter o certificado de Estágio Profissional, nos termos conveniados e da Resolução nº 138 da OAB/RJ.

Convém ressaltar que a interdisciplinaridade também é observada no âmbito do NPJ. Sobre o tema da acessibilidade, que constitui um dos eixos do novo PPC, o Núcleo promove palestras sobre variados temas de interesse, como: *"Desafios para a inclusão no Brasil: as pessoas com deficiências e as relações trabalhistas"*.

O NPJ do Curso de Direito oferece atividades aos estagiários e alunos do Curso, à guisa de atividade extracurricular e contemplando o conjunto de ações de nivelamento, cursos diversos, como por exemplo o de Atualidades da Prática Penal, Atualidades da Prática



Trabalhista etc. Tais atividades são realizadas no âmbito do NPJ, propiciando uma continuada transferência de conteúdo pedagógico.

No que tange às práticas simuladas e visitas orientadas, são promovidas visitas a instituições forenses, estatais e privadas com aderência à prática da ciência Jurídica. Como exemplo, podemos citar a visita à Cidade da Polícia e Delegacias, e ao NUCECI, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, aos Fóruns, e Câmaras de Julgamento. São organizados anualmente, o Júri Simulado, com ampla participação da comunidade acadêmica e intercâmbio com outras instituições de ensino. Também são desenvolvidas, dentre outras, atividades redacionais de peças prático profissionais; rotinas processuais; assistência e atuação em audiências e sessões; prestação de serviços jurídicos aos considerados hipossuficientes econômicos; análise de autos findos, estudo do Código de Ética do Advogado; incluindo, ainda, a participação em atividades que envolvem os Meios Alternativos de Administração de Conflitos.

Ainda sob o olhar da interdisciplinaridade e aplicação dos temas transversais, às atividades de solução extrajudicial de conflitos, foram incluídas na nova matriz curricular por meio da disciplina denominada **Resolução Alternativa de Disputas**. A inserção tem por como objetivo capacitar o discente para utilização dos chamados Métodos Alternativos de Administração de Conflitos como **Mediação, Conciliação, Negociação e Arbitragem**. A referida disciplina, somada aos conteúdos específicos referentes a **Direito do Trabalho, Direito Civil, Direito das Famílias, Direito Penal e Processual**, serão aplicados sobre um enfoque prático nos **Laboratórios de Práticas Jurídicas de I a IV**. As habilidades e competências desenvolvidas no campo teórico e prático destas disciplinas são levados para fora dos muros da instituição por meio do projeto de extensão “**Conciliando no Saara**”. O projeto de extensão visa oferecer para o comércio em torno da Faculdade orientação jurídica para resolução de conflitos, o que possibilita ao discente o exercício prático do conteúdo teórico recebido.

A manutenção física do imóvel que abriga o Núcleo de Prática Jurídica, reparos na parte elétrica, hidráulica e de mobiliário, compete ao Instituto Presbiteriano Mackenzie.

5.6.1 Estágio Não-Obrigatório

O Estágio Não-Obrigatório é uma atividade acadêmica de caráter opcional e de natureza complementar à formação acadêmico-profissional dos estudantes, subordinada às exigências postas pelos dispositivos legais e normativos.

Apenas o discente regularmente matriculado poderá efetivamente participar dessa modalidade de estágio.

A carga horária do Estágio Curricular não obrigatório poderá, em parte, ser computada nas Atividades Complementares, ou ser registrada, incorporada nas atividades práticas do Laboratório de Prática Jurídica.

A FPM RIO investe em convênios com empresas e organizações públicas e privadas que privilegiem o envolvimento do corpo docente ou discente.

A Coordenação de Curso promoverá parcerias e convênios com Instituições públicas e privadas para propiciar a prática de estágio e permitir que o discente vivencie situações reais



de aprendizado. O Curso de Direito disponibilizará ao estudante para a realização de Estágio, convênios firmados com empresas e organizações de diversos seguimentos, dentre elas as que já possuem parceria e relacionamento com os demais cursos da FPM RIO.

5.7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO DISCENTE

O corpo discente da FPM RIO é o centro de atenção do processo ensino-aprendizagem, sendo constituído de discentes matriculados nos cursos de graduação, e nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e outros.

Os discentes têm plena liberdade de se organizarem em associações como Diretórios ou Centros Acadêmicos, Atléticas, Empresas Júnior, com personalidade jurídica própria, regidos por estatuto próprio elaborado e aprovado por eles, de acordo com a legislação vigente.

Em atendimento ao Princípio Constitucional da Igualdade, às normas que regem a educação no Brasil e as Políticas Públicas Afirmativas e estudantis, a FPM RIO empreende continuamente esforços para garantir o acesso, a permanência, a inclusão, a integração, o respeito, a ética e o sucesso do corpo discente, independentemente de sua condição social, econômica, cultural, étnica, racial ou de saúde, garantindo a todos a inviolabilidade ao direito à Igualdade de oportunidades.

Os direitos e deveres do corpo discente, assim como seu regime acadêmico e disciplinar, constam do Regimento Geral da FPM RIO, bem como nos Regulamentos próprios.

A FPM RIO, em cumprimento à sua Visão e Missão institucional e em conformidade com os seus valores, preocupa-se com o desenvolvimento integral de seus discentes. Uma formação integral deve considerar o discente em seus aspectos cognitivos, afetivos, físicos e espirituais. Esta preocupação se traduz na criação de setores específicos para garantir acessibilidade física, pedagógica e atitudinal.

Por meio dos trabalhos realizados por suas diversas **Coordenadorias**, atua para a realização e divulgação de eventos acadêmicos, tais como congressos, encontros e seminários, além de incentivar o intercâmbio acadêmico nacional e internacional, como também acompanha a execução, das políticas de monitoria, estágios, trabalho de graduação interdisciplinar e atividades complementares e, por final, divulga os trabalhos e a produção científica e tecnológica dos discentes.

Através do **Programa de Apoio Pedagógico**, em harmonia com os princípios democráticos de participação coletiva, estabelecidos constitucionalmente e garantidos pelas políticas públicas, a FPM RIO proporciona à comunidade acadêmica a inserção no mercado de trabalho e na vida profissional, por meio de um sólido processo de ensino aprendizagem que objetiva a formação integral do discente e, para tanto, põe em prática diversas ações que possibilitam a excelência do ensino e, também, atividades práticas que o ajudam nesse processo, tais como:

- Auxílio nas demandas didático-pedagógicas, com orientações de professores em regime de plantão, objetivando aumentar a compreensão do discente nos conteúdos



programáticos oferecidos, para que ele desenvolva suas competências e habilidades, assim como suas atitudes, evitando dessa forma o aumento dos índices de evasão;

- Oferecimento de seminários de orientações didático pedagógicas, e de disciplinas obrigatórias, para a diminuição do tempo de permanência do discente na Faculdade (retenção);
- Orientações quanto aos assuntos acadêmicos e vocacionais;
- Inserção profissional do discente no mercado de trabalho, estimulando e acompanhando suas atividades práticas, previstas nos currículos dos cursos, estimulando sua expansão e oferta regular pela instituição;
- Garantia de uma formação contextualizada e próxima de seu futuro ambiente profissional, com a realização de eventos que contam com a participação de empresários dos diversos setores econômicos da região e com agentes governamentais, de forma a estimular o convívio da instituição com o meio econômico e social;
- Realização de programas de parceria de estágios e ensino continuado;
- Apoio aos discentes em relação à identificação de postos de trabalho e à sua colocação profissional;
- Disciplina de Empreendedorismo. A Faculdade oferece a referida disciplina aos discentes e a toda comunidade acadêmica, com o objetivo de motivá-los a construir projetos e desenvolver ideias de novos negócios, bem como de torná-los reais; além disso, promove seminários, palestras e workshops e atua como facilitadora propondo disciplinas e outros projetos de empreendedorismo e gestão. Assim, o enfoque da disciplina é o de oferecer aos discentes instrumentos para identificação de oportunidades de novos negócios, bem como apresentar os recursos e etapas necessárias ao seu desenvolvimento para que, ao final do curso, estejam aptos a transformar suas iniciativas em realidade;
- Relatório de Trancamento e Cancelamento de Matrículas. Os cursos da FPM RIO, periodicamente, elaboraram um relatório de trancamento e de cancelamento de matrículas, onde são apontados os mais diversos motivos que ensejaram os discentes a tomarem essa iniciativa. Os relatórios serão submetidos ao “Grupo de Trabalho da Diretoria Executiva do IPM – Meta Especial de Redução e Evasão de Discentes”, com o objetivo de analisar cada um deles e apresentar, ao discente, uma nova perspectiva, um novo olhar para o problema apresentado, ajudando-o a superá-los, ressaltando que os motivos meramente financeiros são encaminhados imediatamente à Coordenadoria Administrativa-financeira que, por meio de diversos programas de apoio aos discentes como, por exemplo, Ampla Política de Bolsas de Estudo, parciais e integrais; Programa Interno de Crédito Universitário – PRAVALER; Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal – FIES; vai procurar solucioná-los, também com o objetivo de manter o discente em atividade acadêmica;
- Oferecimento de Oficinas Pedagógicas com professores qualificados; orientações pessoais, onde os discentes poderão sanar as suas dúvidas e dificuldades pontuais;



plantões de dúvidas realizados por monitores e professores em regime PPI e PPP em espaço próprio.

Essas e outras ações são proporcionadas para minimizar os problemas apresentados, fazendo com que os discentes obtenham uma melhor facilidade na compreensão dos conteúdos oferecidos.

Dentro do escopo do **Programa de Apoio Pedagógico** estão a **Coordenadoria de Acompanhamento ao Discente**, o **Programa de Nivelamento**, o **Núcleo de Orientação Psicopedagógica**, o **Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas**, o **Serviço de Apoio ao Transtorno do Espectro Autista** e as **Jornadas Acadêmicas** (antigo Curso de Férias).

A **Coordenadoria de Acompanhamento ao Discente** (CAD) foi criada no âmbito da FPM RIO considerando a necessidade constante de aprimoramento de seu processo didático-pedagógico, visando manter e aprofundar seu compromisso com a educação superior de excelência, bem como a constatação de que a formação dos discentes no ensino superior demanda a oferta de serviços de orientação e acompanhamento pedagógico, psicológico e/ou psicopedagógico, destinada a discentes cuja dificuldade de adaptação à vida acadêmica é percebida, observada e acolhida.

Mister a necessidade da existência de serviços de orientação e acompanhamento pedagógico, psicológico e/ou psicopedagógico durante a formação dos discentes no ensino superior, em função do surgimento, nestes discentes, de demandas que devem ser percebidas, observadas e acolhidas pelas Instituições de Ensino Superior, como a FPM RIO.

A preocupação com o ingressante das Instituições de Ensino Superior deve ser ampliada para além dos aspectos cognitivos, ressaltando-se a importância da busca de soluções para questões de adaptação à vida acadêmica do ensino superior do discente, tendo em vista a importância do componente emocional na vida humana, o que não pode ser desprezado no discente.

Assim, a criação da CAD no processo de formação dos alunos da FPM RIO, bem como da formação continuada do seu corpo docente para desenvolverem as competências necessárias para lidar com a diversidade e com a acessibilidade, surge da constatação do momento delicado do desenvolvimento do corpo discente e, paralelamente vem para cumprir o caráter confessional da FPM RIO, que modela a qualidade das relações humanas de maneira geral, lançando um olhar diferenciado ao discente, de tal maneira que o impulsione em direção à sua autonomia intelectual, crítica, cidadã - o que encontra eco na missão institucional, qual seja: educar e cuidar do ser humano, criado à imagem de Deus, para o exercício pleno da cidadania, em ambiente de fé cristã reformada; surge também para ir ao encontro de demanda real apresentada por professores e coordenadores dos Cursos de Graduação, que se deparam com uma diversidade de dificuldades apresentadas por discentes dos cursos nos quais estão matriculados; e para cumprir exigência do Ministério da Educação, atento à necessidade de que as Instituições de Ensino Superior ofereçam serviços aos seus discentes, que busquem garantir sua formação integral.

Em boa hora o MEC estimula e preconiza a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27.12.2012 e às questões de acessibilidade pedagógica e atitudinal que envolvem a instituição de ensino superior, incluídos o currículo e as relações na sala de aula, e em todos os espaços de ensino-aprendizagem.

Os ingressantes merecem atenção quanto ao processo inicial da formação acadêmica, a fim de facilitar sua inserção, destacando-se aqueles que chegam de outras cidades ou estados



da Federação, que rompem o ciclo de amizades e podem apresentar dificuldades em formar ou integrar novos grupos e de acompanhar novos modelos de ensino.

Os graduandos de meio de curso demandarão orientação e apoio em situações que interfiram na sua vida acadêmica, seja na forma de estudar ou em possíveis crises relacionadas à sua formação superior, necessitando de uma escuta especial que possa detectar a origem e o tipo de dificuldade, o que subsidiará orientação adequada. Neste período podem surgir insatisfações quanto ao curso ou carreira escolhida, uma vez que o indivíduo já tem informações suficientes sobre a formação e profissão pela qual optou.

Os concludentes demandarão apoio para o planejamento, construção e desenvolvimento de carreira. Assim, este se consolida como um período difícil, no qual podem surgir inseguranças quanto à transição da Faculdade para o mundo do trabalho e dificuldades em assumir novos papéis adultos.

A CAD possui como objetivos:

- Orientar e acompanhar os discentes com necessidades educacionais especiais relativas, por exemplo, Transtorno do Déficit de Atenção e hiperatividade/impulsividade, Transtorno do Espectro Autista e Transtorno Específico de Aprendizagem, dentre outras, que se encontrar em dificuldades em suas atividades acadêmicas, em razão de interferência das dificuldades psicológicas, que atrapalham o desempenho acadêmico;
- Orientar e acompanhar os discentes com necessidades como motoras, visuais, auditivas e outras dessa natureza, proporcionando atendimento e assistência psicopedagógica;
- Zelar pela dignidade e integridade do discente, seu bem-estar e pelas condições psicológicas necessárias ao cumprimento de suas tarefas acadêmicas;
- Orientar ações didático-pedagógicas para diminuir a interferência das dificuldades psicológicas dos discentes no desempenho acadêmico;
- Oferecer apoio ao discente que, no processo de aprendizagem, ao longo de sua formação, apresente dificuldades decorrentes de: transtornos sensoriais como, por exemplo, alterações de audição evisão; exemplo -, transtornos funcionais como TDAH, dislexia, discalculia; transtornos psíquicos como eventos depressivos ou pânico; deficiências físicas tais como paralisia cerebral, paraplegia e outras situações de crise como luto, separações ou dificuldades emocionais;
- Acolher discentes ingressantes;
- Promover e apoiar a Coordenação do Curso de Graduação de Direito, no desenvolvimento de estratégias pedagógicas de nivelamento de conteúdos e de habilidades de estudo;
- Planejar e executar, com parcerias internas, ações de capacitação docente voltadas para as diferentes necessidades que vierem a se configurar, a fim de buscar aperfeiçoamento da prática docente, que favoreça a acessibilidade pedagógica e atitudinal -observação/identificação das referidas dificuldades dos discentes e aplicação de metodologias de ensino-aprendizagem adequadas;



- Propor a adoção de diferentes metodologias de ensino para os discentes que apresentem diferentes necessidades nos processos de aprendizagem;
- Orientar e acompanhar os discentes portadores de necessidades educacionais especiais de aprendizagem, que se encontrarem em dificuldades em suas atividades acadêmicas, em razão da interferência de dificuldades psicológicas, que atrapalhem seu desempenho acadêmico;
- Discutir com professores e Coordenador do Curso, em todas as situações aqui previstas, sobre formas de atendimento e encaminhamento de discentes em casos específicos como por exemplo desorganização familiar, lutos, dúvidas quanto às escolhas profissionais, acidentes com sequelas cognitivas e/ou psicológicas, uso abusivo de drogas lícitas ou ilícitas e outras.

Não competirá à CAD a realização de diagnóstico e/ou tratamento específico ao discente. A responsabilidade desse Programa restringe-se à orientação e à proposição, em articulação, com outras instâncias da FPM RIO, de ações facilitadoras, voltadas para o processo de ensino/aprendizagem, que resultem melhor desempenho acadêmico dos discentes. Para todos os casos, o Programa é responsável por supervisionar a implantação e andamento das ações. Em casos nos quais for absolutamente imprescindível, familiares ou responsáveis serão também ouvidos e orientados.

A Coordenadoria possui como eixos de ação:

- **Ingressante.** Atividades destinadas à recepção dos novos discentes que ingressam na FPM RIO, com o objetivo de adaptação;
- **Nivelamento.** Ações com o intuito de igualar as condições pedagógicas dos discentes para acompanhamento dos cursos de Graduação oferecidos pela FPM RIO;
- **Transtornos sensoriais, funcionais ou psíquicos.** Acompanhamento, desde o ingresso, e uma vez apresentada a demanda, de discentes que tenham algum tipo de deficiência ou distúrbio de aprendizagem;
- **Deficiência física.** Acompanhamento, desde o ingresso, e uma vez apresentada a demanda, de discentes que tenham algum tipo de deficiência física;
- **Prevenção.** Ações de orientação para a prevenção (e para a intervenção, quando aplicável) quanto ao uso de álcool e outras drogas lícitas ou ilícitas;
- **Afetivo/relacional.** Apoio a discentes que apresentem dificuldades emocionais durante seu curso. Orientação para carreira de graduandos ao longo da formação;
- **Capacitação docente.** Apoio aos docentes por meio de minicursos, oficinas e/ou grupos de discussão para lidar pedagogicamente com a diversidade de necessidades de aprendizagem na sala de aula e para o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a acessibilidade pedagógica e atitudinal, favorecendo um ambiente saudável de aprendizagem para todos.



As atividades e acompanhamento serão oferecidas por meio de suporte direto ao discente ou por meio de orientação/capacitação aos professores e Coordenador do Curso, destacando que, sendo detectada a necessidade, será recomendado o encaminhamento para atendimento psicológico ou psiquiátrico, ou para algum outro serviço de acompanhamento relacionado à demanda; e os professores envolvidos nesse programa participarão, desde que agendadas previamente, de reuniões com professores, coordenadores de cursos, diretores de unidades, para esclarecimentos e orientação dos discentes.

Institucionalizado na FPM RIO, o **Programa de Nivelamento** tem por escopo identificar e corrigir deficiências na formação dos ingressantes, principalmente nos aspectos de leitura, compreensão de textos, escrita e, também, deficiência de conhecimento de matemática e lógica.

A FPM RIO possui em seu âmbito de jurisdição o **Núcleo de Orientação Psicopedagógica**, como fruto de seu compromisso com a melhoria permanente e contínua dos processos acadêmico, pedagógico e organizacional, favorecendo o bem-estar pessoal dos sujeitos sociais, a otimização de resultados institucionais e, consequentemente, a excelência acadêmica e a inserção profissional qualificada dos discentes egressos da instituição. O Núcleo de Orientação Psicopedagógica assenta-se em bases de naturezas interdisciplinar e interfuncional. No contexto dessa diretriz básica o citada Núcleo organiza-se funcionalmente em torno do objetivo geral e permanente de planejar, programar e desenvolver ações e práticas direcionadas a favorecer e a potencializar desempenhos e resultados docente e discente, visando à melhoria contínua do desempenho institucional.

Elencam-se entre suas áreas de desempenho: atendimento individualizado ao corpo discente, docente e funcional da FPM RIO; pesquisas e investigações a respeito de necessidades e ações necessárias à qualificação e aperfeiçoamento permanentes do corpo docente da instituição; assessoria acadêmica pedagógica aos professores e Coordenador do curso. O atendimento é prestado por profissional devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Psicologia, em horários e dias pré-agendados.

Especificamente orienta-se pelas seguintes metas:

- Promover atendimento individualizado de aconselhamento ao discente solicitante ou encaminhado;
- Promover atendimento individualizado de aconselhamento a professores e funcionários diretos da instituição, que lidem com tais casos;
- Promover aperfeiçoamento dos docentes da instituição, apresentando-lhes as melhores práticas pedagógicas voltadas ao atendimento de tais discentes;
- Assessorar os professores e à Coordenação do Curso de Direito em assuntos relacionados às práticas psicopedagógico-acadêmicas.

A FPM RIO, preocupada com o respeito e o convívio com as diferenças individuais e em respeito aos princípios da igualdade e diversidade e, também, em atendimento às políticas públicas de educação inclusiva do Governo Federal, possui **programa de atendimento a pessoas com necessidades específicas**, consubstanciado em Núcleo próprio, considerando as questões pertinentes à inclusão e à acessibilidade em seus diferentes níveis, como por



exemplo: atitudinais, físicas, cognitivas, digitais, pedagógicas, nas comunicações, nos transportes, envolvendo discentes com necessidades de atendimento específico, voltado também à necessidade de adoção de medidas que assegurem não só o acesso, mas condições plenas de pertencimento, participação e aprendizagem a todos os discentes.

O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas tem como objetivo precípuo a eliminação gradativa de barreiras físicas, de comunicação e de informação, que restrinjam a participação e o desenvolvimento acadêmico e social do corpo discente com necessidades de atendimento específico terá um responsável, nomeador pela Direção Geral e desenvolverá suas atividades visando implementar as legislações e regulamentos específicos que atendam à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Ao Núcleo compete:

- Promover atividades que propiciem à comunidade acadêmica da FPM RIO a mudança cultural da homogeneização do ensino e o desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão;
- Organizar estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades que venham a ser constatadas;
- Promover a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial;
- Orientar os docentes na adoção de novos encaminhamentos avaliativos e estratégias metodológicas, apoando, complementando e suplementando os serviços educacionais para os discentes da educação especial;
- Acompanhar a implementação da política institucional de acessibilidade voltada à inclusão plena dos discentes com necessidades educacionais específicas e/ou mobilidade reduzida, valendo-se dos levantamentos e conclusões do Comitê de Acessibilidade;
- Proporcionar, através de atividades de integração, elementos que contribuam para a efetivação de uma vida acadêmica autônoma segundo a capacidade de cada um;
- Ofertar nos casos de portadores de deficiência visual, o fornecimento de todo o apoio necessário, incluindo a aquisição de material e acervo bibliográfico acessível e nos casos de deficiência auditiva, o oferecimento de serviço de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, sempre que necessário e solicitado.

A FPM RIO, considerando a necessidade de adequação à política de Apoio ao Transtorno do Espectro Autista, disciplinado pela Lei nº 12.764, de 27.12.2012, decidiu criar o **Serviço de Apoio ao Transtorno do Espectro Autista**, destinado a todos os docentes, discentes e colaboradores não docentes da Instituição.

O Serviço de Apoio ao Transtorno do Espectro Autista tem por objetivos:

- Acompanhar o discente, assegurando um melhor aproveitamento acadêmico, não obstante as influências geradas em face do transtorno do espectro autista;



- Assegurar o desenvolvimento de atividades de suporte pedagógico, psicológico, fonoaudiológico e do serviço social aos discentes que façam por requerer este ato reforçador para o seu desenvolvimento acadêmico;
- Acompanhar a vida profissional dos docentes, proporcionando momentos de revisão pedagógica, acolhimento psicológico, orientação fonoaudiológica e do serviço social, para o bom desempenho de sua atividade;
- Assistir os colaboradores não docentes em suas dificuldades no exercício das diferentes funções, por força do transtorno do espectro autista, nos campos pedagógico, psicológico, fonoaudiológico e do serviço social;
- Promover o desenvolvimento de projetos pedagógicos específicos, que contemplem toda a comunidade acadêmica, para assim assegurar a efetividade do ensino em sua mais ampla dimensão.

O citado Serviço, para a consecução dos objetivos propostos, conta com o Setor Permanente de Avaliação e o Setor de Desenvolvimento de Habilidades. O Setor Permanente de Avaliação terá as seguintes atribuições: conjugar esforços que viabilizem a evolução progressiva da linguagem; promover ações que assegurem o desenvolvimento no plano da cognição; desenvolver projetos que assegurem a evolução contínua no plano da socialização; estimular a identidade com ações pessoais que assegurem cuidados próprios com a postura, alimentação e higiene; oferecer uma interação com a família do acadêmico, compartilhando com a mesma os desafios e os avanços experimentados.

O Setor de Desenvolvimento de Habilidades terá as seguintes atribuições: promover o estímulo a leitura, considerando a sua importância no processo do ensino-aprendizagem; utilizar das técnicas de interpretação, como reforço ao aprendizado, buscando alimentar o processo do conhecimento; valer-se de estratégias para melhor identificação do potencial do acadêmico e, como instrumento reforçador para ampliação das habilidades; identificar o cenário ideal para o desenvolvimento das habilidades, identificando no segmento das artes a identidade do acadêmico; incentivar o exercício do raciocínio analítico, crítico e reflexivo, valendo-se para tanto dos recursos computacionais.

O Serviço conta com uma equipe técnica permanente, composta por profissionais das áreas pedagógica e psicológica. Em caso de necessidade de outros profissionais não disponíveis no quadro funcional, eles serão contratados para a prestação de serviços eventuais.

Caberá ao Coordenador do Curso de Direito o levantamento dos discentes com transtorno do espectro autista, encaminhando-os para o Serviço de Apoio ao Transtorno do Espectro Autista, onde será posto à disposição o acompanhamento pedagógico, psicológico, fonoaudiológico e o de serviço social, para investigação de outras dificuldades que estejam ocorrendo.

Os atendimentos a serem promovidos pela equipe técnica do Serviço, aos pais dos discentes, inicialmente ocorrerão na presença do discente.



Tanto os docentes, como o Coordenador e colaboradores técnicos-administrativos da FPM RIO poderão encaminhar os discentes que apresentarem dificuldades pedagógicas e psicológicas, para o Serviço, sempre com a ciência deles.

Aos casos que apresentarem necessidades especiais de outros tipos de acompanhamento, os pacientes serão aconselhados a procurar um profissional da área, recaindo sobre os mesmos o ônus do tratamento particular.

Os profissionais que integram a equipe técnica do Serviço têm a obrigação de manter o sigilo sobre os atendimentos realizados, respaldados pelo Código de Ética Profissional, sendo vedado aos mesmos disponibilizar cópias de pareceres, registros e dossiês, aos atendidos, bem como participar de comissões de sindicância interna da instituição, de atividades periciais e da elaboração de laudos psicológicos. Também será vedada aos membros da equipe técnica do Serviço de Apoio ao Transtorno do Espectro Autista, qualquer interferência na vida profissional do docente, na vida acadêmica do discente e na vida funcional do colaborador não docente, restando-lhe apenas dar conhecimento ao responsável pelo setor próprio.

Por meio das **Jornadas Acadêmicas**, a FPM RIO oferece a cada período que antecede ao início dos semestres letivos, atividades como cursos, palestras, workshops, lives, com temáticas abordadas em suas áreas de ensino, por professores da Instituição. Tais cursos serão oferecidos gratuitamente e certificados, visando aprimorar o conhecimento técnico-científico e profissional.

Outras Coordenadorias da FPM RIO estão direcionadas à orientação e apoio ao discente. São elas:

- A **Coordenadoria de Atividades Complementares e Estágio**, é o órgão responsável pela organização didático-científica das atividades de estágio e as atividades complementares dos cursos de graduação, com parceria de empresas, na busca de estágios para os discentes (Mackenzie Oportunidades);
- A **Coordenadoria de Atividades Interdisciplinares**, tem por objetivo organizar atividades externas à Faculdade, de forma a enriquecer o conteúdo e aprendizado acadêmico. A FPM RIO promove uma série de atividades extensionistas, para alunos, colaboradores e sociedade. O MACKENZIE VOLUNTÁRIO é um dos programas. Discentes, docentes e integrantes do corpo técnico-administrativo são estimulados a criarem projetos de atendimento social voluntário, e na execução das quais o Curso de Direito deverá interagir plenamente, colaborando com os seus docentes e discentes, incentivando a participação em eventos.
- A **Coordenadoria de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso**, é o órgão responsável pela organização didático-científica das atividades de pesquisa e trabalho de conclusão de cursos. Através da mesma, objetiva aprofundar as atividades de pesquisa científica, e divulgação de eventos acadêmicos, tais como congressos, encontros, seminários, oficinas, produção científica e tecnológica. Sob essa Coordenadoria está também a orientação à produção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Além das Coordenadorias, há o desenvolvimento dos seguintes programas:



- **Programa de Apoio Financeiro.** A FPM RIO atendendo à sua visão e missão e em consonância com seus valores, concede aos alunos apoios financeiros, tais como bolsa de estudo parcial e/ou integral, além de outros instrumentos desta natureza para que todos tenham acesso ao ensino e à aprendizagem de qualidade, independentemente de sua condição social e financeira, por meio do seu **Núcleo de Atendimento ao Aluno** e por meio da **Gerência Social e Filantropia** da Mantenedora, que oferecem os seguintes instrumentos:

- Ampla política de bolsas de estudo parciais e integrais para a graduação, através do **Setor de Bolsas de Estudos**, além de participar do Programa Universidade Para Todos – **ProUni**, do Governo Federal;
- Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal;
- Programa de **Iniciação Científica** Institucional;
- Políticas de **estágios** supervisionados e prática profissional;
- Política de **convênios e intercâmbios** com instituições envolvendo os discentes;
- **Monitoria.**

A **Monitoria**, tem o propósito de despertar nos discentes o interesse pela prática pedagógica. Implica em acompanhamento do projeto de algum docente, como objetivo despertar, no aluno, o interesse de compartilhar experiências do processo de ensino aprendizagem, de formação integral e autônoma na construção do conhecimento. O Monitor é estimulado pelos docentes vinculados ao projeto e recebe um auxílio financeiro denominada **Bolsa-Auxílio Monitoria**. A duração máxima do exercício da Monitoria será de um semestre, renovável uma única vez pelo mesmo período, mediante avaliação e recomendação do Professor Orientador. O aluno monitor, recebe horas complementares, por disciplina.

A **Capelania** é mais um setor fundamental de apoio ao discente da FPM RIO. A Capelania Institucional, como descrito no PDI, presta o serviço de apoio e assistência espiritual, respeitando a liberdade de consciência de cada um, centrado nos princípios bíblicos, em conformidade com a natureza confessional presbiteriana, comprometida com a formação integral do ser humano no resgate dos valores construtivos, transmitindo palavra de orientação e encorajamento às pessoas em momentos especiais ou de crise, respeitando a liberdade religiosa e de consciência de cada um.

De fato, há a efetiva participação da Capelania, que presta significativo apoio espiritual aos discentes e docentes da Comunidade Acadêmica, entre eles os do Curso de Direito.

As atividades da Capelania são ininterruptas e funcionam normalmente nos dias letivos destacam-se como benefícios produzidos: o atendimento aos discentes, funcionários e parentes quando procurada para aconselhamento; a distribuição de bíblias e de publicações de orientação espiritual. A FPM RIO conta com o apoio do IPM, por meio do setor denominado **Gerência de Responsabilidade Social e Filantropia**. Na atual conjuntura da gestão de Ensino Superior, sobretudo numa IES filantrópica, confessional e comunitária, o fortalecimento da ligação extensão/responsabilidade social ganha destaque para tratar da relação missão e imagem da instituição.



A Faculdade se relaciona com a **Extensão** amparada na Legislação (Lei nº 12.101, de 27.11.2009; Decreto nº 7237, de 20.07.2010) e fundamentada na indissociabilidade da responsabilidade social e extensão. Assim, em decorrência da natureza comunitária da FPM RIO, diversos **programas e projetos** são realizados em cooperação com a Gerência de Responsabilidade Social e Filantropia do IPM, a exemplo do que já acontece em outras entidades por ele mantidas.

O curso de Direito realiza ainda algumas atividades locais de apoio aos discentes, entre elas:

- Plantões de dúvidas para os discentes que tenham apresentado desempenho abaixo da média;
- Monitores e aulas de recuperação para as disciplinas onde os discentes apresentam maior dificuldade de aprendizagem;
- Reuniões constantes com os representantes de turma, para identificação das necessidades e anseios das turmas;
- Suporte diferenciado aos discentes com deficiência física.



6. POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO

6.1. ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO E SÍNTESE DE CONHECIMENTOS

As atividades de síntese e integração de conhecimentos são oportunidades, tanto para o desenvolvimento do protagonismo estudantil como para o estímulo à interdisciplinaridade. Por intermédio não apenas do Trabalho de Conclusão de Curso, como também por meio de outras atividades de síntese, o aluno poderá atravessar as fronteiras de disciplinas específicas dentro de sua área de formação e até vizinhas e complementares à sua área de formação, fazendo as sínteses de saberes, como nos ensina Edgar Morin (2008) em sua obra *Os sete saberes necessários à educação do futuro*.

Relativamente às atividades de integração e síntese de conhecimentos, o Curso de Direito inclui em seu programa os seguintes componentes: **Mecanismos e Programas de Iniciação Científica e Tecnológica; Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; e Projetos de Extensão**. O detalhamento dessas atividades educacionais segue explicitado nos subitens abaixo.

Ao longo do curso de Direito, os estudantes terão diversas oportunidades de realizar atividades para integração e síntese de conhecimentos. Periodicamente, devem ser realizados testes de conhecimento, com o propósito de fornecer informações, para a Coordenação e docentes, sobre a capacidade dos estudantes do curso de Direito lidarem, de forma integrada e contextualizada, com os conhecimentos adquiridos em etapas efetivas anteriores. Além disso, diversas disciplinas funcionarão como agregadoras de conhecimento e desenvolverão atividades em que os estudantes devem lidar com os diferentes conteúdos, habilidades, competências e atitudes desenvolvidos durante o curso.

6.2 MECANISMOS E PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O Curso de Direito está compromissado com a linha educacional propagadora da pesquisa em seu curso de bacharelado. São múltiplas as referências quanto à exposição deste tema, razão pela qual detalhamos essa missão descrevendo-a nos seguintes tópicos: **a) Programa Institucional de Iniciação Científica; b) Iniciação à Pesquisa; c) Programas de Iniciação Tecnológica; d) Mecanismos de acompanhamento e formas de apresentação dos resultados; e) Relação discente/orientador.**

6.2.1 Programa Institucional de Iniciação Científica

Concordando com teorias educacionais que consideram a investigação científica um dado essencial na formação do homem para o terceiro milênio, a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio entende que um Programa de Iniciação Científica deve proporcionar a oportunidade de se entrar em contato com os diferentes campos do conhecimento e do saber.



A FPM RIO considera a Iniciação Científica elemento chave para o desenvolvimento da capacitação e das competências do estudante de Direito, sendo parte integrante de sua política de ensino. Por meio de sua área de pesquisa vem ampliando o **Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC&T)**, visando o desenvolvimento de uma política de estímulo a vivência de pesquisa e produção intelectual, científica e tecnológica, indispensável ao ensino e a extensão. Tal política prevê o aproveitamento criterioso dos recursos financeiros disponibilizados pela Entidade Mantenedora.

O discente de Graduação que participar de um Programa de Iniciação Científica, sob a orientação de um professor, terá o seu primeiro contato com a pesquisa científica, aprendendo a aplicar técnicas e métodos científicos pertinentes à área de conhecimento de seu interesse, e ainda, obterá uma qualificação diferenciada para o seu ingresso na Pós-Graduação.

Elemento estratégico, o **Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica** permite, por conseguinte, a formação de uma nova mentalidade no âmbito da Graduação que, ao se voltar para a criação e consolidação de linhas de pesquisas, propicia não só o aprimoramento do ensino e da extensão, mas também, o fortalecimento da Pós-Graduação.

O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC&T), se desenvolve em consonância com as premissas, as orientações e as normas emanadas dos órgãos oficiais de fomento e apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, decorre da missão da FPM RIO de trabalhar de forma a ser reconhecida como referência na promoção plena das potencialidades individuais e na capacitação para o trabalho e a cidadania, por meio do ensino e da produção científica e tecnológica, integrados sob a mediação da extensão, da cultura e das demandas de desenvolvimento regional.

O PIBIC&T destina-se a complementar e enriquecer academicamente a formação superior inicial, ao nível de graduação, dos discentes da FPM RIO, por meio da participação direta e ativa no processo de produção do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológico, sob a condução e supervisão de um pesquisador-orientador titulado e qualificado para este tipo de atividade.

O PIBIC&T é um programa centrado na Iniciação Científica e Tecnológica de estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da FPM RIO que possuam motivação e potencial talento, servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, por meio da participação ativa no desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, individual e continuada.

Os objetivos PIBIC&T retratam os ideais inerentes à instituição, ao pesquisador-orientador e ao estudante bolsista ou voluntário.

Em relação à FPM RIO, o PIBIC&T tem como objetivos:

- Institucionalizar, sistematizar e incrementar a produção científica e tecnológica;
- Promover, à luz dos projetos pedagógicos curriculares, a integração da produção científica e tecnológica com as atividades de ensino e de extensão;



- Incentivar a formação e a consolidação de grupos de pesquisa;
- Propiciar condições institucionais de infraestrutura e financiamento para o atendimento aos projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico visando a consolidação de grupos de pesquisa a serem cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq;
- Incentivar a qualificação de recursos humanos e criar a base científica e tecnológica para a implantação, consolidação e apoio aos cursos de pós-graduação *lato sensu* e programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Em relação ao pesquisador-orientador, o PIBIC&T tem como objetivos:

- Estimular e criar condições operacionais para que docentes titulados, com motivação e qualificação para a produção científica e tecnológica, possam contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional;
- Apoiar docentes pesquisadores produtivos a engajarem e orientarem estudantes de graduação na atividade de iniciação científica e tecnológica, identificando aqueles que possuem vocações e estimulando-os a darem continuidade à formação acadêmica em níveis de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*;
- Fomentar o aumento da produção científica dos docentes pesquisadores, em desejável coautoria com os estudantes bolsistas ou voluntários.

Em relação ao estudante bolsista ou voluntário, o PIBIC&T tem como objetivos:

- Estimular a participação de estudantes dos cursos de graduação nas atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico orientados por docentes pesquisadores, visando à formação de recursos humanos qualificados;
- Proporcionar ao estudante bolsista ou voluntário, orientado por docente pesquisador qualificado, o aprofundamento de conhecimentos, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, por meio do envolvimento direto com as atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico;
- Contribuir para que os estudantes de cursos de graduação deem continuidade a sua formação acadêmica em nível de pós-graduação, preparando-os para futuras atividades de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos.

O projeto de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico do pesquisador- orientador deve conter uma introdução ao problema, objetivos específicos bem delimitados, a caracterização da metodologia de desenvolvimento do trabalho, as referências bibliográficas, o cronograma de desenvolvimento do trabalho, bem como o plano de trabalho de cada estudante bolsista ou voluntário.

A responsabilidade pela elaboração do projeto de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico é do pesquisador-orientador, devendo o estudante candidato a bolsista ou voluntário estar preparado para analisar, discutir e apresentar seus resultados.



São requisitos essenciais ao projeto de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico com vistas à submissão ao PIBIC&T:

- Ser endossado previamente pelo coordenador do curso de graduação onde o pesquisador-orientador;
- Ser apresentado pelo pesquisador-orientador ao CC&T dentro das condições e do prazo estabelecidos no Edital Anual para seleção do PIBIC&T;
- Ter sido aprovado previamente por um conselho de ética, caso seja necessário.

Além do pesquisador-orientador e da indicação do estudante bolsista ou voluntário, o projeto poderá prever a participação de um coorientador.

O acompanhamento do estudante bolsista ou voluntário dar-se-á por meio de relatórios semestral e final, será por meio da apresentação das Considerações Finais da pesquisa no Seminário Anual de Iniciação Científica & Tecnológica da FPM RIO e em eventos científicos de âmbitos nacional e internacional.

O PIBIC&T será avaliado, anualmente, com a realização de um evento científico - Seminário Anual de Iniciação Científica & Tecnológica da FPM RIO.

O Comitê de avaliação será composto por um representante do CNPq e pelos integrantes do Comitê Externo de Avaliação designado para este fim.

O PIBIC&T deverá publicar resumos contendo os resultados dos trabalhos dos estudantes bolsistas ou voluntários e seus respectivos pesquisadores- orientadores.

O Comitê Externo de Avaliação do PIBIC&T deverá ser integrado por pesquisadores de outras instituições de ensino e pesquisa, com qualificação compatível com o nível I do CNPq (ou qualificação similar) ou de outros órgãos oficiais de fomento e apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, para participar dos processos de seleção e avaliação do PIBIC&T.

No Curso de Direito foram instituídas 3 linhas correlativamente ligadas ao contexto social do local e do município do Rio de Janeiro.

A primeira linha denominada “**Direito e Diversidade**”, tem o objetivo de discutir questões relativas à raça, gênero, etnias e religião. Analisando dados estatais e de entidades privadas que desenvolvem pesquisas empíricas e promovem o cruzamento de dados para avaliar as controvérsias envolvendo processos de exclusão.

A segunda linha denominada “**Acesso à Justiça: Desjudicialização e Administração de Conflitos na Esfera Comercial**” procura observar os arranjos utilizados pelos comerciantes na administração de conflitos oriundos das relações intersubjetivas de vizinhança, familiares e consumeristas. Historicamente tais avaliações começaram na Sociedade SAARA e serão estendidos para a nossa Unidade no Bairro de Botafogo. Além disso, oferecemos para as instituições ao nosso entorno, palestras e sensibilizações quanto a utilização dos mecanismos da Resolução Alternativa de Conflitos, como a Mediação, Arbitragem, Negociação e a Conciliação.

A terceira linha denominada “**Regulação e Cidadania: O Estabelecimento de Novos debates da Cidadania Urbana**” objetiva estudar os enlaces viabilizadores de cidadania na



cidade do Rio de Janeiro, em especial os advindos da mitigação ou ações afirmativas ligadas aos direitos civis, políticos e sociais. Por se tratar de uma grande área de comércio popular a observação da efetivação ou não da cidadania pode ser observada através de pesquisa qualitativas e quantitativas feitas pelos integrantes do grupo.

Ligado à linha de Regulação temos o projeto denominado “**Acessibilidade Jurídica: Mecanismos de inclusão da pessoa com deficiência**” que visa estudar os mecanismos de exclusão social da pessoa com deficiência, a aplicabilidade e eficácia dos dispositivos legais voltados a essa grande parcela da população, além do direito de acesso a serviços básicos e as barreiras que obstaculizam a sua consecução pela pessoa com deficiência.

6.2.2 Indissociação do Ensino, Pesquisa e Extensão

Conforme destacado no PDI, a existência da pesquisa é inseparável das atividades de ensino e extensão, contribuindo para elevação da qualidade dos processos educacionais. Para tal, a Instituição conta com uma Coordenadoria de Pesquisa no incentivo às atividades de investigação científica e tecnológica nas áreas de conhecimentos de cada curso, além do estímulo à produção científica dos professores e estudantes. A coordenadoria incentiva à participação em encontros científicos internos e externos à Instituição, como forma de possibilitar a integração em ambientes de desenvolvimento do conhecimento técnico-científico e ampliação da pesquisa e extensão. Esse engajamento leva ao fortalecimento profissional e acadêmico do corpo docente, assim como o permanente aprimoramento do projeto pedagógico dos cursos.

A iniciação científica é considerada um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação na pesquisa científica, e constitui uma ferramenta de apoio teórico e metodológico à formação de uma nova mentalidade no estudante. Este programa tem por objetivo promover desenvolvimento da Pesquisa da Instituição, mediante o encaminhamento de estudantes de graduação para a descoberta científica, e convivência com o procedimento e a metodologia adotada em ciência e em tecnologia. Todos os estudantes participantes são orientados por um docente designado para conduzir o desenvolvimento do projeto, mediante publicação de edital.

Os projetos de pesquisa tomam como ponto de partida, prioritariamente, os dados da realidade local, regional e nacional, buscando aprofundar conhecimentos adquiridos e, principalmente, produzir conhecimentos que possam contribuir com soluções para problemas imediatos que emergem das novas relações sociais, com a ressalva, de não desconsiderar outros enfoques relevantes para o desenvolvimento científico no Direito.

Disponibiliza-se a participação do discente **na Iniciação à Pesquisa a partir do 2º semestre do Curso**, e tem a duração de 1 a 2 semestres, cabendo uma única prorrogação (por mais 1 semestre). É desenvolvida individualmente ou em grupo, cabendo a orientação de um docente-pesquisador.



6.2.3 Semana Científica da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio

Como importante modo de estimular a pesquisa, faz parte das atividades acadêmicas da FPM RIO a realização da Semana Científica, a qual acontece anualmente.

Nela os docentes expõem as conclusões de seus trabalhos de pesquisa, cumprindo a necessária divulgação de conhecimentos produzidos, em que os acadêmicos que participam dos grupos de pesquisa têm participação efetiva, e o alunado do curso de Direito recebe essa valiosa contribuição formativa, de forma a despertar o interesse pela pesquisa.

6.2.4 Relação Discente/Orientador

A orientação de trabalhos de Iniciação à Pesquisa, na forma do Regulamento próprio da Coordenação de Pesquisa da IES, cabe prioritariamente aos docentes PPI e PPP, por sua estreita vinculação à pesquisa, no regime de trabalho na FPM RIO.

Haverá estímulo à criação de grupos de pesquisa e de grupos de estudo pelos docentes da Unidade. A orientação geral aos docentes do curso de graduação é a de que seus grupos devem inicialmente ter a forma de grupos de estudo para uma vez adquirida consistência teórica e manifestado um sentido de permanência na sua composição, eventualmente assumirem a forma de grupos de pesquisa.

6.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A FPM RIO considera a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), um momento privilegiado da formação do discente no sentido da possibilidade de elaboração da síntese dos conhecimentos adquiridos e do exercício da interdisciplinaridade. Neste sentido, é indispensável o cumprimento do TCC para a obtenção do respectivo diploma.

A finalidade primordial do desenvolvimento do TCC na graduação é a de formar no discente a disposição para a construção do conhecimento, amparada na interrogação de base científica, para que possa atingir efetiva autonomia intelectual e, assim, garantir sua formação para resolução de problemas complexos teoricamente fundamentados. Por isso mesmo, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, é considerado como estrutura do Eixo de Formação Prática.

A Resolução CNE/CES nº 05, de 17.12.2018 estabelece o TCC como formato do trabalho de conclusão do curso de Direito. Esse tipo de atividade tem por característica a elaboração de trabalho individual, sob supervisão docente. Tal trabalho deve obedecer às normas técnicas vigentes para efeito de publicação de trabalhos científicos e versar sobre questões objetivas, baseando-se em bibliografia e dados secundários de fácil acesso.

Ainda de acordo com a citada Resolução, o processo de produção do trabalho de conclusão de curso compreende desde o ensino de metodologia e técnicas de pesquisa em Direito, passando pela atividade orientada, podendo envolver também projetos de atividades



que reúnam e consolidem as experiências em atividades complementares, até culminar com a entrega e avaliação da versão final do TCC.

Desse modo, o processo de produção do trabalho de conclusão do curso de Direito da FPM RIO se configura da seguinte maneira:

- **Metodologia do Trabalho Científico** – a disciplina anteriormente indicada possui **40h**, que serão utilizadas na construção do Projeto de Conclusão de Curso. Nessa disciplina, o aluno receberá as orientações de caráter Metodológicos, conforme previsões contidas no Manual Institucional e demais normas da estabelecidas pelas ABNT;
- **Trabalho de Conclusão de Curso** - elemento curricular obrigatório para o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, computando **40h horas** semestrais, destinadas à **orientação para preparação do TCC** e ao final da qualificação a defesa oral em banca de avaliação.

O TCC se caracteriza como experiência de investigação científica e pesquisa monográfica, a ser desenvolvida nas etapas finais do curso de Graduação, sob a orientação de um docente orientador, preferencialmente em regime de trabalho de dedicação em tempo integral ou em tempo parcial (TI/TP), vinculando-se às linhas de pesquisa do Curso de Direito, preferencialmente aqueles relacionados com os temas delineados no âmbito da dos temas transversais e da extensão.

No âmbito do Curso de Direito da FPM RIO, o TCC tem ainda por objetivo:

- Desenvolver no discente a capacidade de realizar uma investigação planejada, manifesta em uma pesquisa acadêmica de caráter interdisciplinar a respeito de temas pertinentes aos conteúdos do currículo pleno;
- Iniciar o discente na prática de desenvolvimento da pesquisa científica, preparando-o para o ingresso em cursos de pós-graduação que venham a permitir o aprofundamento dos tópicos apresentados no curso de graduação;
- Propiciar a demonstração do grau de habilidades adquiridas quanto à seleção dos problemas e sua análise, crítica e proposição;
- Desenvolver e exercitar o comportamento metodológico científico com o necessário aprofundamento temático, o estímulo à consulta bibliográfica especializada e à produção científica;
- Desenvolver no discente sua capacidade de interpretação crítica e aprimoramento da comunicação por meio de expressões gráfica, escrita e verbal;
- Concluir o processo de formação e capacitação profissional do graduando, a fim de incentivá-lo a novas descobertas científicas para a solução dos mais variados problemas, promovendo de tal forma o progresso da ciência na sua área de especialização profissional.

O acompanhamento, avaliação e divulgação do TCC encontram-se em Regulamento próprio.



Como características da formação desejada para o discente egresso da FPM RIO, **deverão ser incentivados os TCCs, que tenham aspectos multi e interdisciplinares**, bem como deverá ser incentivado que os trabalhos apresentem uma visão clara da realidade e proponham uma interlocução prática com a mesma, fazendo a síntese de conhecimentos teóricos e práticos aprendidos durante o curso. Ainda, haverá permanente estímulo à participação dos discentes de TCC em grupos de pesquisa e de grupos de estudo do Curso.

A orientação de trabalhos TCC, será individual, cabendo prioritariamente aos docentes TI e TP, por sua estreita vinculação à pesquisa, no regime de trabalho na FPM RIO, em virtude de sua necessária familiaridade com a pesquisa e produção bibliográfica.

A avaliação do TCC, em virtude de sua especificidade, também será objeto de metodologia específica.

A aprovação no TCC ocorrerá com a obtenção da nota exigida quando da apresentação e avaliação perante Banca Examinadora especialmente designada para Avaliação daquele trabalho. **A Banca Examinadora, indicada para a avaliação final do TCC, será constituída do Orientador e dois docentes pertencentes ao quadro da FPM RIO, em regime de trabalho integral e parcial (TI/TP)**

Na avaliação do TCC, em Banca Examinadora, será observada a ponderação constante dos instrumentos orientadores de avaliação, e serão considerados os seguintes critérios:

- Apresentação sistematizada do trabalho final, em acordo com as normas nacionais e internacionais (ABNTs);
- Caráter científico do trabalho, com a necessária explicitação metodológica;
- Fundamentação conceitual do trabalho e referencial explicitado;
- Procedimento analítico do *corpus*;
- Apresentação oral e escrita do trabalho

Por fim, vale ressaltar que os discentes serão encaminhados a respeitar a Política de Ética em Pesquisa em todos os momentos.

6.4 POLÍTICAS DE ÉTICA EM PESQUISA

A FPM RIO em razão da preocupação institucional com a ética em pesquisa, e tendo em vista que objetiva consolidar uma política de pesquisa séria para os cursos de graduação, tem como necessário referencial nesta área acadêmica a atuação do Comitê de Ética em Pesquisa, que segue as normas determinadas pela Resolução nº 466/12 e a Norma Operacional CNS/CONEP nº 001/2013, provenientes do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS) o qual entende que: “toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa”.

O Comitê de Ética em Pesquisa se consubstancia em uma instância deliberativa, colegiada e multidisciplinar. Trata-se de um Colegiado composto por um mínimo de sete



membros escolhidos entre profissionais e pesquisadores das áreas sociais e humanas, bem como um representante do corpo discente, preferencialmente pós-graduando, corpo técnico-administrativo e um representante indicado por associação de usuários, conforme as disposições presentes no Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa da FPM RIO, e tem como atribuições principais:

- Avaliar, mediante provocação do Coordenador de Pesquisa ou do Coordenador de TCC, conforme o caso, eventual falta de originalidade dos trabalhos de pesquisa produzidos por discentes (discentes de graduação) da Unidade;
- Avaliar se há necessidade de submeter o projeto de pesquisa à prévia análise da Coordenação de Pesquisa.

Além disso, delineiam-se campanhas preventivas e de orientação ética realizadas junto aos discentes e docentes, em ocasiões diversas, particularmente nos eventos que serão promovidos pela Coordenação de Pesquisa. A importância de se manter a originalidade na pesquisa científica é desde logo realçada no conteúdo programático da disciplina de Ciência, Tecnologia e Sociedade, ministrada aos discentes na primeira etapa do Curso e da disciplina Metodologia do Trabalho Científico, ministrada na nona etapa. Tem sido realizado também o comprometimento do docente orientador no processo de verificação da originalidade do trabalho dos discentes sob sua supervisão e, toda vez que for constatada cópia de trechos sem atribuição do crédito ao autor.

A primeira providência que deverá ser adotada é dar ciência ao orientador do ocorrido e pedir que ele se manifeste a respeito, através de documento comum da Coordenação de Pesquisa e da Coordenação do Curso, e a partir do esclarecimento inicial, caso constatada a existência de trechos de outros autores, sem o devido crédito, o Coordenador de Pesquisa e TCC, comunicará o fato ao Comitê de Ética em Pesquisa, que avaliará o caso, formulando um relatório a ser encaminhado ao Diretor-geral da FPM RIO.

O Comitê de Ética em Pesquisa é encarregado de avaliar qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos, desde que redigido conforme padrões metodológicos e científicos reconhecidos, que seja realizado com a participação de pesquisadores e discentes da FPM RIO ou de instituições que mantenham convênio científico.

Constatada a ocorrência de plágio, total ou parcial, será efetuado o cancelamento da iniciação científica, ou do TCC, sendo que o discente, neste último caso, deverá refazer o trabalho, com procedimento ético, para obter aprovação na disciplina.

6.5 PROJETOS DE EXTENSÃO

As ações de extensão sustentadas pelo planejamento institucional e que são efetivamente realizadas no transcurso dos semestres letivos, objetivam promover uma interação transformadora entre a FPM RIO e a sociedade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido em todos os âmbitos da atividade do ensino superior.



Desenvolve-se esse processo como via de mão dupla, de tal modo que a atividade extensionista procura produzir um novo conhecimento, que se articula com o ensino e a pesquisa. Mantendo essa perspectiva dinâmica, as atividades de extensão nascem da captação de demandas e de necessidades da sociedade, que se coadunam com as expertises internas e que permitem pautar a produção do saber e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Desse modo, tendo em vista os sólidos elementos que compõem a Visão e a Missão institucional da FPM RIO, os quais já foram detalhadamente esquadrinhados em itens anteriores, e, dando cumprimento à legislação vigente e aos princípios que regem a educação brasileira, as atividades extensionistas encontram-se institucionalmente organizada e sob uma Coordenação própria, visando a se desenvolver por dois importantes vetores: **a) Desenvolvimento da Extensão com o propósito de fomentar o alinhamento e parcerias entre a Faculdade e a sociedade; b) Extensão Acadêmica, que se caracteriza pelas atividades complementares, visando o aprofundamento acadêmico dos discentes.**

Seguindo essa linha, a FPM RIO exerce a Extensão como uma prática acadêmica que possibilita sua interligação com as necessidades da comunidade acadêmica (contribuindo para a formação do aluno) e com as demandas sociais e comunitárias, possibilitando a prática da responsabilidade e do compromisso social do ensino superior, orientada para o exercício pleno da cidadania.

Em consonância com a Resolução nº 7, de 18.12.2018 que estabelece as **Diretrizes para Extensão no Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação**, e sua curricularização no patamar de, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, a ser estabelecida até o final do ano de 2022, a FPM RIO oferecerá atividades extensionistas por meio de **programas, projetos, cursos e/ou eventos**, vinculados a cada eixo temático e projetos definidos por período na matriz curricular do curso como, por exemplo: projetos e eventos artístico-culturais, criação de cartilhas de orientação, atendimento à comunidade, seminários, cursos livres, simpósios, palestras abertas à comunidade externa, prestação de serviços, projetos, programas. A participação de parceiros externos será buscada para otimizar a execução das ações, dentro do espírito do fazer extensionista.

Dessa forma, cada curso incentivará e promoverá a participação dos alunos em projetos extensionistas, resultantes da articulação de conteúdos e pesquisas e até dos estágios obrigatórios.

Os componentes curriculares de “Princípios de Empreendedorismo” e de “Ética e Cidadania” promovem o desenvolvimento de projetos que deverão atender às necessidades de comunidades.

Além de tais componentes, serão desenvolvidos projetos extensionistas relacionados aos trabalhos integradores elaborados nas disciplinas previstas em cada eixo/periódico. Dois canais importantes de divulgação e extensão à comunidade são a Semana do CCSA e a Semana de Ciência e Tecnologia, que ocorrem anualmente, respectivamente no primeiro e no segundo semestre de cada ano.



6.5.1 Cartilha de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado Consumidor

Decorrente dos estudos proveniente da Linha de Pesquisa denominada “**Regulação e Cidadania: O Estabelecimento de Novos Debates da Cidadania Urbana**” e da sublinha denominada “**Acessibilidade Jurídica: Mecanismos de Inclusão da Pessoa com Deficiência**” e do projeto de extensão “**Enxergue um Bom Cliente. Mackenzie Rio por um comércio inclusivo.**”, a FPM RIO, em parceria com a **Secretaria Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência (SMDP)**, do **Conselho Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência (COMDEF)**, da **Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência da OAB/RJ (CDPD)** e da **Associação das Pessoas com Deficiência Visual do Rio de Janeiro (ADVERJ)**, promoveu a confecção de uma Cartilha Educativa contendo:

- I) explicação sobre o tamanho do mercado consumidor composto por pessoas com deficiência no Brasil;
- II) recomendações para o atendimento das pessoas com deficiência;
- III) vantagens para o comerciante quando sua loja é dotada de acessibilidade;
- IV) um estudo sobre a legislação que trata da pessoa com deficiência e da acessibilidade; e
- V) um tópico oferecendo a ajuda institucional da FPM RIO para a capacitação gratuita em técnicas de atendimento, habilidades de recepção e venda aos consumidores com deficiência através de oficinas ministradas por docentes e alunos do curso de Direito (anteriormente qualificados pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB-RJ).

Essa ação de extensão inaugura um conjunto de atividades que serão implementadas com vistas na ampliação do debate e garantia da igualdade para os deficientes em suas diferentes peculiaridades. Como previsão para este ciclo de ações, ampliaremos os estudos sobre o tema incluindo outros grupos como os surdos, os cadeirantes, os albinos entre outros.

6.6 POLÍTICA DE EGRESSOS

Como resultado de sua ação educacional, social e confessional, construída com muita responsabilidade, o Curso de Direito não poderá deixar de valorizar o relacionamento fraternal e ricamente pródigo que mantém com seus egressos. Esse fortíssimo laço construído sob o prisma da amizade e submetido aos bons propósitos do nosso plano de ensino-aprendizagem, tornou-se sensivelmente enobrecido pelo amadurecimento profissional dos bacharéis Mackenzistas.

A FPM RIO conta com o **Serviço de Acompanhamento de Egressos (SAE)**, coordenado por docente indicado pela Direção Geral. O acompanhamento de egressos tem por objetivos averiguar a congruência da sua formação com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, assim como estabelecer vínculo com os ex-alunos de cursos de Graduação, Pós-graduação e Extensão oferecidos pela FPM RIO.



Com o desenvolvimento contínuo do Serviço de Acompanhamento de Egressos, a FPM RIO pretende estabelecer mecanismos que permitam assegurar o aperfeiçoamento do planejamento no processo de ensino/aprendizagem, para que ele esteja sempre respaldado pela eficiência e gerando a eficácia. Como instrumentos da promoção do Serviço de Acompanhamento de Egressos são considerados:

- Portal Alumni Mackenzie (<https://alumnimackenzie.com/>) rede social onde egressos de todas as escolas e instituições Mackenzie tem a oportunidade de se conectar para estabelecer trocas acadêmicas, de trabalho, culturais e sociais;
- Manutenção dos registros atualizados dos egressos;
- Promoção de encontros, simpósios, seminários, congressos, cursos de extensão, com direcionamento para profissionais formados pela FPM RIO;
- Divulgação da inserção dos egressos no mercado de trabalho;
- Utilização de indicadores que assegurem a avaliação do desempenho institucional, por meio do acompanhamento da situação profissional dos egressos;
- Utilização da experiência e da vivência profissional dos egressos, como referenciais para os alunos em processo de formação nos cursos ofertados pela Faculdade.

Em outra frente, o IPM instituiu o programa “**Para Sempre Mackenzista**”, e a FPM RIO a ele aderiu, para acompanhamento dos egressos, destinado a oferecer ao egresso oportunidades de educação continuada nos cursos e programas de extensão e de pós-graduação (atualização, aperfeiçoamento, especialização) e ainda, oferecer informações sobre oportunidades profissionais para a inserção no mercado de trabalho. O programa, também, colhe informações sobre a vida profissional desse egresso, para verificar a parcela de contribuição relevante que a IES desempenhou neste processo.

O Pra Sempre Mackenzista é composto, também, de um pacote de benefícios para os antigos discentes, tais como: Acesso ao acervo bibliográfico, notícias de oportunidades de Emprego e participação dos egressos como palestrantes/ouvintes nas semanas e jornadas acadêmicas, internas e externas.



7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

O Curso de Graduação em Direito da FPM RIO está pautado nas normas regulatórias estabelecidas pela Resolução nº 5, de 17.12.2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais. O Curso terá duração mínima de 10 períodos letivos e máxima de 15 períodos letivos, compreendendo a carga horária mínima de 3.730 (três mil e setecentas e trinta horas) horas/relógio.

A matriz curricular, distribuída ao longo de 10 semestres, é formada por disciplinas curriculares obrigatórias, (67), disciplinas optativas das ênfases (2), Estágios Supervisionados (4) e Trabalho de Conclusão de Curso (1) perfazendo o total de 74 disciplinas oferecidas nos eixos divididos ao longo do curso. Elas buscam articular teoria e prática e estimular a reflexão e a crítica, tanto sobre conteúdos básicos da formação do profissional quanto sobre conteúdos relativos às ênfases propostas nesta formação. O conjunto das disciplinas que compõem a matriz curricular busca igualmente oferecer ao egresso as habilidades necessárias à consolidação do perfil de pesquisador e bacharel em Direito.

7.2 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta curricular é marcada pela **flexibilidade** que se materializa na oferta de disciplinas Optativas, aumentando o leque de possibilidades de formação para os estudantes.

A flexibilização curricular também pode ser observada na oferta de Atividades Complementares, a partir da criação de oportunidades para o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem e estímulo à prática de estudos independentes. Detalhamento sobre esse aspecto poderá ser observado na seção “Atividades Complementares” deste documento.

Por fim, a flexibilidade curricular também é observada na oferta das ênfases curriculares, em que o aluno terá a oportunidade de escolher a partir do 9º período um conjunto de disciplinas que darão o suporte do conhecimento acumulado necessário para o seu desenvolvimento em uma determinada ênfase. Associado a escolha da ênfase, o aluno também cursará estágios supervisionados específicos.

Isso contribui para motivar o estudante a continuar estudando, além de participar de um processo de formação profissional que rompe com o enfoque unicamente disciplinar e sequenciado partindo de uma hierarquização de conteúdos.

Com a flexibilização curricular criam-se espaços de aprendizagem, buscando a articulação teoria e prática como princípio integrador (conectar o pensar ao fazer), o que possibilita ao aluno ampliar os horizontes do conhecimento e a aquisição de uma visão crítica que lhe permita extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional e propicia a diversidade de experiências aos alunos.



7.3 ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA E A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No currículo do Curso de Direito da FPM RIO há a obrigatoriedade **articulação entre teoria e prática**, com uso de metodologias ativas, cujo pressuposto é que se aprende melhor fazendo (ou simulando), e esse movimento permanente de ir e vir, facilita e legitima o processo de ensino-aprendizagem. Essas evidências constam no corpo da matriz curricular indicando a carga horária de cunho teórico e prático.

A matriz curricular foi concebida considerando e valorizando a construção de situações formativas dos discentes focadas na prática desde o primeiro semestre do curso. Essa inserção na prática profissional desde o primeiro momento proporciona a integração, tão necessária, da realidade profissional aos conhecimentos que a fundamentam. No princípio da aprendizagem significativa, nenhuma estratégia supera a inserção do discente no cotidiano e nas próprias experiências.

As práticas profissionais foram cuidadosamente mensuradas, assistidas e de complexidade crescente. Esse processo contínuo de inserção na prática profissional avança, semestre a semestre, em conformidade com as competências do perfil profissional do egresso a serem desenvolvidas.

Gradativamente, o processo de aprendizagem vem evoluindo no sentido de ampliar referenciais teóricos e de desenvolver situações de aprendizagem que articulam prática-teoria-prática. Cabe ressaltar que o equilíbrio entre esses aspectos deve ser observado como premissa importante na criação e planejamento da **Educação Profissional**, uma vez que a decisão de estratégias aplicadas a mesma precisa estar ligada às competências que serão desenvolvidas por nossos discentes.

A Educação Profissional está explícita durante todo o processo de formação estabelecido conceitualmente, sendo constituída pelas disciplinas que trabalham temas específicos aplicados à prática profissional.

Além de atender as Diretrizes Curriculares Nacionais, a matriz curricular do curso preza pela formação profissional do egresso e as contrapartidas exigidas em termos de atualização dos conteúdos curriculares em conformidade com a evolução do mundo do trabalho, induzindo contato com conhecimento recente e inovador. Essa atualização pode ser detectada na nomenclatura das disciplinas e confirmada a partir da análise dos Planos de Ensino e bibliografias das disciplinas. Além disso, há um zelo na adequação das cargas horárias cuja confirmação se obtém ao analisar o agrupamento das disciplinas afins e o encadeamento proposto.



7.4 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DE FORMA INTEGRADORA E INTERDISCIPLINAR

A estrutura curricular proposta para o Curso de Direito busca contemplar as novas demandas da sociedade, os avanços técnico-científicos e a própria construção de uma nova realidade para o curso na Cidade do Rio de Janeiro, tendo como orientação as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Curso de Direito.

A educação deve possibilitar aos sujeitos interagir com as transformações de ordem tecnológica ocorridas em nossa sociedade, de modo a dialogarem com a realidade e intervirem criticamente em um mundo impactado pela pandemia por Covid-19. Através das ferramentas tecnológicas, além de estudar o conteúdo, o discente está aprimorando sua fluência tecnológica e desenvolvendo habilidades necessárias, na contemporaneidade, à sua formação como profissional. Estas habilidades envolvem o trabalho cooperativo, a autonomia na educação continuada, a seleção de informação qualitativa, entre outras, capazes de proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades tais como:

- Realizar pesquisa bibliográfica em indexadores, periódicos, livros e outras fontes especializadas, por meios eletrônicos ou convencionais;
- Ler e interpretar as normativas que visam regular as relações sociais no campo da Direito;
- Redigir os relatórios de pesquisa de acordo com as normas acadêmicas;
- Fazer levantamento e aplicação do conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir dela.

Quanto à iniciação científica da estrutura curricular, ela não mais é sustentada por áreas de conhecimento isoladas que configuravam um perfil destacado, apesar de inserido no próprio curso. Os fundamentos metodológicos e a prática da pesquisa perpassam toda a estrutura curricular, sendo estimulado no conteúdo programático de disciplinas, em particular as que preveem conexão com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Outro aspecto relevante da estrutura curricular, está ligado à tentativa de se impor a prática, a iniciação científica ainda que, não obrigatória, na medida em que verificamos que todo o trabalho desenvolvido neste sentido ao longo do curso de Graduação, precisa desembocar em um vínculo com as etapas futuras da formação acadêmica do futuro egresso. Na estrutura curricular do Curso de Direito da FPM RIO, a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso privilegia o fechamento de um ciclo no qual o estudante é orientado a realizar uma produção que reflita um trabalho de relevo constante de sua formação acadêmica, vinculado a ênfase escolhida. Tal produção, no entanto, orientava-se muito mais de forma conclusiva, e não prospectiva e propositiva, sendo insuficiente no sentido de tornar o aluno apto a desenvolver projetos que estivessem direcionados ao seu possível ingresso em processos seletivos de pós-graduação stricto sensu e/ou lato sensu.

Assim sendo, nas áreas de conhecimento referentes à Pesquisa em Direito e TCC, o estudante é, então, capacitado para a elaboração de projetos que refletem a proposta de uma educação continuada, necessária à formação de um profissional de qualidade.



As ênfases buscam abranger campos de atuação do futuro bacharel em Direito de acordo com a realidade tanto em termos da demanda social quanto em termos de oportunidades de inserção profissional, assim como manter os objetivos gerais e específicos do curso, anteriormente destacados.

7.5 ESTRUTURA CURRICULAR

A concepção acadêmica do Curso, em seu conjunto de ideias, metas e finalidades demanda a composição de uma organização curricular sólida e eficaz. Nesse sentido, além de respeitar os parâmetros mínimos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, impõe-se que a organização curricular seja alinhavada com o objetivo de lapidar as habilidades, competências e atitudes do bacharel Mackenzista, conforme ficou assinalado nos itens anteriores.

O presente currículo possui sua organização dividida em cinco eixos. Os Eixos de **Formação Fundamental, Profissional e Prática**, atendem às determinações estabelecidas nas DCNs. Contextualizando as características institucionais, foram estabelecidos dois novos eixos, os Eixos **Universal e Concentrado**.

As disciplinas de **Formação Geral** buscam capacitar o discente para o entendimento dos conceitos básicos que embasam o processo de formação jurídico-social, ou seja, habilitam os futuros profissionais do direito a compreender as generalidades do fenômeno jurídico e os seus conceitos embrionários.

As disciplinas de **Formação Profissional** produzem no discente o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para realização das atividades técnicas da profissão.

As disciplinas de formação **Prática** fazem o entrelaçamento entre os diversificados conteúdos lecionados colocados em prática nos Estágios Curriculares supervisionados, no Trabalho de Conclusão de Curso e nas Atividades Complementares.

As disciplinas de formação **Universal** possuem como proposta produzir um espaço para o desenvolvimento de habilidades e competências no campo da Ética e Cidadania, do Princípio de Empreendedorismo, da Ciência, Tecnologia e Sociedade, da Introdução as Ciências Sociais, da Metodologia do Trabalho Científico, Introdução a Cosmovisão Reformada e também o diálogo com os alunos dos demais cursos da instituição. A medida produz a interlocução com outros saberes, gerando um profissional capaz de dialogar com outras áreas do conhecimento e estabelece o que podemos chamar de perfil institucional do discente.

As disciplinas de formação concentrada permitem ao discente verticalizar seus conhecimentos através de núcleos específicos distribuídos da seguinte forma: Núcleo I – Políticas Públicas e Sustentabilidade;

Núcleo II – Negócios e Cidadania Tributária;

Núcleo III – Novos Direitos. A seleção do núcleo é feita na nona etapa e condiciona ao discente a cursar duas disciplinas respectivamente nas duas últimas etapas do curso.



A organização e o detalhamento de cada eixo seguem devidamente explicitados nos subitens que compõem este tópico do PPC.

7.6 EIXOS ESTRUTURANTES

Inicialmente anota-se que os programas das disciplinas teóricas e práticas, com suas ementas, cargas horárias e bibliografias básicas e complementares foram dimensionados com o propósito educacional traçado pela missão e visão institucional. Assim, todos esses dados pedagógicos encontram-se compilados no *Ementário* que acompanha este Projeto.

Para efeitos de apresentação, vale destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito, em seu artigo 5º, direciona a construção da Organização Curricular a partir **de três eixos: Eixo de Formação Fundamental, Eixo de Formação Profissional e Eixo de Formação Prática**. A FPM RIO estabeleceu ainda, eixos que possam construir os fundamentos axiológicos do egresso que pretende formar, para isso, foram estabelecidos os **Eixos de Formação Universal e o Concentrado**.

Desta forma, o percurso formativo do discente seguirá o proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, acrescidos dos aspectos regionais e a autonomia pedagógica institucional a saber: **Eixos de Formação Fundamental, Universal, Profissional, Prático e Concentrado**.

O ANEXO ESPECÍFICO traz o fluxograma com a Matriz Curricular completa e a sua comunicação com a Iniciação à Pesquisa, Projetos de Extensão, Temas Transversais, Monitoria, Atividades Complementares e Atividades Integradoras.

7.6.1 Eixo de Formação Fundamental

O **eixo de Formação Fundamental** tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia, temas que basicamente serão tratados nas seguintes disciplinas: **Teoria Geral do Direito, Pensamento Jurídico Brasileiro, Introdução às Ciências Sociais, Ciência Política, Psicologia Jurídica, Análise Econômica de Mercado, e Pensamento Filosófico Contemporâneo**.

7.6.2 Eixo de Formação Profissional

O **Eixo de Formação Profissional** comprehende além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observados as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre **Direito Constitucional, Direito**



Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual.

Este eixo é composto pelas disciplinas **Teoria da Constituição, Direito Civil – Parte Geral, Organização do Estado e Direitos Fundamentais, Teoria da Norma e do Crime, Teoria Geral do Processo, Direito das Obrigações, Teoria Geral da Pena, Relações do Trabalho, Direito Contratual, Direito Coletivo do Trabalho, Crimes Contra Fé, Paz e Saúde, Crimes Contra Patrimônio, Pessoas e Dignidade Sexual, Crimes Contra Ordem Econômica e Tributária, Teoria Geral do Direito Empresarial, Responsabilidade Civil, Processo de Conhecimento, Propriedade Intelectual e Industrial, Direitos Reais, Processo de Conhecimento, Princípios, Estrutura e Organização da Administração Pública, Agentes e Contratações e Serviços Públicos, Recursos Cíveis, Falência e Recuperação de Empresas, Direito das Famílias, Estatuto da Criança e do Adolescente, Planejamento Sucessório, Direito Processual do Trabalho, Execução Civil, Procedimentos Especiais e Jurisdição Constitucional, Relações Estatais, Bens e Intervenções, Processo e Persecução Penal, Direito das Relações de Consumo, Organizações e Tratados Internacionais, Direito Financeiro e Tributário, Processo Cautelar e Sentença Penal, Relações Internacionais Privadas, Títulos de Crédito e Direito Societário, Recursos e Execução Penal, Direito Tributário Especial, Direitos Humanos, Resolução Alternativa de Disputas, Direito Ambiental e Ética Profissional.**

7.6.3 Eixo de Formação Prática

O **Eixo de Formação Prática** se consubstancia no elo de integração com os outros eixos com o intuito de formar o profissional jurídico. Objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o **Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares**.

Como medida de fortalecimento e valorização do ensino prático oferecido pela instituição nos Laboratórios de Prática Jurídica, foi inserida a disciplina Resolução Adequada de Disputas (RAD) na matriz curricular. Isso se deve ao fato do elevado quantitativo de conflitos surgidos em nossa sociedade e, proporcionalmente o crescimento do número de demandas judiciais, o que exige do profissional do Direito uma postura atenta a novas formas de composição dos conflitos que permeiam a sua atividade. Além da necessidade, o Projeto Pedagógico absorveu as premissas elencadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Resolução Nº 125, de 2010, propondo a utilização dos meios adequados de tratamento de conflitos e, portanto, incluiu em sua matriz curricular a disciplina de RAD do Eixo de Formação Profissional.

O Conselho Nacional de Justiça denominou por Resolução Adequada de Disputas (RAD), os métodos alternativos de administração de conflitos amplamente difundidos, como a Mediação, a Conciliação, a Arbitragem e a Negociação. Estes instrumentos heterocompositivos e autocompositivos, que podem ser utilizados judicialmente ou extrajudicialmente, visam prevenir e democratizar a participação social na composição dos seus conflitos.



A inserção dos métodos RAD na matriz tem por finalidade preparar o discente para administrar os conflitos pelo qual as áreas jurídicas são permanentemente confrontadas, reduzindo o número de demandas que necessariamente culminariam em demandas judiciais.

A FPM RIO atenta as necessidades contemporâneas do profissional do Direito promove a difusão destes mecanismos de forma interdisciplinar permeando o presente Projeto Pedagógico nos seus três pilares (**Ensino, Pesquisa e Extensão**) com a referida temática.

No campo do **ensino** foi estabelecida a disciplina **Resolução Alternativa de Disputas**, visando capacitar o discente na utilização de diversos mecanismos de composição de contendas. Ainda neste campo temos as **práticas simuladas** e as **práticas reais** que serão oferecidas pelo **Laboratório de Práticas Jurídicas**. No campo da **pesquisa** a linha **Acesso à Justiça: Desjudicialização e Administração de Conflitos na Esfera Comercial**, abordará temas que possam aprofundar a discussão e capacitar alunos multiplicadores do tema para auxiliar por meio de seminários, oficinas e palestras o tema curricular regularmente abordado nos Laboratórios de Prática Jurídica. No campo da **extensão**, serão oferecidas **oficinas de Mediação, Conciliação, Negociação e Arbitragem**, cursos de extensão para capacitação de mediadores comunitários, além de atividades de atendimento a comunidade que busquem solucionar conflitos reais através do projeto de extensão **Conciliando na SAARA**.

7.6.4 Eixo de Formação Concentrada

Como já descrito anteriormente o presente projeto pedagógico contemplou em seu Eixo de Formação Concentrada os temas denominados **Inovação de Mercados e Segurança Jurídica das Atividades Negociais**. Tal prática visa possibilitar ao discente através das disciplinas **Optativa I** e **Optativa II**, verticalizar seu aprendizado.

Por meio das disciplinas **Optativa I** e **Optativa II**, o discente tem a possibilidade de dialogar com outros ramos do conhecimento, enriquecendo assim sua formação por meio da transdisciplinaridade e interdisciplinaridade que tanto enriquece a formação do futuro bacharel. Sabemos que a carreira jurídica proporciona além do exercício da advocacia pública e privada, atividades cartoriais, a ocupação de cargos públicos, à docência entre outras carreiras.

Na **nona e décima etapa**, o discente pode escolher áreas do conhecimento com ênfase no Direito Público, no Direito Privado e nas novas tecnologias através de dois núcleos denominados: **I – Inovação de Mercados**, que contempla as disciplinas **Desenvolvimento e Sustentabilidade e Desenvolvimento e Políticas Públicas**. **II – Segurança Jurídica das Atividades Negociais** que contempla as disciplinas **Medicina Legal e Prática Processual Fiscal e Tributária**.

A matriz curricular do curso é organizada, portanto, de modo a permitir a vinculação dos Diversos Componentes Curriculares no Curso, demonstrando suas interlocuções com outros campos do saber e ressaltando suas especificidades, todas adequadas às orientações das DCNs.



7.6.5 Eixo Universal

Independentemente da capacidade específica adquirida no curso de sua escolha, o discente da FPM RIO é marcado pelos conceitos e valores da Ética, do Empreendedorismo e das Metodologias. Essa visão capacita seu egresso para o exercício profissional pautado nos princípios da moralidade e probidade, com atitudes empreendedoras, dotado de uma visão holística e capaz de encarar seu campo de trabalho também como campo para pesquisa. O eixo das disciplinas **universais** cria aquilo que metaforicamente podemos chamar “DNA” do egresso da FPM RIO e essa marca é adquirida através das disciplinas **Ética e Cidadania, Introdução às Ciências Sociais, Ciência, Tecnologia e Sociedade, Introdução à Cosmovisão Reformada, Princípios de Empreendedorismo e Metodologia do Trabalho Científico.**

7.7 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Currículo Pleno do Curso de Direito tem carga horária mínima de **3.730 horas**, distribuídas nos Eixos de Formação Obrigatória: 1) **Eixo de Formação Fundamental**, com **232 horas**, representando **6%** da Matriz Curricular; 2) **Eixo de Formação Profissional**, com **2.403 horas**, representando **65%** da Matriz Curricular; 3) **Eixo de Formação Prática**, com **598 horas**, representando **16%** da Matriz Curricular; 4) **Eixo de Formação Concentrada**, com **299 horas**, representando **8%** da Matriz Curricular; e 5) **Eixo de Formação Universal**, com **198 horas**, representando **16%** da Matriz Curricular.

Figura 15. Distribuição por Eixos de Formação (DCNs)

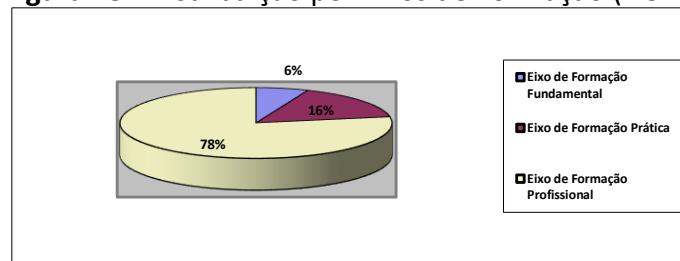
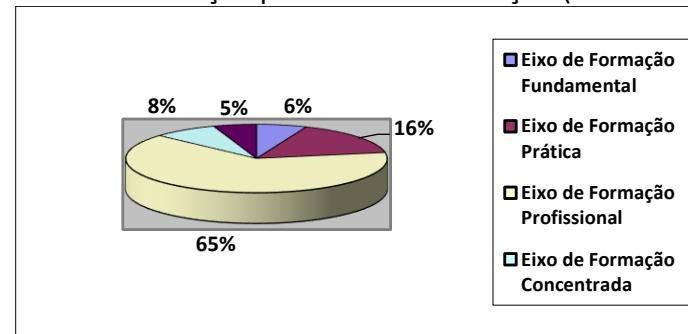


Figura 16. Distribuição por Eixos de Formação (Mackenzie Rio)



Nos referidos eixos fazem-se presentes as perspectivas delineadas no PPC quanto:



1. ao viés humanístico em que os Direitos Humanos são um referencial inicial. Fato que pode ser evidenciado pela ênfase transversal dada as questões relativas a acessibilidade, diversidade e sustentabilidade.
2. à flexibilização e à interdisciplinaridade;
3. à formação profissionalizante, em que a temática constitucional é um marco transversal do curso culminando nos núcleos optativos;
4. à busca de ampliação da formação prática com os Laboratórios Jurídicos e o Estágio Curricular Obrigatório.

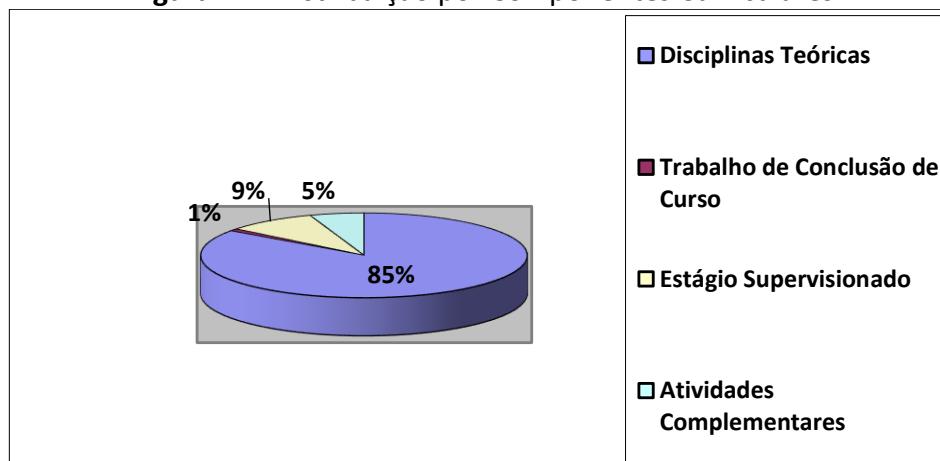
A distribuição das disciplinas comprova a busca de uma formação generalista como base necessária para o perfil profissional – que repercute no Perfil do Egresso – que o Curso tem.

Por fim, a síntese da Matriz Curricular apresenta-nos a seguinte distribuição entre seus componentes: 1) **Disciplinas Teóricas**, com **3.164 horas**, representando **85%** da Matriz Curricular; 2) **Trabalho de Conclusão de Curso**, com **33 horas**, representando **1%** da Matriz Curricular; 3) **Estágio Supervisionado (Laboratório de Prática Jurídica)**, com **333 horas**, representando **9%** da Matriz Curricular 4) **Atividades Complementares**, com **200 horas**, representando **5%** da Matriz Curricular.

Desta forma, obedecendo ao estabelecido nas Diretrizes e para facilitar a identificação e vinculação das disciplinas, indicaremos na Matriz Curricular os eixos de formação utilizando a seguinte nomenclatura: Eixo de Formação Fundamental (FUNDAM), Eixo de Formação Profissional (PROFIS), Eixo de Formação Prática (PRÁTICA), Eixo de Formação Concentrada (CONCENT) e Eixo de Formação Universal (UNIVERSAL).



Figura 17. Distribuição por Componentes Curriculares



7.7.1 Quadro Resumo da Carga Horária Mínima Total do Curso

SÍNTSE DA MATRIZ CURRICULAR				
ETAPA	Componente Curricular[1]	Eixo de Formação (DCNs)	Carga Horária (semestral)	
			Hora - aula*(20 semanas letivas)	Hora-relógio* (20 semanas letivas)
			Total	Total
TODAS	DISCIPLINAS - TEÓRICAS	TODOS	3.760	3.164
8ª e 9ª	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	PRÁTICA	40	33
7ª a 10ª	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	PRÁTICA	400	333
TODAS	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	TODOS	200	200
	TOTAL DA ETAPA		4.440	3.730

7.7.2 Quadro Geral da Composição Curricular – Currículo Pleno

MATRIZ CURRICULAR CURSO DE DIREITO				
ETAPA	Componente Curricular [1]	Eixo de Formação (DCNs)	Carga Horária (semestral)	
			Aula	Hora
			Total	Total
1ª ETAPA	TEORIA GERAL DO DIREITO	FUNDAM	80	67
	PENSAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	FUNDAM	40	33
	CIÊNCIA POLÍTICA	FUNDAM	40	33
	PESSOAS E BENS	PROFISS	80	67
	INTRODUÇÃO AS CIÊNCIAS SOCIAIS	UNIVERSAL	40	33
	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	PROFISS	80	67
	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	UNIVERSAL	40	33
	TOTAL DA ETAPA		400	333



MATRIZ CURRICULAR CURSO DE DIREITO

ETAPA	Componente Curricular [1]	Eixo de Formação (DCNs)	Carga Horária (semestral)	
			Aula	Hora
			Total	Total
2ª ETAPA	ANÁLISE ECONOMICA DE MERCADO	FUNDAM	40	33
	PENSAMENTO FILOSÓFICO CONTEMPORÂNEO	FUNDAM	40	33
	TEORIA DA NORMA E DO CRIME	PROFISS	80	67
	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	PROFISS	80	67
	DIREITOS HUMANOS	PROFISS	40	33
	PSICOLOGIA JURÍDICA	FUNDAM	40	33
	FATO JURÍDICO	PROFISS	40	33
	ÉTICA E CIDADANIA	UNIVERSAL	40	33
	TOTAL DA ETAPA		400	333
3ª ETAPA	DIREITO ELEITORAL	PROFISS	40	33
	RESPONSABILIDADE CIVIL	PROFISS	40	33
	TEORIA GERAL DA PENA	PROFISS	80	67
	PRINCÍPIOS, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PROFISS	40	67
	TEORIA GERAL DO PROCESSO	PROFISS	80	67
	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	PROFISS	80	67
	INTRODUÇÃO À COSMOVISÃO REFORMADA	UNIVERSAL	40	33
	TOTAL DA ETAPA		400	333
4ª ETAPA	CRIMES CONTRA PATRIMÔNIO, PESSOAS E DIGNIDADE SEXUAL	PROFISS	80	67
	PROCESSO DE CONHECIMENTO	PROFISS	80	67
	TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	PROFISS	40	33
	DIREITO CONTRATUAL	PROFISS	80	67
	DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	PROFISS	40	33
	AGENTES, CONTRATAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS	PROFISS	80	67
	TOTAL DA ETAPA		400	333
5ª ETAPA	RELAÇÕES ESTATAIS, BENS E INTERVENÇÕES	PROFISS	80	67
	CRIMES CONTRA A FÉ, PAZ, SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PROFISS	40	33
	CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA	PROFISS	40	33
	TÍTULOS DE CRÉDITO E DIREITO SOCIETÁRIO	PROFISS	80	67
	DIREITOS REAIS	PROFISS	80	67
	RECURSOS CÍVEIS	PROFISS	80	67
	TOTAL DA ETAPA		400	333



MATRIZ CURRICULAR CURSO DE DIREITO

ETAPA	Componente Curricular [1]	Eixo de Formação (DCNs)	Carga Horária (semestral)	
			Aula	Hora
			Total	Total
6ª ETAPA	OPERAÇÕES DE FUSÃO, AQUISIÇÃO, OBRIGAÇÕES MERCANTIS E CONFLITOS SOCIETÁRIOS	PROFISS	80	67
	EXECUÇÃO CIVEL	PROFISS	80	67
	RELACIONES DE TRABALHO	PROFISS	80	67
	DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	PROFISS	80	67
	PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL	PROFISS	40	33
	RESOLUÇÃO ADEQUADA DE DISPUTAS	PRÁTICA	40	33
TOTAL DA ETAPA			400	333
7ª ETAPA	DIREITO TRIBUTÁRIO ESPECIAL	PROFISS	80	67
	FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	PROFISS	40	33
	DIREITO DAS FAMÍLIAS	PROFISS	80	67
	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	PROFISS	80	67
	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	PROFISS	40	33
	PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO	UNIVERSAL	40	33
	LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA I	PRÁTICA	100	83
TOTAL DA ETAPA			460	383
8ª ETAPA	PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	PROFISS	40	33
	ÉTICA PROFISSIONAL	PRÁTICA	40	33
	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	PROFISS	80	67
	DIREITO DA REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA	PROFISS	40	33
	PROCESSO E PERSECUÇÃO PENAL	PROFISS	80	67
	ESTATUTO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	PROFISS	40	33
	LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO	FUNDAM	40	33
	LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA II	PRÁTICA	100	83
TOTAL DA ETAPA			460	383
9ª ETAPA	OPTATIVA I	CONCENT	40	33
	RELACIONES INTERNACIONAIS PRIVADAS	PROFISS	40	33
	ORGANIZAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS	PROFISS	40	33
	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	PROFISS	40	33
	EXECUÇÃO TRABALHISTA	PROFISS	40	33
	DIREITO MARÍTIMO	CONCENT	40	33
	PROCESSO CAUTELAR E SENTENÇA PENAL	PROFISS	80	67
	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	FUNDAM	40	33
	LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA III	PRÁTICA	100	83
	TOTAL DA ETAPA		460	383



MATRIZ CURRICULAR CURSO DE DIREITO				
ETAPA	Componente Curricular [1]	Eixo de Formação (DCNs)	Carga Horária (semestral)	
			Aula	Hora
			Total	Total
10ª ETAPA	OPTATIVA II	CONCENT	40	33
	GOVERNANÇA, COMPLIANCE, INOVAÇÕES E STARTUPS	CONCENT	80	67
	DIREITO DESPORTIVO	CONCENT	40	33
	RECURSOS E EXECUÇÃO PENAL	PROFISS	40	33
	DIREITO DIGITAL E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)	CONCENT	80	67
	DIREITO AMBIENTAL	PROFISS	40	33
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	PRÁTICA	40	33
	LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV	PRÁTICA	100	83
	TOTAL DA ETAPA		460	383
	Atividades Complementares		200	200
	Total Geral		4440	3730

*** EIXO CONCENTRADO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS**

Economia da Regulação, Economia Fluminense, Conhecimento e Informação Contábil, Análise das Demonstrações Contábeis, Prática Trabalhista e Seguridade Social, Prática Processual Fiscal e Tributária, Biodireito e Bioética e Medicina Legal.

LIVRE ESCOLHA: Libras.

A seguir incluímos quadros sinóticos que indicam divisões por eixos temáticos, segundo as orientações das DCNs, indicação das disciplinas Universais e das disciplinas compartilhadas.

7.7.3 Quadro Geral da Composição Curricular – Currículo Pleno

MATRIZ CURRICULAR POR EIXO DCNs E INSTITUCIONAL				
Componente Curricular [1]	Eixo de Formação (DCNs)	Carga Horária (semestral)		Total
		Aula	Hora	
		Total	Total	
EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL				
TEORIA GERAL DO DIREITO	FUNDAM	80	67h00	
CIÊNCIA POLÍTICA	FUNDAM	40	33h00	
ANÁLISE ECONOMICA DE MERCADO	FUNDAM	40	33h00	
PENSAMENTO FILOSÓFICO CONTEMPORÂNEO	FUNDAM	40	33h00	
PENSAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	FUNDAM	40	33h00	
PSICOLOGIA JURÍDICA	FUNDAM	40	33h00	



MATRIZ CURRICULAR POR EIXO DCNs E INSTITUCIONAL				
Componente Curricular [1]	Eixo de Formação (DCNs)	Carga Horária (semestral)		
		Aula		Hora
		Total		Total
EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA				
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA I	PRÁTICA	100	83h00	
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA II	PRÁTICA	100	83h00	
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA III	PRÁTICA	100	83h00	
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV	PRÁTICA	100	83h00	
ÉTICA PROFISSIONAL	PRÁTICA	40	33h00	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	PRÁTICA	40	33h00	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	PRÁTICA	200	200h	
EIXO DE FORMAÇÃO UNIVERSAL				
ÉTICA E CIDADANIA	UNIVERSAL	40	33h00	
INTRODUÇÃO À COSMOVISÃO REFORMADA	UNIVERSAL	40	33h00	
PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO	UNIVERSAL	40	33h00	
INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS	UNIVERSAL	40	33h00	
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	UNIVERSAL	40	33h00	
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	UNIVERSAL	40	33h00	
EIXO DE FORMAÇÃO CONCENTRADA				
LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO	CONCENT	40	33h00	
OPTATIVA I	CONCENT	40	33h00	
OPTATIVA II	CONCENT	40	33h00	
GOVERNANÇA, COMPLIANCE, INovações e STARTUPS	CONCENT	80	67h00	
DIREITO DIGITAL E LEI PROTEÇÃO E DADOS PESSOAIS	CONCENT	80	67h00	
DIREITO PORTUÁRIO	CONCENT	40	33h00	
DIREITO DESPORTIVO	CONCENT	40	33h00	



MATRIZ CURRICULAR POR EIXO DCNs E INSTITUCIONAL

Componente Curricular [1]	Eixo de Formação (DCNs)	Carga Horária (semestral)	
		Aula	Hora
		Total	Total
EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL			
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	PROFISS	80	67h00
PESSOAS E BENS	PROFISS	80	67h00
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	PROFISS	80	67h00
TEORIA DA NORMA E DO CRIME	PROFISS	80	67h00
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PROFISS	80	67h00
DIREITO ELEITORAL	PROFISS	40	33h00
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	PROFISS	80	67h00
FATO JURÍDICO	PROFISS	40	33h00
TEORIA GERAL DA PENA	PROFISS	80	67h00
RELAÇÕES DO TRABALHO	PROFISS	80	67h00
DIREITO CONTRATUAL	PROFISS	80	67h00
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	PROFISS	40	33h00
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	PROFISS	40	33h00
CRIMES CONTRA PATRIMÔNIO, PESSOAS E DIGNIDADE SEXUAL	PROFISS	80	67h00
CRIMES CONTRA FÉ, PAZ E SAÚDE	PROFISS	80	67h00
CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA	PROFISS	80	67h00
TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	PROFISS	40	33h00
RESPONSABILIDADE CIVIL	PROFISS	40	33h00
PROCESSO DE CONHECIMENTO	PROFISS	80	67h00
PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL	PROFISS	40	33h00
DIREITOS REAIS	PROFISS	80	67h00
PROCESSO DE CONHECIMENTO	PROFISS	80	67h00
AGENTES, CONTRATAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS	PROFISS	80	67h00
RECURSOS CÍVEIS	PROFISS	80	67h00
OPERAÇÕES FUSÃO, AQUISIÇÃO, OBRIGAÇÕES MERCANTIS E CONFLITOS SOCIETÁRIOS	PROFISS	80	67h00
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	PROFISS	40	33h00
DIREITO DAS FAMÍLIAS	PROFISS	80	67h00
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	PROFISS	40	33h00
PRINCÍPIOS, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PROFISS	80	67h00
PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	PROFISS	40	33h00
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	PROFISS	80	67h00
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	PROFISS	80	67h00
RELAÇÕES ESTATAIS, BENS E INTERVENÇÕES	PROFISS	80	67h00
PROCESSO E PERSECUÇÃO PENAL	PROFISS	80	67h00
DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	PROFISS	40	33h00



DIREITO DA REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA	PROFISS	40	33h00
DIREITO PORTUÁRIO	PROFISS	40	33h00
ORGANIZAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS	PROFISS	40	33h00
DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	PROFISS	80	67h00
PROCESSO CAUTELAR E SENTENÇA PENAL	PROFISS	80	67h00
RELACIONES INTERNACIONAIS PRIVADAS	PROFISS	40	33h00
TÍTULOS DE CRÉDITO E DIREITO SOCIETÁRIO	PROFISS	80	67h00
EXECUÇÃO CÍVEL	PROFISS	80	67h00
EXECUÇÃO TRABALHISTA	PROFISS	40	33h00
RECURSO E EXECUÇÃO PENAL	PROFISS	40	33h00
DIREITO TRIBUTÁRIO ESPECIAL	PROFISS	80	67h00
DIREITOS HUMANOS	PROFISS	40	33h00
DIREITO AMBIENTAL	PROFISS	40	33h00
ÉTICA PROFISSIONAL	PROFISS	40	33h00

7.7.4 Quadro com as disciplinas distribuídas nos Núcleos Temáticos do Curso de Direito

MATRIZ CURRICULAR CURSO DE DIREITO - POR NUCLEOS TEMÁTICOS			
Componente Curricular [1]	Núcleos Temáticos	Aula	Hora-Relógio
NUCLEO DIREITO CIVIL			
PESSOAS E BENS	DIREITO CIVIL	80	67h00
FATO JURÍDICO	DIREITO CIVIL	40	33h00
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	DIREITO CIVIL	80	67h00
DIREITO CONTRATUAL	DIREITO CIVIL	80	67h00
DIREITO REAIS	DIREITO CIVIL	80	67h00
DIREITO DAS FAMILIAS	DIREITO CIVIL	80	67h00
PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	DIREITO CIVIL	40	33h00
RESPONSABILIDADE CIVIL	DIREITO CIVIL	40	33h00
DIREITO DAS RELAÇÕES E CONSUMO	DIREITO CIVIL	40	33h00
NUCLEO DIREITO DE EMPRESA			
TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	DIREITO DE EMPRESA	40	33h00
TÍTULOS DE CRÉDITO E DIREITO SOCIETÁRIO	DIREITO DE EMPRESA	80	67h00
OPERAÇÕES DE FUSÃO, AQUISIÇÃO, OBRIGAÇÕES MERCANTIS E CONFLITOS SOCIETÁRIOS	DIREITO DE EMPRESA	80	67h00
PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL	DIREITO DE EMPRESA	40	33h00
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	DIREITO DE EMPRESA	80	67h00
NUCLEO DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO			
DIREITO DA REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA	DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO	40	33h00
CIÊNCIA POLÍTICA	DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO	40	33h00
ANÁLISE ECONOMICA DE MERCADO	DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO	40	33h00
NUCLEO DIREITO TRIBUTÁRIO			
DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	DIREITO TRIBUTARIO	80	67h00
DIREITO TRIBUTÁRIO ESPECIAL	DIREITO TRIBUTARIO	80	67h00



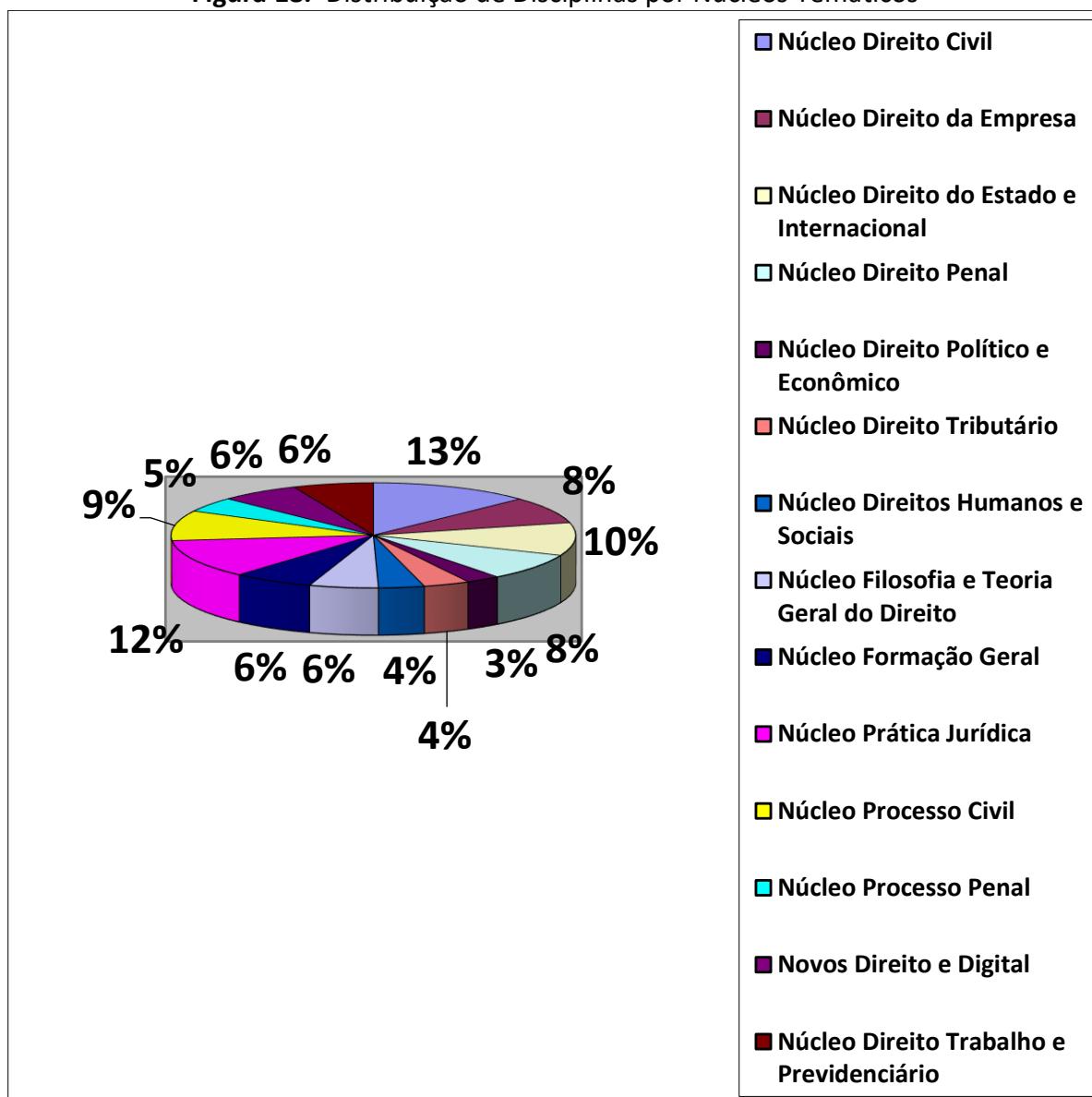
MATRIZ CURRICULAR CURSO DE DIREITO - POR NUCLEOS TEMÁTICOS			
Componente Curricular [1]	Núcleos Temáticos	Aula	Hora-Relógio
NUCLEO DIREITO DO ESTADO E INTERNACIONAL			
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	DIREITO DO ESTADO E INTERNACIONAL	80	67h00
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	DIREITO DO ESTADO E INTERNACIONAL	80	67h00
PRINCÍPIOS, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	DIREITO DO ESTADO E INTERNACIONAL	40	33h00
ORGANIZAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS	DIREITO DO ESTADO E INTERNACIONAL	40	33h00
RELACIONES INTERNACIONAIS PRIVADAS	DIREITO DO ESTADO E INTERNACIONAL	40	33h00
AGENTES, CONTRATAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS	DIREITO DO ESTADO E INTERNACIONAL	80	67h00
RELACIONES ESTATAIS, BENS E INTERVENÇÕES	DIREITO DO ESTADO E INTERNACIONAL	80	67h00
NUCLEO DIREITO PENAL			
TEORIA DA NORMA E DO CRIME	DIREITO PENAL	80	67h00
TEORIA GERAL DA PENA	DIREITO PENAL	80	67h00
CRIMES CONTRA PATRIMÔNIO, PESSOAS E DIVERSIDADE SEXUAL	DIREITO PENAL	80	67h00
CRIMES CONTRA FÉ, PAZ E SAÚDE	DIREITO PENAL	40	33h00
CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA	DIREITO PENAL	40	33h00
MEDICINA LEGAL	DIREITO PENAL	40	33h00
NUCLEO DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS			
DIREITOS HUMANOS	DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS	40	33h00
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS	40	33h00
DIREITO AMBIENTAL	DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS	40	33h00
INTRODUÇÃO AS CIÊNCIAS SOCIAIS	DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS	40	33h00
NUCLEO DIREITO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO			
RELACIONES DO TRABALHO	DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO	80	67h00
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO	40	33h00
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO	40	33h00
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO	80	67h00
EXECUÇÃO TRABALHISTA	DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO	40	33h00
PROCESSO E PERSECUÇÃO PENAL	PROCESSO PENAL	80	67h00
PROCESSO CAUTELAR E SENTENÇA PENAL	PROCESSO PENAL	80	67h00
RECURSOS E EXECUÇÃO PENAL	PROCESSO PENAL	40	33h00



MATRIZ CURRICULAR CURSO DE DIREITO - POR NUCLEOS TEMÁTICOS			
Componente Curricular [1]	Núcleos Temáticos	Aula	Hora-Relógio
NUCLEO FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO			
TEORIA GERAL DO DIREITO	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	80	67h00
PENSAMENTO FILOSÓFICO CONTEMPORÂNEO	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	40	33h00
PENSAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	40	33h00
INTRODUÇÃO AS CIÊNCIAS SOCIAIS	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	40	33h00
PSICOLOGIA JURÍDICA	FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO	40	33h00
NUCLEO FORMAÇÃO GERAL			
ÉTICA E CIDADANIA	FORMAÇÃO GERAL	40	33h00
INTRODUÇÃO À COSMOVISÃO REFORMADA	FORMAÇÃO GERAL	40	33h00
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	FORMAÇÃO GERAL	40	33h00
PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO	FORMAÇÃO GERAL	40	33h00
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	FORMAÇÃO GERAL	40	33h00
LIBRAS	FORMAÇÃO GERAL	40	67h00
NUCLEO PRÁTICA JURÍDICA			
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA I	PRÁTICA JURIDICA	100	83h00
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA II	PRÁTICA JURIDICA	100	83h00
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA III	PRÁTICA JURIDICA	100	83h00
LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV	PRÁTICA JURIDICA	100	83h00
RESOLUÇÃO ADEQUADA DE DISPUTAS	PRÁTICA JURIDICA	40	33h00
ÉTICA PROFISSIONAL	PRÁTICA JURIDICA	40	33h00
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	PRÁTICA JURIDICA	40	33h00
NUCLEO NOVOS DIREITOS E DIGITAL			
DIREITO PORTUÁRIO	NOVOS DIREITOS E DIGITAL	40	33H00
DIREITO DESPORTIVO	NOVOS DIREITOS E DIGITAL	40	33H00
DIREITO ELEITORAL	NOVOS DIREITOS E DIGITAL	40	33H00
DIREITO DIGITAL E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	NOVOS DIREITOS E DIGITAL	80	67H00
BIODIREITO E BIOÉTICA	NOVOS DIREITOS E DIGITAL	40	33H00
LINGUAGEM DE DIREITO	NOVOS DIREITOS E DIGITAL	40	33H00
GOVERNANÇA, COMPLIANCE, INovações e STARTUPS	NOVOS DIREITOS E DIGITAL	80	67H00
NUCLEO PROCESSO CIVIL			
TEORIA GERAL DO PROCESSO	PROCESSO CIVIL	80	67h00
PROCESSO DE CONHECIMENTO	PROCESSO CIVIL	80	67h00
RECURSOS CÍVEIS	PROCESSO CIVIL	80	67h00
EXECUÇÃO CIVIL	PROCESSO CIVIL	80	67h00
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	PROCESSO CIVIL	80	67h00



Figura 18. Distribuição de Disciplinas por Núcleos Temáticos



7.7.5 Disciplinas Universais oferecidas no Curso de Direito

Disciplinas Universais	CH	Etapa de oferecimento
INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS	40	1ª
CIÊNCIA TECNOLOGIA E SOCIEDADE	40	1ª
ÉTICA E CIDADANIA	40	2ª
INTRODUÇÃO À COSMOVISÃO	40	3ª
PRINCÍPIOS DE EMPREENDORISMO	40	7ª
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	40	9ª

Obs.: A disciplina de Libras será oferecida como disciplina de livre escolha ao discente, em qualquer das fases do curso.



7.7.6 Síntese da Matriz Curricular

Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5	Etapa 6	Etapa 7	Etapa 8	Etapa 9	Etapa 10
Teoria Geral do Direito	Análise Econômica de Mercado	Introdução à Cosmovisão Reformada	Teoria Geral do Direito Empresarial	Títulos de Crédito e Direito Societário	Operações de Fusão, Aquis, Obrig Merc e Conf Societários	Falência e Recuperação de Empresas	Planejamento Sucessório	Optativa I	Optativa II
Pensamento Jurídico Brasileiro	Pensamento Filosófico Contemporâneo	Teoria Geral da Pena	Crimes Contra Patrimônio, Pessoas e Dignidade Sexual	Crimes Contra Fé, Paz e Saúde	Relações de Trabalho	Direito Coletivo do Trabalho	Ética Profissional	Relações Internacionais Privadas	Governança, Compliance, Inovações e
Introdução as Ciências Sociais	Ética e Cidadania	Direito Eleitoral	Agentes, Contratações e Serviços Públicos	Relações Estatais, Bens e Intervenções	Direito Financeiro e Tributário	Direito Tributário Especial	Direito Processual do Trabalho	Organizações e Tratados Internacionais	Direito Desportivo
Ciência, Tecnologia e Sociedade	Psicologia Jurídica	Teoria Geral do Processo	Processo do Conhecimento	Recursos Cíveis	Execução Cível	Procedimentos Especiais e Jurisdição Constitucional	Direito da Regulação e Concorrência	Direito Previdenciário	Direito Ambiental
Ciência Política	Fato Jurídico	Direito das Obrigações	Direito Contratual	Direitos Reais	Propriedade Intelectual e Industrial	Direito das Famílias	Processo e Persecução Penal	Execução Trabalhista	Recursos e Execução Penal
Pessoas e Bens	Organização do Estado e Direitos Fundamentais	Princípios, Estrutura e Organização da Administração Pública	Direito das Relações de Consumo	Crimes Contra a Ordem Econômica e Tributária	Resolução Adequada de Disputas	Princípios de Empreendedorismo	Estatuto da Criança e do Adolescente	Direito Portuário	Direito Digital e Lei Proteção de Dados Pessoais
Teoria da Constituição	Teoria da Norma e do Crime	Responsabilidade Civil					Linguagem de Programação	Processo Cautelar e Sentença Penal	
	Direitos Humanos							Metodologia do Trabalho Científico	TCC
						Laboratório de Prática Jurídica I	Laboratório de Prática Jurídica II	Laboratório de Prática Jurídica III	Laboratório de Prática Jurídica IV
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (200 hs relógio)									
FORMAÇÃO									
Fundamental			Profissionalizante			Prática			



7.8 VINCULAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES COM AS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

A Matriz Curricular, além de propiciar a formação técnica profissional cumprindo todos os requisitos das DCNs e das legislações aplicáveis, se revela como uma proposta efetiva de concretização do Perfil do Egresso e de desenvolvimento das Habilidades e Competências delineadas neste PPC.

Há uma preocupação e uma proposta de trabalho constante de articulação entre Componentes Curriculares e para isso são estabelecidas estratégias pedagógicas distintas (explicitadas nos Planos de Ensino) de forma a favorecer cada qual dos seus alunos quanto o desenvolvimento de *competências e habilidades*.

O PDI da FPM RIO define que para alcançar o perfil profissional delineado, **devem ser selecionados conteúdos que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos, e devem ser selecionadas boas estratégias para que o aluno se aproprie dos conceitos e competências necessárias** para atuar na área do conhecimento. A seleção dos conteúdos passa pelo direcionamento das DCNs e das entidades profissionais e pesquisadores das várias áreas de conhecimento.

Desse modo, o conjunto de disciplinas componentes da matriz curricular do curso oferece conhecimentos, cujo domínio envolvendo o **saber-conhecer, o saber-fazer, o saber-conviver e o saber ser**, contribui para o desenvolvimento de habilidades que, articuladas e associadas com as atitudes adequadas, resultam nas competências desejadas para o futuro economista atuar em seu campo profissional.

Nesse sentido, a Matriz Curricular, além de propiciar a formação técnica profissional cumprindo todos os requisitos das DCNs e das legislações aplicáveis, se revela como uma proposta efetiva de concretização do Perfil do Egresso e de desenvolvimento das Habilidades e Competências delineadas neste PPC.

Há uma preocupação e uma proposta de trabalho constante de articulação entre Componentes Curriculares e, para isso, são estabelecidas estratégias pedagógicas distintas (explicitadas nos Planos de Ensino) de forma a favorecer cada qual dos seus alunos quanto o desenvolvimento de competências e habilidades.

Assim, alinhado ao que determinam as DCNs e o PDI da FPM RIO, construiu-se a Matriz Curricular do curso de Direito. A relação entre a Matriz Curricular e a construção de habilidades e competências segundo as DCNs.

Particularmente, podemos destacar algumas vinculações entre os Componentes da Matriz e estas competências, a saber:



PERFIL, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	COMPONENTES CURRICULARES	DESCRITIVO
Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional e o meio, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;	-Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão	- Disciplinas de Curso (Laboratórios de Prática) - Trabalho de Conclusão de Curso
Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle e/ou gerenciamento;	-Atividades de Aula -Atividade de Orientação e Supervisão	- Disciplinas Universais (Ética e Cidadania) - Disciplinas de Curso (Introdução às Ciências Sociais, Ética Profissional, Psicologia Jurídica – dentre outras) - Núcleos de Prática Jurídica
Desenvolver raciocínio crítico e analítico para operar com valores nas relações formais e causais entre fenômenos característicos de sua área de atuação, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos;	- Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão Atividades Complementares	- Disciplinas Universais (Metodologia do Trabalho Científico) - Disciplinas de Curso (Pensamento Filosófico Contemporâneo, Direitos Humanos, Ciência Política, Análise Econômica de Mercado, Organização do Estado e Direitos Fundamentais) - Trabalho de Conclusão de Curso
Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;	- Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão -Atividades Complementares	- Disciplinas Universais (Princípios de Empreendedorismo) - Disciplinas de Curso (Ética Profissional, Psicologia Jurídica, Disciplinas Profissionais) - Núcleos de Prática Jurídica - Atividades de Iniciação à Pesquisa - Atividades Complementares
Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos e sistemas, revelando-se profissional versátil;	-Atividades de Orientação e Supervisão -Atividades Complementares	- Trabalho de Conclusão de Curso - Núcleos de Prática Jurídica - Atividades de Iniciação à Pesquisa - Atividades Complementares, particularmente as Extensionistas.
Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;	- Atividades de Aula	- Disciplinas de Curso (Profissionais e Práticas)
Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a	- Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão	- Disciplinas Universais (Metodologia da Pesquisa) - Trabalho de Conclusão de Curso



participação na produção de conhecimentos;	-Atividades Complementares	- Atividades de Iniciação à Pesquisa - Atividades Complementares, particularmente as de Pesquisa.
Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional;	-Atividades de Orientação e Supervisão -Atividades Complementares	- Estágios Supervisionados - Núcleos de Práticas Jurídica - Atividades Complementares, particularmente as Extensionistas e de Ensino.
Dentro de sua área profissional de formação, ampliar a preocupação com o desenvolvimento - de ações sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente.	- Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão -Atividades Complementares	- Disciplina de Curso (Direito Ambiental) - Atividades Complementares, particularmente as Extensionistas e de Ensino.
Atuar em equipe multiprofissional, particularmente nas atividades consultivas e contenciosas;	- Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão	- Disciplinas Universais (Princípios do Empreendedorismo) - Estágios Supervisionados
Manter-se atualizado com a legislação pertinente à sua área profissional;	- Atividades de Aula -Atividades de Orientação e Supervisão -Atividades Complementares	- Disciplinas de Curso - Núcleos de Prática Jurídica - Atividades Complementares
Manter-se atualizado com a evolução do conhecimento e das práticas profissionais em seu campo de atuação, através do envolvimento com a formação continuada;	-Atividades Complementares	- Disciplinas de Curso - Atividades Complementares

Esta interdisciplinaridade estabelecida entre os Componentes Curriculares, permite que ao final do processo verifiquemos o atendimento da formação do discente, em consonância com os parâmetros estabelecidos em nosso Perfil do Egresso, dentre os quais destacamos, uma vez mais:

1. Profissional com formação teórica e prática para a aplicação e gestão jurídica individual e corporativa, contribuindo para o fortalecimento destas com o ambiente profissional, o poder público e as instituições jurídicas- o que é propiciado pelas Atividades de Aula e Atividades de Orientação e Supervisão.
2. Um profissional-pesquisador com capacidade de desenvolvimento autônomo para realização e gestão de pesquisas científicas, bem como para a construção de propostas de reflexão jurídica na resolução de problemas complexos cotidianos que exigem a atuação do bacharel em Direito - notadamente desenvolvida nas Atividades de Orientação e Supervisão vinculadas à Pesquisa.



3. Sólida formação geral e humanística, demonstrada pela capacidade de análise, domínio de conceitos e da melhor técnica jurídica refletidas na apropriação adequada da terminologia jurídica, argumentação, interpretação, hermenêutica e na correta distinção e valorização dos fenômenos jurídicos sociais. - Notadamente desenvolvida nas Atividades de Orientação e Supervisão vinculadas às Atividades Integradoras e às Atividades Complementares Extensionistas.
4. Capacidade crítico-reflexiva sobre os fenômenos jurídico, político, sociais e econômicos da sociedade brasileira, observando qual o real significado da sua prática profissional – estimulada, propiciada e desenvolvida em todos os Componentes Curriculares e, ainda, na relação que se estabelece entre os alunos quando já são egressos.

7.10 ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO E SÍNTESE DE CONHECIMENTOS

As atividades de síntese e integração de conhecimentos são oportunidades, tanto para o desenvolvimento do protagonismo estudantil como para o estímulo à interdisciplinaridade. Por intermédio não apenas do Trabalho de Conclusão de Curso, como também por meio de outras atividades de síntese, o aluno poderá atravessar as fronteiras de disciplinas específicas dentro de sua área de formação e até vizinhas e complementares à sua área de formação, fazendo as sínteses de saberes, como nos ensina Edgar Morin (2008) em sua obra *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Ao longo do curso de Direito, os estudantes terão diversas oportunidades de realizar atividades para integração e síntese de conhecimentos. Periodicamente, deve ser realizado um **teste para Análise do Conhecimento Consolidado**, com o propósito de fornecer informações, para a Coordenação e docentes, sobre a capacidade dos estudantes do curso de Direito lidarem, de forma integrada e contextualizada, com os conhecimentos adquiridos em etapas efetivas anteriores. Além disso, diversas disciplinas funcionarão como agregadoras de conhecimento e desenvolverão atividades em que os estudantes devem lidar com os diferentes conteúdos, habilidades, competências e atitudes desenvolvidos durante o curso.

7.11 ARTICULAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO CURSO COM A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação do curso de Direito é permanente e estruturada, internamente, através da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado do Curso (CC) e pelas avaliações externas, como o ENADE.

A FPM RIO possui o **Programa de Avaliação Institucional - PAI**, elaborado para atender à Lei nº 10.861/04, que instituiu o SINAES e cria a CONAES e a CPA em cada IES do Sistema Federal de Ensino.

São princípios fundamentais no processo de avaliação institucional da FPM RIO: responsabilidade social com a qualidade da educação superior; reconhecimento da diversidade do sistema; respeito à identidade, à missão e à história das IES; compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada.



A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela coordenação de todo o sistema de Avaliação Institucional da FPM RIO, de seus cursos de graduação e de pós-graduação, bem como das atividades de pesquisa e de extensão, atuando de forma autônoma em relação à Direção, Conselho Acadêmica e demais órgãos colegiados existentes na instituição, regida por regulamento próprio.

Compete à CPA da FPM RIO coordenar os processos internos de autoavaliação e o cotejamento das ações planejadas no PDI com as observadas nos processos avaliativos, bem como fornecer subsídios para o planejamento das ações acadêmicas e administrativas, visando a manutenção da qualidade e excelência do ensino.

Também deve atender aos objetivos:

- Avaliações sistemáticas e periódicas de todos os docentes;
- Avaliações dos funcionários (gestores, administrativos e técnicos);
- Pesquisas sistemáticas e periódicas do nível de satisfação dos discentes,
- Propostas de ações, considerando os resultados da autoavaliação como instrumento de gestão.

As atividades de avaliação realizadas contemplam a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, prestação de serviços, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de educação superior.

A participação da comunidade Acadêmica é de imensa relevância, pois, o envolvimento dos atores, por diferentes que sejam entre si, auxilia na construção do conhecimento gerado na avaliação. O compromisso explícito dos dirigentes das instituições em relação ao processo avaliativo, é igualmente essencial ao processo de avaliação. A informação fidedigna é o elemento fundamental do processo avaliativo e sua disponibilização pelos órgãos pertinentes da instituição é prioritária.

O uso efetivo dos resultados, o conhecimento que a avaliação interna proverá à comunidade institucional deve ter uma finalidade clara de planejar ações destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional. Ao final do processo de autoavaliação é realizada uma reflexão (devolutiva), visando a sua continuidade, com o aperfeiçoamento das estratégias utilizadas.

São realizadas periodicamente diferentes avaliações, como a Avaliação Docente e a Avaliação da Infraestrutura e de Serviços, com a participação dos estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos.

Cada docente tem acesso ao resultado da sua avaliação. Os resultados dessas avaliações são importantes ferramentas para reflexão do desempenho individual e coletivo do quadro docente bem como do coordenador do curso, e dessa forma, têm contribuído para o delineamento de novas ações pedagógicas, melhoramento da infraestrutura e dos procedimentos administrativos do curso.

O processo avaliativo oferece suporte de gestão para o planejamento e mudanças necessárias com vistas à melhoria contínua das condições de oferta. Os resultados dos



relatórios anuais da Avaliação Institucional e todos os resultados das avaliações externas, como resultados do ENADE, são utilizados como subsídios para a revisão dos processos de planejamento estratégico do Curso.

Por sua vez, a âmbito do curso de Direito, o **Núcleo Docente Estruturante** se reúne periodicamente, para avaliar, por meio de discussões contínuas, o currículo, a matriz curricular, os planos de ensino, a bibliografia e as atividades complementares, com subsídios das avaliações da CPA, para encontrar caminhos que levem a identificação de problemas e a proposta de soluções e de possíveis mudanças para inovações.

O NDE do Curso de Direito é órgão de acompanhamento didático-pedagógico de concepção, consolidação e atualização do PPC.

Por seu turno, o **Colegiado de Curso**: delibera sobre o Projeto Pedagógico do curso e sobre os programas e planos de ensino das disciplinas; emite parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados; pronuncia-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como, sobre aceleração e recuperação de estudos; e emite pareceres a respeito de propostas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Curso de Direito.

Todas as atualizações curriculares são explicadas aos alunos em reuniões discentes.

Também como subsídio, a avaliação externa (Indicadores oficiais de qualidade da educação superior), impacta na atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Direito. Os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE são amplamente analisados avaliados os resultados obtidos em cada ciclo avaliativo e são compilados por eixo temático. A partir dessa compilação, é construído um planejamento de reforço de conteúdo programático e/ou atualização do professor. Dentre a atualização de conteúdo, podemos citar a construção de aulas de nivelamento denominadas Atualização de Conteúdos. Sobre a atualização do professor, há a capacitação pedagógica e contratação de profissionais de comprovada competência na área.

7.12 INTEGRALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA MATRIZ DO CURSO

O curso de Direito da FPM RIO, para atendimento às diretrizes da Resolução CNE/CES nº 7, de 18.12.2018 do Conselho Nacional de Educação prevê em sua matriz curricular carga horária de atividades de extensão. Tal resolução estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências e está articulada com o PDI e o PPI da FPM RIO.

De acordo com art. 3º da resolução, a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.



As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos e possuem como objetivo principal propiciar o desenvolvimento de competências nos alunos ao longo do curso.

O plano de curricularização da FPM RIO deve culminar em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviço à comunidade, que sejam resultados das competências desenvolvidas através de um conjunto de disciplinas da matriz curricular dos cursos.

7.12.1 Diretrizes para Extensão

As atividades de extensão, de acordo com a Resolução nº 7, de 18.12.2018, estabelecem uma interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos. São diretrizes para a definição das atividades de extensão:

- Privilegiar as disciplinas – núcleo comum por área (planejar a curricularização por área do conhecimento);
- Privilegiar projetos integradores que aglutinem as competências e saberes de um conjunto de disciplinas;
- Contemplar na matriz curricular no mínimo 10% para curricularização da extensão;
- Priorizar o perfil do egresso e o PDI;
- Optar por disciplinas que tenham maior aderência com projetos de extensão;
- Promover a indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão;
- Promover a interação dialógica entre a IES e a comunidade;
- Garantir a troca de conhecimento entre discentes e a comunidade;
- Atender no mínimo um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU;
- Garantir que a proposta seja escalável.

7.12.2 Desenvolvimento e Registro da Extensão

As atividades de extensão serão realizadas nas disciplinas conforme evidenciado na matriz curricular e devem ser registradas por meio do Relatório de Extensão considerando os seguintes tópicos: proposta, desenvolvimento e conclusão. As atividades propostas devem ser desenvolvidas, do início ao fim, durante as semanas de aula das disciplinas envolvidas.



Para a operacionalização das atividades de extensão, o discente seguirá as etapas apresentadas nos planos de ensinos das disciplinas eleitas para compor o percentual de extensão previsto no projeto pedagógico de cada curso de Graduação.

O discente terá acesso ao detalhamento das atividades de extensão, a organização a ser realizada, os tipos de atividades (programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços), por meio dos planos de ensino destas disciplinas e seus respectivos professores, incluindo os critérios de avaliação e prazos para entrega.

Com base nessa orientação, o discente se organizará em equipes de trabalho (da mesma turma, entre turmas ou entre cursos), realizará o planejamento, preparará o escopo do trabalho e os cronogramas, agendará visitas, coletará os dados (se necessário for a coleta de dados primários) e executará as ações.

Com base no diagnóstico, o discente definirá e descreverá a proposta de estratégia a ser utilizada (etapa pesquisa-ação) para a transformação da realidade estudada. As atividades deverão ocorrer conforme as datas previstas nos planos de curso das disciplinas e através do cronograma elaborado pelo discente

O discente cumprirá com as tarefas propostas para a realização das atividades de extensão e as apresentará aos professores das disciplinas, respeitando o cronograma previsto nos planos de curso destas. O professor realizará a correção, conforme critérios definidos pelo NDE, e apresentará o feedback ao discente.

Por fim o discente operacionalizará a atividade construída e planejada ao longo do semestre junto à comunidade. Após a conclusão de todas as etapas, a parte da nota da disciplina associada à curricularização será disponibilizada pelos professores das disciplinas envolvidas.

Relatório de Extensão

1. Proposta
Essa parte deve conter como será realizada a atividade, local, carga horária, área de atuação e condições de financiamento compatíveis

2. Desenvolvimento
Apresentação de todas as atividades desenvolvidas, bem como a análise crítica sobre o tema vivenciado.

3. Conclusão
Finalização do material com uma visão geral e opinião pessoal do que foi experenciado.

7.12.3 Autoavaliação da Extensão

Está prevista a autoavaliação contínua da curricularização da extensão pela Coordenação do Curso e Núcleo Docente Estruturante. Dentre os requisitos a serem avaliados estão: Articulação entre ensino, pesquisa, formação do estudante e qualificação docente.



Também caberá a Comissão Própria de Avaliação propiciar mecanismos de avaliação das atividades de extensão visando o aperfeiçoamento e melhorias.

7.12.4 Articulação do curso com a avaliação institucional

A avaliação do curso de Direito é permanente e estruturada, internamente, através da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado do Curso (CC) e pelas avaliações externas, como o ENADE.

A FPM RIO possui o **Programa de Avaliação Institucional - PAI**, elaborado para atender à Lei nº 10.861/04, que instituiu o SINAES e cria a CONAES e a CPA em cada IES do Sistema Federal de Ensino.

São princípios fundamentais no processo de avaliação institucional da FPM RIO: responsabilidade social com a qualidade da educação superior; reconhecimento da diversidade do sistema; respeito à identidade, à missão e à história das IES; compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada.

A **Comissão Própria de Avaliação (CPA)** é responsável pela coordenação de todo o sistema de Avaliação Institucional da FPM RIO, de seus cursos de graduação e de pós-graduação, bem como das atividades de pesquisa e de extensão, atuando de forma autônoma em relação à Direção, Conselho Acadêmica e demais órgãos colegiados existentes na instituição, regida por regulamento próprio.

Compete à CPA da FPM RIO coordenar os processos internos de autoavaliação e o cotejamento das ações planejadas no PDI com as observadas nos processos avaliativos, bem como fornecer subsídios para o planejamento das ações acadêmicas e administrativas, visando a manutenção da qualidade e excelência do ensino.

Também deve atender aos objetivos:

- Avaliações sistemáticas e periódicas de todos os docentes;
- Avaliações dos funcionários (gestores, administrativos e técnicos);
- Pesquisas sistemáticas e periódicas do nível de satisfação dos discentes,
- Propostas de ações, considerando os resultados da autoavaliação como instrumento de gestão.

As atividades de avaliação realizadas contemplam a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, prestação de serviços, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de educação superior.

A participação da comunidade acadêmica é de imensa relevância, pois, o envolvimento dos atores, por diferentes que sejam entre si, auxilia na construção do conhecimento gerado na avaliação. O compromisso explícito dos dirigentes das instituições em relação ao processo avaliativo, é igualmente essencial ao processo de avaliação. A informação fidedigna é o elemento fundamental do processo avaliativo e sua disponibilização pelos órgãos pertinentes da instituição é prioritária.



O uso efetivo dos resultados, o conhecimento que a avaliação interna proverá à comunidade institucional deve ter uma finalidade clara de planejar ações destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional. Ao final do processo de autoavaliação é realizada uma reflexão (devolutiva), visando a sua continuidade, com o aperfeiçoamento das estratégias utilizadas.

Serão realizadas periodicamente diferentes avaliações, como a Avaliação Docente e a Avaliação da Infraestrutura e de Serviços, com a participação dos estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos. Cada docente terá acesso ao resultado da sua avaliação. Os resultados dessas avaliações são importantes ferramentas para reflexão do desempenho individual e coletivo do quadro docente bem como do coordenador do curso, e dessa forma, têm contribuído para o delineamento de novas ações pedagógicas, melhoramento da infraestrutura e dos procedimentos administrativos do curso.

O processo avaliativo oferecerá suporte de gestão para o planejamento e mudanças necessárias com vistas à melhoria contínua das condições de oferta. Os resultados dos relatórios anuais da Avaliação Institucional e todos os resultados das avaliações externas, como resultados do ENADE, serão utilizados como subsídios para a revisão dos processos de planejamento estratégico do Curso.

Por sua vez, a âmbito do curso de Direito, o **Núcleo Docente Estruturante** se reunirá periodicamente, para avaliar, por meio de discussões contínuas, o currículo, a matriz curricular, os planos de ensino, a bibliografia e as atividades complementares, com subsídios das avaliações da CPA, para encontrar caminhos que levem a identificação de problemas e a proposta de soluções e de possíveis mudanças para inovações. O NDE do Curso de Direito é órgão de acompanhamento didático-pedagógico de concepção, consolidação e atualização do PPC.

Por seu turno, o **Colegiado de Curso**: delibera sobre o Projeto Pedagógico do curso e sobre os programas e planos de ensino das disciplinas; emite parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados; pronuncia-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como, sobre aceleração e recuperação de estudos; e emite pareceres a respeito de propostas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Curso de Direito.

Todas as atualizações curriculares são explicadas aos alunos em reuniões discentes. Também como subsídio, a avaliação externa (Indicadores oficiais de qualidade da educação superior), impacta na atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Direito. Os resultados do ENADE serão amplamente analisados avaliados os resultados obtidos em cada ciclo avaliativo e são compilados por eixo temático. A partir dessa compilação, será construído um planejamento de reforço de conteúdo programático e/ou atualização do professor. Dentre a atualização de conteúdo, podemos citar a construção de aulas de nivelamento denominadas Atualização de Conteúdos. Sobre a atualização do professor, há a capacitação pedagógica e contratação de profissionais de comprovada competência na área.



8. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

8.1. COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da FPM RIO, exercida por um Coordenador nomeado pela Direção Geral, por prazo indeterminado, dentre professores integrantes da carreira docente e portadores no mínimo, do título de Mestre, é o órgão responsável pela organização didático-científica, abrangendo e supervisionando as atividades dos professores que ministram aulas no respectivo Curso.

Ao Coordenador de Curso de Graduação compete (art. 18 do Regimento Geral da FPM RIO):

- Supervisionar e orientar os trabalhos da Coordenação, buscando a excelência do seu Curso;
- Organizar o trabalho docente e discente;
- Promover o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso de Graduação no âmbito de sua área de atuação;
- Atribuir encargos de ensino aos docentes segundo suas capacidades e especializações;
- Organizar, supervisionar e responder pela aplicação e avaliação de exercícios domiciliares ao discente em regime especial de frequência, previsto em lei;
- Sugerir providências para o constante aperfeiçoamento dos docentes;
- Supervisionar e orientar a elaboração dos planos de ensino das disciplinas nas respectivas áreas de atividade, atendidas as Diretrizes Curriculares;
- Convocar e dirigir as reuniões do Colegiado de Curso, do Núcleo Docente Estruturante e dos docentes;
- Zelar pelo cumprimento da regulamentação pertinente aos regimes de trabalho do Corpo Docente;
- Elaborar pareceres quando solicitado pelos órgãos superiores;
- Supervisionar as atividades de monitoria;
- Encaminhar à Coordenação Acadêmica, em datas previamente estabelecidas, a programação da oferta de disciplinas e demais componentes curriculares para o próximo período letivo;



- Analisar e decidir sobre solicitações dos discentes, no âmbito administrativo-pedagógico;
- Revisar e aperfeiçoar os documentos referenciais relativos ao seu curso de graduação, tais como o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e regulamentos específicos;
- Promover a supervisão contínua de todas as atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão;
- Promover a adequação do Projeto Pedagógico do curso de graduação às respectivas “Diretrizes Curriculares Nacionais” e outras determinações dos órgãos reguladores;
- Formular e coordenar as atividades de prática profissional do curso de graduação;
- Atender os discentes, em horários agendados, sobre questões acadêmicas;
- Acompanhar os relatórios da CPA e do INEP referente aos resultados;
- Desempenhar outras atribuições inerentes à função de Coordenador de Curso.

8.2 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado de Curso é órgão administrativo, normativo, deliberativo e de supervisão da organização acadêmica, constituído para cada um dos Cursos de Graduação oferecidos pela FPM RIO.

Em conformidade com o Regimento Geral da Faculdade, em seu art. 19, o Colegiado de Curso de Direito será composto por 05 (cinco) representantes do corpo docente de áreas representativas do curso, sendo 3 (três) escolhidos pelo Coordenador Acadêmico, ouvido o Coordenador do Curso; e 2 (dois) eleitos pelos seus pares, com mandato de 1 (um) ano, podendo haver recondução; além de (um) representante do corpo discente do curso, indicado pelo órgão de representação acadêmica, com mandato de 1 (um) ano, com direito a recondução.

De acordo com o Regulamento do Colegiado de Curso de Graduação da FPM RIO, o Colegiado deve se reunir, ordinariamente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Coordenador de Curso, atribuindo duas horas semanais para o cômputo das atividades acadêmico-administrativas. O art. 3º do citado documento apresenta as principais atribuições do colegiado, que são:

- Analisar e deliberar sobre o Projeto Pedagógico do Curso;
- Apreciar e aprovar semestralmente os Planos de Ensino;



- Manter em arquivo todas as informações de interesse do Curso de Graduação, inclusive atas de suas reuniões, a fim de zelar pelo cumprimento das exigências legais;
- Discutir e analisar o desempenho do Curso de Graduação e questões acadêmico-administrativas relacionadas às atividades do Coordenador de Curso, respeitado o Regimento Geral da FPM RIO;
- Estimular e apoiar o aperfeiçoamento do pessoal docente;
- Analisar, sempre que houver necessidade, outras questões acadêmicas de natureza não pedagógica apresentadas por docentes e discentes;
- Analisar os casos de infração disciplinar e, quando necessário, encaminhar à Coordenação Acadêmica;
- Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão que lhe forem apresentados;
- Zelar pelo cumprimento de suas decisões.

8.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão de acompanhamento didático-pedagógico de concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Direito.

O NDE do Curso de Direito, segundo a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) nº 01 de 17.06.2010 e o art. 22 do Regimento Geral da FPM RIO, é o órgão de acompanhamento didático-pedagógica de concepção, consolidação e atualização do PPC oferecido pela FPM RIO, cujos membros serão designados pelo Diretor-geral, dentre as indicações feitas pelo Coordenador de Curso.

Sua composição, definida no art. 3º do Regulamento do NDE da FPM RIO em consonância com a Resolução CONAES nº 01/2010, é integrada por docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, é presidido pelo Coordenador de Curso de Direito e deve situar-se entre o mínimo absoluto de 05 (cinco) e o máximo de 10 (dez), obedecendo, simultaneamente, aos seguintes parâmetros e características:

- Reconhecida liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões relevantes do Curso;
- Ser portador de título de Mestre ou Doutor;
- Ao menos 20% (vinte por cento) do número de integrantes do NDE devem ser docentes de período integral (PPI) e todos os demais, de período parcial (PPP);
- Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos integrantes do NDE devem ter Graduação na área de conhecimento do Curso de Direito;



- Pelo menos 40% (quarenta por cento) dos integrantes do NDE deverá atuar ininterruptamente como docentes do Curso, no mínimo, há 3 (três) anos.

Dentre as competências do NDE, a Resolução CONAES nº 01/2010 destaca: a promoção, reflexão e proposição de diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico do Curso de Direito; a construção e acompanhamento do desenvolvimento do PPC, definindo concepção e fundamentos; o zelo pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Direito; o zelo pela regularidade e qualidade de ensino ministrado pelo Curso, através de acompanhamento junto à CPA e aos indicadores oficiais de qualidade da educação superior; a proposição de ações em busca dos melhores resultados nos indicadores oficiais da educação superior.

Estabelecem os arts. 01 e 02 da citada Resolução: *"Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Art. 2º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras: I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação."*

O Regimento Geral e o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante da FPM RIO definem assim as atribuições do NDE:

- Promover reflexão e propor diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico do Curso, respeitada a política acadêmica aprovada pelos órgãos superiores da FPM RIO;
- Construir e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) definindo concepção e fundamentos;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Zelar pela regularidade e qualidade de ensino ministrado pelo Curso, através de acompanhamento junto à CPA;
- Propor ações em busca dos melhores resultados nos indicadores oficiais da educação superior de graduação;
- Acompanhar os resultados no ensino-aprendizagem constantes do PPC;
- Emitir parecer sobre as formas de avaliação e acompanhamento do Curso, após analisar documentos de avaliações discentes intermediárias e finais com os respectivos gabaritos;
- Estabelecer e atualizar o perfil profissional do egresso do Curso, contribuindo para a sua consolidação;



- Promover a interdisciplinaridade, zelando pela sua integração curricular entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Promover a integração horizontal e vertical do Curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo PPC;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
- Promover a reflexão e, periodicamente, a atualização do PPC do Curso;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos órgãos competentes, sempre que necessário;
- Revisar as ementas e os conteúdos programáticos;
- Colaborar na elaboração e recomendar a aquisição de obras indicadas como referências bibliográficas e demais equipamentos pedagógicos necessários, conforme o PPC;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares e os planos de aulas;
- Propor a alteração fundamentada da carga horária da matriz curricular, ou de seus componentes isoladamente;
- Indicar cursos a serem ofertados em nível de atividade complementar como forma de nivelar o aluno ingressante ou reforçar o aprendizado;
- Realizar outras atividades indicadas ou recomendadas pelo Coordenador de Curso de Graduação.

O art. 8º do Regulamento do Núcleo Docente Estruturante da FPM RIO define que o NDE deve se reunir ordinariamente, por convocação do seu Presidente, 02 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, atribuindo 02 (duas) horas semanais aos integrantes do NDE, quando no desempenho de suas competências.



9. CORPO DOCENTE

9.1 PERFIL DOCENTE

A FPM RIO em relação ao seu corpo docente pauta-se nas diretrizes e princípios que propiciem a valorização dos seus profissionais e reconhecimento por sua produção intelectual e científica e dedicação às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Não obstante isso, resguarda e promove condições e ambiente de trabalho saudáveis e adequado, bem como incentiva a participação na elaboração dos projetos e atividades pedagógicas do curso relacionados ao ensino e à extensão com ampla liberdade de expressão e participação.

Em contrapartida, o corpo docente pauta-se por uma atuação que zele pelo cumprimento de suas atividades essenciais, bem como o compromisso com o desenvolvimento e a promoção de uma educação de qualidade de forma contínua.

Quanto à titulação, o quadro docente da FPM RIO será composto por Doutores e Mestres. O quadro docente do curso de Direito da FPM RIO contará com 60% de professores Doutores, 40% de professores Mestres.

O docente do curso de Direito da FPM RIO, deverá possuir a titulação mínima de Mestre, experiência docente e ser um especialista em sua área de atuação, porém, em casos excepcionais, dependendo da característica profissional, poderão ser admitidos docentes com titulação de especialista. Para composição de seu quadro de docentes, o curso de Direito da FPM RIO priorizará os docentes que dominam as estratégias ativas de ensino e exercem seu papel no desenvolvimento do protagonismo estudantil entre os discentes. Em relação ao regime de contratação, os docentes contratados em regime de tempo parcial ou integral representam mais de 70% do total de docentes. Quanto ao tempo de experiência profissional, 100% dos professores possuem mais de 10 anos de experiência profissional. Já no que tange a experiência com o ensino superior, 80% dos docentes possuem mais de 10 anos de experiência.

Quanto ao regime de trabalho, os docentes do curso de Direito serão registrados em Regime de Período Integral (PPI) ou Regime de Período Parcial (PPP) e, ainda, como Professor em Período de Hora-aula (PPA). O professor em dedicação “integral”, presta quarenta horas semanais de trabalho; o professor de tempo “parcial” presta vinte ou doze horas semanais de trabalho; e o professor “horista” obedece ao mínimo de aulas previstas em Ordem Interna emanada pela Coordenação da Faculdade.

O Quadro Docente pode ainda ser constituído de Professores integrantes da Carreira Docente, Professores Colaboradores, e/ou, Professores Visitantes, organizados por categoria (Auxiliar, Assistente Mestre, Assistente Doutor e Adjunto) e nível (Auxiliar I, II, III e IV; Assistente Mestre I, II, III e IV; Assistente Doutor I, II, III e IV; e, Adjunto I, II, III e IV).

Compete ao docente, segundo o art. 108 do Regimento Geral da Faculdade:

- Participar da elaboração do projeto pedagógico e institucional da FPM RIO;



- Elaborar o plano de ensino de sua disciplina ou atividade, submetendo-o à aprovação do Colegiado de Curso, por intermédio da coordenação respectiva;
- Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- Registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- Fornecer ao setor competente, as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos alunos, dentro dos prazos fixados pela Direção Geral;
- Observar o regime disciplinar da FPM RIO;
- Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
- Recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos, quando assim o desejar;
- Comparecer a reuniões e solenidades programadas pela Direção Geral da FPM RIO e seus órgãos colegiados;
- Responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso do material e pela sua conservação;
- Orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina;
- Planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações;
- Não defender ideias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito ou que contrariem este Regimento Geral e as leis;
- Comparecer ao serviço, cumprir a grade horária em face das disciplinas atribuídas, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da coordenação do curso ou da Direção Geral da FPM RIO;
- Elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização;
- Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e no Regimento Geral.



9.2 EXPERIÊNCIA ACADÊMICA PROFISSIONAL

Todos os docentes terão de apresentar aderência às disciplinas ministradas, com experiência profissional e acadêmica na área de conhecimento e devem possuir titulação acadêmica conforme descrita no item acima, bem como apresentar experiência acadêmica e profissional, de modo a atender às exigências quanto ao perfil esperado do corpo docente, conforme Instrumento de Avaliação de Cursos Superiores de Direito e normativas institucionais. Quanto ao regime de trabalho, parte dos docentes deve se enquadrar em regime de dedicação parcial ou integral.

9.3 PUBLICAÇÕES

O corpo docente deverá gerar produção bibliográfica qualificada na área de Concentração do Curso, que será mensurada a cada triênio.

A fim de promover a pesquisa e de difundir o conhecimento, as publicações deverão se pautar nos Critérios Qualis para artigos em periódicos acadêmicos, bem como na elaboração de livros e/ou capítulos de livros.

Ainda o corpo docente participará de reuniões ou eventos acadêmicos indexados, preferencialmente apresentando trabalhos completos. Por fim, a publicação será também mensurada a partir de trabalhos publicados e divulgados em meios de projeção científica, técnica e/ou artística reconhecida. Esta dinâmica de publicação será considerada para efeitos de promoção e progressão na Carreira Acadêmica.

O PDI da FMP RIO, no esclarecimento de suas diretrizes e ações, estimula a produção acadêmica docente e discente (qualidade e quantidade), objetivando:

- Atualizar política de incentivo à participação docente e discente em eventos acadêmicos;
- Realizar eventos de iniciação científica para apresentação dos trabalhos dos discentes;
- Promover intercâmbio com outras IES, para fins de produção acadêmica docente e discente;
- Divulgar os trabalhos acadêmicos (docentes e discentes) em publicações próprias em meios digitais ou impressos.

9.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO DOCENTE

No âmbito da atuação educacional exercida pela FPM RIO, reserva-se especial atenção ao docente. O docente é o agente Mackenzista em quem se deposita a esperança de que reúna plenas condições de executar, bem próximo ao aluno, as diretrizes acadêmicas



desenhadas pela Faculdade. Por isso, a coordenação do Curso deve ter redobrada cautela na seleção de docentes para ingresso na carreira do Curso de Direito.

Após a contratação do docente, contando sempre com o indispensável apoio dos órgãos superiores da Faculdade, efetua-se o acompanhamento, a avaliação e a formação continuada. De modo geral, independente do grau de titulação, os docentes devem ser submetidos a um processo semestral de renovação da capacitação docente, quando da realização da **Semana de Atualização Pedagógica**, bem como pela participação do **Fórum Permanente de Reflexão Docente**. Entende-se que essas são relevantes políticas educacionais da FPM RIO, sistematicamente executada para que se efetive e se cumpra a Visão e Missão da Instituição, garantindo, dessa maneira a excelência almejada.

Como atos de efetiva formação continuada dos docentes referencia-se àqueles que englobam:

- Semana de Atualização Pedagógica, programada para ser semestralmente realizada;
- Encontro Docente, realizado no início de cada semestre letivo;
- Promoção e apoio a eventos e congressos que tratam de questões relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem;
- O Fórum Permanente de Reflexão Docente para debater sobre a Prática Docente;
- Apoio no processo de planejamento de ensino e avaliação;
- Incentivo às titulações obtidas em Pós-Graduação, visando integração cada vez mais sólida do ensino, pesquisa e extensão, isto é, proporcionar ao corpo docente do Curso de Direito, condições de realizar estudos de extensão e de Pós-Graduação, apoiando seu ingresso em programas de especialização, mestrado e doutorado, incluindo os Programas existentes na Universidade Presbiteriana Mackenzie;
- Contribuição para o aprimoramento pessoal e profissional dos docentes, de modo a assegurar um quadro docente qualificado, com apoio à sua participação em Congressos Nacionais ou Internacionais, Palestras e Seminários, visando combinar a apresentação de trabalhos e a atualização acadêmico-profissional, em nome da FPM RIO;
- Incentivo às atividades desenvolvidas na área da pesquisa e extensão ou concernentes à produção, ampliação, revisão ou aprofundamento do conhecimento, ou seja, estimular e apoiar o desenvolvimento de habilidades e posturas que visem o aprimoramento do docente em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Incentivo a toda atividade que venha a ampliar a Experiência Profissional, Produção Científica e Intelectual do Docente;
- Propiciar acesso às informações e novidades tecnológicas necessárias ao bom desempenho do docente, seja em funções acadêmicas, de pesquisa ou administrativas, abrangendo treinamento na plataforma Moodle, ferramentas de pesquisa on-line como EndNote, Intranet e sobre o funcionamento de softwares específicos;



- Apoiar a publicação dos materiais científicos e tecnológicos produzidos pelos docentes;
- Apoiar a participação em eventos científicos relacionados à sua área de atividades e que apresentem contribuições consistentes ao aprimoramento do projeto educacional da FPM RIO, bem como em entidades de classe relacionadas à atuação profissional do Psicólogo.

A FPM RIO conta ainda com a **Assessoria Didático-Pedagógico**, órgão responsável pelo apoio a organização didático-pedagógica da Instituição, supervisionando as atividades dos professores que ministram aulas nos respectivos Cursos. Ela possui natureza interfuncional, e desenvolve suas funções articulando-se com as demais Coordenações da Faculdade e a Comissão Própria de Avaliação.

O Assessor Didático-Pedagógico é nomeado pela Direção Geral, e deve preferencialmente possuir especialização em pedagogia, e ser portador no mínimo, do título de Mestre.

9.5 IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO NO ÂMBITO DO CURSO

Para manter e incentivar uma prática que alcance esses objetivos inovadores e que reflita a excelência do ensino, envolvendo e contagiando a todos, a FPM RIO busca ampliar a formação continuada dos professores que nela atuam.

A FPM RIO possui política de formação pedagógica permanente, que alcança seus professores em todos os semestres, com oficinas, cursos e palestras relacionadas a temáticas sobre ensino, estratégias, metodologias, avaliação e outros aspectos da docência no Ensino Superior, bem como sobre o trabalho com algumas necessidades especiais dos alunos, sobre a relação professor-aluno e outras temáticas que atravessam a sala de aula e a atuação pedagógica do professor.

A IES também busca incentivar e apoiar a educação superior por meio de cursos de mestrado, doutorado e estágios de pós-doutoramento para os docentes da Instituição, inclusive junto aos programas oferecidos pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mantida, tal qual a FPM RIO, pelo IPM.

A Direção Geral da FPM RIO propõe políticas de capacitação docente na Faculdade, como o **Fórum Permanente de Reflexão Docente**, o **Encontro Semestral de Docentes** e o **Plano de Carreira Docente**.

9.5.1 Fórum Permanente de Reflexão Docente

Como uma das ações em busca da formação em serviço dos docentes, a Direção Geral, lançou o projeto “**Reflexões sobre a Prática Docente**”. São enviadas aos docentes, periodicamente, reflexões didático-pedagógicas sobre questões da prática cotidiana como



professores de Ensino Superior. Espera-se com isso, aguçar os docentes no que se refere ao pensar sobre as práticas pedagógicas cotidianas.

Desde 2013, a FPM RIO conta com o **Fórum Permanente de Reflexão Docente**, um programa de formação de estudos e discussões sobre assuntos relacionados à docência, recursos e metodologias pedagógicas, Fórum que acontece periodicamente durante o ano letivo.

Este Fórum é um órgão destinado a estimular, apoiar e desenvolver a formação continuada de professores por meio de pesquisa, produção docente e organização de atividades que permitam o desenvolvimento e a atualização didático-pedagógica e da prática docente aos professores da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

9.5.2 Encontro Semestral de Docentes

A FPM realiza, buscando desenvolver a cultura de estudo e reflexão sistemática sobre os desafios da prática docente, encontros semestrais, a cada início do semestre letivo, denominados de **Semana de Atualização Pedagógica**, com palestras e seminários, culminando com o Encontro de Docentes. Em tais oportunidades, são abordados temas diversos, de interesse dos docentes, tratando de questões mais técnicas até questões afetivas e filosóficas que fazem parte da prática pedagógica. Os diálogos ocorrem sob a liderança de professores cujas expertises se relacionam com a temática em questão. Os Encontros têm como objetivo promover a troca de experiência entre os professores e oferecer um espaço para a sistematização das ações pedagógicas na FPM RIO.

A **Semana de Atualização Pedagógica** é constituída por:

- Conferências pedagógicas sobre assuntos relativos ao ensino-aprendizagem, com convidados que possuem vasta experiência na atividade em questão;
- Práticas pedagógicas do professor do Ensino Superior: Relatos de Experiência;
- Ciclos de palestras.

9.5.3 Plano de Carreira Docente

A carreira de Magistério Superior na Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio está regulada com base no seu Regimento Geral e na CLT, assim como as demais normas regimentais pertinentes, **notadamente no Plano de Carreira Docente homologado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do Processo nº 46215.012216/2013-26, publicado no D.O. de 10.02.2014**, a ser implementado a partir de janeiro de 2015.

A Carreira Docente é estruturada em sistema de cargos, com categorias e níveis, o qual possibilita as progressões vertical e horizontal do professor. As categorias se organizam em auxiliar; assistente mestre, assistente doutor e adjunto, conforme Plano homologado perante o órgão competente.



A progressão funcional vertical ou horizontal se dará mediante a observância de titulação acadêmica, tempo e mérito, além da existência de vaga e de disponibilidade financeira da entidade Mantenedora, conforme o Plano de Carreiras em vigor.

O docente da carreira do Magistério Superior será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

- Dedição “integral”, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho;
- Dedição “parcial” de trinta, vinte ou doze horas semanais de trabalho;
- “Horista”, devendo obedecer ao mínimo de aulas previstas em Ordem Interna emanada pela Direção-geral da Faculdade.

No regime de dedicação integral admitir-se-á: participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério; participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas com o ensino ou a pesquisa; percepção de direitos autorais ou correlatos; colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela instituição, de acordo com as normas aprovadas pelo Conselho Acadêmico competente.

9.6 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE DOCENTES

A seleção e contratação de docente na FPM RIO levam em consideração a demanda nas matérias/áreas de conhecimento, o número de vagas, a classe, o regime de trabalho, os requisitos específicos e a titulação exigida para o cargo especificado.

A admissão de professor é feita mediante seleção procedida pela Coordenação do Curso a que pertença a disciplina e homologada pelo Diretor Acadêmico da FPM RIO. Posteriormente, o professor indicado participará de uma entrevista com o Psicólogo indicado pela mantenedora. A entrevista será realizada pelo Teams, ou similar.

O processo seletivo para admissão de professores obedecerá aos princípios expressos no Regimento Geral e na legislação em vigor, sendo certo que, além da idoneidade moral do candidato, serão considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, assim como experiência docente e/ou profissional, relacionados com a disciplina a ser por ele lecionada.

Constituem requisito básico para contratação, os diplomas de graduação e pós-graduação, correspondentes às áreas de conhecimento em que atuará.

As atribuições do professor contratado, seguirão os moldes do proposto anteriormente, no tópico relativo ao perfil docente. As atribuições dos professores contratados nos diversos regimes de trabalho estão estabelecidas nas normas e Regimento Geral da FPM RIO.



9.7 POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Na FPM RIO a comunicação não é entendida como uma atividade ou disciplina isolada – como um fim em si mesmo – mas como uma metadisciplina, ou seja, como uma ferramenta que permite aos diversos atores que integram os coletivos da organização exercerem melhor suas atividades. E, dessa forma, toda a comunidade acadêmica é convocada a assumir o papel de emissor e receptor de mensagens e conteúdos competindo à instituição criar os meios para isso. Assim, busca-se alinhar a Faculdade ao movimento global (e globalizante) que remodela aquilo que, até as últimas décadas, chamávamos de "comunicação de massa", permitindo uma comunicação diversa e plural, que podemos intitular de desmassificada e tem na internet sua maior e mais presente expressão.

A Visão e a Missão regem o espírito que permeia as práticas de comunicação interna e externa na Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio. Nesse sentido, a comunicação acadêmica deve apresentar um fluxo claro e ágil, tanto com os órgãos internos quanto externos. Para tanto, há órgãos e setores exclusivos, tais como o **Fale Conosco**, a **Ouvidoria Acadêmica**, o **Fale com o Diretor**, a **Secretaria Acadêmica** e a **Coordenação dos Cursos de Graduação**. Além disso, a Faculdade preza pelo diálogo nas várias esferas de atuação.

Sobre tais premissas, estruturam-se os esforços de comunicação da FPM RIO. Toda a comunicação de caráter mercadológico e institucional (que envolvam posicionamento de marca) é conduzida pela Mantenedora, por meio de sua **Gerência de Marketing e Relacionamento**. Entre as ações mais visíveis tem-se: **campanhas de divulgação** dos diversos processos seletivos (graduação, especialização, extensão); **confecção de materiais de apresentação institucional**; e a **promoção de eventos** (institucionais e mercadológicos).

Docentes, discentes, colaboradores e gestores encontram no site da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, o fácil acesso aos serviços educacionais, com o emprego da plataforma Moodle.

O site institucional torna-se, dessa maneira, a ferramenta de comunicação mais indicada para que toda a sociedade, assim como nossos alunos e ex-alunos, estabeleça processos permanentes de comunicação.

9.7.1 Ouvidoria Acadêmica

A Ouvidoria configura-se como uma forma de comunicação direta com a comunidade acadêmica e a comunidade externa. A Ouvidoria assume uma posição mais ampla, diagnosticando problemas e percebendo aspectos positivos em um contexto de supervisão mais abrangente.

A Ouvidoria tem por finalidade: receber, analisar e encaminhar sugestões, reclamações, questionamentos, representações e elogios oriundos da comunidade em geral; acompanhar as providências relativas aos fatos comunicados, até a sua solução final; direcionar a solicitação de informações gerais aos canais competentes sobre os diversos setores e atividades da FPM RIO; sugerir aos órgãos superiores medidas que contribuam para



a melhoria dos serviços prestados; elaborar estudos sobre a qualidade dos serviços com o objetivo de torná-los cada vez mais eficazes.

Esta atuação é desenvolvida com o objetivo de levar a Instituição a:

- Identificar aspectos dos serviços que os discentes valorizam mais;
- Identificar possíveis problemas de várias áreas;
- Identificar ansiedades mais frequentes dos discentes iniciantes;
- Ajudar na identificação do perfil dos discentes;
- Receber todo tipo de manifestação;
- Prestar informação à comunidade externa e interna;
- Agilizar processos;
- Buscar soluções para as manifestações dos discentes.

Para a atuação eficiente da Ouvidoria, o Ouvidor exerce suas funções com independência e autonomia, devendo ter também, livre acesso a todos os setores acadêmicos e:

- Representar a comunidade interna e externa junto à IES;
- Encaminhar manifestações apresentadas aos setores competentes;
- Acompanhar o andamento dos processos e seus prazos, até a solução;
- Atuar na prevenção e solução de conflitos;
- Identificar e sugerir correções de erros e soluções de problemas, ao responsável do órgão em que ocorre.

Em outra frente, o **Núcleo de Comunicação e Marketing** e a **Ouvidoria Acadêmica**, promovem a comunicação entre os públicos que denominamos de "acadêmicos" (discentes, docentes e gestores), ampliando e qualificando esse processo. Estão entre as ações: **campanhas internas** voltadas para temas relacionados ao ensino, pesquisa e extensão; a **confecção de informativos setoriais**, da Direção Geral e das Coordenações de Cursos; a **publicação de material de apresentação** da produção acadêmica (também nas áreas de ensino, pesquisa e extensão); o apoio aos esforços de **assessoria de imprensa**; e a **publicação de guias de informação** à comunidade acadêmica, como o Manual do Aluno. A Ouvidoria Acadêmica participaativamente nesse processo, permitindo a personalização no atendimento das situações de crise (característica do trabalho de uma ouvidoria), e integrando de forma qualitativa aos esforços de comunicação e atendimento aos públicos acadêmicos.



9.7.2 Comunicação Interna do Curso de Direito

Na comunicação interna do curso, haverá, em cada uma das etapas, um canal direto de comunicação entre o representante de classe, eleito por seus pares e o Coordenador do curso, com o objetivo de dirimir dúvidas da turma, ocorrências, problemas e solicitações. Todos os semestres serão realizadas reuniões entre o coordenador do curso e os representantes de turma.

Formas de comunicação:

- Por e-mails dos representantes e vice representantes de salas;
- Por meio do Moodle;
- Via redes sociais;
- Via recursos visuais: cartazes e anúncios.

Na FPM RIO, isso é feito de maneira sistemática, envolvendo vários setores da Instituição (Secretaria Acadêmica, Direção Geral, Coordenações, Departamento de tecnologia, apoio audiovisual, manutenção, apoio administrativo, equipe técnico-pedagógica e apoio da Capelania) para que as atividades curriculares sejam desenvolvidas e o resultado seja alcançado.

9.7.3 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é o órgão de apoio da vida acadêmica, ao qual compete centralizar todo o movimento de registro acadêmico e administrativo da FPM RIO. São serviços prestados pela Secretaria Acadêmica:

- Fornecimento de atestados e declarações;
- Expedição do histórico escolar;
- Recebimento de pedido de aproveitamento de estudos;
- Reabertura de matrícula; trancamento de matrícula; cancelamento de matrícula; ajuste de matrícula;
- Transferência interna e externa;
- Atualização de dados pessoais dos acadêmicos;
- Revisão de notas;
- Solicitações diversas e expedição de diplomas.

Os discentes poderão enviar demandas ao e-mail da Coordenação do Curso, veiculando suas demandas, questões, colocações e contribuições. E esta via é cotejada com os processos automatizados formulados na Secretaria Acadêmica. Também no *Fale com o Diretor* este processo acontece.



Cada discente possuirá o seu endereço eletrônico: ***matricula@mackenzie.br***. Essa identificação eletrônica corresponde ao T.I.A. (Terminal Informativo Acadêmico), isto é, um sistema online disponibilizado pela IES e que permite ao discente visualizar suas notas, faltas, horários, situação financeira etc. O acesso ao T.I.A. pode se dar pela Internet ou nos terminais serão distribuídos nas dependências da Faculdade.

A Secretaria Acadêmica se comunica com o discente por meio eletrônico, sempre que surja a necessidade de transmitir avisos relativo à vida acadêmica e da faculdade como um todo. Também o SMS é meio de comunicação com o alunado em situações específicas.

O representante de turma é eleito entre os alunos, sendo o interlocutor natural na reivindicação dos alunos, participa de reuniões periódicas com os coordenadores do Curso. Seu mandato é semestral, não existindo limites para reeleição.



PARTE 3 – INFRAESTRUTURA

10. INFRAESTRUTURA DA FPM RIO

10.1. ÁREA FÍSICA E INSTALAÇÕES PREDIAIS

10.1.1. Espaço Físico Atual

Por iniciativa da Mantenedora, tendo em vista a premente necessidade de expansão e melhor conforto ao corpo discente, docente e técnico-administrativo da FPM RIO, foram adquiridas propriedades no bairro de Botafogo, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, para abrigar as atividades da Instituição, situadas na Rua Marquês de Olinda, nº 51 e 70.

A aquisição dos imóveis ocorreu em setembro de 2019. Por força da pandemia, contudo, as obras de adaptação e criação dos espaços acadêmicos só pode ser iniciada em março de 2022, com aprovação plena do projeto pela Prefeitura do Rio de Janeiro, iniciando as atividades docentes na nova sede em março de 2023.

Além da ampliação do número de ambientes acadêmicos e laboratórios, os imóveis contam também com maior espaço de convivência e áreas verdes, proporcionando melhoria na qualidade de ensino e crescimento acadêmico a partir de uma ambiência moderna e que favorece a criatividade e interação entre alunos e professores.

Esse novo e moderno ambiente acadêmico possui características dinâmicas, possibilitando diferentes usos e configurações que acolham métodos ativos de ensino-aprendizagem, interação de pequenos e grandes grupos, áreas criativas para projetos e *design thinking*, possibilidade de conectividade digital e áreas de estudo em uma ampla biblioteca.



Tabela 5. Espaço físico da FPM RIO

MARQUES DE OLINDA 51			
Andar	Descrição	Ocupação	M²
3º Pav	Sala de aula		64,00
	WC Feminino		4,00
	WC Masculino		4,00
	Sala da aula		62,00
	WC PNE		5,00
2º Pav	Núcleo de Formação em Direito		66,00
	WC Feminino		4,00
	WC Masculino		4,00
	Sala de aula		64,00
	WC Feminino		3,00
	WC Masculino		3,00
	Sala de aula		54,00
	Sala de aula		46,00
	Coordenação		8,00
	Recepção		12,00
Térreo	Recepção		18,00
	Sala de Controle		8,00
	Empresa Júnior		22,00
	WC Feminino		12,00
	WC Masculino		12,00
	Coworking 1		40,00
	Sala de Reuniões		12,00
	Coworking 2		22,00
	WC PNE		5,00
	Café		8,00
	Vest. Feminino		10,00
	Vest. Masculino		10,00
	Área de Convivência		66,00
		TOTAL	648,00



Tabela 5. Espaço físico da FPM RIO (Continuação)

RUA MARQUÊS DE OLINDA Nº 70			
Andar	DESCRIPÇÃO	OCUPAÇÃO	M ²
5º andar	Sala de reunião		32,00
	Secretaria		16,00
	Coord. Acadêmico	Sala do Coordenador	10,00
	Coord. Adm. Financeiro	Sala do Coordenador	13,00
	Sala de reunião		40,00
	Direção Geral	Sala do Diretor-geral	62,00
	Terraço	Área de Convivência Colaboradores	178,00
	Wc feminino		8,00
	Wc masculino		7,00
	Coord. Direito	Sala do Coordenador de Curso	12,00
	Coord. Pós-Graduação	Sala do Coordenador	12,00
	Coord. Psicologia	Sala do Coordenador de Curso	12,00
	Coord. Administração	Sala do Coordenador de Curso	12,00
	Coord. Ciências Contábeis	Sala do Coordenador de Curso	12,00
	Coord. Ciências Econômicas	Sala do Coordenador de Curso	12,00
	Wc feminino		12,00
	Wc masculino		12,00
	Copa	Refeições	6,00
	Wc PNE		4,00
	Capela		74,00
	Sala 501	Sala de aula	82,00
	Sala 502	Sala de aula	72,00
	Sala 503	Sala de aula	50,00
	Sala 504	Sala de aula	58,00



Tabela 5. Espaço físico da FPM RIO (Continuação)

RUA MARQUÊS DE OLINDA Nº 70 (Continuação)			
Andar	DESCRIPÇÃO	OCUPAÇÃO	M²
4º Pav	Sala 401	Sala de aula	42,00
	Sala 402	Sala de aula	42,00
	Sala 403	Sala de aula	42,00
	Sala 404	Sala de aula	40,00
	Sala 405	Sala de aula	40,00
	Wc feminino		21,00
	Wc masculino		17,00
	Wc PNE		4,00
	Sala administrativo	Área de trabalho	16,00
	Sala 406	Sala de aula	42,00
	Sala 407	Sala de aula	40,00
	Sala de reunião		15,00
	Coord. Ciência de Dados	Sala do Coordenador do Curso	12,00
	Coord. Comercio Exterior	Sala do Coordenador do Curso	12,00
	Coord. Relações Internacionais	Sala do Coordenador do Curso	12,00
	Coord. Comunicação Empresarial	Sala do Coordenador do Curso	12,00
	Professores PPI	Área de trabalho	12,00
	Copa	Refeições	4,00
	Wc feminino		15,00
	Wc masculino		15,00
	Wc PNE		4,00
	Wc feminino		20,00
	Wc masculino		20,00
	Sala 408	Sala de aula	68,00
	Sala 409	Sala de aula	104,00
	Sala 410	Sala de aula	104,00
	Sala informatizada 411	Laboratório	55,00
	Sala informatizada 412	Laboratório	55,00
	Sala informatizada 413	Laboratório	55,00



Tabela 5. Espaço físico da FPM RIO (Continuação)

RUA MARQUÊS DE OLINDA Nº 70 (Continuação)				
	Andar	DESCRIÇÃO	OCUPAÇÃO	M ²
3º Pav	Sala 301	Sala de aula		40,00
	Sala 302	Sala de aula		42,00
	Sala 303	Sala de aula		40,00
	Sala 304	Sala de aula		40,00
	Sala 305	Sala de aula		40,00
	Sala 306	Sala de aula		40,00
	Sala 307	Sala de aula		40,00
	WC feminino			21,00
	WC masculino			17,00
	WC masculino			17,00
	WC PNE			4,00
	Sala de reunião			15,00
	Coord de Atividades Complementares	Sala do Coordenador		12,00
	Coord de Pesquisa	Sala do Coordenador		12,00
	Coord de estágio	Sala do Coordenador		12,00
	Comissão Própria de Avaliação	Área de trabalho		12,00
	Coord de Acompanhamento ao Aluno	Sala do Coordenador		12,00
	Ouvidoria	Área de trabalho		12,00
	WC masculino			15,00
	WC feminino			15,00
	WC PNE			4,00
	Copa	Refeições		5,00
	Sala 308	Sala de aula		64,00
	Sala 309	Sala de aula		102,00
	Sala 310	Sala de aula		100,00
	Sala 311	Sala de aula		68,00
	Sala 312	Sala de aula		70,00
	Sala informatizada 313	Laboratório		55,00



Tabela 5. Espaço físico da FPM RIO (Continuação)

RUA MARQUÊS DE OLINDA Nº 70 (Continuação)			
Andar	DESCRIÇÃO	OCUPAÇÃO	M ²
2º Pav	Sala dos Docentes		42,00
	Núcleo de Novos Alunos	Área de trabalho	40,00
	Marketing	Área de trabalho	26,00
	Recursos humanos	Área de trabalho	12,00
	Sala de reunião		10,00
	Contas a pagar	Área de trabalho	16,00
	Inspetoria	Área de trabalho	10,00
	WC feminino		22,00
	WC masculino		16,00
	WC PNE		4,00
	Setor de Compras	Área de trabalho	12,00
	Sala de Descompressão	Área de Convivência	42,00
	Sala 201	Sala de aula	42,00
	Sala 202	Sala de aula	40,00
	Sala 203	Sala de aula	40,00
	Sala de Controle Operacional	Área de trabalho	14,00
	Copa	Refeições	18,00
	Mezanino	Sala de Estudos com mesas, cadeiras + Sala <u>Bibliotecária</u>	84,00
Térreo	Depósito		6,00
	Área técnica		52,00
	Serviço de psicologia aplicada	Área de atendimento da Prática Acadêmica de Prática Acadêmica	83,00
	Secretaria acadêmica	Área de trabalho	32,00
	CPD	Área técnica	18,00
	Setor de permanência	Área de trabalho	11,00
	Secretaria Acadêmica	Área de trabalho	8,00
	Sala de reunião		12,00
	Recepção		25,00
	Atendimento ao aluno	Área de trabalho	30,00
	Livraria		52,00



Tabela 5. Espaço físico da FPM RIO (Continuação)

RUA MARQUÊS DE OLINDA Nº 70			
Andar	DESCRIÇÃO	OCUPAÇÃO	M²
Térreo	WC feminino		4,00
	WC masculino		3,00
	Capelania	Área de trabalho	35,00
	WC feminino		16,00
	WC masculino		14,00
	WC PNE		3,00
	Área de convivência externa	Área de Convivência	267,00
	Biblioteca		180,00
	Salas de estudo da Biblioteca	08 salas para estudos	44,00
	Área de Leitura		200,00
	Auditório		124,00
	Lounge + lanchonete	Área de convivência	128,00
Subsolo	Núcleo de Suporte Operacional	Área de trabalho	90,00
	Depósito do Suporte Operacional	Área de trabalho	4,50
	Copa	Refeições	6,00
	Gráfica	Área de trabalho	20,00
	Banheiro feminino		9,00
	Banheiro masculino		9,00
	Sala de descanso	Área destinada aos colaboradores	12,00
	Sala de apoio	Área de trabalho	10,00
	Manutenção	Guarda de materiais e equipamentos	13,00
	Vigilância	Guarda de materiais e equipamentos	13,00
	Limpeza	Guarda de materiais e equipamentos	8,00
	Depósito de resíduos		29,00
	Oficina manutenção	Trabalhos de manutenção	47,00
	Núcleo de Tecnologia	Área de trabalho	43,00
	Depósito do Núcleo de Tecnologia		32,00
		TOTAL	4.856,50









10.2. BIBLIOTECA

A preocupação em criar espaços adequados para leitura e estudo existe desde 1886 no IPM, quando era ainda Mackenzie College, e contava com uma coleção de livros deixada por missionários americanos que retornavam à sua pátria. Com o crescimento de seu acervo, inaugurou-se em 1918 uma pequena construção de dois cômodos abrigando em um, o acervo de 2 mil volumes e o outro para acomodar os leitores.

O projeto específico de um edifício para abrigar uma biblioteca era, no Brasil, ainda uma novidade. Os poucos existentes eram geralmente edifícios públicos, como a Biblioteca Nacional, aqui no Rio de Janeiro.

Em 1923 o Mackenzie apresentou o projeto de uma construção simples, mas que atendia à sua proposta e, em 1926, inaugurou-se a Biblioteca “George Alexander” em homenagem ao Conselheiro do Mackenzie College, um importante educador da nossa Instituição, com um acervo de sete mil volumes. Em fevereiro de 1927, a Biblioteca foi franqueada ao público em geral. As inovações nela instauradas despertaram grande interesse, pois sua organização era totalmente diferente: a Classificação do material, o registro do acervo, o arranjo dos catálogos, tudo obedecia a novas técnicas. A maior novidade foi o livre acesso dos leitores às estantes.

Ao longo de todos esses anos as Bibliotecas do Mackenzie, pelo Brasil, desde a Universidade aos colégios, passando pelas Faculdades, vêm atualizando seu acervo, equipando e modernizando seus serviços, ampliando e adequando os espaços físicos, e capacitando tecnicamente seus recursos humanos na constante busca da melhoria contínua da qualidade de educação oferecida pelo IPM.



10.2.1. Dados

A Biblioteca está estruturada para dar suporte às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas na FM RIO, agregando obras doutrinárias - livros, revistas, coletâneas - complementares - artigos, jornais - Bases Científicas Nacionais e Internacionais - periódicos. Ela é registrada no Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB/7 sob o número 669.



A FPM RIO tem em sua estrutura de Gestão Acadêmica o apoio da Biblioteca como órgão suplementar, subordinado à Direção Geral. O principal objetivo da Biblioteca é promover a disseminação da informação para a comunidade acadêmica, atuando na transformação de cidadãos em profissionais qualificados, bem como atender à comunidade local constituída pelos estudantes, pesquisadores e demais interessados, a fim de exercer o seu papel social de democratizar o conhecimento.

A Biblioteca é órgão facilitador do processo ensino-aprendizagem utilizando a qualidade e a inovação dos serviços oferecidos como meta para superar as necessidades, as exigências e as expectativas de um novo perfil de profissional. Ela armazena e dissemna a informação, oferecendo suporte aos programas de ensino, pesquisa e extensão, atendendo alunos, professores, pesquisadores, funcionários e comunidade em geral.

A área da biblioteca é de 408m², com plena acessibilidade e com uma política contínua de renovação e atualização de seu acervo. Compreendendo ser um espaço privilegiado de estudo e pesquisa, a biblioteca conta com 08 salas de estudo em grupo, com capacidade para 40 assentos, e 68 estações para estudo individual com acesso à internet e 08 estações para acesso às Bases de Dados.

10.2.2. Horários de funcionamento

Os recursos e serviços estão disponíveis aos usuários 75h (setenta e cinco horas) por semana, nos seguintes horários: de 2^a a 6^a feira: das 7h às 22h. O acesso ao Sistema Pergamum - consulta ao catálogo, reservas, renovações - e às bases de dados online, com acesso remoto, são serviços oferecidos durante 24h via internet, ininterruptamente.

10.2.3. Pessoal Técnico-Administrativo

A equipe técnica administrativa responsável pelos serviços da Biblioteca conta com a seguinte estrutura operacional:

Tabela 6. Pessoal de apoio a administrativo - Biblioteca

Pessoal de Apoio Técnico e Administrativo	Quantidade
Bibliotecário	1
Assistente de Biblioteca	2
Total	3



10.2.4. Serviços oferecidos pela Biblioteca

A Biblioteca pode ser utilizada por docentes, discentes e funcionários da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, do Instituto Presbiteriano Mackenzie, e pela comunidade externa, sendo a consulta aberta para o público geral, com livre acesso ao acervo, salvo para serviços de empréstimo.

Os usuários de outras instituições têm acesso para consulta e pesquisa no local, sendo os empréstimos domiciliares realizados somente por meio do sistema de empréstimo entre Bibliotecas. Aos usuários com necessidades especiais, internos e externos, é destacado um elemento da equipe para atendimento pessoal, realizando as atividades de pesquisa e busca de material bibliográfico na base de dados e acervo físico, e demais suportes, sempre que necessário.

Os usuários devem apresentar a identidade estudantil ou funcional para o ingresso no recinto das bibliotecas, bem como para o uso de seus serviços.

A política estabelecida em manter quantitativa e qualitativamente atualizado o acervo bibliográfico, adequação e modernização tecnológica das instalações físicas, de equipamentos, suportes bibliográficos (bases de dados eletrônicas) e serviços, têm garantido a fidelização dos principais clientes da Biblioteca, os alunos e docentes da FPM RIO, e atraído anualmente novos usuários internos e externos.

O alto índice de empréstimos domiciliares comprova a qualidade e atualidade do acervo da FPM RIO. Deve-se observar as regras de utilização da Biblioteca constantes no Regulamento Interno, no que se refere à disciplina, uso e conservação do acervo e instalações, e da disponibilidade serviços prestados.

Dentre os serviços oferecidos, destaca-se:

- Consulta on-line ao catálogo do acervo da Biblioteca;
- Reserva de material bibliográfico via Internet e acompanhamento de empréstimos efetuados;
- Avisos por e-mail, de material emprestado a vencer;
- Orientação sobre o uso da Biblioteca e do acervo, por meio de treinamentos e palestras;
- Orientação quanto à normalização de trabalhos científicos e de referências bibliográficas;
- Orientação para a elaboração de levantamentos bibliográficos em bases de dados;
- Empréstimo entre Bibliotecas conveniadas;
- Comutação bibliográfica de artigos de periódicos através do Programa COMUT;
- Acesso local e remoto aos livros eletrônicos;



- Acesso ao Portal de Periódicos da CAPES e às bases de dados assinadas, disponíveis aos alunos matriculados, com acesso mediante login e senha. Algumas das nossas bases de dados assinadas: ATLA Religion Database with ATLA Serials, Business Source Complete, EconLit, Fuente Academica, GreenFile, JSTOR, LAN-Latin American Newsstand, ProQuest ABI/INFORM Complete, ProQuest Dissertation & Thesis Full text, ProQuest Entrepreneurship, ProQuest Religion, Regional Business News, Religion and Philosophy.
- Selecionar, adquirir e organizar suportes de informação, livros, periódicos, e dicionários, de forma ágil e prática possibilitando a pronta recuperação e disponibilização dos mesmos;
- Proporcionar o auxílio à pesquisa, por meio da recuperação e disponibilização rápida e eficaz dos documentos solicitados;
- Disponibilizar empréstimos, local e domiciliar, de livros, periódicos e TCC para a comunidade acadêmica;
- Disponibilizar empréstimo local de livros, periódicos e dicionários à comunidade, ou seja, usuários externos;
- Manter em condições adequadas, os espaços para estudos em grupo e as cabines para estudos individuais.

10.2.5. Da utilização

A política estabelecida para manter quantitativa e qualitativamente atualizado o acervo bibliográfico, para adequação e modernização tecnológica das instalações físicas, equipamentos, suportes bibliográficos (bases de dados eletrônicas) e serviços, deve garantir a fidelização dos principais clientes da Biblioteca, os alunos e docentes da FPM RIO, e ela tem atraído, cada vez mais, novos usuários internos e externos.

Deve-se observar as regras de utilização da Biblioteca constantes no Regulamento próprio, o qual faz referência à disciplina, ao uso e à conservação de seu acervo e de suas instalações, bem como a disponibilidade dos serviços prestados.

A quantidade de material emprestado e os prazos para devolução variam de acordo com a categoria do usuário. Estão à disposição os serviços de reserva e renovação de material. Não estão sujeitos a empréstimos obras de referência, de consulta local, as obras raras, clássicas e as esgotadas, sem condições de reposição, e exemplar permanente de obras que compõem bibliografia básica. O material emprestado é intransferível e a sua guarda é de total responsabilidade do usuário que o retirou da Biblioteca, a quem cumpre zelar pelo cumprimento dos prazos de empréstimos e conservação do acervo.

10.2.6. Organização Técnica do Acervo

A organização do acervo obedece a critérios biblioteconômicos internacionais de padronização. Para o processamento técnico dos livros o código de catalogação utilizado é o *Anglo American Cataloguing Rules*, 2nd ed. (AACR2).



Adotam-se dois sistemas de classificações em virtude da adequação às áreas específicas do conhecimento: *Library of Congress Classification* e *Dewey Decimal Classification* (CDD), 21th ed.

10.2.7. Acervo e Política de Atualização

O acervo atende apropriadamente às funções de ensino, pesquisa e extensão, em livros, periódicos (assinaturas correntes), base de dados, vídeos, software, além de livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento. O acervo será sempre formado por fontes de informação, tecnicamente organizadas, para leitura e pesquisa, possibilitando a transformação da informação em conhecimento. Os documentos que compõem o acervo priorizarão as áreas de conhecimento dos cursos propostos pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, principalmente as bibliografias básicas e complementares, além das áreas afins.

Mantendo a filosofia de melhoria contínua, a Biblioteca vem atualizando e ampliando seu acervo, equipando e modernizando seus serviços, ampliando e adequando os espaços físicos e, capacitando tecnicamente seus recursos humanos.

O processo de aquisição de livros é indireto, sendo sua operacionalização, como cotação e fechamento de pedido de fornecimento, feita por Departamento de Compras.

O processo de aquisição de periódicos é direto, tendo sua operacionalização como cotação e fechamento de pedido de fornecimento, centralizada pela Biblioteca, que, também controla as aquisições e renovações de assinaturas, registro e controle de coleções de fascículos e exemplares.

A Biblioteca realiza o controle das aquisições de livros e periódicos desde o pedido de compra feito pelo corpo docente, verificando desde a correção de dado e duplicidade até o recebimento dos materiais, fazendo a verificação de conformidade e estado físico para aceitação e cadastramento para incorporação ao acervo.

O acervo é adquirido a partir de indicações dos professores, feitas nos planos de ensino e aprovadas pelos colegiados de cursos. São adquiridas obras indicadas na bibliografia básica e complementar obedecendo às orientações normativas do Ministério de Educação. Também são adquiridas obras a partir das sugestões e indicações do corpo docente, discente, funcionários e usuários em geral. A quantidade de exemplares é determinada proporcionalmente ao número de alunos conforme as recomendações dos órgãos oficiais de educação e pela demanda de uso da obra.

Como subsídios aos docentes na elaboração de bibliografias básica e complementar, a Biblioteca encaminha catálogos e listas de livrarias e editoras especializadas, disponibiliza bases de dados referenciais para consulta e promove demonstrações e apresentações de produtos acadêmicos.



10.2.8. Política de Informatização

A Biblioteca está integralmente informatizada. Está disponível para seus usuários um sistema de levantamento bibliográfico através do catálogo informatizado (base de dados) e funciona com as seguintes facilidades:

- Acesso remoto (Modem) para consultas/reservas do acervo.
- Consultas do acervo em terminais.
- Controle de movimentação de acervo (emprestimo/consultas/cobrança) com relatórios estatísticos.
- Integração com a área acadêmico-administrativa, possibilitando o efetivo controle na cobrança de livros não devolvidos.
- Interligação com redes nacionais e internacionais (COMUT, IBICT, Internet) e outras bibliotecas cooperantes (emprestimos entre bibliotecas).

Para tal processo, a instituição coloca à disposição da Biblioteca profissionais de informática, não só para a implantação dos sistemas, mas também para seu gerenciamento, proporcionando à comunidade acadêmica segurança, confiabilidade e agilidade na recuperação da informação.

A Biblioteca conta com equipamentos necessários para atender à comunidade acadêmica. Além dos terminais da Biblioteca para acesso à internet, a comunidade acadêmica tem à sua disposição, os terminais dos laboratórios de informática.

A atualização tecnológica desses equipamentos é realizada periodicamente, de acordo com o plano de informática.

O Sistema de gestão de dados *Pergamum*, utilizado pela Biblioteca George Alexander, biblioteca central da Universidade Presbiteriana Mackenzie, também mantida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, é disponibilizado para uso da FPM RIO.

O *Pergamum* é um sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que contempla as principais funções de uma biblioteca e funciona de forma integrada da aquisição ao empréstimo. Ele permite acesso à base de dados via browser Internet, trabalha com arquitetura cliente/servidor para acesso e atualização de dados em rede local e remotamente, entrada e atualização de dados on-line. Apresenta compatibilidade com o código biblioteconômico de catalogação AACR2, segundo nível, para todo tipo de documento; trabalha com formato MARC 21 nos registros bibliográficos internos, para exportação e importação e possibilita importação de dados de centros de catalogação cooperativa on-line ou CD-ROM, e exportação de dados para intercâmbio de registros bibliográficos, via formato ISO-2709.

O *Pergamum* possui sistema de gerenciamento de texto, imagem e som, controle de periódicos com Kardex e indexação de artigos. Apresenta, ainda, controle de empréstimo para qualquer tipo de documento, reserva, cobrança personalizada com prazos diferenciados por



tipos de materiais e usuários, devoluções, renovações, atrasos, multas, negociações e suspensões, geração de etiquetas de código de barras para empréstimo dos documentos, contabilização de estatísticas de uso, processamento técnico etc., emissão de diversos tipos de relatórios em conformidade com critérios recomendados pelo MEC/CAPES.

10.3. INFRAESTRUTURA DE APOIO

O curso de Curso de Direito da FPM RIO contará com toda infraestrutura de apoio para o correto desenvolvimento da sua proposta curricular. Esta infraestrutura inclui Sala de Professores, Salas de Reuniões, Sala de Professores Tempo Integral, Sala de Coordenação de Curso, Sala de NDE, Auditório, Copas, Sanitários, Biblioteca, Gráfico, Laboratórios de Informática, Secretaria Acadêmica, Salas de suporte. Vale destacar que, a preocupação da FPM RIO é constante no sentido de periodicamente aperfeiçoar e melhorar a infraestrutura para melhor atender ao corpo docente e discente, bem como os funcionários administrativos.

10.4. LABORATÓRIOS

Todas as instalações e equipamentos existentes passam por um processo contínuo de atualização tecnológica e guardam uma estreita ligação com as propostas pedagógicas dos cursos oferecidos na FPM RIO.





10.4.1. Recursos de informática disponíveis

A comunidade acadêmica dispõe de 04 laboratórios de informática. Estão disponíveis os softwares, para apoio acadêmico e administrativo, todos devidamente registrados e licenciados, na forma da lei. Serão instalados mais laboratórios de acordo com as necessidades que se apresentarem ao longo do período.

a) Horário de funcionamento

Os laboratórios assegurarão acessos diários, de 2^a a 6^a feira das 07h30m às 22h, para que docentes e discentes tenham plenas condições de desenvolvimento de seus estudos, práticas investigativas, trabalhos, consultas e serviços e cursos de extensão.

b) Política de acesso e uso

A utilização dos laboratórios é atividade essencial para os cursos, tanto dentro da carga horária como em outros horários, de acordo com a organização de cada disciplina e da administração dos laboratórios.

As atividades em laboratório poderão ser em grupo ou individualizadas, com acompanhamento direto do professor responsável pela disciplina, auxiliado por monitores e pessoal técnico de apoio.

c) Plano de conservação e atualização tecnológica

A conservação e atualização dos equipamentos serão feitas a partir de uma análise constante a cargo do pessoal técnico de apoio, com o auxílio do pessoal da manutenção, os quais verificarão a necessidade de aquisição de novos equipamentos e/ou atualização dos existentes.

A atualização de software é feita também mediante análise periódica do pessoal técnico de apoio, consideradas as sugestões de professores do curso que utilizam os laboratórios como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

d) Plano de manutenção

A manutenção de equipamentos, dependendo de sua amplitude, será assegurada pelo pessoal técnico de apoio da própria instituição ou através de contratos com os fornecedores dos equipamentos. A reposição de materiais de consumo será compatível com a demanda das atividades realizadas em cada semestre.

e) Pessoal técnico de apoio

O pessoal técnico de apoio é formado por equipe de profissionais escolhidos pela FPM RIO, tendo como responsabilidades a atualização tecnológica, a manutenção da gerência de redes, a manutenção e instalação dos equipamentos nos laboratórios, a biblioteca e os demais setores, para que o ensino seja sempre ministrado com apoio das novas tecnologias e para assegurar a manutenção da qualidade dos cursos e programas oferecidos à comunidade.



10.4.2. Laboratórios didáticos de formação Específica

As atividades acadêmicas passam necessariamente pelos laboratórios específicos do curso. Eles têm como objetivo geral a articulação entre teoria/prática na construção de conhecimentos, vivências e experiências em áreas específicas relevantes para a formação profissional e cidadã e estão previstos no PPC do curso:

10.4.2.1. Laboratório de Áudio Visual

Objetiva treinar, preparar e capacitar o aluno para o mercado de trabalho no que tange a participação nos processos de produção dos programas, além de atuar como ferramenta no campo educacional dando suporte ao corpo docente e contribuindo com o processo ensino aprendizagem. O núcleo de audiovisual tem como meta, trabalhar cotidiano das redações e todas as atividades relacionadas à produção de um audiovisual. São realizados workshops de produção, roteiro e câmera com o intuito de preparar a equipe de alunos. A estrutura física é composta por uma sala para a produção, um estúdio de gravação, ilha de edição e equipamentos de gravação, áudio e iluminação. O estúdio oferece equipamentos e operador para produção de programas de audiovisual de maneira a possibilitar a prática dos alunos em diversas disciplinas da matriz curricular, funcionando todos os dias, com suporte.

10.4.2.2. Laboratório de Fotografia

Para um bom desempenho profissional na área, torna-se necessário um conhecimento não só da parte estética da fotografia, mas também as técnicas para captação e tratamento das imagens. O curso disponibiliza para a prática de fotografia um laboratório equipado com recursos para fotografia de estúdio com máquinas digitais e demais equipamentos. O Laboratório de Fotografia conta com equipamentos que possibilitam a prática profissional do aluno. Atende aos alunos do Curso para que possam viver na prática, nas disciplinas afins, as situações que irão encontrar nas empresas de comunicação.

10.5. GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gerência de Tecnologia e Inovação (GERTI) é o departamento responsável pelas atividades de Tecnologia Digitais e da Informação (TI) — equipamentos, softwares, suporte técnico, help desk, laboratórios de informática, telefonia, setor de áudio-vídeo, segurança da informação e sistemas em geral — do IPM, em todas as suas Unidades: Sede em Higienópolis-SP, Alphaville/Barueri-SP, Campinas-SP, Curitiba-PR, Brasília-DF, Rio de Janeiro-RJ e Palmas-TO.

A GERTI centraliza na Sede em São Paulo, a sua principal infraestrutura de Datacenter, telecomunicações e sistemas corporativos e atende as áreas administrativas e acadêmicas, incluindo a Universidade, as unidades dos Colégios Presbiterianos Mackenzie e as Faculdades do Mackenzie no Brasil.



10.6. SISTEMAS CORPORATIVOS

a) **Sistema Integrado de Gestão Acadêmico-Financeiro–Mackenzie (ERP Acadêmico - AIX)** com os seguintes módulos: Acadêmico–Graduação, Pós-Graduação e Extensão, Bolsas de Estudo, Controle de Presença, Terminal Informativo Acadêmico aos alunos (TIA) via Internet, Notas e Faltas de Alunos via Internet, (Graduação, Pós-Graduação), vestibular e simulados.

b) **Sistema Integrado de Gestão Administrativa – Oracle Peoplesoft Enterprise FC/SCM V 9.1 BR (ERP - ORACLE)**, com os seguintes módulos: Ativo, Compras, Contabilidade, Contas a Pagar, Contas a Receber, Contratos, Despesas, Estoque, Faturamento, Orçamento, Tesouraria, Vendas

10.6.1. Principais Sistemas Departamentais Internet Mackenzie

- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Mackenzie;
- Controle de Aquisição de Livros;
- Controle de Avaliações da Comissão Permanente de Avaliação — CPA;
- Controle de Circulação de Equipamentos e Serviços do NTAI;
- Controle de Estágios Supervisionados;
- Controle de Inscrições — Congresso Moodle Moot;
- Controle de Justificativa para Compra de Ativo Fixo;
- Controle de Justificativa para Indicação de Fornecedor Exclusivo e Específico;
- Ficha Cadastral de Fornecedores — Compras;
- Gerenciamento Eletrônico de Documentos Corporativos e Acadêmicos — GED;
- Inscrições pós-graduação;
- Intranet;
- Presença Informatizada de Discentes em Eventos;
- Questionário para Discentes Formandos (graduação e pós-graduação);
- Sistema Help Desk;
- Sistema de Bibliotecas — Pergamum;
- Solicitação de Bolsas via internet;
- Solicitação de Compras;
- Solicitação de Ficha Catalográfica — Biblioteca;
- Solicitação de Treinamentos — Biblioteca;
- Solicitação de Acesso e Serviço à DTI;
- Solicitação de Subvenção de Projeto de Pesquisa Institucional — MackPesquisa.

10.6.2. Provedor Internet Mackenzie

O Provedor Internet Mackenzie possui uma infraestrutura tecnológica atualizada, moderna e dimensionada para as demandas da Instituição. Atende à demanda interna e externa de todos os serviços de Internet e conectividade.

a) Servidores de Internet, Proxys e Firewalls

- Sistemas Operacionais: FreeBSD, SuseLinux, Debian RedHat, CentOS e Windows Server;
- 01 Servidor Proxy Internet para as áreas administrativas e acadêmicas e Wireless;



- 12 Servidores Webserver:
 - 01 Webserver Site Mackenzie;
 - 02 Webserver para 40 domínios (mackenzista, emack, voluntariado, outros)
 - 01 Webserver para Sistemas Satélites Externo (TIA, Vestibular, pós-graduação, outros);
 - 01 Webserver para Sistemas Satélites Interno (Controle de Frequência, Ramais e outros);
 - 04 Webserver para Educação a distância;
 - 01 Webserver para site de professores;
 - 01 Webserver para Ensino corporativo;
 - 01 Webserver para Sistema Mackenzie de Ensino.

b) Principais Serviços de Internet

- Correio eletrônico Exchange e Webmail
- Hospedagem de todos os Websites Mackenzie
- Websites para os professores
- Ampla gama de aplicativos via Web
- Webcasting (Accordent)
- Gerenciador de Portal – Typo3
- Gerenciador de LMS – Moodle (11 instalações distintas)
- Linguagens de Programação PHP e Java/JSP
- Banco de dados SQL, PostgreSQL e DB2

c) Principais Links de Internet

- 1 Link IP de 150 Mbps com conectividade internet via Vivo;
- 1 Link IP de 150 Mbps com conectividade internet via Algar;
- 1 Link IP de 200 Mbps com conectividade internet via Mundivox.

10.6.3. Estrutura de TI

À estrutura de informática na FPM RIO, oferece diversos recursos para discentes e professores. Os laboratórios possuem redes sem fio (Wi-Fi) disponíveis para acesso em toda a instalação. Todos os computadores estão interligados na rede acadêmica e possuem acesso à Internet e sistema operacional, em sua grande maioria, Windows 10, boot dual com Windows e Linux. A Rede de comunicação de dados (LAN e WAN) do Mackenzie formada por 01 backbones de fibra óptica. A comunidade externa tem livre acesso ao espaço da biblioteca para consultas internas. Todos os discentes, professores e funcionários da Instituição têm acesso ao e-mail gratuitamente.

A GERTI incentiva e investe no treinamento e certificação de seus recursos humanos e mantém a infraestrutura permanentemente atualizada, visando garantir serviços com qualidade para os usuários acadêmicos e administrativos de toda a Instituição.



Atua nas relações comerciais e de convênios corporativos e acadêmicos com empresas líderes de mercado como Abobe, Apple, Avaya, Cisco, Computer Associates, Consist, DELL, Embratel, GVT, HP, Huawei, IBM, Microsoft, Oracle, Ruckus, SAP, Software AG, TechMahindra, Telefônica, TOTVS, Unify, entre outras.

10.6.4. Conferência e Colaboração

Plataforma Avaya Scopia para colaboração interna e externa através de aparelhos de videoconferência específicos, computadores, smartphones através de aplicativos da solução ou diretamente pela web para o ambiente administrativo e acadêmico. Atualmente a FPM RIO possui 01 aparelho Endpoints XT 5000 que permite a conexão externa e interna, entre Unidades do Mackenzie.

10.6.5. Intranet Mackenzie

A Intranet Mackenzie disponibiliza uma variada gama de serviços em ambiente Web, com acesso restrito, que visam informar, facilitar e agilizar os processos de comunicação e administrativos da Instituição.

10.6.6. TIA – Terminal Informativo Acadêmico

Aplicação que provê, via Internet, informações acadêmicas aos alunos da FPM RIO. Dentre as informações acadêmicas disponíveis estão, por exemplo: notas, faltas, histórico escolar, currículo, horários das aulas, dados cadastrais, atividades complementares, datas das avaliações, situação de bolsa de estudo e situação financeira. Por meio do TIA também é possível a emissão de 2^a via de boleto, solicitação de atestados, inscrições em disciplinas de estágio supervisionado para o período letivo seguinte e a comunicação da Faculdade/Instituto para com os alunos através de mensagens e avisos. Finalmente, o TIA também faz conexões com outras aplicações informatizadas, como: inscrição para Transferência Interna, solicitação de bolsas de estudo, pesquisas, entre outras.

Para os discentes da FPM RIO, a página inicial do TIA apresenta um menu com as funcionalidades: Frequência, Notas, Horários, Datas das provas, Situação Financeira, Declaração de Valores, Acordo Financeiro, Habilitação, Atividades Complementares, Solicitação de Documentos, Bolsa Informações, Bolsa Situação, Moodle, Requerimentos, Cadastro, Currículo, Histórico, Biblioteca, Oportunidade de Intercâmbio – COI, Guia de Trabalhos Acadêmicos, Sugestões, Alterar Senha e Helpdesk.

10.6.7. Moodle

O Moodle é uma aplicação baseada na Web, de aprendizagem a distância baseada em software livre. É também um sistema de gestão do ensino e aprendizagem (conhecidos por suas siglas em inglês, LMS - Learning Management System, ou CMS - Course Management System), ou seja, é um aplicativo desenvolvido para ajudar os educadores a criar cursos online, ou suporte on-line a cursos presenciais, de alta qualidade e com muitos tipos de recursos



disponíveis. É um acrônimo de Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). Ele foi e continua sendo desenvolvido continuamente por uma comunidade de centenas de programadores em todo o mundo, que também constituem um grupo de suporte aos usuários, acréscimo de novas funcionalidades, sob a filosofia GNU de software livre.

Uma fundação, www.moodle.org, e uma empresa, www.moodle.com, fornecem, respectivamente, o apoio para o desenvolvimento do software e sua tradução para dezenas de idiomas, e apoio profissional à sua instalação. Deste ponto de vista os cursos desenvolvidos no Moodle são criados em um ambiente que promove a interação do estudante e do professor. O professor ajuda o aluno a construir este conhecimento com base nas suas habilidades e conhecimentos próprios, ao invés de simplesmente publicar e transmitir este conhecimento. Por esta razão, o Moodle dá uma grande ênfase nas ferramentas de interação entre os protagonistas e participantes de um curso. A filosofia pedagógica do Moodle também fortalece a noção de que o aprendizado ocorre particularmente bem em ambientes colaborativos.

O ambiente Moodle inclui ferramentas que apoiam o compartilhamento de papéis dos participantes que podem ser tanto formadores quanto aprendizes, e a geração colaborativa de conhecimento como Wikis e e-livros, assim como ambientes de diálogo, como diários, fóruns e bate-papos.

10.6.7. Ambiente de Rede Administrativa e Acadêmica

As redes de comunicação de dados (LAN e WAN) da FPM RIO são formadas por dois backbones em fibra óptica, além da rede Wireless: Backbone Administrativo e Backbone Acadêmico, que interligam todos os edifícios de todas as Unidades ao DataCenter Mackenzie. A conectividade de Internet permeia toda a Instituição, incluindo as salas de aula e todos os Laboratórios de Informática.

O Provedor Internet Mackenzie permite a conectividade externa para professores, funcionários, alunos e egressos, incluindo o acesso aos serviços das Bibliotecas, mediante identificação. Todos os alunos, professores e funcionários possuem e-mail permanente e gratuito.

A Faculdade possui uma Rede Wireless (sem fios) com cobertura voltada predominantemente para acesso aos serviços de internet. Os equipamentos podem ser notebooks, netbooks, smartphones e tablets. Está presente e disponível para toda a comunidade Mackenzista no campus da FPM RIO.

A tecnologia empregada é inovadora e faz uso de amplificadores de sinal e de cabos irradiantes, 50 m para cada Access Point 3Com/HP. Todos os Access Points são gerenciados de forma centralizada, incluindo as políticas, regras e perfis de acesso dos usuários. Utiliza-se de modernos Access Points Ruckus modelos R310 e R600 com tecnologia de ponta que dispensam cabos irradiantes, alcançando todo o Campus.



10.6.8. Softwares Acadêmicos

A Gerência de Tecnologia e Inovação (GERTI) provê uma vasta gama de softwares e serviços para toda a comunidade acadêmica e corporativa do IPM.

Softwares disponíveis para uso nos computadores na Rede Acadêmica, Laboratórios, Salas Informatizadas, Salas de Aula e Salas de Professores: Adobe CC, Alice, Android Studio, Ansys, Astah, Audacity, pacote Autodesk, Inventor, Bentley, Bizage, Brackets, Calipso, Cmap Tools, Cobol, CodeBlock, CST, Datageosis, DBDesign, Dev-CPP, drlava, Eclipse Luna, Elipse Scada, Embarcadero, Anarede, Arcgis, Arduino, Atmel Studio, Cisco Packet Racer, Code Composer, Codeblocks, Denford, Digilent Adept, Eagle, Flash Magic, Google Earth Pro, Grass GIS, Iar Systems, Kds, Quartus II, Rcom, Rralterm 2.0.0.70, Robocell, Tranus, Zigbee, Etapa, Eviews, Elara 2.4.3, Freemind, Github, Flassfish Server, Gnu-Cobol-1.1, Gnuplot, Invensys, Macrodados, Mathematica, Matlab, Micro Focus, Visual Studio, Microstation, Minitab, Mongo DB, MySql, National Instruments, Netbeans, Notepad++, Oracle BD, Origin, Python, GGIS 2016, Rrapdminer, Raptor, Ralterm, Recuva, Rhinoceros, Romeo, SAP 2000, Scratch, Sebrae, Skype, Sol-ar, Solid Edge, SPSS, Stata, Swi Prolog, Tizen, TOS, Tropes, Vgl II 3.2.1, Virtual Box, Visual G, VP|, White Strar UML, Win Hugs Xilinx, Modul8, Xcode 7 e Office 365, Tecnomatix.

Grandes parcerias, com os maiores fabricantes de softwares do mundo, foram firmadas a fim de oferecer aos discentes benefícios que possam agregar muito no aprendizado e na formação profissional.

10.6.9. Principais Parceiros e Contratos

a) Microsoft Campus Agreement

O contrato com a Microsoft Campus Agreement (CA), cuja renovação é anual, viabiliza a instalação e atualização da plataforma Microsoft Windows e Office em todos os computadores da Instituição. O contrato, vigente desde 2000, permite que os discentes e funcionários com vínculo empregatício com o IPM, utilizem em suas residências, uma licença do MS Windows em um computador desktop ou em um notebook.

b) Microsoft Home Use Program

O Programa Home Use Program (HUP), permite que o funcionário possa adquirir uma cópia do Office por valores diferenciados.

c) Microsoft Azure Dev Tools for Teaching

Por meio da parceria com a Microsoft, a partir de 2019, todos os produtos Microsoft, passaram a estar disponíveis de forma gratuita, a todos os discentes matriculados na Graduação e Pós-Graduação, além dos colaboradores da Instituição.

d) Oracle Academy



A parceria acadêmica com a Oracle foi assinada com o IPM em maio de 2001. Permite a utilização educacional das ferramentas de Desenvolvimento de Sistemas e do Banco de Dados Oracle, atualmente na versão 11G.

e) Adobe

Os softwares da empresa Adobe são utilizados principalmente pelos discentes da FPM RIO. O contrato inclui licenças da Suíte Adobe Design & Web Premium CS 6: Photoshop, Acrobat, InDesign, Illustrator, DreamWeaver, Flash, After Effects e Premiere.

f) Kaspersky

O contrato de uso da solução antivírus da Kaspersky foi assinado no início de 2006 e é renovado a cada 3 anos. A solução Kaspersky Business está instalada em todas as áreas da Instituição e oferece proteção contra Vírus, Spam, ataques de Hackers, Vírus de e-mail e em outros serviços de internet.

Outras parcerias poderão ser firmadas a partir das necessidades dos cursos e da ampliação de oferta de cursos na FPM RIO.

10.7 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

No que tange às tecnologias de informação e comunicação, a Faculdade possui em todas as salas de aula, computadores, projetores multimídia, acesso à internet, rede WiFi. A faculdade também está presente, nas redes sociais (Facebook, Twiter, Instagram), e as utiliza como ferramenta do processo de ensino-aprendizagem, por meio da divulgação de eventos, cursos e atividades de extensão, divulgação de seminários e palestras, semanas acadêmicas dos cursos de graduação e pós-graduação.

Possui sistema interno de TV para comunicações institucionais e dos cursos, plataforma “Moodle” para professores compartilharem com os alunos materiais e tarefas. Os alunos e professores são estimulados a utilizarem ao máximo os recursos tecnológicos oferecidos pela Faculdade. O uso de tecnologias permite a aplicação de metodologias ativas e permitem que aulas sejam realizadas com qualidade, de forma transformadora e inovadora.

O ambiente Moodle é utilizado como ferramenta complementar no processo de ensino-aprendizagem. A FPM RIO promove constante capacitação dos docentes no uso do Moodle através da Semana de Encontro Docente e do Moodle Meets.

O Moodle, plataforma complementar no processo de aprendizagem, é baseado em uma pedagogia socioconstrutivista baseada em quatro princípios filosóficos que estão em consonância com a visão e a metodologia de ensino do curso de Relações Internacionais da FPM RIO. São esses quatro princípios o construtivismo, o construção, o construtivismo social e o comportamento conectado e separado (Moodle, 2022). Esses princípios se refletem no entendimento que a aprendizagem acontece de forma efetiva quando é feita de formaativa, através da criação de elementos que serão experenciados por outros, de forma conjunta e através da compreensão da visão de outros ao mesmo tempo que se compartilha a própria visão (Moodle, 2022). Dessa forma, a aprendizagem acontece através de situações em que o



aluno é estimulado a resolver problemas e não apenas através da entrega de conteúdo pelo professor (Moodle, 2022). Nesse sentido, o ambiente pedagógico é centrado no estudante e não no professor. O professor ajuda o aluno a construir este conhecimento com base nas suas habilidades e conhecimentos próprios, ao invés de simplesmente publicar e transmitir este conhecimento. Por essa razão, o Moodle se constitui como ferramenta de interação, verdadeiro facilitador do processo ensino/aprendizagem.

Todas as salas de atendimento e apoio ao discente estão aparelhadas com computadores com acesso à internet. Nos laboratórios de informática todos os computadores possuem acesso à internet, incluindo projetor multimídia para uso do professor e para apresentações dos discentes. Todos os laboratórios estão equipados com o sistema Dox Vox, garantido assim acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. Trata-se de uma preocupação constante garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no âmbito da instituição.

10.8. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (DECRETOS NºS 5.296/04 E 5.773/06)

Atendendo aos ditames da Portaria nº 3.284, de 07.11.2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, a FPM RIO tem como uma de suas prioridades a integração da Pessoa com Deficiência garantindo-lhe o acesso, o ingresso e a permanência em todos os serviços oferecidos à comunidade.

Preocupada em garantir aos alunos com deficiência, condições adequadas e seguras de acessibilidade com segurança e autonomia, total ou assistida, às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, a Instituição cuida para que suas instalações físicas preencham, perfeitamente, todos os requisitos para a consecução de tal finalidade.

É objetivo da FPM RIO proporcionar às pessoas com deficiência, um ambiente que lhes ofereça igualdade de oportunidades e participação no processo de aprendizagem.

As políticas adotadas reconhecem as necessidades diversas dos alunos, acomodando seus estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais e uso de recursos diversificados. Todas as ações institucionais são pautadas nas normativas regulatórias, o diálogo com a Sociedade Civil e em específico nos “Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação In Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)”, instrumento expedido pelo INEP, em julho de 2013.

A estrutura física (edificações, espaço, mobiliário e equipamentos) construída está adaptada tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Atenta à sua responsabilidade social, a FPM RIO adota as seguintes políticas para as Pessoas com Deficiência:

- Para os alunos com deficiência física e motora: proporcionar livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo com a eliminação de barreiras arquitetônicas, instalações de elevadores, elevatórias e rampas com corrimãos, que facilitam a circulação de cadeira de rodas, adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente



para permitir o acesso de cadeira de rodas e colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros.

- Para os alunos com deficiência visual: proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, uma sala de apoio contendo: sistema de síntese de voz, fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régulas de leitura, scanner acoplado ao computador.
- Para alunos deficientes auditivos: proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, intérpretes de língua de sinais, inclusive quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno, flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico, aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o bom uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado, materiais de informações e cursos aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.
- Para professores, alunos, funcionários e empregados deficientes ou com mobilidade reduzida: pode proporcionar, caso seja solicitada, além de ajudas técnicas, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado das pessoas com deficiência, cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas, e, cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.
- Para a comunidade: oferta de campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças, parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe - sindicatos, associações, federações, confederações - com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil organizada para o reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência como direitos humanos universais, e, integração Faculdade/Empresas para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para as pessoas com deficiência.



APÊNDICES - EMENTÁRIO

PRIMEIRO PERÍODO

- Ciência, Tecnologia e Sociedade
- Introdução às Ciências Sociais
- Pessoas e Bens
- Pensamento Jurídico Brasileiro
- Ciência Política
- Teoria Geral do Direito
- Teoria da Constituição



Curso: DIREITO | Código: ENUN 60830

Nome do Componente Curricular:

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 2

Ementa:

Investigação a respeito da construção do conhecimento. Estabelecimento da diferenciação entre dados e informações. Estudo dos tipos de conhecimento, métodos científicos e métodos específicos das ciências sociais. Compreensão do conceito, tipos e principais técnicas de pesquisa. Capacitar o aluno para compreensão dos desafios éticos e os seus enlaces no campo da pesquisa. Aplicação dos métodos qualitativos e quantitativos no campo das pesquisas referentes a preservação do meio ambiente, igualdade, cidadania, bioética, direitos humanos, responsabilidade social e direito autoral.

Objetivo:

Compreender, produzir e analisar criticamente documentos e trabalhos científicos.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - A CIÊNCIA, O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E OS DEMAIS CONHECIMENTOS E SABERES

1.1 Campos do conhecimento: Filosofia, Ciência, religião, arte, senso comum.

1.2 A história da ciência.

1.3 Os Órgãos de pesquisa do Brasil; o currículo lattes.

1.4 Inserção do aluno na vida acadêmica: o uso de ferramentas na internet, (Regras básicas da ABNT).

1.5 Métodos e estratégias de estudo e aprendizagem/ O uso das salas de estudo e biblioteca.

1.6 Informações sobre programas de iniciação científica.

UNIDADE II - O ATO DE ESTUDAR: INSTRUMENTOS PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS



- 2.1. Leitura e Fichamento.
- 2.2. Esquemas e leituras.
- 2.3. Roteiros e Relatórios.
- 2.4. Resenha e artigos científicos.

UNIDADE III - A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

- 3.1. A Associação Brasileira de Normas Técnicas – Princípios da formatação de trabalhos científicos.
- 3.2. Os organismos de pesquisa.
- 3.3. Levantamento Bibliográfico.
- 3.4. Tipos de projetos de pesquisa.
- 3.5. Tipos de métodos.
- 3.6. Tipos de pesquisas.
- 3.7. Organização de um projeto de pesquisa.

UNIDADE IV - DESAFIOS ÉTICOS DA CIÊNCIA NA ATUALIDADE

- 4.1. A diversidade do mundo contemporâneo e os desafios éticos: globalização, democracia, preservação do meio ambiente, igualdade e cidadania.
- 4.2. A relação entre ética, tecnociência, bioética, direitos humanos e responsabilidade social.
- 4.3. A ciência na era digital: propriedade intelectual, direito autoral e plágio.

Bibliografia Básica:

- DEMO, Pedro. **Praticar ciência: Metodologias do conhecimento científico** - 1^a edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502148079/>.
- SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925207/>.
- LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/>.
- TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Grupo A, 2008. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577802296/>.

Bibliografia Complementar:

- AQUINO, Ítalo de S. **Como escrever artigos científicos**. – 9 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440289/>.
- APPOLINÁRIO, Fabio; GIL, Isaac. **Como escrever um texto científico**. 1^a edição. São Paulo: Editora Trevisan, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519493/>.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2^a edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 1985. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466030/>.
- BRUSCATO, Wilges A. **Quem tem medo da monografia?** 2^a edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502112940/>.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência - Filosofia e prática da pesquisa**. 2^a edição revista e atualizada. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114719/>.



Curso: Direito | Código: ENUN61098 | Vigência: 2023

Nome do Componente Curricular:

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas/0 Práticas

Etapa: 1

Ementa:

Curso estruturado na perspectiva interdisciplinar das Ciências Sociais (Antropologia e Sociologia, Economia e Política). As transformações ocorridas na passagem do mundo tradicional para mundo moderno; o pensamento clássico entre o global (sociedade) e local (cultura) a partir dos paradigmas que constroem o pensamento ocidental; Análise do pensamento econômico como fator de mudança sócio-cultural; o fenômenos econômico em realidades distintas; conceitos: Sociedade e mercado, as bases não-contratuais dos contratos econômicos, a atividade econômica como processo social relacionando os impactos culturais provenientes de questões étnicas, raciais, religião e gênero.

Objetivo:

Contribuir à formação da consciência crítica, emancipada e cidadã de futuros advogados e economistas. Aperfeiçoar a fundamentação nas fenomenologias econômicas, históricas e antropo-sociais, através conhecimento e reconhecimento de fatos e processos sociais, elementos fundamentais nas sociedades modernas, caracterizadas por dinâmicas e combativas interações sociais. Conhecer e aplicar noções básicas de interpretação e análise sociológica, destacando-se a reflexão sobre fenômenos referentes à produção material e imaterial, como ativos nas sociedades contemporâneas. Compreender a construção cultural como fenômeno intrínseco ao ser humano e à vida social.

Metodologia/Diretivas:

Metodologia / Diretivas: As aulas são conduzidas no contexto das metodologias ativas, provocando alunado à participação ativa, considerando exposição, argumentação e contra-argumentação de ideias. Para isso, utilizar-se-á preceitos e práticas andragógicas, facilitadoras do ensino-aprendizagem e os recursos a serem aplicados alternam-se em função do tema tratado.

- Leitura, análise crítica de textos e produção de resumos/resenhas;
- Discussão e problematização de temáticas propostas e alinhadas aos objetivos de aprendizagens;
- Análise e estudo de casos, em debates/fóruns;
- Utilização de recursos audiovisuais alternativos: slides de PowerPoint, vídeos, filmes, datashow e DVD, dentre outros recursos disponíveis.
- Utilização de dinâmicas de grupo, sob a orientação do professor, a partir de temáticas propostas, com apresentação das sínteses pelos alunos, utilizando-se diferentes formas de exposição.
- Trabalhos individuais/grupo; análise de livros/ filmes que ilustrem as temáticas propostas, com roteiro previamente indicado



Avaliação:

O objetivo da avaliação do aluno é de posicionará-lo quanto ao seu nível de participação e aprendizado na disciplina. Para tanto, serão realizadas avaliações sob forma de provas, trabalhos práticos e escritos, simulações, apresentações, utilizando-se diferentes formas de exposição e outros meios, cuja escolha fica a critério do professor/alunos, em consonância com os objetivos da disciplina e as diretrizes de avaliação estabelecidas pela Instituição.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – A IDEOLOGIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DA EUROPA PRÉ-CAPITALISTA/ O PERÍODO MODERNO

- 1.1 Visões do Renascimento/O humanismo
- 1.2. O pensamento Utópico (Platão, Thomas Morus)
- 1.3. A visão laica da sociedade e do poder/Maquiavel (O Príncipe)
- 1.4. A Ilustração e a Sociedade Contratual/ O pensamento burguês
- 1.5. O nascimento da Ciência econômica /Adam Smith
- 1.6. A legitimidade/A legalidade - O liberalismo- J. Locke (O Segundo Tratado de Governo)

UNIDADE II – A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA, CIÊNCIAS HUMANAS E OBJETOS DE ESTUDO

- 2.1. Augusto Comte. O Positivismo
- 2.2. A sociologia de Durkheim: o fato social.
- 2.3. A Sociologia de Gabriel Tarde: processos sociais de aprendizagem;
- 2.4. A Sociologia de Talcot Parsons e a ação social;
- 2.5. A contribuição de Max Weber/ ação social/ a ética protestante e o espírito do capitalismo
- 2.6. Karl Marx e a história da exploração do homem- O socialismo: a ideia de alienação e ideologia, classes sociais, salário, trabalho, valor e lucro, a mais valia. As relações políticas.
- 2.7. O que é ideologia?
- 2.8. A consciência e a vontade. Consciências individual e social.

UNIDADE III – CULTURA E SOCIEDADE - NATUREZA E CULTURA

- 3.1. Perspectivas do conhecimento – correntes antropológicas (pressupostos).
- 3.2. Formação de uma literatura “etnográfica” sobre a diversidade cultural.
- 3.3. Discussão sobre os primeiros relatos da alteridade (livros, cartas, diários e ensaios) feitos por missionários, viajantes, comerciantes, exploradores, militares, administradores coloniais, filósofos etc. entre os séculos XVI e XIX. Etnocentrismo/relativismo cultural/ A antropologia no Brasil. Identidade e alteridade;
- 3.4. Alcances antropológicos: cultura e identidade.

UNIDADE IV – TRABALHO COMO ATIVIDADE MEDIADORA ENTRE O HOMEM E A NATUREZA

- 4.1. Organização e evolução histórica da divisão do trabalho (do animal laborans ao homo faber
- 4.2. O triunfo do pensamento econômico na sociedade moderna e a crescente autonomia da economia.
- 4.3. Concepções contrastantes da Economia
- 4.4. A visão clássica do mercado e do ator econômico
- 4.5. A visão neoclássica do ator econômico: a utilidade.
- 4.6. A crítica à economia política (Marx)



UNIDADE V – O PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO

- 5.1. A formação da ideia de nação brasileira
- 5.2. As questões sociais no Brasil e a contribuição da antropologia: A questão racial e cidadania.
- 5.3. Comparação entre sociedades

Bibliografia Básica:

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Sociologia**. Porto Alegre: Grupo A, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559760237/>.

METCALF, Peter. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502629790/>.

BARROSO, Priscila F.; BONETE, Wilian J.; QUEIROZ, Ronaldo Q M. **Antropologia e cultura**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021853/>.

Bibliografia Complementar:

SCHAEFER, Richard T. **Sociologia**. Porto Alegre: Grupo A, 2006. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553161/>.

SILVA, Filipe P M.; BIRNKOTT, Ariel D.; LOPES, Jaíza G D. **Economia política**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024083/>.

PALMA, Rodrigo F. **Antropologia jurídica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553607990/>.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 1981. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521637660/>.

JR., Paulo G. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Editora Manole, 2003. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520448168/>.

SANTOS, Boaventura de S.; CHAUI, Mara. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524922435/>.

CHAUI, Marilena. **A ideologia da competência**. São Paulo: Grupo Autêntica, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582171325/>.

CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Grupo Autêntica, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582171912/>.

LOCKE, John. **Dois tratados do governo civil**. (Coleção textos filosóficos). São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724422343/>.

ÁLVAREZ, Santiago. **Leviatã e Seus Lobos: Violência e Poder Numa Comunidade dos Andes Colombianos**. Santiago Alvarez: Editora Unijuí, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074086/>.



Nome do Componente Curricular:

PESSOAS E BENS

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 1

Ementa:

Estudo dos direitos da Pessoa Natural: personalidade, capacidade, incapacidade, estado da pessoa e emancipação. Estudo da Ausência e da Comoriência. Análise do Conceito de Representação: legal e convencional da pessoa jurídica. Exame do Domicílio: legal, necessário, voluntário, geral e especial. Análise do conceito de Pessoa Jurídica: requisitos, natureza, registro, capacidade, representação, nacionalidade. Estudo dos Bens: conceito; classe de bens. Análise dos Fatos jurídicos: naturais e voluntários. Definição do Negócio Jurídico: validade, invalidação, defeitos, elementos acidentais e extinção. Estudo da Prescrição e Decadência.

Objetivo:

Conduzir o aluno à reflexão e ao entendimento de que o vigor do Direito Subjetivo reside na força que o ordenamento jurídico permite, ao titular do direito, usar, para a defesa de seus interesses. Levar o aluno a fixar os conceitos básicos da Parte Geral do Direito Civil Brasileiro, bem como na compreensão das relações entre as Partes Geral e Especial do Código Civil, tornando-lhe familiar o uso deste; orientar o aluno na visão atual de um Direito Civil que “adota uma permanente perspectiva constitucional em diferentes níveis

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, datashow e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Pessoa Natural

- 1.1. Pessoa natural. Características.
- 1.2. Das incapacidades: absoluta e relativa. Cessação da incapacidade.
- 1.3. Fim da pessoa natural.
- 1.4. Nome (prenome, patronímico ou apelido de família). Conceito.
- 1.5. Da Personalidade jurídica – Início. Capacidade jurídica.
- 1.6. Presunção da morte - ausência. Comoriência.

UNIDADE II - Direitos da Personalidade



- 2.1. Dos direitos da personalidade e Cláusula geral de tutela da pessoa.
- 2.2. O direito ao nome, a proteção à palavra e à imagem, e, ainda, à intimidade. Conceito, fundamentos e características.
- 2.3. Integridade física, intelectual e Psíquica (moral).

UNIDADE III – Ausência

- 3.1. Da ausência. Conceito.
- 3.2. Da curadoria de seus bens, sucessão provisória e definitiva.

UNIDADE IV - Pessoa Jurídica

- 4.1. Conceito e natureza jurídica. Classificação.
- 4.2. Personificação. Tipos.
- 4.3. Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade civil.
- 4.4. Extinção.

UNIDADE V – Domicílio

- 5.1. Conceito. Espécies.
- 5.2. Domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica.

UNIDADE VI – Bens

- 6.1. Distinção entre coisas e bens.
- 6.2. Prescrição e Decadência.

Bibliografia Básica:

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Parte Geral. v.1.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772650/>.

WALD, Arnoldo; CAVALCANTI, Ana Elizabeth L W.; PAESANI, Liliana M. **Direito civil: introdução e parte geral. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502226432/>.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral. v.1.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646951/>.

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, Carlos R.; LENZA, Pedro. **Esquematizado - Direito Civil 1 - Parte Geral - Obrigações - Contratos (Parte Geral).** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596656/>.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo curso de direito civil: parte geral. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624535/>.

RIZZARDO, Arnaldo. **Introdução ao Direito e Parte Geral do Código Civil.** 8^a edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6832-8/>.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: parte geral. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628311/>.



Nome do Componente Curricular:

PENSAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2Teóricas

Etapa: 1

Ementa:

Propiciar o conhecimento da evolução histórica do Direito, visando à compreensão do seu alcance e influência nos sistemas jurídicos modernos, analisando o direito dos povos sem escrita; dos povos da Mesopotâmia; dos Egípcios; dos Hebreus. Estudar o direito nas Civilizações Clássicas (Grécia e Roma) e o Direito na Idade Média. Analisar o surgimento dos estados monárquicos absolutistas com o estudo do Código Inglês. Estudar o Direito no Império Português realizando uma análise das Ordenações. Analise do Direito na Modernidade: as revoluções Liberais e o Código Napoleônico, possibilitando ao discente desenvolver a percepção jurídico-crítica no trato dos problemas da sociedade atual. Analisar o Direito no Brasil Colonial, no Brasil Imperial e na República, demonstrando a evolução das principais instituições jurídicas. Estudo do Direito na época Contemporânea e na Pós-modernidade, visando à conscientização do discente quanto a evolução dos Direitos Humanos e contextualização aos problemas da sociedade brasileira, em especial, um estudo sobre a ordem constitucional a partir de 1988 e os desafios da sociedade frente as diversidades de classe, gênero, etnia, religião, mulher, criança e adolescente, idosos, inclusão das pessoas com deficiência e meio ambiente.

Objetivo:

Levar o aluno a compreender a correlação entre história e direito, de forma a perceber a historicidade do direito, e a importância do contexto histórico para o entendimento do fenômeno jurídico.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, datashow e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:



UNIDADE I - Objetivos a Serem Alcançados com o Estudo da História do Direito

- 1.1. Reflexões e debates.
- 1.2. Evolução da disciplina no contexto.
- 1.3. O papel enciclopédico da disciplina na estrutura curricular.

UNIDADE II – O Direito na Antiguidade Clássica

2.1. O Direito se confunde com lei escrita? O Direito dos povos sem escrita: suas fontes e principais características. As primeiras sociedades a possuírem leis escritas.

2.2. Sociedades do Antigo Oriente Próximo: Mesopotâmia e Código de Hammurabi.

2.3. O Direito Hebraico e a Lei Mosaica.

2.4. O Direito Hindu e o Código de Manu.

2.5. O Direito muçulmano e a gênese do Alcorão.

2.6. O Direito Grego (arcaico, clássico e moderno): a contribuição da filosofia e da política.

2.7. O Direito Romano: constituição histórica e influência nos

sistemas jurídicos contemporâneos. Direito régio, republicano e

monárquico. O direito justiananeu.

UNIDADE III – Direito, Cultura e Sociedade na Idade Média

3.1. O Direito Germânico: “invasões bárbaras” e contribuições para a constituição do direito medieval.

3.2. O Direito feudal medieval: fontes do Direito. Os Glosadores, a reinterpretação do Direito Romano e a importância da Igreja e dos Tribunais Eclesiásticos (O Inquérito).

3.3. O nascimento das Universidades e dos intelectuais: o esplendor

das Faculdades de Direito como centro formador das elites

eclesiástica, intelectuais e de dirigentes dos Estados.

3.4. O Direito Canônico: Tribunal do Santo Ofício (*Inquisitio*) e Tribunais Seculares.

UNIDADE IV - O Direito na Modernidade: A Era das Revoluções

4.1. Reforma (séc. XVI) e Iluminismo (sécs. XVII e XVIII): contribuições para a construção do Direito como ciência humana e social.

4.2. A Era das Revoluções: O Direito Inglês. Magna Carta à Revolução Inglesa (Bill of Rights).

4.3. A Revolução Americana: Declarações de Direitos da Virgínia e Declaração de Independência dos EUA. Constituição Federal.

4.4. A Revolução Francesa: Declaração dos Direitos do Cidadão, Direito Natural e Direito Positivo.



4.5. A Era das Codificações e das Constituições: o Código Napoleônico e a positivação do Direito Civil.

4.6. A Constituição do Direito Penal moderno: Jeremy Bentham e Cesar Beccaria (séc. XVIII). O nascimento da prisão e dos princípios de proporcionalidade, personalidade e humanização do direito de punir.

UNIDADE V - O Direito na Época Contemporânea

5.1. A Era dos Direitos: direitos políticos, direitos sociais, direitos trabalhistas, direitos humanos e novos direitos. A contribuição de Norberto Bobbio e Michel Foucault.

5.2. O Pós-Guerra e as Declarações Universais dos Direitos Humanos: a função dos organismos internacionais e do direito comunitário.

UNIDADE VI - Direito e Pós-Modernidade: A Crise das Certezas

6.1. Novos direitos e tutela coletiva nas sociedades multiculturais: os princípios e garantias dos cidadãos em face das diversidades de classe, gênero, etnia e religião. Direitos da mulher, da criança e do adolescente, dos idosos e do meio ambiente.

6.2. Direito e cibernetica: sociedade de informação e sociedade de conhecimento.

6.3. Caminhos para o Direito na pós-modernidade e formação profissional.

Bibliografia Básica:

PALMA, Rodrigo F. **História do Direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620773/>.

GRIVOT, Débora C H.; ABEL, Henrique; ARAUJO, Marjorie A. **História do direito**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021716/>.

MARCOS, Rui de F.; MATHIAS, Carlos F.; NORONHA, Ibsen. **História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5565-6/>.

Bibliografia Complementar:

CICCO, Cláudio de. **História do Direito e do Pensamento Jurídico**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626300/>.



- SCALQUETTE, Rodrigo A. **Lições Sistematizadas de História do Direito**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584935758/>.
- CICCO, Cláudio de. **História do direito e do pensamento jurídico**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220570/>.
- MACIEL, José Fábio R.; AGUIAR, Renan. **Manual de história do direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620315/>.
- ROCHA, José Manuel de S. **História do Direito no Ocidente**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6434-4/>.



Curso: Direito | Código: ENEC61334| Vigência: 2023

Nome do Componente Curricular:
CIÊNCIA POLÍTICA

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 1

Ementa:

Análise do universo da reflexão política. Investigação sobre a noção de poder político e seu monopólio na figura do Estado. Estudo dos fundamentos filosóficos e sociológicos da Teoria Política. Análise da democracia liberal, da democracia popular e da social democracia. Caracterização das relações entre Estado, Sociedade e Direito. Estudo do conceito de Estado e seus elementos constitutivos. Análise das teorias sobre a origem e justificação do Estado. Debates sobre o sentido de Estado e Nação. Estudo sobre as teorias acerca da personalidade jurídica do Estado. Análise dos conceitos de democracia: direta, semidireta e representativa. Estudo dos Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais. Estudo da teoria da separação dos poderes. Discussão sobre a construção do Estado Constitucional. Estudo sobre as formas de Governo, os sistemas de Governo e os Regimes Políticos. Análise das formas de Estado. Análise do Estado Contemporâneo. As políticas sobre diversidade enfatizando os temas de gênero, étnico-raciais. Análise das políticas de ação afirmativa. A inclusão dos movimentos sociais: indígenas, negros e imigrantes nas políticas públicas.

Objetivo:

Analizar a problemática política em seus múltiplos aspectos. Refletir nos clássicos do pensamento político moderno, no fenômeno do poder ao longo da História, mormente no Século XX e nas questões políticas nacionais. Estimular e promover o debate acerca das relações entre Política e Direito.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Política e Direito

- 1.1. O universo da reflexão política: a política enquanto ciência, filosofia e ideologia. Sociedade, Política e Direito.
- 1.2. Tipologias do poder. O poder social.
- 1.3. Legitimidade e legalidade do poder político.
- 1.4. A formação do pensamento político ocidental moderno.



1.5. Estudo de autores: Maquiavel e autonomia da política.

1.6. O liberalismo individualista em John Locke.

UNIDADE II – Estado e Direito

2.1. O Estado como sociedade juridicamente organizada. O poder estatal.

2.2. Os modelos de formação e modos de justificação do Estado.

2.3. A soberania estatal.

2.4. Os elementos constitutivos do Estado.

2.5. A personalidade jurídica do Estado.

2.6. O Estado e a Nação.

UNIDADE III – Estado e Governo

3.1. Democracias e autocracias. Rousseau e o Estado Democrático.

3.2. Partidos Políticos e Sistemas eleitorais.

3.3. A separação de poderes. Montesquieu. A teoria dos freios e contrapesos.

3.4. Constitucionalismo e Estado Constitucional.

3.5. As declarações de direitos e as normas sobre direitos humanos.

3.6. As formas de governo.

3.7. Os sistemas de governo.

3.8. O Federalismo e o modelo federal.

UNIDADE IV – Estado Na Atualidade

4.1. O Estado Contemporâneo.

4.2. Políticas públicas e políticas particulares.

4.3. Cidadania e exclusão social.

4.4. Ações afirmativas e inclusão social.

4.5. Os movimentos sociais e a formulação de políticas públicas.

4.6. Tópicos sobre a política no Brasil.

4.7. Ética e política.

Bibliografia Básica:

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626171/>.

GAMBA, João Roberto G. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775316/>.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476725/>.

Bibliografia Complementar:

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Teoria geral do Estado e ciência política.** São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601912/>.

GIANTURCO, Adriano. **A Ciência da Política - Uma Introdução.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991562/>.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994198/>.

BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves de; MELO, Rurion S.; LOPES, Marisa da S.; e outros. **Manual De Filosofia Política.** São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555595673/>.



PHILLIPS, Tim. **O princípio de Maquiavel: uma interpretação moderna e prática** (Clássicos do pensamento econômico). São Paulo: Editora Saraiva, 2010. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502108479/>.



Nome do Componente Curricular:
TEORIA GERAL DO DIREITO

Carga Horária: 80 horas
Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 1

Ementa:

Definir e analisar noções gerais da Ciência do Direito inserida no contexto político-social. Apresentar a importância desta disciplina para a atividade profissional, considerando o exercício da cidadania plena do estudante. Provocar a discussão propedêutica dos institutos basilares, em especial: analisar o direito como Ciência, o Direito natural e o Direito positivo. Analisar o Direito e a Moral. Estudar as fontes do Direito, a formação das Normas e de sua Existência. Refletir sobre as perspectivas da Teoria do Direito, abordando a teoria tridimensional do Direito. Analisar os princípios como uma espécie de norma jurídica.

Objetivo:

Levar o aluno a entender aspectos introdutórios do Estudo do Direito e perspectivas à Teoria Geral do Direito. Nesse diapasão, fornecer ao aluno uma exposição das construções do Direito, das concepções desenvolvidas ao longo da história, tanto valorativas como dogmáticas. Localizar o Direito como objeto do conhecimento humano e como ciência expondo, para tanto, os critérios que assim o caracterizam, bem como as técnicas e métodos que ciência jurídica emprega. Compreender a teoria da norma, focando o estudo, a seguir, no Normativismo Kelsiniano, posteriormente, na aplicação e interpretação da Lei. Assim como a noção de Relação

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, datashow e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Aspectos Introdutórios

1.1. Apresentação, as denominações e o caráter propedêutico.



1.2. A Sociedade Humana e sua natureza. Gênese e conceito do mundo cultural. O mundo natural e o mundo cultural. O indivíduo na sociedade. “*Status*” e papel. Normas éticas e normas técnicas.

1.3. A palavra “Direito”. A ideia do Direito. O Direito como “*Norma Agendi*” e “*Facultas Agendi*”. O lícito e o ilícito no Direito. Conceitos.

1.4. A ideia do Direito Natural. Conceito. O Direito positivo. Conceito. Pressupostos de sua existência: sociedade e autoridade pública. Direito positivo e coação.

1.5. Moral e Direito. Relações entre Moral e Direito. Características das regras morais.

UNIDADE II – Estado e Direito

2.1. O Estado como sociedade juridicamente organizada. O poder estatal.

2.2. Os modelos de formação e modos de justificação do Estado.

2.3. A soberania estatal.

2.4. Os elementos constitutivos do Estado.

2.5. A personalidade jurídica do Estado.

2.6. O Estado e a Nação.

UNIDADE III – Estado e Governo

3.1. Democracias e autocracias. Rousseau e o Estado Democrático.

3.2. Partidos Políticos e Sistemas eleitorais.

3.3. A separação de poderes. Montesquieu. A teoria dos freios e contrapesos.

3.4. Constitucionalismo e Estado constitucional.

3.5. As declarações de direitos e as normas sobre direitos humanos.

3.6. As formas de governo.

3.7. Os sistemas de governo.

3.8. O Federalista e o modelo federal.

UNIDADE IV – Estado na Atualidade

4.1. O Estado Contemporâneo.

4.2. Políticas públicas e políticas particulares.

4.3. Cidadania e exclusão social.

4.4. Ações afirmativas e inclusão social.

4.5. Os movimentos sociais e a formulação de políticas públicas.

4.6. Tópicos sobre a política no Brasil.

4.7. Ética e política.

UNIDADE V Relações Jurídicas

5.1. Conceito. Capacidade de fato e capacidade de direito. Pessoa Física e Jurídica. Fontes das relações jurídicas: fatos jurídicos “*Lato Sensu*”, englobando os fatos jurídicos “*Strictu Sensu*” e as ações humanas que dão origem aos atos jurídicos e aos atos ilícitos. Elementos da relação jurídica: sujeito ativo, sujeito passivo, objeto, vínculo jurídico ou vínculo de atributividade. Conceitos - Exemplos. Classificação das relações jurídicas: relativas e absolutas.

5.2. Aquisição dos Direitos: originária e derivada. Modificação dos Direitos: qualitativa e quantitativa. Exercício dos Direitos: a garantia do exercício. Defesa dos Direitos: proteção jurisdicional. Autodefesa. Causas excludentes do ilícito civil: legítima defesa, exercício regular de um direito reconhecido e estado de necessidade. Conservação dos Direitos.

5.3. Extinção dos Direitos: Conceito. Formas de extinção: Perecimento do objeto, Alienação, Renúncia. Prescrição e Decadência: Conceito e características. Distinção. Doutrinária.

UNIDADE VI - Caso Fortuito e Força Maior

6.1. Conceitos. Sinonímia e diferenciação. Efeitos Jurídicos.

6.2. *Factum Principis*.

UNIDADE VII - A Eficácia da Lei no Tempo e no Espaço

7.1. Vigência e revogação da Lei. O conflito de Leis no tempo. O princípio da irretroatividade.



- 7.2. A noção do conflito de leis no espaço.
- 7.3. Doutrinas modernas quanto a extraterritorialidade.

Bibliografia Básica:

- NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 45^a ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647255/>.
- REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27^a edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502136847/>.
- FERRAZ JUNIOR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773763/>.

Bibliografia Complementar:

- BITTAR, Eduardo Carlos B. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597066/>.
- BITTAR, Eduardo Carlos B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772698/>.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. 49^a edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979768/>.
- WOLKMER, Antônio C. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. 9^a edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502625884/>.
- MASCARO, Alysson L. **Filosofia do Direito**. 10^a ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774807/>.



Curso: Direito | Código: ENEX60113| Vigência: 2023

Nome do Componente Curricular:

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 1

Ementa:

Reflexões Introdutórias ao Direito Constitucional e ao Constitucionalismo. Comparação entre constitucionalismo liberal e social. Reflexões sobre o neoconstitucionalismo. Estudo do poder constituinte e da classificação das Constituições. Compreensão da interpretação, aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Explicitação dos princípios fundamentais do Estado brasileiro. Estudo dos direitos de garantias fundamentais e da tutela constitucional das liberdades e direitos políticos. Estudo dos remédios constitucionais: Mandado de Segurança, *Habeas Corpus*, *Habeas Data* e Mandado de Injunção e Ação Popular. Análise dos remédios constitucionais administrativos: direito de petição e direito de certidão. Análise da tutela constitucional dos interesses difusos e coletivos. Tutela jurisdicional dos direitos transindividuais das pessoas com deficiência (Lei nº 7.853 de 1989). Análise da organização político-administrativa do Estado brasileiro, promovendo o debate sobre a Federação brasileira. Caracterização dos princípios fundamentais da Administração Pública.

Objetivo:

Analizar as bases históricas da construção do constitucionalismo, promovendo a reflexão sobre a construção do Estado Constitucional. Compreender o significado de Constituição, a importância do poder constituinte, analisando as características do poder constituinte originário diferenciando-o do poder reformador. Desenvolver o estudo sobre o papel da interpretação constitucional, a eficácia das normas constitucionais e a questão da efetividade da Constituição. Estudar a Constituição de 1988 com ênfase na análise dos princípios constitucionais fundamentais, na compreensão da estrutura federativa, da importância da separação de poderes, da proteção dos direitos fundamentais, refletindo sobre as garantias constitucionais na esfera do Estado Democrático de Direito

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:



UNIDADE I - Movimento Constitucional, Estado Constitucional e Neoconstitucionalismo

- 1.1. Fundamentos históricos do constitucionalismo, ideias que influenciaram o movimento constitucional, ideais da Revolução Francesa e o Estado Constitucional.
- 1.2. O Estado Democrático de Direito e a Constituição.
- 1.3. Noções Introdutórias sobre o Neoconstitucionalismo.

UNIDADE II - Poder Constituinte Originário e Derivado

- 2.1. Conceito, significado, titularidade, exercício do poder constituinte originário.
- 2.2. Poder Constituinte Derivado/de Segundo Grau; significado, titularidade, exercício, limites.
- 2.3. Reforma da Constituição. Revisão e Emenda. Limitações Constitucionais ao Exercício do Poder Reformador. Supremacia da Constituição. Rigidez. Limitações Formais. Limitações Circunstanciais. Limitações Materiais.

UNIDADE III - Poder Constituinte Decorrente

- 3.1. O significado do poder constituinte decorrente e a relação com a estrutura federativa do Estado Brasileiro.
- 3.2. O poder constituinte decorrente na CRFB/88.

UNIDADE IV - Princípios Constitucionais Fundamentais

- 4.1. O Significado e importância dos princípios constitucionais fundamentais.
- 4.2. O Título I da Constituição de 1988.
- 4.3. Princípio Republicano.
- 4.5. Princípio Federativo.
- 4.6. Princípio do Estado Democrático de Direito.
- 4.7. Princípio da Soberania Popular.
- 4.8. Princípio da Separação de Poderes.
- 4.9. Princípio da Solução Pacífica de Controvérsias.
- 4.10. Princípio da Autodeterminação dos Povos.

UNIDADE V - Princípio Federativo e a Federação Brasileira

- 5.1. Entes Políticos.
- 5.2. Partilha de Competências.
- 5.3. Intervenção Federal e Princípios Constitucionais Sensíveis.

UNIDADE VI - Separação de Poderes na CRFB/88

- 6.1. Separação de Poderes e limitação do poder estatal.
- 6.2. Funções do Estado e o Poder Legislativo, Executivo e Judiciário.
- 6.3. Freios e Contrapesos.
- 6.4. Separação de Poderes na CRFB/88.
- 6.5. Proteção pela Cláusula Pétrea.

UNIDADE VII - Normas Constitucionais e Interpretação Constitucional

- 7.1. Características das normas constitucionais.
- 7.2. Eficácia das normas constitucionais, normas de eficácia plena, contida e limitada.
- 7.3. O papel da interpretação constitucional.
- 7.4. Princípios de Interpretação Constitucional.
- 7.5. Princípio da Supremacia da Constituição, Princípio da Máxima Eficácia da Constituição, Princípio da Força Normativa da Constituição, Princípio da Presunção de Constitucionalidade, Princípio da Interpretação Conforme a Constituição.

UNIDADE VIII - Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição de 1988



- 8.1. Significado de Direitos Fundamentais.
- 8.2. Direitos Fundamentais na CRFB/88.
- 8.3. Direitos Fundamentais e Estado Democrático, direitos individuais, coletivos e de solidariedade. A proteção dos hipossuficientes e vulneráveis. Direito das pessoas com deficiência.
- 8.4. As normas constitucionais definidoras de direitos fundamentais e eficácia plena.
- 8.5. Limitações e proibição de supressão dos direitos fundamentais da CRFB/88.

UNIDADE IX - Ação Popular, Administração Pública e Princípios Constitucionais da Administração Pública

- 9.1. A Ação Popular como instrumento de participação do cidadão na fiscalização e controle sobre os atos do Poder Público.
- 9.2. Os princípios constitucionais da Administração Pública.
- 9.3. Revisão judicial dos atos administrativos por meio da Ação Popular e os princípios da Administração Pública.

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 11^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624788/>.

BULOS, Uadi L. Curso de direito constitucional. 16 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624818/>.

SARLET, Ingo W.; MARINONI, Luiz G.; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional.** 11^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620490/>.

Bibliografia Complementar:

MENDES, Gilmar F.; BRANCO, Paulo Gustavo G. **Curso de direito constitucional.** (Série IDP). 18^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624474/>.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 38^a ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771868/>.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de Direito Constitucional.** 13^a ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772827/>.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 38 ed. São Paulo; Malheiros. 2015.

TAVARES, Andre R. **Curso de direito constitucional.** 21^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625792/>.



SEGUNDO PERÍODO

- Ética e Cidadania
- Fato Jurídico
- Direitos Humanos
- Análise Econômica de Mercado
- Teoria da Norma e do Crime
- Organização do Estado e Direitos Fundamentais
- Psicologia Jurídica
- Pensamento Filosófico Contemporâneo



Nome do Componente Curricular:
Ética e Cidadania

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas/0 Práticas
Etapa: 3

Ementa:

Estudo dos conceitos de ética, moral, cidadania e suas relações. Discussão dos temas fundamentais da ética. Reflexão e análise crítica das teorias ético-filosóficas mais destacadas no passado e na atualidade e suas implicações práticas. Análise crítica das ideias políticas que moldaram as sociedades contemporâneas e serviram de base às conquistas históricas dos Direitos de Cidadania. Introdução a uma teoria do Estado. Discussão sobre os direitos fundamentais assegurados na Constituição brasileira. Análise das questões democráticas e das ameaças aos direitos humanos fundamentais na atualidade. Análise da formação da cultura e sociedade brasileiras e dos diversos tipos de cidadania (civil, política, relações étnico-raciais e indígenas). A relação entre ética, cidadania e educação. A ética e as relações inter-raciais, linguísticas e culturais.

Objetivo:

A disciplina “Ética e Cidadania”, possui como finalidade precípua que é transmitir conhecimentos e valores ao alunado da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, através de uma macro visão de sociedade, em que o indivíduo, independentemente de suas idiossincrasias étnicas, religiosas e culturais, possa desempenhar o seu papel social para o bem de um todo, tendo em vista uma sociedade mais justa e igualitária, com deveres e direitos respeitados.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e, possivelmente, seminários referentes aos autores e as obras requisitadas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas ou trabalhos dissertativos acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Apresentação de pesquisa e seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I

- 1.1. Ética: Conceito, origem e fundamentos.
- 1.2. Princípios gerais da ética e os aspectos constitutivos da ação moral.

UNIDADE II

- 2.1. Principais Teorias Éticas
 - 2.1.1. Ética das Virtudes Clássica
 - 2.1.2. Ética Cristã Original



- 2.1.3. Ética das Virtudes Medieval
- 2.1.4. Éticas Egoísta e Utilitarista
- 2.1.5. Ética Deontológica
- 2.1.6. Ética Discursiva

UNIDADE III

- 3.1. Cidadania: origem e desenvolvimento do conceito
- 3.2. Direitos e deveres modernos de Cidadania
- 3.3. Democracia: histórico do conceito

UNIDADE IV

- 4.1. História da formação da sociedade e cultura brasileiras.
- 4.2. Identidade Social e Cultural: diferença, diversidade e culturas regional e global.
- 4.3. Pluralidade Étnico-Racial no Brasil.

UNIDADE V

- 5.1. Direitos Humanos: Introdução
- 5.2. A relação histórico-filosófica entre os conceitos de Natureza, Pessoa, Dignidade e Direitos
- 5.3. Apanhado histórico-progressivo dos principais documentos e declarações que anteciparam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- 5.4. Questões diversas envolvendo direitos humanos: minorias, questões inter-raciais, ecológicas, etc.

Bibliografia Básica:

KUYPER, Abraham. **Calvinismo**. 1. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

CRISOSTOMO, Alessandro L.; VARANI, Gisele; PEREIRA, Priscila S.; et al. **Ética**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. *E-book*. Disponível em: [https://app\[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024557\]](https://app[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024557]).

ESPINOSA, Baruch de. **Ética? Edição bilíngue**. São Paulo: Grupo Autêntica, 2023. *E-book*. Disponível em: [https://app\[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551302101\]](https://app[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551302101]).

Bibliografia Complementar:

- RAMOS, André de C. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. *E-book*. Disponível em: [https://app\[minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626409\]](https://app[minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626409]).
- GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. *E-book*. Disponível em: [https://app\[minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596151\]](https://app[minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596151]).
- FURROW, Dwight. **Ética**. Porto Alegre: Grupo A, 2007. *E-book*. Disponível em: [https://app\[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536309637\]](https://app[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536309637]).
- BOFF, Leonardo. **Ética e Moral**. Petrópolis: Vozes, 2014
- BIÉLER, André. **O pensamento econômico e social de Calvin**. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.
- VAN TIL, Henry R. **O conceito calvinista de cultura**: a única teologia da cultura que é, de fato, relevante para o mundo. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
- HORTON, Michael Scott. **O Cristão e a Cultura**. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.



- FILHO, Artur RIL; OST, Sheila B.; BONETE, Wilian J.; e outros. **Ética e Cidadania**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024816/>.
- CALVINO, João. **As institutas**. 1. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
- BEEKE, J. R. (ed.). **Calvino para hoje**. 1. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
- HALL, D. W.; PADGETT, M. **Calvino e a cultura**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.



Curso: Direito | Código: ENEX61302

Nome do Componente Curricular:
FATO JURÍDICO

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 2

Ementa:

Estudo dos fatos, atos e negócios jurídicos nos seus aspectos gerais, que correspondem a uma teoria geral, objetivando o domínio do arcabouço teórico necessário para o entendimento substancial e estruturado dos institutos e conceitos vindouros da parte especial do Direito Civil.

Objetivo:

Conduzir o aluno à reflexão e ao entendimento de que o vigor do Direito Subjetivo reside na força que o ordenamento jurídico permite, ao titular do direito, usar, para a defesa de seus interesses. Levar o aluno a fixar os conceitos básicos da Parte Geral do Direito Civil Brasileiro, bem como na compreensão das relações entre as Partes Geral e Especial do Código Civil, tornando-lhe familiar o uso deste; orientar o aluno na visão atual de um Direito Civil que “adota uma permanente perspectiva constitucional em diferentes níveis

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, datashow e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - DOS FATOS JURÍDICOS

- 1.1. Dos fatos jurídicos. Ato jurídico e negócio jurídico.
- 1.2. Conceito e classificação .
- 1.3. Requisitos de validade dos negócios jurídicos.
- 1.4. Elementos accidentais: Da condição, do termo e do encargo ou modo.
- 1.5. Classificação dos negócios jurídicos
- 1.6. Defeitos do negócio jurídico
- 1.7. Invalidade do negócio jurídico
- 1.8. Ato ilícito
- 1.9. Abuso de Direito

UNIDADE II - DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS E ILÍCTOS



- 2.1. Os atos lícitos
- 2.2. Dos atos jurídicos ilícitos: Fonte normativa, conceito, responsabilidade civil contratual e extracontratual, objetiva e subjetiva, e aspectos principais.
- 2.3. Dos atos lesivos não considerados ilícitos (da legítima defesa, exercício regular de direito, estado de necessidade e estrito cumprimento do dever legal).

UNIDADE III - DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

- 3.1. Noções preliminares
- 3.2. Distinção entre prescrição e decadência.
- 3.2. Prescrição – ocorrência, causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição .
- 3.3. Direito intertemporal
- 3.4. Institutos afins (preclusão e perempção).

UNIDADE IV - DA PROVA

- 4.1. Conceito
- 4.2. Espécies.

Bibliografia Básica:

- VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Parte Geral. v.1.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772650/>.
- WALD, Arnoldo; CAVALCANTI, Ana Elizabeth L W.; PAESANI, Liliana M. **Direito civil: introdução e parte geral. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502226432/>.
- TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral. v.1.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646951/>.

Bibliografia Complementar:

- GONÇALVES, Carlos R.; LENZA, Pedro. **Esquematizado - Direito Civil 1 - Parte Geral - Obrigações - Contratos (Parte Geral).** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596656/>.

- GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo curso de direito civil: parte geral. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624535/>.

- RIZZARDO, Arnaldo. **Introdução ao Direito e Parte Geral do Código Civil.** 8^a edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6832-8/>.

- LÔBO, Paulo. **Direito civil: parte geral. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628311/>.



Curso: Direito | Código: ENEC61338

Nome do Componente Curricular:
DIREITOS HUMANOS

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 2

Ementa:

Estudo dos Direitos Humanos tendo por base a sua evolução histórica, suas principais declarações, seus princípios norteadores e os principais organismos internacionais de sua proteção. Estudo acerca da dignidade da pessoa humana e da igualdade de direitos. Análise das demandas sociais e ações governamentais acerca da sustentabilidade socioambiental. Estudo das relações dos Sistemas Protetivos Internacionais de Direitos Humanos e os Direitos Humanos no Brasil. Aplicação e detalhamento dos Mecanismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos. Análise da organização e processamento dos Tribunais Internacionais. Análise das Convenções de Direitos Humanos aplicadas na interpretação e construção dos Direitos Humanos. Estudo da receção da legislação internacional pelo sistema jurídico brasileiro e da teoria da Eficácia Supralegal dos Tratados e Convenções Internacionais que versam sobre os Direitos Humanos. Análise do decreto 6.949 de 2009 (Convenção de Norma Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência).

Objetivo:

Desenvolver uma análise histórico-reflexiva acerca do tema Direitos Humanos. Estudar o conteúdo e a herança das declarações de direitos. Compreender a estrutura e a função dos principais organismos internacionais de proteção dos direitos humanos. Compreender a atuação dos Tribunais Internacionais na reparação das violações de direitos humanos. Estudar a dinâmica do processo legislativo constitucional de internalização dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos. Estudar a aplicação prática das ações constitucionais como meio de efetivação das políticas de inclusão das pessoas com deficiência e como instrumentos asseguradores das ações de sustentabilidade socioambiental.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; estudos de texto selecionados; seminários; debates em grupo; solução de casos concretos em exercícios práticos pelos alunos com orientação docente.



Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Teoria Geral dos Direitos Humanos

- 1.1. Delimitação conceitual e perspectiva histórica.
- 1.2. Direitos humanos fundamentais. Finalidades e perspectiva constitucional.
- 1.3. A institucionalização dos direitos humanos como direitos fundamentais no plano constitucional.
- 1.4. Significado e amplitude do princípio da dignidade humana e dos subprincípios dele decorrentes.

UNIDADE II – Direito Internacional Dos Direitos Humanos

- 2.1. Conceito, finalidade e perspectiva histórica.
- 2.2. Sistema internacional de proteção dos direitos humanos. Perspectiva histórica.
- 2.3. A estrutura normativa do sistema global de proteção internacional dos direitos humanos.
- 2.4. A estrutura normativa do sistema regional de proteção dos direitos humanos. O sistema interamericano.
- 2.5. Os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. Processo de formação. Hierarquia e incorporação. Consequências no plano interno.

UNIDADE III - Sustentabilidade Sócio-Ambiental e Normativa Internacional

- 3.1. Processo de sua incorporação no plano interno.
- 3.2. Normativa internacional sobre acessibilidade e inclusão das pessoas portadoras de deficiência.
- 3.3. Ações constitucionais e a defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

UNIDADE IV – Ações Constitucionais Para Defesa Dos Direitos Humanos Fundamentais

- 4.1. Teoria e prática das ações constitucionais: Habeas Corpus e Mandado de Segurança.
- 4.2. Teoria e prática das ações constitucionais: Mandado de Injunção e Ação direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
- 4.3. Teoria e prática das ações constitucionais: Habeas data, direito de petição e direito de certidão.
- 4.4. Teoria e prática: Ação popular e Ação civil pública
- 4.5. O regime extraordinário: O regime ordinário dos direitos fundamentais, o regime excepcional, o estado de sítio, suspensão de garantias, suspensão de garantias, o estado de defesa.
- 4.6. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. A interdependência e indivisibilidade das categorias de direitos humanos. Desenvolvimento humano e desenvolvimento econômico. O desenvolvimento sustentável. Direitos humanos e desenvolvimento no contexto da Globalização.

Bibliografia Básica:

MORAIS, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: [https://app\[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026825/](https://app[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026825/).



- GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655596151/>.
- MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788562938368/>.

Bibliografia

Complementar:

NETO, Silvio B. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028249/>.

SANTOS, Boaventura de S.; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524922435/>.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530968908/>.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. Saraiva: Editora Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600298/>.

RAMOS, André de C. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626409/>.

COMPARATO, Fábio K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553607884/>.



Curso: Ciências Econômicas | **Código:** ENEC61286

Nome do Componente Curricular:

Análise Econômica de Mercado

Ementa:

Definição dos agentes econômicos, demonstração dos principais problemas econômicos, discussão acerca das possibilidades de sistemas econômicos, caracterização da relação entre oferta demanda e equilíbrio de mercado, apresentação dos motivos que levam a alterações da situação de mercado, busca da compreensão acerca da atuação do governo sobre o mercado, demonstração do conceito de elasticidade, diferenciação das estruturas de mercado, detalhamento do conceito de trade-off e custo de oportunidade.

Objetivo:

Analizar no que consiste a Microeconomia e os comportamentos dos principais agentes econômicos inseridos nessa área econômica – consumidor e produtor – levantando as variáveis as quais determinam esse comportamento. Estudar os conglomerados mercadológicos em que se organizam as empresas e qual o posicionamento que produtores e consumidores tomam (ou deveriam tomar) frente a esses tipos de estruturação de mercado. Refletir sobre a situação de equilíbrio, dentro dos diferentes setores da economia. Entender que as condutas são diferenciadas entre produtores e consumidores e que, são essas diferenças que determinam os conceitos, estruturas e, consequentemente, os comportamentos econômicos.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas, trabalhos em grupo e individual sobre análise de mercado atual, debates. Exibição de vídeos. Práticas laboratoriais para modelagem.

Avaliação:

Elaboração de trabalhos de pesquisa e apresentação e provas individuais.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DA ECONOMIA

- 1.1. Definição de Economia
- 1.2. Problemas Econômicos Fundamentais
- 1.3. A Curva de Possibilidades de Produção
- 1.4. Custo de Oportunidade e Trade-off
- 1.5. Sistema Econômico
- 1.6. Fluxos Econômicos numa Economia de Mercados – os mercados de fatores e de bens
- 1.7. Fluxo Circular de Produto e Renda em uma Economia de Mercado
- 1.8. A Economia como Ciência
- 1.9. Relações da Economia com outras Ciências

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas/0 Práticas

Etapa: 2



UNIDADE II – DEMANDA, OFERTA, EQUILÍBRIO DE MERCADO E POLÍTICAS MICROECONÔMICAS

- 2.1. Fundamentos de Microeconomia
- 2.2. Análise da Demanda e Oferta de Mercado
- 2.3. O Equilíbrio de Mercado
- 2.4. Funcionamentos dos mercados e alocação de recursos
- 2.5. Oferta, Demanda e Política Microeconômica: os controles de preços

UNIDADE III – DEMANDA, COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E ELASTICIDADES

- 3.1. Escolha e Utilidade.
- 3.2. Igualdade das utilidades marginais de cada real despendido em cada bem.
- 3.3. Paradoxo do valor e excedente do consumidor
- 3.4. Elasticidade da Demanda.
- 3.5. Elasticidade da Oferta.

UNIDADE IV – A EMPRESA: PRODUÇÃO, CUSTOS E LUCROS

- 4.1. A empresa e a figura do empresário.
- 4.2. A função de Produção: curto e longo prazo.
- 4.3. Custos de Produção: curto e longo prazo.
- 4.4. Decisões de produção da empresa e a maximização de lucros.

UNIDADE V – ESTRUTURAS DE MERCADO: CONCORRÊNCIA PERFEITA E IMPERFEITA

- 5.1. Concorrência Perfeita.
- 5.2. Empresa Competitiva: maximização de lucros e decisão de produção.
- 5.3. Mercados Competitivos e Eficiência Econômica.
- 5.4. Concorrência Imperfeita: causas da imperfeição dos mercados.
- 5.5. Monopólio.
- 5.6. Indicadores de Concentração de Mercado

UNIDADE V - AS FALHAS DE MERCADO

- 5.1. Externalidades
- 5.2. Soluções Privadas e Teorema de Coase
- 5.3. Soluções Públicas
- 5.4. Teoria da Regulação

Bibliografia Básica:

BRAGA, Márcio B. **Princípios de Economia - Abordagem Didática e Multidisciplinar.** [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022841/>.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S. **Introdução à Economia.** São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502146075/>.

GONÇALVES, Carlos. **Introdução à Economia.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595152205/>.

Bibliografia Complementar:



VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **ECONOMIA: Micro e Macro.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. Disponível em: [https://app\[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597003505/](https://app[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597003505/).

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia.** [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2013. E-book. Disponível em: [https://app\[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551853/](https://app[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551853/).

NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto M. **Princípios de Economia.** São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. Disponível em: [https://app\[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124930/](https://app[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124930/).

FRANK, Robert H.; BERNANKE, Ben S. **Princípios de Economia.** Porto Alegre: Grupo A, 2012. E-book. Disponível em: [https://app\[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580550979/](https://app[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580550979/).

ROSSETTI, José P. **Introdução à Economia.** 21^a edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. Disponível em: [https://app\[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008081/](https://app[minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008081/).



Curso: Direito | Código: ENEX60112

Nome do Componente Curricular:

TEORIA DA NORMA E DO CRIME

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 2

Ementa:

Revelar ao aluno a importância do Direito Penal. Conhecer e compreender Direito Penal no atual contexto social, a partir dos princípios constitucionais inerentes à dignidade da pessoa humana e aos direitos da personalidade. Analisar a norma penal visando ao conhecimento e compreensão da teoria do crime. Estudo dos elementos da Teoria Geral do Delito: tipicidade, ilicitude e culpabilidade, bem como do concurso de agentes.

Objetivo:

Revelar ao aluno a importância do Direito Penal. Proporcionar-lhe os meios para desenvolvimento do seu raciocínio jurídico, habilitando-o a enfrentar os problemas penais

Metodologia/Diretivas:

Exposição didática de cada tema, em suas linhas básicas. Ilustração com casos extraídos da jurisprudência atual.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Introdução

- 1.1. Direito Penal e Ciência do Direito Penal. Conceito. Distinção. Características. Conteúdo.
- 1.2. Disciplinas auxiliares do Direito Penal.
- 1.3. Evolução histórica e doutrinária do Direito Penal.
- 1.4. Direito Penal Brasileiro. Evolução. Legislação vigente.

UNIDADE II - Lei Penal

- 2.1. Norma penal. Conceito, característica, classificação, fontes.
- 2.2. Interpretação e Integração da norma penal
- 2.3. Princípio da legalidade. Importância. Consequências.
- 2.4. Limites temporais, espaciais e pessoais quanto à aplicação da lei penal.
- 2.5. Contagem do Prazo Penal.
- 2.6. Concurso Aparente de Normas

UNIDADE III - Teoria do Delito

- 3.1. Infração penal. Conceito: formal, material e analítico. Espécies.
- 3.2. Crime. Conceito. Sujeito ativo e passivo, prejudicado pelo crime. Objeto material e jurídico.
- 3.3. Categorias conceituais do crime.



- 3.4. Conduta e resultado. Conceito na teoria causalista, finalista e social da ação. Imputação Objetiva. Ausência de ação.
- 3.5. Relação de causalidade.
- 3.6. Tipicidade. Conceito, importância análise do tipo.
- 3.7. Consumação e tentativa.
- 3.8. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.
- 3.9. Arrependimento posterior.
- 3.10. Crime impossível.
- 3.11. Estrutura do crime doloso e do crime culposo.
- 3.12. Erro do tipo.
- 3.13. Ilicitude: Conceito. Exclusão.
 - 3.13.1. Análise individual das excludentes de ilicitude.
- 3.14. Culpabilidade. Conceito. Exclusão.
 - 3.14.1. Análise individual das excludentes da culpabilidade.
- 3.15. Concurso de Agentes: Teorias. Requisitos. Natureza Jurídica.
 - 3.15.1. Conceito restritivo e extensivo de Autor. Teoria do domínio do fato.
 - 3.15.2. Participação em sentido estrito. Formas de participação. Fundamento da punibilidade da participação.
 - 3.15.3. Punibilidade do Concurso de Pessoas.
 - 3.15.3.1. Participação de menor importância.
 - 3.15.3.2. Cooperação dolosamente distinta.
 - 3.15.4. Comunicabilidade das circunstâncias e elementares.
 - 3.15.5. Concurso de Pessoas em Crimes Culposos e em Crimes Omissivos.
 - 3.15.6. Autoria Colateral e Incerta. Autoria Mediata.

Bibliografia Básica:

- NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Penal - Parte Geral - Vol. 1.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642403/>.
- GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Curso de direito penal: parte geral. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623118/>.
- BITENCOURT, Cesar R. **Tratado de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120). v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627109/>.

Bibliografia Complementar:

- SOUZA, Renée do Ó.; PIPINO, Luiz Fernando R. **Direito Penal: Parte Geral. v.1.** (Coleção Método Essencial). São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643196/>.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral – arts. 1º a 120. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596021/>.
- NUCCI, Guilherme de S. **Direito Penal: Partes Gerais e Especial.** (Esquemas & Sistemas). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645190/>.
- GONÇALVES, Victor Eduardo R.; LENZA, Pedro. **Esquematizado - Direito Penal - Parte Especial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555597738. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597738/>.



Curso: Direito | Código: ENEX61299

Nome do Componente Curricular:

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 2

Ementa:

Análise da teoria da separação dos poderes e suas principais repercussões em relação ao exercício do poder político. Compreensão do Poder Legislativo no Brasil e abordagem do Estatuto dos Congressistas e Processo Legislativo. Análise do Poder Executivo no Brasil e estudo das prerrogativas e responsabilidade do Presidente da República no Brasil. O papel dos poderes na defesa do meio ambiente. O papel do Estado na promoção da Sustentabilidade Socioambiental. Configuração do Poder Judiciário no Brasil e descrição das garantias institucionais e dos juízes. Caracterização das funções essenciais à Justiça no Brasil e suas principais atribuições. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Configuração do Ministério Público. Análise da Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade em seus modelos difuso e concentrado. Estudo dos princípios gerais da tributação e do orçamento. Análise dos princípios gerais da ordem econômica, financeira e social.

Objetivo:

Analizar o Direito Constitucional Positivo, evidenciando a extensão e profundidade dos princípios fundamentais da Lei Maior. Estudar os mecanismos institucionais que conformam a divisão funcional e o equilíbrio entre os órgãos do poder.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - A Divisão do Poder Político

1.1. Os princípios constitucionais fundamentais. A separação de poderes. A teoria dos freios e contrapesos a regra geral da indelegabilidade. Exceções.



- 1.2. Configuração institucional do poder: Poder Legislativo: Comissões, Estatuto dos Congressistas. Tribunal de Contas da União.
- 1.3. Configuração da função executiva: Poder Executivo.
- 1.4. Configuração e estruturação do Poder Judiciário.
- 1.5. Ministério Público: função, princípios, garantias.
- 1.6. A configuração constitucional da Advocacia Pública.
- 1.7. A missão constitucional da Defensoria Pública.
- 1.8. A responsabilidade sócio-ambiental dos órgãos do poder.

UNIDADE II – Processo Legislativo

- 2.1. Conceito. Objeto.
- 2.2. Processo legislativo. Modalidades: ordinário, sumário e especial.
- 2.3. Espécies Normativas do Artigo 59 da CR/88.

UNIDADE III – Controle de Constitucionalidade

- 3.1. Teoria geral do controle de constitucionalidade: origem, conceito e pressupostos.
- 3.2. O fenômeno da constitucionalidade.
- 3.3. Espécies de inconstitucionalidade.
- 3.4. Modalidades de controle de constitucionalidade.
- 3.5. Legitimidade do controle de constitucionalidade.
- 3.6. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.
- 3.7. A modulação dos efeitos temporais.
- 3.8. A súmula vinculante.

UNIDADE IV - A Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

- 4.1. Estado de defesa e estado de sítio.
- 4.2. Forças armadas e segurança pública.

UNIDADE V - Tributação e Orçamento

- 5.1. Princípios gerais da tributação e orçamento.
- 5.2. Os princípios gerais da atividade econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico.
- 5.3. As Políticas: urbana, agrícola e fundiária.
- 5.4. O Sistema financeiro nacional.

UNIDADE VI - Ordem Social

- 6.1. Princípios informadores.
- 6.2. Seguridade social: Saúde, Previdência Social.
- 6.3. Educação, cultura e desporto. Ciência e Tecnologia. Comunicação Social.
- 6.4. Meio ambiente e sustentabilidade.
- 6.5. A atuação do Estado na promoção da sustentabilidade sócio-ambiental.

Bibliografia Básica:

- TAVARES, Andre R. **Curso de direito constitucional.** 21^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625792/>.
- BARROSO, Luís R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 11^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624788/>.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 38^a ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771868/>.



Bibliografia Complementar:

- BULOS, Uadi L. Curso de direito constitucional. 16 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624818/>.
- SARLET, Ingo W.; MARINONI, Luiz G.; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional.** 11^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620490/>.
- MENDES, Gilmar F.; BRANCO, Paulo Gustavo G. **Curso de direito constitucional.** (Série IDP). 18^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624474/>.
- MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de Direito Constitucional.** 13^a ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772827/>.



Nome do Componente Curricular:
PSICOLOGIA JURÍDICA

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 2

Ementa:

O objetivo da disciplina consiste em possibilitar a reflexão sobre a ciência da Psicologia e seus enlaces com o Direito. Debate sobre a formação do sujeito. Estudo das escolas da Psicologia e dos Métodos em Psicologia. Discussão sobre o significado das condutas desviantes e a reflexão sobre os padrões aceitos. Análise dos aspectos gerais da Psicologia Jurídica, com a perspectiva de oferecer os referenciais para a compreensão da psicologia aplicada ao direito da infância e adolescência, no Direito de Família. Reflexão sobre a complexidade do psiquismo humano, discutindo o sentimento de culpa e o mal-estar social. Análise das questões envolvendo as leis e as transgressões. Reflexão sobre a Psicopatologia.

Objetivo:

Refletir criticamente sobre intersecções entre Psicologia e Direito, produção e campos aplicativos dos saberes. Investigar fenômenos contemporâneos implicados no desenvolvimento psicosocial do sujeito, à luz das principais escolas da Psicologia. Abordar fenomenologias emergentes no campo do comportamento humano associado considerando a vida humana nas principais instituições sociais, notadamente na família, e a produção de categorias sociais relevantes à compreensão de sujeitos “conformes” e “outsiders”.

Metodologia/Diretivas:

Aderindo a paradigmas andragógicos, a disciplina desenvolver-se-á apropriando participação ativa dos discentes e considerando interesses específicos manifestados na apreciação do conteúdo programático. Exposições dialogadas, assistência e debates sobre vídeos, leituras programadas, produção de resumos e resenhas de textos, análise de casos, etc, comporão o elenco de técnicas que apoiarão o desenvolvimento do conteúdo disciplinar.

Avaliação:

Auto e heteroavaliação constituirão os principais momentos avaliativos. A auto avaliação será produzida considerando parâmetros previamente concordados. À produção do material necessário à hetero-avaliação serão utilizados trabalhos individuais (produção de textos, resumos), participação em trabalhos de grupo, qualidades da participação em sala de aula.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Introdução

- 1.1. Histórico da Psicologia e principais escolas (Psicanálise, Behaviorismo, Gestalt e Existencial Humanista).



- 1.2. Emergência da Psicologia Jurídica.
- 1.3. Atualidades da Psicologia Jurídica no Brasil.

UNIDADE II - Desenvolvimento Psicossocial do Sujeito

- 2.1. Visão da psicanálise.
- 2.2. Visão behaviorista.
- 2.3. Visão da Gestalt e da Existencial humanista.

UNIDADE III - Personalidade

- 3.1. A personalidade em interação social.
- 3.2. Socialização e a formação de subjetividades.
- 3.3. Normalidade e transtornos de comportamentos.
- 3.4. Principais destaques: transtornos de ajustamento comportamental, psicopatias, esquizofrenias.

UNIDADE IV - Psicologia e Direito Civil

- 4.1. Psicologia e Direito das Famílias.
- 4.2. Conjugalidades, formação e rompimento dos vínculos matrimoniais.
- 4.3. Conflitos, mediações possíveis.
- 4.4. Alienação parental: olhar específico.

UNIDADE V - Psicologia e Direito Penal

- 5.1. Sociedade e crime.
- 5.2. Vitimologia: um olhar sobre a vítima.
- 5.3. Investigação e testemunho. A Psicologia da testemunha.

UNIDADE VI - Psicologia e Justiça

- 6.1. Menores em conflito com a lei.
- 6.2. Maioridade e menoridade penal.
- 6.3. Adolescência legal, biopsicológica e emocional.
- 6.4. Gênese da delinquência. Centralidade e periferia social. Pobreza, miséria, etnias, classes e vulnerabilidades.
- 6.5. O Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA).

Bibliografia Básica:

- PUTHIN, Sarah R.; PIRES, Luciana R.; AMARAL, Sabine H.; et al. **Psicologia jurídica**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025783/>.
- PINHEIRO, Carla. **Manual de Psicologia Jurídica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620728/>.
- FIORELLI, José O. **Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027990/>.

Bibliografia Complementar:

- PAULO, Beatrice M. **Psicologia na prática jurídica**. 2^a edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502175907/>.



SERAFIM, Antonio de P.; SAFI, Fabiana. **Psicologia e práticas forenses.** 3^a ed. São Paulo: Editora Manole, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761344/>.

GLEITMAN, Henry; REISBERG, Daniel; GROSS, James. **Psicologia.** Porto Alegre: Grupo A, 2009. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321400/>.

MYERS, David G.; DEWALL, C N. **Psicologia.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521638377/>.



Curso: Direito | Código: ENEC61340

**Nome do Componente Curricular:
PENSAMENTO FILOSÓFICO CONTEMPORÂNEO**

**Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 2**

Ementa:

Estudo da filosofia jurídica, sua origem, desenvolvimento histórico e principais correntes. Reflexão sobre os temas clássicos e contemporâneos da filosofia jurídica através da problematização de questões fundamentais do direito, tais como justiça, norma, liberdade, propriedade, poder, Estado e sociedade. Os Direitos Naturais do Homem e sua interface com a Inclusão das Pessoas com Deficiência. **Análise das relações da ciência, da ética e da política com os fenômenos jurídicos.** Uma análise entre a relação de poder e os aspectos relativos a Sustentabilidade e a Preservação do Meio Ambiente.

Objetivo:

Tendo como pressuposto essa separação entre teoria e filosofia do direito, entende-se que os filósofos do direito examinam a dimensão da idealidade ou legitimidade, isto é, a dimensão de valor do direito. Eles estudam à adequação do direito vigente a ideais democráticos e anseios sociais, formulando propostas para sua reforma. Além disso, preocupam-se com os critérios de justiça e o problema da verdade no direito.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Filosofia do Direito

- 1.1. Análise do Conceito do que vem a ser a Filosofia.
- 1.2. Análise do conceito de Direito.
- 1.3. Análise do Relacionamento da Filosofia do Direito com a Teoria do Direito e outras Disciplinas.
- 1.4. O Relacionamento entre a Filosofia do Direito e a Ciência do Direito.
- 1.5. O Relacionamento entre a Filosofia do Direito, a Ética e a Moral.

UNIDADE II - Visão Histórica da Filosofia do Direito na Grécia Antiga



- 2.1. Os Filósofos Pré-socráticos.
- 2.2. O Filósofo Sócrates e os Sofistas.
- 2.3. O Filósofo Platão: Política, Direito e Justiça.
- 2.4. O Filósofo Aristóteles: Justiça Universal e Particular, Justiça Distributiva e Corretiva.
- 2.5. Aristóteles: A Felicidade, a Política, a Escravidão, a Equidade e formas de governo.

UNIDADE III - Visão Histórica da Filosofia do Direito na Era Medieval

- 3.1. Santo Agostinho.
- 3.2. São Tomás de Aquino.
- 3.3. Anselmo.
- 3.4. Guilherme de Ockham.

UNIDADE IV - Visão Histórica da Filosofia do Direito na Era Moderna

- 4.1. Nicolau Maquiavel.
- 4.2. Thomas Hobbes.
- 4.3. John Locke.
- 4.4. Os Direitos Naturais do Homem e sua interface com a Inclusão das Pessoas com Deficiência.
- 4.5. Jean Jacques Rousseau.
- 4.6. Montesquieu.

UNIDADE V - Análise da Filosofia do Direito em Immanuel Kant

- 5.1. A Razão Pura.
- 5.2. A Razão Prática.
- 5.3. Boa vontade e Dever.
- 5.4. O Imperativo Categórico.
- 5.5. O Direito e a Moralidade.

UNIDADE VI - Análise Histórica da Filosofia do Direito em George Hegel

- 6.1. A Identidade entre o Real e o Racional.
- 6.2. A Dialética Hegeliana.
- 6.3. A Filosofia do Direito em Hegel.
- 6.4. O Estado e a Sociedade Civil.
- 6.5. Hegel e o Jusnaturalismo.

UNIDADE VII - Análise da Filosofia do Direito em Karl Marx

- 7.1. Karl Marx e Friederich Engels.
- 7.2. Materialismo Histórico e Materialismo Dialético.
- 7.3. Marx e as Estruturas Sociais.

UNIDADE VIII - Análise da Filosofia do Direito na Era Contemporânea

- 8.1. Correntes de pensamentos Justaposiconistas.
- 8.2. Kelsen: A Pureza e a Teoria Geral do Direito.
- 8.3. Habermas: O Agir Comunicativo, O Direito e a Democracia.
- 8.4. Michel Foucault: Microfísica do Poder, O poder Disciplinador, O Sujeito e o Biopoder.
- 8.5. Uma análise entre a relação de poder e os aspectos Relativos a Sustentabilidade e a Preservação do Meio Ambiente.

Bibliografia Básica:



FERRAZ JUNIOR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773763/>.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito.** 27ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502136847/>.

BITTAR, Eduardo Carlos B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772698/>.

Bibliografia Complementar:

MASCARO, Alysson L. **Filosofia do Direito.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774807/>.

RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault.** São Paulo: Grupo Autêntica, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582172858/>.

BITTAR, Eduardo Carlos B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772698/>.

ARAÚJO, Inês L. **Os 15 filósofos: vida e obra.** São Paulo: Editora Manole, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788578683801/>.

ADEODATO, João M. **Filosofia do Direito.** São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609833/>.



TERCEIRO PERÍODO

- Direito Eleitoral
- Direito das Obrigações
- Introdução à Cosmovisão Reformada
- Princípios, Estrutura e Organização da Administração Pública
- Responsabilidade Civil
- Teoria Geral da Pena
- Teoria Geral do Processo



Curso: Direito | Código: ENEC61343

Nome do Componente Curricular:

DIREITO ELEITORAL

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 3

Ementa:

Os regimes políticos. Os partidos. Os partidos e a escolha. Os partidos e a representação. Os sistemas eleitorais. O eleitor e seu papel no regime. A igualdade eleitoral. A questão do abuso do Poder. O direito eleitoral no Brasil. A justiça eleitoral. Os recursos em matéria eleitoral. Direito eleitoral comparado. Aspectos fundamentais da Democracia Participativa.

Objetivo:

Identificar e definir as questões fundamentais referentes ao Direito Eleitoral. Orientar a comunidade sobre estas questões referentes ao Direito Eleitoral, instigando o debate democrático, na esfera Pública.

.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Regimes Políticos

1.1.Os regimes políticos e a participação popular.

1.2.A teoria de representação.

UNIDADE II – Partidos Políticos

2.1 Os partidos e a escolha do governante.



2.2 Os partidos e a representação da opinião pública.

UNIDADE III - Os Sistemas Eleitorais

3.1 Os sistemas eleitorais.

3.2 O eleitor e seu papel no regime. O voto e as distorções.

3.3 A igualdade eleitoral e o acesso ao poder.

UNIDADE IV - Abuso do Poder no Direito Eleitoral

4.1 A questão do abuso do Poder no Direito Eleitoral.

4.2 O direito eleitoral no Brasil.

UNIDADE V - A Justiça Eleitoral

5.1 A justiça eleitoral. O Código Eleitoral. Das resoluções do TSE.

5.2 Os recursos em matéria eleitoral.

UNIDADE VI - Democracia Participativa

6.1 Direito eleitoral comparado.

6.2 Aspectos fundamentais da Democracia Participativa.

Bibliografia Básica:

VELOSO, Carlos Mário da S.; AGRA, Walber M. **Elementos de direito eleitoral.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598810/>.

GOMES, José J. **Direito Eleitoral.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775330/>.

REIS, Márlon. **Direito Eleitoral. (Coleção esquematizado®).** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553621565/>.

Bibliografia Complementar:

VELLOSO, Carlos Mário da S.; AGRA, Walber de M. **Direito eleitoral - crimes eleitorais.** São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593228/>.

VASCONCELOS, Esperto; SILVA, Marco Antônio da. **Direito eleitoral.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620063/>.



MACHADO, Raquel Cavalcanti R. **Direito Eleitoral**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016772/>.

GONÇALVES, Luiz Carlos dos S. **Direito Eleitoral**. 3^a edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017540/>.

TAVARES, Andre R. **Curso de direito constitucional**. 21^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625792/>.

BARROSO, Luís R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 11^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624788/>.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 38^a ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771868/>.



Curso: Direito | Código: ENEX60115

Nome do Componente Curricular:
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Carga Horária: 80 horas
Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 3

Ementa:

Análise dos Atores sociais, interesses, enfoque econômico e obrigações. Introdução ao estudo da Teoria Geral das Obrigações; Relação Jurídica Obrigacional. Exame das Fontes das Obrigações. Análise das Modalidades e Efeitos das obrigações. Exame da Definição do Pagamento; Transmissão e Garantia dos Créditos. Estudo dos Atos Unilaterais; Transação e Compromisso.

Objetivo:

O aluno deverá compreender o sentido econômico-social das obrigações e o posicionamento de interesses dos atores sociais; identificar o conceito de obrigação e o regime jurídico aplicável às mesmas; diagnosticar o enquadramento jurídico de relações obrigacionais, conforme o Direito aplicável à espécie.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Direito das Obrigações

- 1.1. Definição e evolução histórica.
- 1.2. Elementos essenciais que acompanham o direito obrigacional.
- 1.3. Natureza jurídica. Classificação.
- 1.4. Modalidades das obrigações.
- 1.5. Transmissão das obrigações.

UNIDADE II - Pagamento das Obrigações

- 2.1. Definição.
- 2.2. Execução voluntária. Local.
- 2.3. Tempo e forma.
- 2.4. Prova de pagamento.
- 2.5. Classificação dos pagamentos especiais.



UNIDADE III - Inexecução das Obrigações

- 3.1. Descumprimento absoluto e relativo.
- 3.2. Inadimplemento: Mora. Juros. Cláusula Penal. Arras.
- 3.3. Culpa e dolo.
- 3.4. Indenização, Dano patrimonial e Dano moral.
- 3.5. Inimputabilidade e exoneração convencional.

UNIDADE IV - Responsabilidade Civil

- 4.1. Objetiva. Subjetiva.
- 4.2. Dano material e dano moral.

UNIDADE V - Extinção das Obrigações

- 5.1. Pagamento: lugar, tempo e prova.
- 5.2. Espécies.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos R.; LENZA, Pedro. **Esquematizado - Direito Civil 1 - Parte Geral - Obrigações - Contratos (Parte Geral)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596656/>.

PEREIRA, Caio Mário da S. **Obrigações e Contratos - Pareceres**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2010. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5608-0/>.

LÔBO, Paulo Luiz N. **Direito Civil Volume 2 - Obrigações**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596274/>.

Bibliografia Complementar:

MIRAGEM, Bruno. **Direito Civil - Direito das Obrigações**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994259/>.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direitos das Obrigações**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980825/>.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil - Vol. 2 - Obrigações**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986650/>.

TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. **Fundamentos do Direito Civil: Obrigações. v.2.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647576/>.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mario Veiga P. **Novo Curso de Direito Civil - Obrigações - Vol. 2**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622319/>.



Curso: DIREITO | Código: ENUN60829

Nome do Componente Curricular:

INTRODUÇÃO À COSMOVISÃO

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 3

Ementa:

Estudo da relevância e contribuições da tradição protestante e, especialmente, da tradição Reformada ou Calvinista, para a construção da cultura ocidental moderna. Como a cosmovisão calvinista, sobretudo sua ética e espiritualidade, teria contribuído para o surgimento dos principais ideais e princípios modernos tais como as liberdades fundamentais, a primazia do indivíduo e da dignidade da pessoa humana, o surgimento do capitalismo, o ideal de democracia representativa, a expansão da ciência moderna, o estado laico e o direito natural. Questões importantes como as raízes protestantes dos Direitos humanos, da biodiversidade, das questões sociopolíticas e psicossociais, culturais, educacionais, profissionais da Modernidade e a discussão sobre os direitos fundamentais assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, serão alvo desta disciplina.

Objetivo:

Demonstrar a íntima relação histórica entre os princípios e valores da Reforma Calvinista e os principais avanços políticos, legais, científicos e culturais da Modernidade. A ideia é resgatar essa herança histórica frequentemente ignorada ou negligenciada por historiadores e cientistas sociais, mostrando como tais princípios serviram de fundamento para a cultura ocidental e como depois foram secularizados. Enfatizar a força deste legado ainda hoje na atualidade como componente de transformação e revitalização socioculturais.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e, possivelmente, seminários referentes aos autores e as obras requisitadas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas ou trabalhos dissertativos acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Apresentação de pesquisa e seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I

- 1.1. Cosmovisão: origem do conceito e fundamentos.
- 1.2. Cosmovisão Reformada: O que isso significa?



UNIDADE II

- 2.1. História da Reforma Protestante
 - 2.1.1. Os Antecedentes Intelectuais da Reforma
 - 2.1.2. Reforma e Contra-reforma
 - 2.1.3. A Reforma Calvinista

UNIDADE III

- 3.1. Relação da Reforma Calvinista com a Origem dos Ideais Modernos
 - 3.1.1. Liberdade Religiosa como mãe de todas as Liberdades fundamentais
 - 3.1.2. A consciência individual como parâmetro decisório absoluto
 - 3.1.3. A Contribuição da Tradição Reformada para o surgimento da Democracia Representativa
 - 3.1.4. A Contribuição da Tradição Reformada para o surgimento do Estado Laico
 - 3.1.5. Tradição Reformada e a Emergência da Educação Moderna
 - 3.1.6. Tradição Reformada e Revolução Científica
 - 3.1.7. A Ética Calvinista e o Espírito do Capitalismo
 - 3.1.8. Tradição Reformada e Direito Natural

UNIDADE IV

- 4.1. A secularização dos princípios protestantes
 - 4.1.2. Quando e como os ideais reformados se secularizaram

UNIDADE IV

- 5.1. Características da Cosmovisão Reformada e sua relevância hoje
- 5.2. Cosmovisão Reformada e os desafios da contemporaneidade

Bibliografia Básica:

CALVINO, João. **As institutas.** 1. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

BEEKE, J. R. (ed.). **Calvino para hoje.** 1. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

HALL, D. W.; PADGETT, M. **Calvino e a cultura.** São Paulo: Cultura Cristã, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Bibliografia Complementar:

KUYPER, Abraham. **Calvinismo.** 1. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

BIÉLER, A. **O Pensamento Social e Econômico de João Calvino.** 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

NASH, Ronald. **Cosmovisões em Conflito.** Escolhendo o Cristianismo em Um Mundo de Ideias. Brasília: Ed. Monergismo, 2017.

MORELAND, J.P.; CRAIG, William Lane. **Filosofia e Cosmovisão Cristã.** São Paulo: Ed. Vida Nova, 2015.

VAN TIL, Henry R. **O conceito calvinista de cultura:** a única teologia da cultura que é, de fato, relevante para o mundo. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

DAVID, K. N. **Cosmovisão:** a História de Um Conceito. Brasília: Ed. Monergismo, 2017.



WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CALVINO, João. **Escritos seletos: João Calvino**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.



Curso: Direito | Código: ENEX61306

Nome do Componente Curricular:

PRINCÍPIOS, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 3

Ementa:

Promover o estudo da estrutura do Direito Administrativo como um dos ramos do Direito, assim como sua interdisciplinariedade com os demais ramos do direito. Conhecer os princípios do Direito Administrativo. Estudar os Sistemas administrativos, bem como a Organização da Administração Pública, as Formas de Descentralização, as Organizações não governamentais (ONG), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS). Analisar a estrutura dos atos e contratos administrativos, nos planos da existência, validade e eficácia, bem como os processos de licitação. Analisar as obrigações e deveres da Administração Pública. E o papel dos movimentos sociais na educação ambiental e na construção de marcos regulatórios referentes à educação ambiental e acessibilidade. Compreender a evolução dos Serviços Públicos.

Objetivo:

Oferecer ao aluno a definição, o histórico e os princípios do Direito Administrativo, bem como dar-lhe noções gerais sobre a hierarquia, tutela, agentes participantes, poderes e formas de atuação da Administração Pública.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Evolução do Direito Administrativo

- 1.1. Evolução histórica do homem na sociedade e o sistema legal e político.
- 1.2. Surgimento do Estado Democrático de Direito.
- 1.3. Apresentação do direito administrativo: conceito e objetivo.
- 1.4. Posição enciclopédica e evolução histórica.
- 1.5. Fontes do direito administrativo.
- 1.6. Princípios básicos do direito administrativo e da administração pública.
- 1.7. Competência para legislar sobre direito administrativo.



UNIDADE II – Poder Público e Administração Pública

- 2.1. Noção de administração pública como organização e função (aspectos material, subjetivo e formal).
- 2.2. Atividade administrativa. Conceitos da estrutura administrativa.
- 2.3. Competência para organizar a administração pública e para executar a função pública.
- 2.4. Poderes Administrativos.
- 2.5. Uso e abuso de poder.
- 2.6. Poderes Administrativos – visão clássica e contemporânea.
- 2.7. Administração pública em sentido orgânico. Administração Pública direta e indireta.
- 2.8. Organização e descentralização administrativa. Vinculação e supervisão.
- 2.9. Autarquia: conceito. Autarquia administrativa. Regime jurídico autárquico.
- 2.10. Fundações Públicas.
- 2.11. Sociedades de economia mista.
- 2.12. Empresas Públicas.
- 2.13. Descentralização por cooperação. Entes de cooperação. Pessoas físicas cooperadoras da AP.
- 2.14. A descentralização por colaboração. Os colaboradores da administração pública.

UNIDADE III – Atos Administrativos

- 3.1. Atividade administrativa.
- 3.2. Os atos e fatos administrativos.
- 3.3. Conceito e classificação existência/validade e eficácia dos atos administrativos.
- 3.4. Vícios dos atos administrativos.
- 3.5. Atividade vinculada e discricionária.
- 3.6. Desfazimento dos atos administrativos.
- 3.7. Ininvalidação e revogação.

UNIDADE IV – Licitação

- 4.1. Licitação. Conceito e finalidades.
- 4.2. A legislação sobre licitação. Princípios.
- 4.3. Obrigação, dispensa e inexigibilidade de licitação. Modalidades.
- 4.4. O procedimento licitatório.
- 4.5. Etapas interna e externa da licitação. Fases.
- 4.6. Edital, habilitação e julgamento.
- 4.7. Homologação e adjudicação.
- 4.8. Revogação, anulação.
- 4.9. Recursos administrativos.

UNIDADE V - Contratos Administrativos

- 5.1. Contrato administrativo. Conceito. Diferença entre contratos da Administração e contrato administrativo.
- 5.2. Características dos contratos administrativos, cláusulas econômico-financeiras e de serviço.
- 5.3. Cláusulas exorbitantes.
- 5.4. Formalização equilíbrio econômico-financeiro.
- 5.5. Cláusula *rebus sic stantibus*.
- 5.6. A teoria da imprevisão.
- 5.7. As cláusulas de reajuste de preços. Execução.
- 5.8. Direitos e obrigações das partes, formas de extinção do contrato administrativo, consequências da inexecução do contrato.
- 5.9. Crimes e recursos segundo a Lei nº 8.666/93
- 5.10. Principais tipos de contratos administrativos.



UNIDADE VI – Serviços Públicos

6.1. Conceito.

6.2. As influências da revolução francesa e a criação da Escola do Serviço Público.

6.3. A evolução constitucional.

6.4. As concessões e permissões de serviços públicos. Análise da Lei 8.987/95.

6.5. As Parcerias Público-Privadas. As novas formas de Concessão segundo a Lei 11.079/04.

Bibliografia Básica:

FILHO, Marçal J. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645770/>.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646784/>.

FILHO, José dos Santos C. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771837/>.

Bibliografia Complementar:

NOHARA, Irene Patrícia D. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774289/>.

SPITZCOVSKY, Celso. **Esquematizado - Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596250/>.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620735/>.

CAMPOS, Ana C. **Direito Administrativo Facilitado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648696/>.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647347/>.



Curso: Direito | Código: ENEX60127

Nome do Componente Curricular:

RESPONSABILIDADE CIVIL

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 3

Ementa:

Estudo da Teoria Geral da Responsabilidade Civil. Discussão sobre a evolução das teorias da responsabilidade civil, conceito e classificações. Análise das funções da Responsabilidade Civil, suas modalidades e pressupostos, tais como: culpa e risco, ato ilícito, o dano, patrimonial e moral, nexo de causalidade. Reflexão sobre a responsabilidade objetiva e subjetiva. Análise das diversas modalidades de responsabilidade: direta e indireta ou por fato de terceiro; da responsabilidade pelo fato das coisas; a responsabilidade profissional e seus reflexos sociais e contratuais. Análise da normativa infraconstitucional relativa a responsabilização do administrador público pela ausência de ações que assegurem a acessibilidade.

Objetivo:

O aluno deverá saber identificar, ao término do Curso, os conceitos fundamentais relativos à responsabilidade objetiva e subjetiva, bem como, diagnosticar o enquadramento jurídico da responsabilidade civil. A disciplina deverá conduzir o aluno a compreender as especificidades do dano moral e material. Capacitar o aluno para compreensão dos fundamentos básicos da Responsabilidade Civil e da responsabilidade profissional e sua repercussão no meio social e contratual.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Responsabilidade Civil

- 1.1. Conceito e evolução histórica.
- 1.2. Fundamentos.
- 1.3. Ato ilícito.
- 1.4. Espécies de responsabilidade.



- 1.5. Pressupostos.
- 1.6. Conduta culposa (comissiva e omissiva).

UNIDADE II – Imputabilidade

- 2.1. Fato próprio.
- 2.2. Fato de terceiro.

UNIDADE III - Nexo Causal

- 3.1. Elemento do nexo causal.
- 3.2. Excludentes de nexo causal.

UNIDADE - IV Dano

- 4.1. Conceito.
- 4.2. Dano patrimonial (dano emergente e lucro cessante).
- 4.3. Dano moral. Conceito. Evolução histórica. Configuração.
- 4.4. A prova do dano.
- 4.5. Legitimidade para pleitear o dano moral.
- 4.6. Espécies de dano moral. Dano reflexo. Perda de uma chance.

UNIDADE V - Responsabilidade Civil Subjetiva

- 5.1. Conceito.
- 5.2. Culpa provada.
- 5.3. Culpa presumida.

UNIDADE VI - Responsabilidade Civil Objetiva

- 6.1. Conceito.
- 6.2. Teoria do Risco.
- 6.3. Abuso de direito.
- 6.4. Responsabilidade pelo fato de outrem.
- 6.5. Responsabilidade pelo fato da coisa.
- 6.6. Responsabilidade pelo fato do animal.

UNIDADE VII - Responsabilidade Civil Contratual e Pré-Contratual

- 7.1. Pressupostos.
- 7.2. Inadimplemento e mora.
- 7.3. Juros.
- 7.4. Cláusula penal.

UNIDADE VIII - Sistema de Proteção à Pessoa com Deficiência

- 8.1. Análise da Lei federal nº 10.048/00.
- 8.2. Análise da Lei federal nº 10.098/00.
- 8.3. Análise do Decreto Federal nº 5.296/04.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos R. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624450/>.

MIRAGEM, Bruno. **Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994228/>.

FILHO, Sergio C. **Programa de Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775217/>.



Bibliografia Complementar:

- TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647910/>.
- PEREIRA, Caio Mário da S. **Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644933/>.
- ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Peixoto B. **Novo Tratado de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553612086/>.
- GONCALVES, Carlos R. Direito Civil Brasileiro: **Responsabilidade Civil. v.4.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628410/>.
- TEPEDINO, Gustavo; TERRA, Aline de Miranda V.; GUEDES, Gisela Sampaio da C. **Fundamentos do Direito Civil: Responsabilidade Civil. v.4.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647590/>.



Curso: Direito | Código: ENEX60117

Nome do Componente Curricular:

TEORIA GERAL DA PENA

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 3

Ementa:

Estudo da Teoria Geral das Penas, proporcionando uma visão constitucional dos princípios e garantias individuais concernentes à sua aplicação e finalidade. Análise crítica e reflexiva das espécies de penas, dos regimes de cumprimento, da cominação e aplicação. Análise da reincidência e do concurso de crimes. Exame dos efeitos da condenação e da reabilitação. Busca de compreensão das medidas de segurança e sua aplicação. Estudar a punibilidade e as suas causas de extinção.

Objetivo:

Oportunizar ao aluno a compreensão da importância do Direito Penal. Proporcionar-lhe os meios para desenvolvimento do seu raciocínio jurídico, habilitando-o a enfrentar os problemas penais.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Da Teoria Geral da Pena

- 1.1. Pena. Conceito. Espécies: penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos e, pena de multa.
- 1.2. Fixação da pena.
 - 1.2.1. Sistema trifásico.
 - 1.2.2. Circunstâncias judiciais.
 - 1.2.3. Causas de aumento e de diminuição.
 - 1.2.4. Circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas.
- 1.3. Concurso de crimes: concurso material, formal e crime continuado.
- 1.4. Suspensão condicional da pena e livramento condicional.
- 1.5. Efeitos da Condenação.
- 1.6. Reabilitação.

UNIDADE II - Das Medidas de Segurança



- 2.1. Conceito.
- 2.2. Natureza Jurídica.
- 2.3. Princípios.
- 2.4. Pressupostos para aplicação.
- 2.5. Espécies.

UNIDADE III - Da Punibilidade

- 3.1. Conceito.
- 3.2. Causas de Extinção da Punibilidade.
 - 3.2.1. Morte do agente.
 - 3.2.2. Anistia, graça e indulto.
 - 3.2.3. *Abolitio Criminis*.
 - 3.2.4. Renúncia. Perdão do Ofendido. Retratação. Decadência. Perempção.
 - 3.2.5. Perdão Judicial.
 - 3.2.6. Prescrição.
 - 3.2.6.1. Prescrição da Pretensão Punitiva.
 - 3.2.6.2. Prescrição da Pretensão Executória.

UNIDADE IV - Da Ação Penal

- 4.1. Conceito.
- 4.2. Princípios.
- 4.3. Espécies de ação penal.

Bibliografia Básica:

NUCCI, Guilherme de S. **Direito Penal: Partes Geral e Especial. (Esquemas & Sistemas)**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645190/>.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: Parte Geral: arts. 1º a 120. v.1**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626096/>.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: artigos 1º a 120 do código penal. v.1**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774593/>.

Bibliografia Complementar:

ESTEFAM, André; GONCALVES, Victor Eduardo R. **Direito Penal: Parte Geral**. (Coleção Esquematizado®). São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627208/>.



BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120).** v.1. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627109/>.

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. **Manual de direito penal: parte geral.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625860/>.

PORTOCARRERO, Cláudia B.; ÁVILA, Filipe. **Direito Penal Decifrado: Parte Geral (Coleção Decifrado).** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646364/>.



Curso: Direito | Código: ENEX60116

Nome do Componente Curricular:

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 3

Ementa:

Reflexão sobre a importância do Direito para a manutenção e o desenvolvimento da sociedade. Análise de Conceitos Básicos: Necessidade, Bem da Vida, Utilidade, Interesse, Conflito de Interesses, Pretensão, Resistência e Lide. O estudo das modalidades de composição dos conflitos: Autotutela, Autocomposição e Processo. Análise dos meios alternativos de pacificação social: Arbitragem, Mediação, Conciliação e Negociação. O estudo do conceito, da natureza jurídica e das fases da evolução científica do direito processual. Estudo dos Princípios Constitucionais do Direito Processual. Conhecer a estrutura básica do Poder Judiciário. Análise dos institutos fundamentais do Processo Civil: Jurisdição, Ação, Processo e Defesa. Estudo da Jurisdição, dos Princípios, das características essenciais e das espécies jurisdicionais. Estudo das Teorias sobre o direito de ação e das condições que legitimam o exercício desse direito. Definição de Processo. Estudo da natureza jurídica do processo e suas espécies. Análise dos pressupostos processuais. O estudo da determinação da competência e análise dos seus critérios de fixação. Estudo da Competência absoluta e da competência relativa.

Objetivo:

Ao final do período letivo o aluno deverá ser capaz de compreender a importância do Direito para o convívio social. Entender as necessidades, os interesses, as pretensões e os conflitos dos homens. Discernir as formas de resolução dos conflitos. Conhecer os Meios Alternativos de pacificação social. Conhecer os princípios constitucionais norteadores do Direito Processual. Compreender a importância da função jurisdicional para a solução dos conflitos de interesses. Compreender o direito de ação e as condições que legitimam o exercício desse direito. Discorrer sobre os pressupostos processuais e sobre os critérios que determinam a competência do juízo. Conhecer a estrutura básica do Poder Judiciário. Conhecer as bases estruturais do Código de Processo Civil.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Propedêutica Processual



- 1.1. Sociedade e Direito. A função ordenadora do Direito.
- 1.2. Análise de conceitos básicos: necessidade, bem da vida, utilidade, interesse, conflito de interesses e lide.

UNIDADE II - Formas de Resolução dos Conflitos

- 2.1. Autotutela, autocomposição e processo.
- 2.2. Meios alternativos de pacificação social: arbitragem, mediação, conciliação e negociação.
- 2.3. Justiça Multiportas

UNIDADE III - Direito Processual

- 3.1. Conceito. Denominação. Posição Enciclopédica e evolução científica.
- 3.2. Elaboração de uma Teoria Geral do Processo.

UNIDADE IV - Norma Processual

- 4.1. Conceito. Fontes. Interpretação. Integração.
- 4.2. Eficácia da Norma processual no espaço e no tempo.
- 4.3. Características das normas processuais.
- 4.4. Soft law

UNIDADE V - Princípios Constitucionais

- 5.1. Os Impactos do Neoconstitucionalismo e do Neoprocessualismo no Direito Processual
- 5.2. Devido Processo Legal.
- 5.3. Isonomia e Igualdade Processual (paridade de armas).
- 5.4. Juiz natural.
- 5.5. Inafastabilidade do controle jurisdicional.
- 5.6. Contraditório e ampla defesa.
- 5.7. Motivação das decisões judiciais.
- 5.8. Efetividade e duração razoável do processo.
- 5.9. Publicidade dos Atos Processuais.
- 5.10. Duplo grau de jurisdição.

UNIDADE VI - Poder Judiciário e Organização Judiciária

- 6.1. Organização Judiciária e Constituição Federal.
- 6.2. Organização Judiciária e Constituições Estaduais.
- 6.3. Órgãos do Poder Judiciário. O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais. Justiças Especiais. Tribunais e Juízes dos Estados.
- 6.4. Juizados Especiais

UNIDADE VII – Jurisdição

- 7.1. As funções do Estado Moderno.
- 7.2. Conceito de Jurisdição. Características Essenciais.
- 7.3. Princípios Fundamentais.
- 7.4. Jurisdição e suas divisões. Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária.
- 7.5. Escopos da Jurisdição.
- 7.6. Jurisdição e equivalentes jurisdicionais.

UNIDADE VIII – Ação

- 8.1. Teorias sobre o Direito de Ação.
- 8.2. Conceito de Ação.
- 8.3. Condições da Ação.
- 8.4. Elementos identificadores da Ação.
- 8.5. Classificação das Ações.
- 8.6. Ações Coletivas

UNIDADE IX - Processo

- 9.1. Teorias sobre o Processo. Conceito e Natureza Jurídica.
- 9.2. Processo e procedimento.
- 9.3. Instrumentalidade e efetividade do processo.



9.4. Pressupostos processuais.

9.5. Objeto do processo.

9.6. Classificação do processo.

UNIDADE X – Competência

10.1. Conceito. Competência internacional. Competência nacional.

10.2. Critérios para a determinação da competência. A importância dos critérios. Utilização dos critérios. Critério territorial. Critério funcional. Critérios objetivos: valor. Matéria.

10.3. Competência relativa. Competência absoluta.

10.4. Causas modificativas da competência. Declaração de incompetência. Prevenção. Conflito de competência.

10.5. Cooperação Nacional e Internacional.

Bibliografia Básica:

RODRIGUES, Horácio W.; LAMY, Eduardo de A. **Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774555/>.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626171/>.

ALVIM, JE C. **Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643011/>.

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Sergio P. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655599541/>.

BUENO, Cassio S. **Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil - parte geral do código de processo civil. v.1**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624665/>.

MANCUSO, Rodolfo de C. **Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980788/>.

SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea B.; Carlos Augusto de Assis; et al. **Teoria Geral do Processo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774333/>.

TESHEINER, José Maria R.; THAMAY, Rennan Faria K. **Teoria geral do processo**. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620759/>.



QUARTO PERÍODO

- Teoria Geral do Direito Empresarial
- Processo de Conhecimento
- Direito das Relações de Consumo
- Direito Contratual
- Agentes, Contratações e Serviços Públicos
- Crimes contra Patrimônio, Pessoas e Dignidade Sexual



Curso: Direito | Código: ENEX60122

Nome do Componente Curricular:

TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 4

Ementa:

Análise do Direito empresarial na contemporaneidade. Reflexão sobre a teoria da empresa e o novo paradigma do direito empresarial. Estudo dos princípios e das fontes do direito empresarial. Caracterização da figura do empresário: agentes econômicos excluídos do conceito de empresário, empresário individual, empresário casado, auxiliares do empresário, registro e escrituração. Exame de questões relacionadas ao nome empresarial e sua proteção na jurisprudência do STJ. Descrição do estabelecimento empresarial: natureza jurídica, trespassse, locação empresarial, shopping center, aviamento e clientela.

Objetivo:

O aluno deverá saber identificar ao término do curso os conceitos fundamentais do Direito Empresarial, seus principais institutos; e aplicação de suas normas. O aluno irá adquirir uma visão prática e objetiva dos principais pontos de Direito Empresarial.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Origens do Direito Comercial

- 1.1. O Direito Comercial como disciplina Histórica dos comerciantes (conceito subjetivo). O Direito Comercial como Disciplina dos Atos de Comércio (conceito subjetivo). O direito comercial como direito das empresas. (Conceito, subjetivo moderno).
- 1.2. História do Direito Comercial no Brasil. As características do Direito Empresarial.
- 1.3. Fontes de Direito Empresarial.

UNIDADE II - Atividade Mercantil e Atividade Civil

- 2.1. Distinção.
- 2.2. Os Atos de Comércio. Classificação dos Atos de Comércio. Atos Mistos no Direito Brasileiro.



UNIDADE III - Comerciantes ou Empresários

- 3.1. Noções Gerais.
- 3.2. Obrigações e Privilégios do Empresário.
- 3.3. Auxiliares do Empresário.
- 3.4. A antiga figura do comerciante.
- 3.5. Empresário como ampliação do conceito de Comerciante.
- 3.6. Qualificação do Empresário no Novo Código Civil. Sistemas de Qualificação de Empresário.

UNIDADE IV - Nome Empresarial

- 4.1. Registro. Natureza jurídica. Espécies.
- 4.2. Distinção entre Firma ou Razão e Denominação Social. Vantagem da Denominação Social.
- 4.3. Nome Comercial Híbrido.
- 4.4. Nomes Comerciais não Registráveis.

UNIDADE V - Condições para o Exercício da Atividade Empresarial

- 5.1. Requisitos. Capacidade. Incapacidade. O menor comerciante.
- 5.2. Autorização para comerciar.
- 5.3. Incompatibilidades para o exercício da atividade empresarial.
- 5.4. Atividade empresarial exercida pela mulher.
- 5.5. Proibição do comércio pelo falido.
- 5.6. Comércio exercido por estrangeiro.

UNIDADE VI - Registro de Comércio

- 6.1. Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. Finalidades.
- 6.2. Das Juntas Comerciais. Publicidade do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. Atos Pertinentes ao Registro Público das Empresas Mercantis e Atividades Afins.
- 6.3. Autenticações. Exame das Formalidades. Processo Decisório. Processo Revisional.

Bibliografia Básica:

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de direito comercial: direito de empresa.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627611/>.

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de direito comercial e de empresa: teoria geral da empresa e direito societário. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628120/>.

MAMEDE, Gladston. **Direito Societário (Direito Empresarial Brasileiro).** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772582/>.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Gustavo S. **Curso de Direito Comercial.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773022/>.

JR., Waldo F. **Manual de Direito Comercial.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024890/>.



- MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial - Vol. 2.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986407/>.
- VENOSA, Sílvio de S.; RODRIGUES, Cláudia. **Direito Empresarial.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772445/>.
- SACRAMONE, Marcelo B. **Manual de Direito Empresarial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626256/>.



Nome do Componente Curricular:
PROCESSO DE CONHECIMENTO

Ementa:

Estudo das modalidades de tutela jurisdicional. Estudo da tutela jurisdicional cognitiva e de suas espécies. Estudo da Tutela Provisória. Estudo do Processo de Conhecimento. Estudo dos procedimentos: comum e especial. Compreensão da formação do Processo. Estudo da Petição Inicial e reflexão sobre o juízo de admissibilidade exercido pelo magistrado. Análise da Audiência de Conciliação ou de Mediação. Estudo da comunicação dos atos processuais. Análise das respostas do réu. Estudo acerca da regularização do processo e das providências preliminares determinadas pelo magistrado. Compreensão da audiência preliminar. Estudo da Teoria Geral das Provas e das Provas em Espécie. Reflexão sobre a audiência de instrução e julgamento. Entender o conceito de sentença. Estudo da classificação das sentenças. Compreensão dos elementos essenciais da sentença. Estudo das formas de manifestação da coisa julgada e compreensão dos seus limites objetivos e subjetivos. Compreender os fundamentos da coisa julgada. Estudo acerca dos mecanismos pelos quais se pode afastar a coisa julgada. Reflexão acerca da relativização da coisa julgada.

Objetivo:

Ao final do período letivo o aluno deverá ser capaz de estabelecer a diferença entre as tutelas jurisdicionais cognitiva e executiva. Compreender a tutela provisória. Diferenciar as espécies de ações de conhecimento. Conhecer e resolver problemas decorrentes da formação, suspensão e extinção, com ou sem mérito, do processo. Compreender a dinâmica dos diversos procedimentos aplicáveis ao processo de conhecimento. Conhecer e diferenciar as fases do procedimento comum do processo de conhecimento, com pleno discernimento dos atos processuais predominantes de cada fase.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:



UNIDADE I – Introdução ao Processo Civil

- 1.1. Conceito
- 1.2. Divisão
- 1.3. Princípio da Boa Fé Objetiva Processual
- 1.4. Princípio da Efetividade Processual
- 1.5. Princípio da Adequação Processual
- 1.6. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo.
- 1.7. Princípio da primazia da decisão de mérito
- 1.8. Princípio da Inércia
- 1.9. Princípio da Proteção da Confiança

UNIDADE II - Tutela Jurisdicional

- 2.1. Conceito.
- 2.2. Formas de classificação: tutela jurisdicional cognitiva e tutela jurisdicional executiva. Tutela Provisória. Antecipada ou Cautelar. Urgência ou Evidência. Antecedente ou Incidental.
- 2.3. Tutela jurisdicional específica relativa às obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa.

UNIDADE III - Classificação das Ações Segundo à Espécie de Tutela Jurisdicional Requerida pelo Autor no Processo de Conhecimento

- 3.1. Ações declaratórias, ações constitutivas, ações condenatórias, ações mandamentais e ações executivas *lato sensu*.

UNIDADE IV - Atos Processuais

- 4.1. Conceito. Classificação. Forma. Publicidade.
- 4.2. Atos das partes. Atos do Juiz. Atos do Escrivão.
- 4.3. Existência, validade e eficácia dos atos processuais.
- 4.4. Comunicação dos atos processuais.

UNIDADE V - Prazos Processuais

- 5.1. Noções gerais. Forma de contagem dos prazos processuais.
- 5.2. Prazos legais e prazos judiciais. Prazos dilatórios e prazos peremptórios. Prazos próprios e prazos impróprios.
- 5.3. Regras gerais quanto à contagem dos prazos.
- 5.4. Preclusão. Conceito. Espécies.

UNIDADE VI – Litisconsórcio

- 6.1. Justificativa. Classificação do litisconsórcio. Momento de formação.
- 6.2. Intervenção de terceiros: assistência. Denunciação da lide. Chamamento ao processo.

UNIDADE VII – Pressupostos Processuais

- 7.1. Pressupostos Processuais de Existência e de Validade
- 7.2 Pressupostos Processuais Subjetivos
- 7.3. Pressupostos Processuais Objetivos

UNIDADE VIII- Processo de Conhecimento

- 8.1. Formação. Suspensão. Extinção. Extinção do processo sem resolução de mérito. Consequências.
- 8.2. Extinção do processo com resolução de mérito. Consequências.
- 8.3. Noções básicas.



UNIDADE IX - As Fases do Procedimento Comum.

- 9.1. Fase postulatória: petição inicial: considerações iniciais. Requisitos intrínsecos e extrínsecos.
- 9.2. Juízo de admissibilidade da petição inicial: Juízo positivo: o recebimento da inicial; juízo negativo: rejeição da inicial; juízo neutro de admissibilidade: emenda ou complementação da petição inicial.
- 9.3. Audiência de Conciliação ou de Mediação.
- 9.4 .Citação do Réu.

UNIDADE X - Defesas do Réu

- 10.1. As formas de resposta do réu: contestação e reconvenção.
- 10.2. Prazo.
- 10.3. Revelia. Efeitos da revelia.
- 10.4. Pedido Contraposto

UNIDADE XI - Fase Ordinatória

- 11.1. Noções introdutórias. Providências preliminares.
- 11.2. A revelia e o julgamento antecipado da lide. A oitiva do Autor. Regularização.
- 11.3. Especificação de provas.
- 11.4. Julgamento conforme o estado do processo.
- 11.5. Julgamento antecipado do mérito
- 11.6. Julgamento antecipado parcial do mérito.
- 11.7. Saneamento e organização do processo.

UNIDADE XII- Negócio Processual

- 12.1. Noções gerais, espécies e classificação
- 12.2. Negócios processuais atípico
- 12.3. Ato ilícito processual.

UIDADE XIII – DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

- 13.1. Noções introdutórias.
- 13.2. Procedimento da audiência de instrução de julgamento.
- 13.3. Tentativa de conciliação.
- 13.4. A ouvida do perito e dos assistentes técnicos.
- 13.5. A colheita dos depoimentos pessoais das partes.
- 13.6. A ouvida das testemunhas.
- 13.7. Debates.
- 13.8. Sentença.
- 13.9. Decisões proferidas na audiência.
- 13.10. Termo de audiência.
- 13.11. Adiamento da audiência.

UNIDADE XIV - Fase Instrutória

- 14.1. Noções introdutórias. Natureza jurídica das provas. Classificação das provas.
- 14.2. Objeto da prova. Fatos que não precisão ser comprovados.
- 14.3. Presunções e indícios.
- 14.4. Prova de fato negativo.
- 14.5. O juiz e a produção da prova.
- 14.6. Ônus da prova. Distribuição do ônus da prova.
- 14.7. Hierarquia das provas.
- 14.8. Provas ilícitas.



- 14.9. Produção antecipada de provas.
- 14.10. Ata notarial.
- 14.11. Depoimento pessoal.
- 14.12. Confissão.
- 14.13. Exibição de documento ou coisa.
- 14.14. Prova documental.
- 14.15. Documentos eletrônicos.
- 14.16. Prova testemunhal.
- 14.17. Prova pericial.
- 14.18. Inspeção judicial.
- 14.19. Interrogatório das partes.

UNIDADE XV - Fase Decisória

- 15.1. Sentença: Noções Introdutórias. Conceito. Classificação. Elementos.
- 15.2. Publicação e irretratabilidade.
- 15.3. Sentença Definitiva.
- 15.4. Sentença Terminativa
- 15.5. As sentenças de improcedência liminar.
- 15.6. Princípio da congruência. Defeitos da sentença. Possibilidade de correção da sentença.
- 15.7. Efeitos da sentença: declaratório, constitutivo, condenatório, mandamental e executivo *lato sensu*.

UNIDADE XVI – COISA JULGADA

- 16.1. Noções introdutórias.
- 16.2. Coisa julgada: conceito e natureza jurídica.
- 16.3. As formas de manifestação da coisa julgada: coisa julgada formal e material.
- 16.4. As decisões que se revestem da autoridade da coisa julgada.
- 16.5. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.
- 16.6. A eficácia preclusiva da coisa julgada.
- 16.7. Mecanismos pelos quais se pode afastar a coisa julgada.
- 16.8. Relativização da coisa julgada.

Bibliografia Básica:

BUENO, Cássio S. **Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil - parte geral do código de processo civil. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624665/>.

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Esquematizado - Direito Processual Civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597103/>.

JR, Humberto T. **Curso de Direito Processual Civil. v.II.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643073/>.

Bibliografia Complementar:

ALVIM, Eduardo A.; GRANADO, Daniel W.; FERREIRA, Eduardo A. **Direito processual civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611416/>.

BUENO, Cássio S. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624528/>.

CÂMARA, Alexandre F. **Manual de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774821/>.



- FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/>.
- FILHO, Misael M. **Direito Processual Civil**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020304/>.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito Processual Civil**. (Coleção Esquematizado®). São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627659/>.



Curso: Direito | Código: ENEC61345

Nome do Componente Curricular:
DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 5

Ementa:

Discorrer sobre o caráter de Ordem Pública das normas consumeristas. Estudar as relações de consumo, em especial os sujeitos e objetos das relações de consumo. Analisar os Direitos básicos do consumidor. Debater a responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor. Estudar os contratos de consumo. Analisar a Defesa do Consumidor em Juízo, Competência, Partes e Procedimento.

Objetivo:

Conhecer e compreender os princípios informadores das normas constitucionais e do sistema legal de proteção do consumidor. Habilitar o discente para a exata interpretação e aplicação das normas para a solução dos casos de interesses. Estudar os instrumentos administrativos e judiciais de efetivação dos direitos dos consumidores.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de casos concretos em exercícios práticos pelos alunos com orientação docente; seminários, análise de jurisprudência.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Disposições Gerais e Política Nacional das Relações de Consumo

1.1. As relações de consumo e a Constituição Federal.

UNIDADE II - Direitos Básicos do Consumidor

- 2.1. Conceito de consumidor.
- 2.2. Os direitos básicos do consumidor.

UNIDADE III - Qualidade dos Produtos e Serviços. Prevenção e Reparação dos Danos

- 3.1. Proteção à saúde e segurança.
- 3.2. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.
- 3.3. Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço.
- 3.4. Decadência e prescrição.
- 3.5. Desconsideração da personalidade jurídica.

UNIDADE IV - Das Práticas Comerciais

- 4.1. Disposições gerais.



- 4.2. Oferta e publicidade.
- 4.3. Práticas abusivas.
- 4.4. Cobrança de dívidas.
- 4.5. Banco de dados e cadastros de consumidores.

UNIDADE V- Proteção Contratual

- 5.1. Disposições gerais.
- 5.2. Cláusulas abusivas.
- 5.3. Contratos de adesão.

UNIDADE VI – Das Sanções Administrativas e das Infrações Penais

- 6.1. Disposições gerais.
- 6.2. As sanções administrativas.
- 6.3. Infrações penais.

UNIDADE VII - Defesa do Consumidor em Juízo

- 7.1. Disposições gerais.
- 7.2. Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos.
- 7.3. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.
- 7.4. Da coisa julgada.

UNIDADE VIII - Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

- 8.1. Disposições gerais.
- 8.2. Composição do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
- 8.3. Funcionamento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

UNIDADE IX - Da Convenção Coletiva de Consumo

- 9.1. Disposições gerais.
- 9.2. A Convenção Coletiva de Consumo.

Bibliografia Básica:

FILHO, Sergio C. **Programa de Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772766/>.

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Direito do consumidor**. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626515/>.

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026443/>.

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Guilherme M. **Contratos Eletrônicos de Consumo**. 3^a edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008944/>.



SOUZA, Sylvio Capanema de; WERNER, José Guilherme V.; NEVES, Thiago F C. **Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981273/>.

MANCUSO, Rodolfo de C. **Manual do Consumidor em Juízo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555592375/>.

SANTANNA, Gustavo. **Direito do consumidor**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022874/>.

FILOMENO, José Geraldo B. **Direitos do Consumidor**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017069/>.

NUNES, Rizzato. **Curso de direito do consumidor**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593525/>.



Carga Horária: 80 horas
Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 4

Nome do Componente Curricular:
DIREITO CONTRATUAL

Ementa:

Compreensão da Teoria Geral dos Contratos. Análise da Função Social dos contratos e seus efeitos. Exame dos Modos de Execução e Cessação da Relação Contratual. Descrição e Classificação Geral dos Contratos. Estudo dos Contratos em Espécie: Compra e Venda; Locação; Comodato; Doação; Seguros; Mandato; Depósito e Promessa de Compra e Venda

Objetivo:

O aluno deverá compreender o sentido econômico-social das obrigações e o posicionamento de interesses dos atores sociais; identificar o conceito de obrigação e o regime jurídico aplicável às mesmas; diagnosticar o enquadramento jurídico de relações obrigacionais, conforme o Direito aplicável à espécie.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Contratos

- 1.1. Conceito.
- 1.2. Elementos constitutivos e pressupostos de validade dos contratos.
- 1.3. Objeto do contrato.

UNIDADE II - Princípios Contratuais

- 2.1. Princípios fundamentais do direito contratual: liberdade; consensualismo.
- 2.2. Força obrigatória ou *pacta sunt servanda*, boa-fé e relatividade dos efeitos.
- 2.3. O dirigismo contratual e a teoria da imprevisão (cláusula *rebus sic stantibus*).

UNIDADE III - Classificação dos Contratos



- 3.1. Contratos unilaterais e bilaterais. Contratos onerosos e gratuitos. Contratos cumulativos e aleatórios. Contratos consensuais e reais. Contratos solenes e não solenes. Contratos principais e acessórios.
- 3.2. Típicos e atípicos. Nominados e inominados. Causais e abstratos.
- 3.3. Contratos de atividade.
- 3.4. Contratos instantâneos e contratos de duração.
- 3.5. Contratos de execução imediata e de execução diferida e de execução continuada.
- 3.6. Contratos típicos e atípicos.
- 3.7. Contratos *intuitu personae* e contratos impessoais.
- 3.8. [Contratos civis e mercantis](#).
- 3.9. [Contratos causais e abstratos. Contratos individuais e coletivos. Autocontrato](#).
- 3.10. Contrato de adesão. Generalidades. Caracterização. Pressupostos. Posição do legislador; Natureza jurídica. Estudo de casos.
- 3.11. Contrato por tempo determinado. Importância prática da distinção. Influência do termo e da condição nos Contratos. Prorrogação do contrato. Recondução expressa e tácita.
- 3.12. Contrato Preliminar. Justificação doutrinal. Natureza. Modalidade de pré-contrato. Pressupostos e requisitos. Eficácia e extinção.
- 3.13. Interpretação dos contratos. Regras de caráter subjetivo e de caráter objetivo.

UNIDADE IV - Formação dos Contratos

- 4.1. Formação dos contratos. Considerações gerais.
- 4.2. As negociações preliminares. A proposta e a aceitação. A aceitação nos contratos por correspondência epistolar. Teorias. Solução adotada pelo Código Civil.

UNIDADE V – Evicção

- 5.1. Conceito. Condições para que a responsabilidade pela evicção se configure.
- 5.2. O problema da denuncia da lide ao alienante e as consequências decorrentes de sua não concretização.
- 5.3. A evicção parcial.
- 5.4. Ações cabíveis nos casos de evicção total e parcial.

UNIDADE VI - Extinção dos Contratos

- 6.1. Cessão do contrato. Natureza. Requisitos. Espécies. Formas. Formação. Objeto. Efeitos. Casos.
- 6.2. Terminação dos contratos: extinção ou cessação normal e dissolução; ou terminação anormal. Extinção por decurso do prazo, implemento da condição ou realização do objeto (caducidade, ou decadência: advento do fato ou do termo previamente previsto pelas partes para a terminação).
- 6.3. Espécies de dissolução: resolução, rescisão e revogação: distinção.
- 6.3.1. Conceito de resolução e espécies (culposa e sem culpa).
- 6.4. Cláusulas resolutiva tácita e expressa. Efeitos da resolução por inexecução voluntária e involuntária. Resolução por onerosidade excessiva.
- 6.5. Rescisão em sentido lato e em sentido estrito; rescisão e efeitos; exemplos de rescisão.
- 6.6. Resilição unilateral e bilateral (distrato) efeitos da resilição. Exemplos de resilição.
- 6.7. Revogação e efeitos; exemplos de revogação.

UNIDADE VII - Contratos em Espécies

- 7.1. Compra e Venda: Conceito. Consequências subsidiárias derivadas da compra e venda. Obrigações acessórias. Responsabilidade pela evicção e pelos vícios redibitórios. Despesas dos contratos.



- 7.2. Regras especiais de modalidades de venda: Cláusulas especiais da compra e venda. Retrovenda. A venda a contendo. Preempção ou preferência.
- 7.3. Troca e Permuta. Conceito. Aplicação ao contrato das regras da compra e venda.
- 7.4. Doação. Definição e natureza jurídica. Elementos característicos. Requisitos.
- 7.5. Locação: Conceito e espécies. Caracteres gerais.
- 7.6. Empréstimo: conceito e espécies.
- 7.7. Comodato: Conceito e natureza jurídica.
- 7.8. Mútuo; Conceito e natureza jurídica.
- 7.9. Depósito. Definição. Espécies.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos R.; LENZA, Pedro. **Esquematizado - Direito Civil 1 - Parte Geral - Obrigações - Contratos (Parte Geral)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596656/>.

TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos N.; BANDEIRA, Paula G. **Fundamentos do Direito Civil: Contratos. v.3.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644117/>.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. v.3.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646913/>.

Bibliografia Complementar:

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648153/>.

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Contratos. v.3.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775064/>.

LÔBO, Paulo Luiz N. **Direito Civil Volume 3 - Contratos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596793/>.

LIMA, Adriana; SAMANIEGO, Daniela; BARONOSVKY, Thainá. **LGPD para contratos: adequando contratos e documentos à Lei Geral de Proteção de Dados**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597684/>.



Curso: Direito | Código: ENEX 61402

Nome do Componente Curricular:

AGENTES, CONTRATAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 4

Ementa:

Promover o estudo da estrutura do Direito Administrativo como um dos ramos do Direito, assim como sua interdisciplinariedade com os demais ramos do direito. Conhecer os princípios do Direito Administrativo. Estudar os Sistemas administrativos, bem como a Organização da Administração Pública, as Formas de Descentralização, as Organizações não governamentais (ONG), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS). Analisar a estrutura dos atos e contratos administrativos, nos planos da existência, validade e eficácia, bem como os processos de licitação. Analisar as obrigações e deveres da Administração Pública. E o papel dos movimentos sociais na educação ambiental e na construção de marcos regulatórios referentes à educação ambiental e acessibilidade. Compreender a evolução dos Serviços Públicos.

Objetivo:

Oferecer ao aluno a definição, o histórico e os princípios do Direito Administrativo, bem como dar-lhe noções gerais sobre a hierarquia, tutela, agentes participantes, poderes e formas de atuação da Administração Pública.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Evolução do Direito Administrativo

- 1.1. Evolução histórica do homem na sociedade e o sistema legal e político.
- 1.2. Surgimento do Estado Democrático de Direito.
- 1.3. Apresentação do direito administrativo: conceito e objetivo.
- 1.4. Posição enciclopédica e evolução histórica.
- 1.5. Fontes do direito administrativo.
- 1.6. Princípios básicos do direito administrativo e da administração pública.
- 1.7. Competência para legislar sobre direito administrativo.



UNIDADE II – Poder Público e Administração Pública

- 2.1. Noção de administração pública como organização e função (aspectos material, subjetivo e formal).
- 2.2. Atividade administrativa. Conceitos da estrutura administrativa.
- 2.3. Competência para organizar a administração pública e para executar a função pública.
- 2.4. Poderes Administrativos.
- 2.5. Uso e abuso de poder.
- 2.6. Poderes Administrativos – visão clássica e contemporânea.
- 2.7. Administração pública em sentido orgânico. Administração Pública direta e indireta.
- 2.8. Organização e descentralização administrativa. Vinculação e supervisão.
- 2.9. Autarquia: conceito. Autarquia administrativa. Regime jurídico autárquico.
- 2.10. Fundações Públicas.
- 2.11. Sociedades de economia mista.
- 2.12. Empresas Públicas.
- 2.13. Descentralização por cooperação. Entes de cooperação. Pessoas físicas cooperadoras da AP.
- 2.14. A descentralização por colaboração. Os colaboradores da administração pública.

UNIDADE III – Atos Administrativos

- 3.1. Atividade administrativa.
- 3.2. Os atos e fatos administrativos.
- 3.3. Conceito e classificação existência/validade e eficácia dos atos administrativos.
- 3.4. Vícios dos atos administrativos.
- 3.5. Atividade vinculada e discricionária.
- 3.6. Desfazimento dos atos administrativos.
- 3.7. Ininvalidação e revogação.

UNIDADE IV – Licitação

- 4.1. Licitação. Conceito e finalidades.
- 4.2. A legislação sobre licitação. Princípios.
- 4.3. Obrigação, dispensa e inexigibilidade de licitação. Modalidades.
- 4.4. O procedimento licitatório.
- 4.5. Etapas interna e externa da licitação. Fases.
- 4.6. Edital, habilitação e julgamento.
- 4.7. Homologação e adjudicação.
- 4.8. Revogação, anulação.
- 4.9. Recursos administrativos.

UNIDADE V - Contratos Administrativos

- 5.1. Contrato administrativo. Conceito. Diferença entre contratos da Administração e contrato administrativo.
- 5.2. Características dos contratos administrativos, cláusulas econômico-financeiras e de serviço.
- 5.3. Cláusulas exorbitantes.
- 5.4. Formalização equilíbrio econômico-financeiro.
- 5.5. Cláusula *rebus sic stantibus*.
- 5.6. A teoria da imprevisão.
- 5.7. As cláusulas de reajuste de preços. Execução.
- 5.8. Direitos e obrigações das partes, formas de extinção do contrato administrativo, consequências da inexecução do contrato.
- 5.9. Crimes e recursos segundo a Lei nº 8.666/93



5.10. Principais tipos de contratos administrativos.

UNIDADE VI – Serviços Públicos

6.1. Conceito.

6.2. As influências da revolução francesa e a criação da Escola do Serviço Público.

6.3. A evolução constitucional.

6.4. As concessões e permissões de serviços públicos. Análise da Lei 8.987/95.

6.5. As Parcerias Público-Privadas. As novas formas de Concessão segundo a Lei 11.079/04.

Bibliografia Básica:

FILHO, Marçal J. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645770/>.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646784/>.

FILHO, José dos Santos C. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771837/>.

Bibliografia Complementar:

NOHARA, Irene Patrícia D. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774289/>.

SPITZCOVSKY, Celso. **Esquematizado - Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596250/>.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620735/>.

CAMPOS, Ana C. **Direito Administrativo Facilitado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648696/>.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647347/>.



Nome do Componente Curricular:
CRIMES CONTRA PATRIMÔNIO, PESSOAS E DIGNIDADE SEXUAL

Carga Horária: 80 horas
Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 4

Ementa:

Analisar os princípios e normas da parte especial do Código Penal, que regem a tutela penal dos bens inerentes à vida, integridade física, honra e patrimônio. Estudo crítico reflexivo dos crimes contra a vida, o Homicídio, incluindo o aprofundamento das questões da Eutanásia, Ortotanásia e Distanásia, o Induzimento, a Instigação e o Auxílio a Suicídio, com reflexão do tema do Suicídio Assistido, o Infanticídio, as figuras típicas do Aborto e suas excludentes específicas de ilicitude, com análise do Abortamento Eugênico. Das Lesões Corporais. Dos crimes contra a honra. A Calúnia, a Difamação, a Injúria e as Disposições Comuns. Crimes contra o patrimônio. Análise crítico-reflexivo dos tipos e das disposições gerais. O Furto, o Roubo, a Extorsão e a Extorsão Mediante Sequestro, a Usurpação, o Dano, a Apropriação Indébita e a Apropriação Indébita Previdenciária, o Estelionato e os subtipos das fraudes para recebimento de indenização ou valor de seguro e pagamento por meio de cheque, a Receptação, as Disposições Gerais. Estudo do novo cenário dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, com abordagem crítico-reflexivo dos Crimes Contra a Liberdade Sexual, incluindo os crimes contra vulneráveis. Análise do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas para fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual e do Ultraje público ao pudor. Estudo dos crimes contra a Família, com abordagem dos crimes contra o casamento, o estado de filiação, assistência familiar, poder de família, tutela e curatela.

Objetivo:

Transmitir ao aluno, que já possui seguro conhecimento da teoria do crime, a estrutura básica dos tipos penais.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:



UNIDADE I - Parte Especial do Código Penal

- 1.1. Conceito, Conteúdo e Importância.
- 1.2. A classificação dos tipos na Parte Especial.

UNIDADE II - Crimes contra a Pessoa

- 2.1. Homicídio e outros crimes contra a vida. O crime de Genocídio.
- 2.2. Lesões corporais. Espécies.
- 2.3. Crimes de Periclitação da Vida e da Saúde.
- 2.4. Rixa.
- 2.5. Crimes contra a honra, espécies.
- 2.6. Crimes contra a liberdade individual.

UNIDADE III - Crimes contra o patrimônio.

- 3.1. Do Furto: espécies.
- 3.2. Do Roubo e da extorsão.
- 3.3. Da Usurpação.
- 3.4. Do Dano.
- 3.5. Da Apropriação indébita.
- 3.6. Do Estelionato e Outras Fraudes.
- 3.7. Da Recepção.
- 3.8. Disposições Gerais.
- 3.9. Crimes contra a Propriedade Intelectual.
- 3.10. Crimes contra a Organização do Trabalho.
- 3.11. Crimes contra o Sentimento Religioso e contra o Respeito aos Mortos

UNIDADE IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual

- 4.1. Crimes contra a liberdade Sexual.
- 4.2. Crimes sexuais contra vulnerável.
- 4.3. Disposições Gerais.
- 4.4. Do Lenocínio e do Tráfico de pessoa para fim de Prostituição ou outra forma de exploração sexual.
- 4.5. Do Ultraje público ao pudor.
- 4.6. Disposições Gerais.

UNIDADE V - Crimes Contra a Família

- 5.1. Crimes contra o casamento.
- 5.2. Crimes contra o estado de filiação.
- 5.3. Crimes contra a assistência familiar.
- 5.4. Crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela.

Bibliografia Básica:

NUCCI, Guilherme de S. **Direito Penal: Partes Geral e Especial. (Esquemas & Sistemas).** [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645190/>.

ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal - Vol. 2.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655596564/>.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal - Vol. 2.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771462/>.

Bibliografia Complementar:



ESTEFAM, André; GONCALVES, Victor Eduardo R. **Direito Penal: Parte Geral.** (Coleção Esquematizado®). São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627208/>.

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. **Manual de direito penal: parte geral.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625860/>.

PORTOCARRERO, Cláudia B.; ÁVILA, Filipe. **Direito Penal Decifrado: Parte Geral (Coleção Decifrado).** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646364/>.

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647651/>.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: Parte Geral: arts. 1º a 120. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626096/>.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: artigos 1º a 120 do código penal. v.1.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774593/>.



QUINTO PERÍODO

- Crimes contra a Fé, Paz e Saúde Pública
- Recursos Cíveis
- Direitos Reais
- Crimes contra a Ordem Econômica e Tributária
- Relações Estatais, Bens e Intervenções
- Títulos de Crédito e Direito Societário



Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 5

Nome do Componente Curricular:

CRIMES CONTRA A FÉ, PAZ E SAÚDE PÚBLICA

Ementa:

Analisar os princípios e normas da parte especial do Código Penal, que regem a tutela penal dos bens inerentes à dignidade sexual, à família, à incolumidade pública, paz pública, fé pública, administração pública e administração da justiça. Estudo dos crimes contra a incolumidade e da paz pública. Estudo da Fé Pública com ênfase para a Falsidade Documental e as Fraudes contra Certame de Interesse Público e suas Repercussões. Análise dos crimes contra a Administração Pública, incluindo os Praticados por Funcionário Público e por Particulares contra a Administração em Geral, e dos crimes contra a Administração da Justiça.

Objetivo:

Transmitir ao aluno, que já possui seguro conhecimento da teoria do crime, a estrutura básica dos tipos penais.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Crimes Contra a Incolumidade Pública

- 1.1. Crimes de perigo comum.
- 1.2. Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos.
- 1.3. Crimes contra a saúde pública.

UNIDADE II - Crimes Contra a Paz Pública

- 2.1. Incitação ao crime.
- 2.2. Apologia de crime ou criminoso.
- 2.3. Associação criminosa.

UNIDADE III - Crimes Contra a Fé Pública



- 3.1. Teoria do *falsum*.
- 3.2. Moeda Falsa.
- 3.3. Falsidades de títulos e outros papéis públicos.
- 3.4. Falsidade documental.
- 3.5. Outras falsidades.
- 3.6. Fraudes em certames de interesse público.

UNIDADE IV - Crimes Contra a Administração Pública

- 4.1. Crimes praticados por funcionário público.
- 4.2. Crimes praticados por particular.
- 4.3. Crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira.
- 4.4. Crimes contra a administração da justiça.
- 4.5. Crimes contra as finanças públicas.

UNIDADE V - Disposições Finais do Código Penal

Bibliografia Básica:

- ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal - Vol. 3.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655596526/>.
- NUCCI, Guilherme de S. **Direito Penal: Partes Geral e Especial. (Esquemas & Sistemas).** [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645190/>.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Especial. Artes. 213 a 361 do Código Penal. v.3.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771431/>.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal - Vol. 2.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771462/>.

Bibliografia Complementar:

- JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal 4 - parte especial - crimes contra a fé pública a crimes contra a administração pública (arts. 289 a 359-h).** São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619900/>.
- CAPEZ, Fernando. **Legislação penal especial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624597/>.
- MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. **Crimes contra a dignidade sexual: comentários ao Título VI do Código Penal.** São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601813/>.
- BITENCOURT, Cezar R. **Código penal comentado.** São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615704/>.
- GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770700/>.
- BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal: Parte especial: crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública - arts. 213 a 311 - Vol. 4.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597141/>.



Curso: Direito | Código: ENEX60128

Nome do Componente Curricular:

RECURSOS CIVEIS

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 5

Ementa:

Estudo do Sistema Recursal Brasileiro e da Ordem dos Processos nos Tribunais. Estudo dos Incidentes nos Tribunais. Estudo da Ação rescisória, da Reclamação e da Ação de Homologação de Sentença Estrangeira. Conceito de recurso. Análise da natureza jurídica dos recursos. Compreensão dos atos processuais sujeitos à recurso. Estudo do juízo de admissibilidade e do juízo de mérito dos recursos. Comparação entre o recurso principal e o recurso adesivo. Estudo dos princípios fundamentais do Direito Recursal (Princípio da Taxatividade; Princípio da Singularidade ou Unirrecorribilidade; Princípio da Fungibilidade e Princípio da Proibição da reformatio in pejus). Análise dos efeitos dos recursos (Devolutivo, Suspensivo, Translativo, Expansivo e Regressivo). Estudo das espécies recursais: Apelação, Agravo de Instrumento, Agravo Interno, Embargos de Declaração, Recurso Ordinário, Recurso Especial, Recurso Extraordinário, Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário, Embargos de Divergência.

Objetivo:

Ao final do período letivo o aluno deverá ser capaz de identificar a natureza jurídica dos recursos. Estabelecer a diferença entre os recursos e as ações autônomas de impugnação. Compreender como funciona o sistema recursal através dos princípios fundamentais que o informam. Identificar os atos processuais sujeitos a recurso. Diferenciar o juízo de admissibilidade do juízo de mérito dos recursos. Compreender as consequências que o processo sofre com a interposição e o julgamento dos recursos. Diferenciar as espécies recursais, conhecendo as hipóteses de cabimento e o processamento de cada espécie. Estudar os Incidentes nos Tribunais e as Ações de competência originária dos Tribunais.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.



Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Teoria Geral dos Recursos

- 1.1. Conceito. Natureza jurídica. Características dos recursos.
- 1.2. Recurso adesivo e recurso principal. Processamento do recurso adesivo.
- 1.3. Reexame necessário.
- 1.4. Atos processuais sujeitos a recurso.

UNIDADE II - Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito dos Recursos

- 2.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos. Distinção.
- 2.2. Requisitos intrínsecos e extrínsecos dos recursos.

UNIDADE III - Princípios Fundamentais do Sistema Recursal

- 3.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.
- 3.2. Princípio da taxatividade.
- 3.3. Princípio da singularidade.
- 3.4. Princípio da fungibilidade.
- 3.5. Princípio da proibição da reformatio in pejus.

UNIDADE IV - Os Efeitos da Interposição dos Recursos

- 4.1. Devolutivo.
- 4.2. Suspensivo.
- 4.3. Translativo.
- 4.4. Expansivo.
- 4.5. Regressivo.
- 4.6. Diferido.
- 4.7. Obstativo.

UNIDADE V – Apelação

- 5.1. Conceito.
- 5.2. A apelação como meio de impugnação das decisões interlocutórias não Preclusas;
- 5.3. Efeitos da Apelação.
- 5.4. Processamento da Apelação no primeiro e no segundo grau de jurisdição.
- 5.5. Possibilidade de inovar na Apelação.
- 5.6. Requisitos de Admissibilidade.
- 5.7. Prazo.

UNIDADE VI – Agravo de Instrumento

- 6.1. Noções Gerais.
- 6.2. Hipóteses de cabimento.
- 6.3. Efeitos da interposição.
- 6.4. Procedimento: Prazo e formação do instrumento.
- 6.5. Comunicação ao Juízo de primeiro grau e possibilidade de retratação.

UNIDADE VII - Agravo Interno

- 7.1. Conceito.
- 7.2. Finalidade.
- 7.3. Processamento.

UNIDADE VIII – Embargos de Declaração



- 8.1. Conceito e Cabimento.
- 8.2. Embargos com efeitos infringentes.
- 8.3. Embargos para efeitos de prequestionamento.
- 8.4. Procedimento: Prazo, efeitos, embargos protelatórios.

UNIDADE IX - Recurso Ordinário

- 9.1. Noções Gerais.
- 9.2. Conceito. Natureza. Competência.
- 9.3. Cabimento.
- 9.4. Requisitos de admissibilidade.
- 9.5. Processamento.
- 9.6. Efeitos.

UNIDADE X - Recurso Especial

- 10.1. Introdução. Histórico. Hipóteses de cabimento.
- 10.2. Requisitos de admissibilidade. O prequestionamento.
- 10.3. Procedimento de interposição. Admissão. Efeitos. O regime da retenção.
- 10.4. Recursos repetitivos.

UNIDADE XI - Recurso Extraordinário

- 11.1. Introdução. Histórico. Hipóteses de cabimento.
- 11.2. Repercussão geral como requisito específico de admissibilidade.
- 11.3. Repercussão geral em recursos extraordinários repetitivos. Prequestionamento.
- 11.4. Procedimento.
- 11.5. Efeitos. Finalidade.
- 11.6. Recurso extraordinário retido.

UNIDADE XII – Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

- 12.1. Cabimento.
- 12.2 Processamento.

UNIDADE XIII - Embargos de Divergência

- 13.1. Noções gerais.
- 13.2. Cabimento.
- 13.3. Finalidade.
- 13.4. Processamento.
- 13.5. Efeitos.

UNIDADE XIV- Da Ordem dos Processos e dos Processos de Competência Originária dos Tribunais

- 14.1.** Da Ordem dos Processos no Tribunal
- 14.2.** Do Incidente de Assunção de Competência
- 14.3.** Do Incidente de Assunção de Competência
- 14.4. Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade
- 14.5. Do Conflito de Competência
- 14.6. Da Homologação de Decisão Estrangeira
- 14.7. Concessão do Exequatur à Carta Rogatória
- 14.8. Ação Rescisória
- 14.9. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
- 14.10. Reclamação



Bibliografia Básica:

- GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Esquematizado - Direito Processual Civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597103/>.
- JR., Gediel Claudino A. **Prática de Recursos no Processo Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026320/>.
- CÂMARA, Alexandre F. **Manual de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774821>.
- MARCATO, Antônio C.; CIACI, Mirna; SANTOS, Nelton Agnaldo Moraes dos. **Curso de Direito Processual Civil Aplicado.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773879>.

Bibliografia Complementar:

- BUENO, Cássio S. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624528/](https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624528).
- FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/](https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474).
- AZEVEDO, Gustavo. **Coleção-Processo Civil Contemporâneo-Reclamação Const. no Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981426/](https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981426).
- FILHO, Misael M. **Direito Processual Civil.** 14ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020304/](https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020304).
- PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596502/](https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596502).
- GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito Processual Civil.** (Coleção Esquematizado®). São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627659>.



Curso: Direito | Código: ENEX60130

Nome do Componente Curricular:
DIREITOS REAIS

Carga Horária: 80 horas
Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 5

Ementa:

Análise da Apropriação dos bens na sociedade atual; Discussão sobre o Problema da Terminologia: Direitos Reais ou Direito das Coisas. Exame da Classificação dos Direitos Reais; Estudo da Posse; propriedade. Análise dos Direitos Reais Limitados e dos Direitos Reais de Garantia. Exame do Direito Real de Superfície. Enfiteuse e Direito do Promitente comprador.

Objetivo:

Identificar e definir as principais questões referentes à atividade de apropriação de bens. Fornecer os elementos necessários, referentes aos direitos reais, que permitam ao aluno ter o domínio do assunto.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas. Análise de casos simulados, pertinentes à temática. Seminários. Análise jurisprudencial. Exercícios práticos. Leitura de textos em grupo e debates a respeito com a orientação do professor.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Dos Direitos Reais

- 1.1. Características dos Direitos Reais.
- 1.2. Fonte normativa dos direitos reais.
- 1.3. Diferenças existentes entre direitos reais e pessoais.
- 1.4. Obrigações *Propter Rem*.
- 1.5. Princípios dos direitos reais.
- 1.6. Taxatividade dos direitos reais.

UNIDADE II - Da Posse

- 2.1. Conceito.
- 2.2. Natureza Jurídica.
- 2.3. Teoria Subjetiva (Savigny).
- 2.4. Teoria Objetiva (Ihering).
- 2.5. *Ius Possidendi* e *Ius Possessionis*.
- 2.6. Concepção Social da Posse.
- 2.7. Detenção.
- 2.8. Classificação da Posse.



- 2.9. Composse.
- 2.10. Intervenção da Posse.
- 2.11. Aquisição e Perda da Posse.
- 2.12. Sucessão na Posse.
- 2.13. Efeitos da Posse.
- 2.14. Das ações em defesa da posse.
- 2.15. Enfiteuse – Artigo 2.038 do Código Civil.

UNIDADE III - Da Propriedade

- 3.1. Conceito.
- 3.2. Características do Direito de Propriedade.
- 3.3. Função Social da Propriedade.
- 3.4. Fundamento do Direito de Propriedade.
- 3.5. Extensão do Direito de Propriedade.
- 3.6. Limitações ao Direito de Propriedade.
- 3.7. Da Aquisição da Propriedade Imóvel.
- 3.8. Da ação reivindicatória.
- 3.9. Espécies de Usucapião.
- 3.10. Usucapião de bens móveis e imóveis. Usucapião extraordinário, ordinário, especial e especial expropriatório – Constituição da república; Código Civil e Estatuto da Cidade do Rio de Janeiro. Aspectos gerais sobre a usucapião.
- 3.11. Da Aquisição por Acessão.
- 3.12. Da Avulsão.
- 3.13. Do Álveo Abandonando.
- 3.14. Das Construções e Plantações.
- 3.15. Da Aquisição da Prioridade Móvel.
- 3.16. Da Ocupação.
- 3.17. Do Achado do Tesouro.
- 3.18. Da Tradição.
- 3.19. Da Especificação.
- 3.20. Da Confusão e da Adjunção.
- 3.21. Da Perda da Propriedade.
- 3.22. Dos Direitos de Vizinhança.
- 3.23. Uso Anormal da Propriedade.
- 3.24. Das Árvores Limítrofes.
- 3.25. Da Passagem Forçada.
- 3.26. Dos Limites entre Prédios e do Direito de Tapagem.
- 3.27. Do Direito de Construir.
- 3.28. Condomínio Voluntário.
- 3.29. Condomínio Legal ou Necessário.
- 3.30. Condomínio Edilício.
- 3.31. Natureza Jurídica.
- 3.32. Principais Diferenças entre o Condomínio Voluntário e o Edilício.
- 3.33. Da Propriedade Temporária.
- 3.34. Da Propriedade Resolúvel.
- 3.35. Propriedade ad Tempus.
- 3.36. Natureza Jurídica da Propriedade Resolúvel.
- 3.37. Da Propriedade Fiduciária.
- 3.38. Da Superfície.

UNIDADE IV - Da Superfície

- 4.1. Conceito.



4.2. Natureza jurídica.

UNIDADE V - Das Servidões

- 5.1. Características.
- 5.2. Classificação.
- 5.3. Distinção entre Servidão e Direito de Vizinhança.
- 5.4. Distinção entre Servidão de Passagem e Passagem Forçada.
- 5.5. Distinção entre Servidão e Usufruto.
- 5.6. Distinção entre Servidores Reais e Servidão Administrativa.
- 5.7. Exercício das Servidões.
- 5.8. Extinção das Servidões.
- 5.9. Aspecto Processual das Servidões.

UNIDADE VI - Do Usufruto

- 6.1. Conceito e características.
- 6.2. Direito e deveres do usufrutuário.
- 6.3. Extinção do usufruto.

UNIDADE VII - Do Uso

- 7.1. Conceito.
- 7.2. Natureza jurídica.

UNIDADE VIII - Da Habitação

- 8.1. Conceito.
- 8.2. Natureza jurídica.

UNIDADE IX - Do Direito do Promitente Comprador

- 9.1. Conteúdo do Direito Real.
- 9.2. Direito à Adjudicação Compulsória.
- 9.3. Distinção entre Adjudicação Compulsória e Outorga de Escritura.

UNIDADE X - Dos Direitos Reais de Garantia

- 10.1. Princípios dos Direitos Reais de Garantia.
- 10.2. Do Vencimento Antecipado da Dívida.
- 10.3. Do Penhor.
- 10.4. Da Hipoteca.
- 10.5. Da Anticrese.

Bibliografia Básica:

- TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Coisas. V.4.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647118/>.
- RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990886/>.
- GONCALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas. v.5.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628373/>.

Bibliografia Complementar:



- WALD, Arnoldo; PAESANI, Ana Elizabeth LW Cavalcanti, Liliana M. **Direito civil: direito das coisas. (Coleção direta ao ponto)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502159303/>.
- LÔBO, Paulo. **Direito civil: direito das coisas. v.4**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628274/>.
- GONÇALVES, Carlos R.; LENZA, Pedro. **Esquematizado - Direito Civil 2 - Contratos em Espécie - Direito das Coisas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622869/>.
- DINIZ, Maria H. **Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. v.4**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598674/>.
- PELUSO, Cezar. **Código civil comentado: doutrina e doutrina**. São Paulo: Editora Manole, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555766134/>.
- GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de A. **Código civil: comentado e anotado**. São Paulo: Editora Manole, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555768183/>.



Curso: Direito | Código: ENEC61347

Nome do Componente Curricular:

CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 5

Ementa:

Analisar os princípios e normas referente aos crimes mais comuns na atividade econômica e empresarial, bem como as peculiaridades das infrações penais tributárias, buscando um entendimento aprofundado dos bens jurídicos tutelados quando se trata dos denominados crimes “do colarinho branco”. Além dos aspectos penais, será também priorizada a análise dos aspectos processuais que envolvem as hipóteses em estudo, com as peculiaridades atinentes aos procedimentos adotados pelo ordenamento jurídico.

Objetivo:

Transmitir ao aluno, que já possui seguro conhecimento da teoria do crime, a estrutura básica dos tipos penais próprios da atividade empresarial.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Crimes Contra a Ordem Tributária

- 1.1. Noções introdutórias
- 1.2. Crimes praticados por particulares contra a ordem tributária
- 1.3. Crime de Sonegação Fiscal
- 1.4. Supressão ou redução de tributo, contribuição social e qualquer acessório
- 1.5. Crimes de igual natureza
- 1.6. Crimes praticados por funcionários públicos contra a ordem tributária
- 1.7. Aspectos penais e processuais penais

UNIDADE II - Crimes Contra a Ordem Econômica

- 2.1. Noções introdutórias
- 2.2. Crimes em espécie
- 2.3. Crimes contra a ordem econômica
- 2.4. Crime contra o patrimônio da União



UNIDADE III - Crimes Contra as Relações de Consumo

- 3.1. Noções introdutórias
- 3.2. Crimes contra as relações de consumo
- 3.3. Crimes sobre nocividade e periculosidade de produtos e serviços.
- 3.4. Crimes sobre publicidade e informações apresentadas pelo fornecedor ao consumidor
- 3.5. Crimes sobre informações mantidas em cadastros, fichas, bancos de dados e registros sobre consumidores
- 3.6. Aspectos penais e processuais penais

UNIDADE IV - Crimes Falimentares

- 4.1. Noções introdutórias
- 4.2. Crimes falimentares
- 4.3. Fraude a credores
- 4.4. Violação de sigilo empresarial
- 4.5. Divulgação de informações falsas
- 4.6. Indução a erro
- 4.7. Favorecimento de credores
- 4.8. Desvio, ocultação ou apropriação de bens
- 4.9. Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens
- 4.10. Habilitação ilegal de crédito
- 4.11. Exercício ilegal de atividade
- 4.12. Violação de impedimento
- 4.13. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios
- 4.14. Aspectos penais e processuais penais
- 4.15. Aspectos penais e processuais penais

UNIDADE V - Crimes de Lavagem de Capitais

- 5.1. Definição e etapas da lavagem de capitais
- 5.2. Crime de lavagem de capitais
- 5.3. Teoria da cegueira deliberada
- 5.4. Modalidade equiparada: conversão, transferência, aquisição, posse, importação e exportação
- 5.5. Modalidade equiparada: utilização de produto de lavagem em atividade econômica ou financeira
- 5.6. Causa de aumento de pena
- 5.7. Colaboração premiada
- 5.8. Ação controlada e infiltração de agentes com objetivo de apurar crimes de lavagem de capitais
- 5.9. Aspectos Processuais

UNIDADE VI - Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional

- 6.1. Noções introdutórias
- 6.2. Conceito de instituição financeira para fins penais
- 6.4. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional em espécie
- 6.5. Crimes relativos aos valores mobiliários
- 6.6. Crimes contra as operações e fiscalização das instituições financeiras
- 6.7. Crimes contra ilicitudes em procedimentos de intervenção, liquidação extrajudicial e falência
- 6.8. Crimes contra ilicitudes em operações de câmbio
- 6.9. Aspectos penais e processuais penais



Bibliografia Básica:

CURY, Rogério. **Direito Penal Econômico**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556270531/>.

RODRIGUES, Anabela M. **Direito Penal Económico**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724085531/>.

BEZERRA, Ana Letícia Rodrigues da C.; TURBAY, Marcelo; FONTENELE, Marília. **Temas atuais de direito penal econômico (Série IDP –Linha pesquisa acadêmica)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597257/>.

Bibliografia Complementar:

NUCCI, Guilherme de S. **Direito Penal: Partes Geral e Especial. (Esquemas & Sistemas)**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645190/>.

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de direito penal econômico, v. 1**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547210182/>.

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de direito penal econômico, v. 2**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547210212/>.

RIOS, Rodrigo S. **Direito penal econômico: advocacia e lavagem de dinheiro. (Série GVlaw)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502150416/>.

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647651/>.

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625860/>.



Nome do Componente Curricular:

RELACÕES ESTATAIS, BENS E INTERVENÇÕES

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 5

Ementa:

Compreender o regime legal de regência do serviço público e de suas formas de exercício, em especial a concessão, a permissão e a terceirização do serviço público, bem como as Parcerias Público-Privadas e os Consórcios, analisar os instrumentos de intervenção estatal na propriedade privada e no domínio econômico. Conhecer o regime jurídico do servidor público, bem como analisar o Estatuto dos servidores públicos. Refletir sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência, bem como estudar as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência (Lei nº 10.098 de 2000). Apreender sobre o Controle da Administração Pública, sobre os Bens Públicos e verificar a Responsabilidade Civil do Estado.

Objetivo:

Identificar e definir as principais questões referentes à atividade da Administração Pública. Participar dos debates com a comunidade, de forma a dinamizar as relações com esfera pública.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas e práticas com ênfase no estudo de casos. Aulas participativas, propiciando discussões e debates. Atividades práticas supervisionadas (caderno de exercícios, trabalhos individuais e em grupo, pesquisas e estudos) em ambientes de aprendizagem colaborativos tais como biblioteca, laboratórios, visitas de campo, programas e projetos institucionais.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Controle da Administração

- 1.1. Controle da Administração: Conceito, controles político e administrativo, fundamentos, natureza jurídica, classificação.
- 1.2. Controle Administrativo.
- 1.3. Processo Administrativo.
- 1.4. Controle Legislativo.
- 1.5. Os Tribunais de Contas. Disposições Constitucionais.
- 1.6. Controle Judicial. Formas especiais de controle: mandato de segurança, ação popular e ação civil pública.

UNIDADE II – Intervenção na Propriedade



- 2.1. Desapropriação.
- 2.2. Servidão Administrativa.
- 2.3. Limitação Administrativa.
- 2.4. Ocupação Temporária.
- 2.5. Requisição.
- 2.6. Tombamento
- 2.7. Estudo de casos.

UNIDADE III - Servidores Públicos

- 3.1. Conceito;
- 3.2. Cargo, emprego, função, regime jurídico.
- 3.3. Formas de provimento, vacância normas constitucionais, deveres e direitos, acumulação de cargo, emprego e função pública, estabilidade, regime previdenciário.

UNIDADE IV - Responsabilidade Civil do Estado

- 4.1. Conceito. Fundamento Constitucional. Responsabilidade objetiva e subjetiva.
- 4.2. Responsabilidade por atos judiciais e legislativos.
- 4.3. Responsabilidade dos prestadores de serviços públicos por delegação. Direito de regresso de Administração.

UNIDADE V – Bens Públicos

- 5.1. Bens Públicos: conceito e classificação.
- 5.2. Utilização dos bens Públicos: uso comum do povo, e uso especial.
- 5.3. Alienação dos bens públicos.
- 5.4. Estudo de casos.

Bibliografia Básica:

- FILHO, Marçal J. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645770/>.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646784/>.
- FILHO, José dos Santos C. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771837/>.
- ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de Direito Administrativo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4882-5/>.

Bibliografia Complementar:

- NOHARA, Irene Patrícia D. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774289/>.
- SPITZCOVSKY, Celso. **Esquematizado - Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596250/>.
- MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620735/>.
- CAMPOS, Ana C. **Direito Administrativo Facilitado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648696/>.
- OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647347/>.



Curso: Direito | Código: ENEX61311

Nome do Componente Curricular:

TÍTULOS DE CRÉDITO E DIREITO SOCIETÁRIO

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 5

Ementa:

Introdução ao direito societário: sociedades personificadas, sociedades não personificadas, sociedade limitada e sociedade anônima. Detalhamento quanto à constituição e características dos tipos societários: sociedades despersonificadas; sociedades personificadas; sociedades simples; sociedades empresárias; em nome coletivo; comandita simples; sociedades limitadas; sociedades anônimas; sociedade cooperativa. Características e aplicabilidade das operações societárias. Discussão sobre Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica e seus efeitos. A responsabilidade do sócio e do administrador nos diversos tipos societários. Títulos de Crédito. Características e suas principais espécies.

Objetivo:

O aluno deverá identificar ao término do semestre os conceitos fundamentais do Direito Societário, bem como as legislações e assuntos em questão, visando a capacidade de solucionar problemas nas relações sociais.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Atividade Empresarial

- 1.1. Objeto do direito empresarial.
- 1.2. Comércio e empresa.
- 1.3. Teoria da empresa.
- 1.4. Microempreendedor Individual.
- 1.5. Capacidade do empresário individual.
- 1.6. Introdução ao direito societário: sociedades personificadas, sociedades não personificadas.
- 1.7. Sociedades empresariais: conceito, personalização, classificação.



- 1.8. Sociedades unipessoais.
- 1.9. Desconsideração da pessoa jurídica.

UNIDADE II - Constituição das Sociedades Contratuais

- 2.1. Natureza do ato constitutivo da sociedade contratual.
- 2.2. Requisitos de validade do contrato social.
- 2.3. Cláusulas contratuais essenciais e padronizadas.
- 2.4. Rima e alteração do contrato social.
- 2.5. Arquivamento do contrato social.
- 2.6. Sociedades personificadas e não personificadas.
- 2.7. Sociedades empresariais e não empresariais.
- 2.8. Sociedade em nome coletivo.
- 2.9. Sociedade em comandita simples.
- 2.10. Sociedade em conta de participação.
- 2.11. Sociedade limitada.

UNIDADE III – Sociedade Limitada

- 3.1. Responsabilidade dos sócios.
- 3.2. Deliberações dos sócios.
- 3.3. Administração.
- 3.4. Conselho Fiscal.
- 3.5. Sociedade limitada e o regime de regência supletiva.
- 3.6. Sociedade limitada unipessoal (EIRELI).
- 3.7. Ruptura do *affectio societatis*.
- 3.8. Espécies de dissolução.
- 3.9. Causas de dissolução total e parcial.
- 3.10. Liquidação e apuração de haveres.

UNIDADE IV - Sociedade por Ações

- 4.1. Sociedade anônima e sociedade em comandita simples.
- 4.2. Característica da sociedade anônima.
- 4.3. Classificação: abertas e fechadas.
- 4.4. Constituição Valores mobiliários: debêntures, partes beneficiárias bônus de subscrição, nota promissória (Inst. CVM 134/90).
- 4.5. Ações: ordinárias, preferenciais e de fruição.
- 4.6. Capital social.
- 4.7. Órgãos sociais.
- 4.8. Administração da sociedade.
- 4.9. O acionista.
- 4.10. Acordo de acionistas.
- 4.11. Poder de controle.
- 4.12. Demonstrações financeiras.
- 4.13. Dissolução e Liquidação.
- 4.14. Transformação, incorporação, fusão e cisão.

UNIDADE V - Livros Empresariais

- 5.1. Livros obrigatórios e facultativos.
- 5.2. Livros fiscais.
- 5.3. Consequências das irregularidades na escrituração.
- 5.4. Exibição de livros em juízo.

UNIDADE VI - Grupos de Sociedade e Consórcio



- 6.1. Controladoras.
- 6.2. Controladas.
- 6.3. Coligadas.
- 6.4. Subsidiária integral.

UNIDADE VII - Títulos de crédito.

- 7.1. Noções e requisitos. Atributos.
- 7.2. Teoria dos títulos de crédito. Classificação.
- 7.3. Legislação vigente e convenção de Genebra.
- 7.4. Constituição do crédito cambiário:
 - 7.5. Saque;
 - 7.6. Endosso;
 - 7.8. Aval;
 - 7.9. Aceite.

UNIDADE VIII - Letra de Câmbio.

- 8.1. Noções, requisitos.
- 8.2. Obrigações do sacador;
- 8.3. Figura do sacado e do aceitante;
- 8.4. Vencimentos e falta de aceite;
- 8.5. Prazo para apresentação;
- 8.6. Lugar na apresentação;
- 8.7. Pagamento e ação de regresso;
- 8.8. Protesto por falta de pagamento ou aceite
- 8.9. Ações de cobrança e prescrição;

UNIDADE IX - Nota Promissória.

- 9.1. Natureza e requisitos;
- 9.2. Aplicabilidade da Lei Uniforme de Genebra (LUG);
- 9.3. Proibição de aceite;
- 9.4. Pró-solvendo e pró-soluto;
- 9.4. Vencimentos;
- 9.5. Protesto e ações de cobrança.

UNIDADE X – Cheque.

- 10.1. Natureza jurídica;
- 10.2. Vencimento;
- 10.3. Cheque pós-datado;
- 10.4. Cheque ao portador, nominativo e a ordem;
- 10.5. Prazo de apresentação e apresentação tardia;
- 10.6. Cheque visado e administrativo;
- 10.7. Cheque cruzado e cheque “para levar em conta”;
- 10.8. Revogação do cheque;
- 10.9. Responsabilidade pelo pagamento;
- 10.10. Morte ou falência do emitente;
- 10.11. Protesto e prescrição;

UNIDADE XI – Duplicata.

- 11.1. Noção e origem;
- 11.2. Causalidade da duplicata mercantil ou de prestação de serviços;
- 11.3. Remessa, devolução e aceite;
- 11.3. Causas para protesto;



- 11.4. Triplicata
- 11.5. Duplicata simulada, questões penais;
- 11.6. Cobrança judicial, protesto facultativo ou necessário.

UNIDADE XI – Outros Títulos de Crédito.

- 11.1. Títulos de crédito impróprios
- 11.2. Conhecimento de depósito e Warrant
- 11.3. Conhecimento de transporte.

Bibliografia Básica:

- MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial - Vol. 2.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986407/>.
- NEGRÃO, Ricardo. **Curso de direito comercial e de empresa: teoria geral da empresa e direito societário. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628120/>.
- MAMEDE, Gladston. **Direito Societário (Direito Empresarial Brasileiro).** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772582/>.
- JR., Luiz Emygdio Franco da R. **Títulos de Crédito.** 9ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984786/>.

Bibliografia Complementar:

- DINIZ, Gustavo S. **Curso de Direito Comercial.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773022/>.
- CAMPINHO, Sérgio. **Curso de direito comercial: direito de empresa.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627611/>.
- JR., Waldo F. **Manual de Direito Comercial.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024890/>.
- VENOSA, Sílvio de S.; RODRIGUES, Cláudia. **Direito Empresarial.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772445/>.
- RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de Crédito.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988906/>.
- SACRAMONE, Marcelo B. **Manual de Direito Empresarial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626256/>.



SEXTO PERÍODO

- Direito Financeiro e Tributário
- Execução Cível
- Operações de Fusão, Aquisição, Obrigações Mercantis e Conflitos Societários
- Relações de Trabalho
- Propriedade Intelectual e Industrial
- Resolução Adequada de Disputas



Curso: Direito | Código: ENEX60136

Nome do Componente Curricular:
DIREITO FINANCEIRO TRIBUTÁRIO

Carga Horária: 80 horas
Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 6

Ementa:

Reflexão sobre as relações laborais na sociedade complexa da atualidade. Estudo do Direito do Trabalho e seus princípios fundamentais. Debate sobre as Fontes do Direito Laboral. Análise das relações de trabalho e dos sujeitos da relação de trabalho. Estudo sobre Contrato de trabalho, Remuneração, Duração do Trabalho, Repousos, Estabilidade e Garantia de Emprego. Cota para pessoas com deficiência nas empresas.

Objetivo:

Ao fim do curso o aluno deverá identificar os conceitos básicos do Direito do Trabalho, seus princípios fundamentais e as relações com as demais disciplinas; deverá também ser capaz de aplicar o conhecimento obtido na solução de questões trabalhistas; por fim ter consciência do sentido social das normas trabalhistas e de seu papel na defesa do hipossuficiente.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de exercícios pela aplicação das normas trabalhistas a casos concretos; debates de textos teóricos com a efetiva participação dos alunos.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - A Atividade Financeira do Estado

- 1.1. Origem e significado da palavra finanças.
- 1.2. Evolução do conceito da atividade financeira do Estado.
- 1.3. Necessidade pública e serviço público.
- 1.4. Ciência das finanças.
- 1.5. Conceito e objeto do direito financeiro.

UNIDADE II - A Despesa Pública

- 2.1. Conceito.
- 2.2. Elementos.
- 2.3. Classificação.
- 2.4. Política fiscal.
- 2.5. O desemprego e as obras públicas.
- 2.6. O limite das despesas públicas.



UNIDADE III - A Receita Pública

- 3.1. Ingresso e receita pública.
- 3.2. Classificação da receita pública.
- 3.3. O patrimônio público e as receitas originárias e derivadas.

UNIDADE IV - O Orçamento Público

- 4.1. Noção geral.
- 4.2. Aspectos político, econômico e jurídico do orçamento.
- 4.3. Princípios de direito orçamentário.
- 4.4. Elaboração dos projetos orçamentários e sua tramitação no Congresso Nacional.
- 4.5. Execução do orçamento.
- 4.6. Controle e fiscalização da execução orçamentária.

UNIDADE V - O Crédito Público

- 5.1. Noção geral.
- 5.2. Técnica do crédito público.
- 5.3. O crédito público no direito brasileiro.

UNIDADE VI - Direito Financeiro e Direito Tributário

- 6.1. Conceitos de direito financeiro e de direito tributário.
- 6.2. O direito tributário como direito público.
- 6.3. Autonomia do direito financeiro e do direito tributário.
- 6.4. Relações do direito tributário com outros ramos do direito.

UNIDADE VII - Fontes do Direito Financeiro

- 7.1. Fontes do Direito Financeiro.
- 7.2. Evolução.
- 7.3. Separação de poderes.
- 7.4. Características.
- 7.5. Interpretação.
- 7.6. Analogia.

UNIDADE VIII - Fontes do Direito Tributário

- 8.1. Fontes do Direito Tributário.
- 8.2. Evolução.
- 8.3. Separação de poderes.
- 8.4. Características.
- 8.5. Interpretação.
- 8.6. Analogia.

UNIDADE IX – Conceitos Fundamentais do Direito Tributário

- 9.1. Conceito legal de Tributo.
- 9.2. Competência Tributária – Federalismo Fiscal.
- 9.3. Capacidade Ativa e Passiva.
- 9.4. Sujeito Ativo e Passivo.
- 9.5. Solidariedade e Sucessão Tributária.
- 9.6. Fato Gerador.

UNIDADE X – Sistema Tributário Nacional

- 10.1. O tributo no CTN e na Constituição Federal.
- 10.2. Princípios Constitucionais Tributários.
- 10.3. Imunidades e Isenções.



UNIDADE XI - Classificação dos Tributos

- 11.1. Teorias da Classificação dos Tributos.
- 11.2. A definição do Supremo Tribunal Federal.
- 11.3. Tributos em Espécie

Bibliografia Básica:

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628113/>.

ABRAHAM, Marcus. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646524/>.

COÊLHO, Sacha Calmon N. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993900/>.

Bibliografia Complementar:

SCHOUERI, Luís E. **Direito tributário**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626041/>.

PAULSEN, Leandro. **Tratado de direito penal tributário brasileiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624955/>.

SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário Essencial**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640317/>.

ABRAHAM, Marcus. **Curso de Direito Financeiro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647408/>.

BALEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980726/>.



Carga Horária: 80 horas

Nome do Componente Curricular:
EXECUÇÃO CÍVEL

Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 6

Ementa:

Estudo da Tutela Jurisdicional Executiva. Estudo sobre a Teoria Geral da Execução. Estudo sobre a execução específica e os mecanismos utilizados pelo Estado-Juiz para compelir o devedor a cumprir a obrigação. Estudo das diversas espécies de execução de título executivo extrajudicial (execução tradicional). Estudo sobre a defesa do devedor nas execuções fundadas em título executivo extrajudicial. Estudo sobre a liquidação da sentença. Estudo acerca do cumprimento das sentenças condenatórias em obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa e de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa contra devedor solvente. Estudo da defesa do devedor no cumprimento da sentença condenatória. Estudo da execução por quantia certa contra devedor insolvente. Estudo da execução por quantia certa contra a Fazenda Pública. Descrição dos motivos ensejadores da suspensão e da extinção da execução.

Objetivo:

Ao final do período letivo o aluno deverá ser capaz de conhecer a natureza da função e das atividades inerentes à execução forçada, bem como os procedimentos cabíveis na atividade executiva. Discernir a tutela executiva da tutela cognitiva; Os atos de cognição dos atos de execução. Compreender as atividades processuais necessárias à satisfação de créditos. Analisar a estrutura legal das atividades executivas, visando a aplicação prática na atuação profissional. Compreender a dinâmica do processo autônomo de execução e a fase de cumprimento de sentença condenatória ao pagamento de quantia determinada e, também, compreender o cumprimento das sentenças condenatórias em obrigação de fazer, não fazer, ou entregar coisa. Diferenciar o título executivo judicial do título executivo extrajudicial. Conhecer os instrumentos da sanção executiva. Conhecer os meios de defesa do executado. Conhecer as modalidades especiais de execução por quantia certa. Compreender a responsabilidade patrimonial do devedor e de terceiros. Estabelecer as diferenças entre a fraude contra credores e a fraude à execução.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas. Análise de casos simulados, pertinentes à temática. Seminários. Análise jurisprudencial. Exercícios práticos. Leitura de textos em grupo e debates a respeito com a orientação do professor.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:



UNIDADE I - TEORIA GERAL DA ATIVIDADE EXECUTIVA

- 1.1.Noções Gerais
- 1.2.Conceito de Execução
- 1.3.Atos de cognição e atos de execução
- 1.4.Instrumentos da Sanção Executiva
- 1.5. Espécies de Execução
 - 1.5.1 Execução Imediata e Específica
 - 1.5.2 Execução por título Judicial e por título Extrajudicial
 - 1.5.3 Execução Definitiva e Provisória
- 1.6.Processo de Execução e Cumprimento de Sentença
- 1.7.As Técnicas de execução: Processo Autônomo e Processo sincrético
- 1.8.Princípios Gerais da Execução

UNIDADE II - EXECUÇÃO E INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

- 2.1. Execução e Jurisdição
 - 2.1.1 A Competência no Cumprimento de Sentença
 - 2.1.2 A Competência na execução de Título Extrajudicial
- 2.2. As Condições da Ação Executiva
 - 2.2.1 Legitimidade ad causam
 - 2.2.1.1. As Partes na Execução
 - 2.2.1.2. Legitimidade Ordinária e Extraordinária
 - 2.2.1.3. Os Legitimados para a execução
 - 2.2.1.4. Litisconsórcio na Execução
 - 2.2.1.5. Intervenção de Terceiros na Execução
- 2.3. Processo Executivo
 - 2.3.1. Procedimentos na execução
 - 2.3.2. Pressupostos Processuais de Existência e de Validade

UNIDADE III - REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA PROMOVER A EXECUÇÃO

- 3.1. Inadimplemento do Devedor
 - 3.1.1. Mora e Inadimplemento Absoluto
- 3.2. Título Executivo
 - 3.2.1. Conceito
 - 3.2.2. Natureza
 - 3.2.3. Características
 - 3.2.4. Requisitos: Certeza, liquidez e exigibilidade
 - 3.2.5. Espécies de título executivo: Judiciais e Extrajudiciais

UNIDADE IV - RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

- 4.1. Elementos da Obrigaçāo
- 4.2. Bens sujeitos à Execução
- 4.3. Bens Não sujeitos à Execução
- 4.4. Responsabilidade Patrimonial de Terceiros
- 4.5. Fraude à Execução e fraude Contra credores
 - 4.5.1. Requisitos
 - 4.5.2. Reconhecimento das Fraudes
 - 4.5.3. Ineficácia da Alienāção

UNIDADE V - CUMPRIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA

- 5.1. Introdução
- 5.2. Execução com base em título executivo judicial



- 5.3. Sincretismo Processual
- 5.4. Sentença Condenatória
- 5.5. Regras Disciplinadoras do cumprimento das sentenças
- 5.6. As Diversas Espécies de execução
 - 5.6.1 Execução Imediata
 - 5.6.2 Execução Específica

UNIDADE VI - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

- 6.1. Introdução
- 6.2. As Diversas Espécies de Liquidação
- 6.3. Natureza Jurídica

UNIDADE VII - CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

- 7.1. Noções Introdutórias
- 7.2. Requerimento do Credor
- 7.3. Intimação do Devedor
- 7.4. Multa legal e Honorários de advogado
- 7.5. O Procedimento Executivo
- 7.6. Prescrição Intercorrente
- 7.7. Penhora e Avaliação

UNIDADE VIII - CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS DE OBRIGAÇÃO DE QUANTIA CERTA SOB REGIME ESPECIAL

- 8.1. Cumprimento de Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação De Prestar Alimentos
- 8.2. Cumprimento de Sentença que Reconhece a Exigibilidade de obrigação De Pagar Quantia certa Pela Fazenda Pública

UNIDADE IX - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

- 9.1. Noções Introdutórias
- 9.2. Procedimento
- 9.3. Medidas de Apoio
- 9.4. Ações *executivas lato sensu*
- 9.5. Tutela Substitutiva (correta prestação do equivalente econômico)
- 9.6. Retenção Por Benfeitorias na Execução para Entrega de Coisa

UNIDADE X - DEFESA DO DEVEDOR

- 10.1. Impugnação do Executado
- 10.2. Extensão do Sistema de Impugnação Ao cumprimento de sentença relativa a todas as Modalidades de Obrigação
- 10.3. Natureza Jurídica da Impugnação
- 10.4. Prazo
- 10.5. Enumeração Legal Das Matérias Abordáveis Na Impugnação
- 10.6. Efeito da Impugnação
- 10.7. Procedimento da Impugnação
- 10.8. Julgamento da Impugnação
- 10.9. Exceções e Objeções de Pré-Executividade

UNIDADE XI - EXECUÇÃO DOS TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS



- 11.1. Introdução
- 11.2. Processo de Execução
- 11.3. As Várias Formas de Execução
 - 11.3.1. Execução Para Entrega de Coisa, Com ritos Especiais Para a Prestação de Coisa Certa (CPC, Art. 806) e de Coisa Incerta (CPC, Art. 811)
 - 11.3.2. Execução das Obrigações de fazer (CPC, Arts. 815 a 821) e Não Fazer (CPC, Arts. 822 e 823)
 - 11.3.3. Execução Por Quantia certa (CPC, Arts. 824 e ss), com destaque Especiais Para a execução Contra a fazenda Pública (CPC, Art. 910) e Execução de Prestações Alimentícias (CPC, Arts. 911 a 913)
- 11.4. Procedimento das Execuções de Obrigação Não Pecuniária. Meios de Sub-Rogação e Meios de Coerção.
- 11.5. Procedimento das Execuções de Obrigação Pecuniária: Instauração. Penhora de Bens. Nomeação de um depositário. Avaliação. Expropriação. Pagamento ao credor. Concurso singular de credores.
- 11.6. Procedimento da execução contra a Fazenda Pública.
- 11.7. Procedimento da execução da Obrigação de Alimentos.

UNIDADE XII - A DEFESA DO DEVEDOR NAS EXECUÇÕES FUNDADAS EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

- 12.1. Embargos à execução
- 12.2. Introdução.
- 12.3. Natureza Jurídica dos Embargos à Execução
- 12.4. Legitimação.
- 12.5. Competência.
- 12.6. Segurança do Juízo.
- 12.7. Prazo dos Embargos.
- 12.8. Objeto dos Embargos à Execução.
- 12.9. Matérias que podem ser alegadas em Embargos.
- 12.10. Procedimentos dos Embargos.
- 12.11. Sentença e Recursos.
- 12.12. Exceções e Objeções de Pré-executividade.
- 12.13. Ações Cognitivas Autônomas.

UNIDADE XIII - EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

- 13.1. Noções Introdutórias.
- 13.2. Insolvência requerida pelo credor.
- 13.3. Insolvência requerida pelo devedor.
- 13.4. Declaração Judicial de Insolvência.
- 13.5. Execução Universal: verificação de créditos e pagamento dos credores.

UNIDADE XIV - SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

- 14.1. Suspensão da execução.
- 14.2. Casos de Suspensão.
- 14.3. Efeitos da suspensão.
- 14.4. Extinção da Execução.
- 14.5. Casos de extinção da execução.
- 14.6. Sentença de extinção.
- 14.7. Coisa Julgada.
- 14.8. Recursos.



Bibliografia Básica:

- GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Esquematizado - Direito Processual Civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655597103/>.
- CÂMARA, Alexandre F. **Manual de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774821/>.
- MARCATO, Antônio C.; CIANCI, Mirna; SANTOS, Nelton Agnaldo Moraes dos. **Curso de Direito Processual Civil Aplicado.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773879/>.
- JÚNIOR, Humberto T. **Curso de Direito Processual Civil. v.3.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646807/>.

Bibliografia Complementar:

- AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans de. **Prática Civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626195/>.
- BUENO, Cássio S. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624528/>.
- FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/>.
- FILHO, Misael M. **Direito Processual Civil.** 14ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020304/>.
- PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655596502/>.
- PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito Processual Civil Contemporâneo.** 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628090/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idr%3Dcover\]!/4/2\[cover-image\]](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628090/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idr%3Dcover]!/4/2[cover-image])



Curso: Direito | Código: ENEC61349

Nome do Componente Curricular:

**OPERAÇÕES DE FUSÃO, AQUISIÇÃO, OBRIGAÇÕES MERCANTIS
CONFLITOS SOCIETÁRIOS**

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 5

Ementa:

Introdução ao direito societário: sociedades personificadas, sociedades não personificadas, sociedade limitada e sociedade anônima. Detalhamento quanto à constituição e características dos tipos societários: sociedades despersonificadas; sociedades personificadas; sociedades simples; sociedades empresárias; em nome coletivo; comandita simples; sociedades limitadas; sociedades anônimas; sociedade cooperativa. Características e aplicabilidade das operações societárias. Discussão sobre Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica e seus efeitos. A responsabilidade do sócio e do administrador nos diversos tipos societários. Títulos de Crédito. Características e suas principais espécies.

Objetivo:

O aluno deverá identificar ao término do semestre os conceitos fundamentais do Direito Societário, bem como as legislações e assuntos em questão, visando a capacidade de solucionar problemas nas relações sociais.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Atividade Empresarial

- 1.1. Objeto do direito empresarial.
- 1.2. Comércio e empresa.
- 1.3. Teoria da empresa.
- 1.4. Microempreendedor Individual.
- 1.5. Capacidade do empresário individual.
- 1.6. Introdução ao direito societário: sociedades personificadas, sociedades não personificadas.
- 1.7. Sociedades empresariais: conceito, personalização, classificação.



- 1.8. Sociedades unipessoais.
- 1.9. Desconsideração da pessoa jurídica.

UNIDADE II - Constituição das Sociedades Contratuais

- 2.1. Natureza do ato constitutivo da sociedade contratual.
- 2.2. Requisitos de validade do contrato social.
- 2.3. Cláusulas contratuais essenciais e padronizadas.
- 2.4. Rima e alteração do contrato social.
- 2.5. Arquivamento do contrato social.
- 2.6. Sociedades personificadas e não personificadas.
- 2.7. Sociedades empresariais e não empresariais.
- 2.8. Sociedade em nome coletivo.
- 2.9. Sociedade em comandita simples.
- 2.10. Sociedade em conta de participação.
- 2.11. Sociedade limitada.

UNIDADE III – Sociedade Limitada

- 3.1. Responsabilidade dos sócios.
- 3.2. Deliberações dos sócios.
- 3.3. Administração.
- 3.4. Conselho Fiscal.
- 3.5. Sociedade limitada e o regime de regência supletiva.
- 3.6. Sociedade limitada unipessoal (EIRELI).
- 3.7. Ruptura do *affectio societatis*.
- 3.8. Espécies de dissolução.
- 3.9. Causas de dissolução total e parcial.
- 3.10. Liquidação e apuração de haveres.

UNIDADE IV - Sociedade por Ações

- 4.1. Sociedade anônima e sociedade em comandita simples.
- 4.2. Característica da sociedade anônima.
- 4.3. Classificação: abertas e fechadas.
- 4.4. Constituição Valores mobiliários: debêntures, partes beneficiárias bônus de subscrição, nota promissória (Inst. CVM 134/90).
- 4.5. Ações: ordinárias, preferenciais e de fruição.
- 4.6. Capital social.
- 4.7. Órgãos sociais.
- 4.8. Administração da sociedade.
- 4.9. O acionista.
- 4.10. Acordo de acionistas.
- 4.11. Poder de controle.
- 4.12. Demonstrações financeiras.
- 4.13. Dissolução e Liquidação.
- 4.14. Transformação, incorporação, fusão e cisão.

UNIDADE V - Livros Empresariais

- 5.1. Livros obrigatórios e facultativos.
- 5.2. Livros fiscais.
- 5.3. Consequências das irregularidades na escrituração.
- 5.4. Exibição de livros em juízo.

UNIDADE VI - Grupos de Sociedade e Consórcio



- 6.1. Controladoras.
- 6.2. Controladas.
- 6.3. Coligadas.
- 6.4. Subsidiária integral.

Bibliografia Básica:

GOUVÊA, Carlos P.; PARGENDLER, Mariana; LEVI-MINZI, Maurício. Fusões e Aquisições: Pareceres. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. ISBN 9786556275178. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556275178/>.

NEGRAO, Ricardo. **Curso de direito comercial e de empresa: teoria geral da empresa e direito societário. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628120/>.

MIZOGUTI, Samanta M. **Fusões e Aquisições: efeitos jurídicos das negociações. (Coleção IDiP).** São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556275864/>.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Gustavo S. **Curso de Direito Comercial.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773022/>.

COUTINHO, Sérgio Mendes B. **Fusões e aquisições.** São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547222253/>.

JR., Waldo F. **Manual de Direito Comercial.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024890/>.

SACRAMONE, Marcelo B. **Manual de Direito Empresarial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626256/>.

MUNHOZ, Eduardo S. **Aquisição de controle na sociedade anônima.** 1ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502188068/>.

TANURETT, Betânia. **Fusões, Aquisições & Parcerias.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2001. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522472680/>.



Nome do Componente Curricular:
RELACÕES DE TRABALHO

Carga Horária: 80 horas
Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 7

Ementa:

Reflexão sobre as relações laborais na sociedade complexa da atualidade. Estudo do Direito do Trabalho e seus princípios fundamentais. Debate sobre as Fontes do Direito Laboral. Análise das relações de trabalho e dos sujeitos da relação de trabalho. Estudo sobre Contrato de trabalho, Remuneração, Duração do Trabalho, Repousos, Estabilidade e Garantia de Emprego. Cota para pessoas com deficiência nas empresas.

Objetivo:

Ao fim do curso o aluno deverá identificar os conceitos básicos do Direito do Trabalho, seus princípios fundamentais e as relações com as demais disciplinas; deverá também ser capaz de aplicar o conhecimento obtido na solução de questões trabalhistas; por fim ter consciência do sentido social das normas trabalhistas e de seu papel na defesa do hipossuficiente.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de exercícios pela aplicação das normas trabalhistas a casos concretos; debates de textos teóricos com a efetiva participação dos alunos.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Princípios Fundamentais

- 1.1. Proteção ao trabalhador.
- 1.2. Condição mais favorável.
- 1.3. Norma mais benéfica.
- 1.4. *In dubio pro misero.*
- 1.5. Inalterabilidade contratual.
- 1.6. Irredutibilidade salarial.
- 1.7. Intransferibilidade.
- 1.8. Primazia da realidade.
- 1.9. Irrenunciabilidade.

UNIDADE II - Princípio da Igualdade e as Ações Afirmativas

- 2.1. Princípio da igualdade (ou Não discriminação) e as ações afirmativas (sistema de cotas para contratação de pessoas com deficiência nas esferas públicas e privadas).
- 2.2. Contratação do jovem aprendiz.
- 2.3. Etaísmo.



- 2.4. Pessoa com HIV ou doença que suscite estigma.
- 2.5. Normas internacionais (Convenções da ONU e OEA sobre discriminação. Convenções da OIT n. 100, 111, 159). Lei nº 9.029/95.

UNIDADE III - Relação de Trabalho

- 3.1. Relação de emprego (sujeitos: empregado e empregador).
- 3.2. Requisitos da relação de emprego. Equiparados ao empregador. Grupo econômico.
- 3.3. Sucessão trabalhista.
- 3.4. Novas relações de Trabalho.

UNIDADE IV - Terceirização de Serviços

- 4.1. Súmula 331 TST.
- 4.2. Cooperativas de Trabalho (Cooperativas de Serviço).

UNIDADE V - Trabalhador Rural

- 5.1. Legislação aplicável.
- 5.2. Horário noturno.
- 5.3. Intervalos.
- 5.4. Contrato de safra.

UNIDADE VI - Empregados Domésticos

- 6.1. Legislação aplicável. Requisitos. Direitos.
- 6.2. Inovações legislativas.

UNIDADE VII - Cargo de Confiança

- 7.1. Caracterização e vínculo.

UNIDADE VII - Trabalho em Domicílio

- 8.1. Trabalho a distância.
- 8.2. Teletrabalho.

UNIDADE IX - Contrato de Estágio

- 9.1. Caracterização e vínculo.

UNIDADE X - Contrato de Trabalho

- 10.1. Contrato de trabalho. Classificação quanto à manifestação de vontade e quanto à forma.
- 10.2. Teoria das nulidades do contrato de trabalho.
- 10.3. Contrato de trabalho por prazo determinado.
- 10.4. Hipóteses de rescisão do contrato a termo.
- 10.5. Contrato de experiência. Contrato de trabalho temporário (Lei nº 6.019/74).
- 10.6. Contrato de trabalho por prazo determinado pela Lei nº 9.601/98.
- 10.7. Alteração do contrato de trabalho. Interrupção e Suspensão do contrato de trabalho.

UNIDADE XI - Trabalho da Mulher

- 11.1. Perspectiva histórica do Trabalho da mulher.
- 11.2. Acesso ao mercado de trabalho.

UNIDADE XII - Trabalho do Menor

- 12.1. Trabalho do menor.
- 12.2. Normativa internacional. - Convenções n. 29, 138, 182 da OIT.
- 12.3. Contrato de aprendizagem.



Bibliografia Básica:

- MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622128/>.
- MARTINS, Sergio P. **Direito do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627475/>.
- RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989552/>.
- BOMFIM, Vólia; PINHEIRO, Iuri; LIMA, Fabrício. **CLT Organizada: Consolidação das Leis do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647095/>.

Bibliografia Complementar:

- RENZETTI, Rogério. **Manual de Direito do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641079/>.
- GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de direito do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599688/>.
- NETO, Francisco Ferreira J.; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros P. **Direito do Trabalho.** 9ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018974/>.
- RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648719/>.
- CALVO, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624566/>.
- ROMAR, Carla Teresa M. **Direito do trabalho. (Coleção esquematizado®).** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624917/>.



**Nome do Componente Curricular:
PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL**

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 6

Ementa:

Análise da estrutura constitucional determinante de específicos fins para a política de inovação tecnológica, compreendendo as possibilidades de concretização dos objetivos constitucionais em relação à superação da dependência tecnológica. Analisar os modelos de política de inovação tecnológica praticados no mundo e no Brasil. Analisar a política de inovação de setores específicos e suas relações com a política econômica e com a política industrial do país, bem como a Proteção constitucional da Propriedade Intelectual e industrial.

Objetivo:

Levar o aluno a compreender a importância da questão interdisciplinar integrante do Direito ao Desenvolvimento e as principais questões implicadas para os Direitos Humanos, o Meio Ambiente na perspectiva de análise crítica dos principais normas no plano internacional que versam a temática da disciplina.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

Unidade I - Aspectos Introdutórios da Propriedade Intelectual

- 1.1 Conceito e natureza jurídica.
- 1.2 A propriedade privada de bens imateriais.
- 1.3. Os dois subsistemas do regime jurídico: Propriedade Industrial e Direito Autoral.
- 1.4. Aspectos Constitucionais da Propriedade Intelectual.
- 1.5. A Propriedade Intelectual e os Direitos Fundamentais.

Unidade II – Direitos Autorais

- 2.1. Breve histórico dos direitos autorais.
- 2.2. Conceito e denominações.



- 2.3. Proteção Jurídica Nacional e Internacional.
- 2.4. Natureza jurídica.
- 2.5. Criações protegidos e não protegidos pelo direito de autor.
- 2.6. A originalidade como requisito básico.
- 2.7. Os titulares originários e derivados.
- 2.8. As obras resultantes de vários elaboradores: coautoria; obra coletiva.
- 2.9. Posição dos direitos na obra nascida sobre contrato de trabalho.
- 2.10. Direitos Morais e Patrimoniais do Autor.
- 2.11. Direitos Conexos.
- 2.12. As violações aos direitos autorais e a respectiva proteção.

Unidade III – Domínio Público

- 3.1. Características do Domínio Público.
- 3.2. Domínio Público Legal.
- 3.3. Domínio Público Voluntário.
- 3.4. Creative Commons.

Unidade IV – Propriedade Industrial

- 4.1 Considerações introdutórias.
- 4.2. Fundamentação Jurídica
- 4.3. Espécies de Propriedade Industrial.

Unidade V – O Sistema de Desenhos Industriais

- 5.1 Conceito.
- 5.2 Pedido. Registro e vigência.
- 5.3 Extinção do registro.

Unidade VI – O Sistema de Marcas

- 6.1 Conceito.
- 6.2 Fundamentação Legal.
- 6.3 Espécies de marcas.
- 6.4 Pedido de registro de marca.
- 6.5 Extinção dos direitos sobre a marca.

Unidade VII – O Sistema de Indicações Geográficas

- 7.1 Conceito.
- 7.2 Indicação de origem e indicação de procedência.

Unidade VIII – Normas Internacionais

- 8.1 Sistemas de Registro
- 8.2. Sistema de Madri: registro internacional de marcas
- 8.3 Sistema de Haia: A Proteção Internacional dos Desenhos Industriais
- 8.4. Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes

Unidade IX – Proteção aos Cultivares

- 9.1. Introdução
- 9.2. Serviço Nacional de Proteção às Cultivares (SNPC)
- 9.3. União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV)
- 9.4. Requisitos para a proteção
- 9.5. Prazo de vigência
- 9.6 Extinção da proteção



Unidade X – Concorrência Desleal

- 10.1. Introdução
- 10.2. Consumidor com cerne da proteção
- 10.3. Aspectos Constitucionais da Concorrência Desleal
- 10.4. Espécies de Propaganda
- 10.5. Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
- 10.6. Atos de Concorrência Desleal

Unidade XI – Software

- 11.1 Conceito.
- 11.2 Proteção Legal
- 11.3. Campo de abrangência.

Bibliografia Básica:

RODRIGUES, David F.; KAC, Larissa Andréa C.; ARRUDA, Vinicius Cervantes G. **Propriedade intelectual e revolução tecnológica.** São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556274973/>.

GONÇALVES, Luís C. **Código da Propriedade Industrial Anotado.** São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724099033/>.

RODRIGUES, David F.; KAC, Larissa Andréa C.; ARRUDA, Vinicius Cervantes G. **Propriedade intelectual e revolução tecnológica.** São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556274973/>.

Bibliografia Complementar:

MAZZONETTO, Nathalia. **Arbitragem e Propriedade Intelectual.** 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219437/>.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes.** 6ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520457535/>.

ZANINI, Leonardo Estevam de A. **Direito de Autor.** 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230231/>.

NETTO, José Carlos C. Estudos e Pareceres de Direito Autoral . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6399-6/>.



VICENTE, Dário M. **A Tutela Internacional da Propriedade Intelectual**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584936205/>.



Curso: Direito | Código:

Nome do Componente Curricular:
RESOLUÇÃO ADEQUADA DE DISPUTAS

Carga Horária: 40 hcs
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 6

Ementa:

Estudo dos Instrumentos hábeis para responder e solucionar os conflitos de interesses na sociedade contemporânea, considerando a chamada terceira onda do acesso à justiça, como preconizado por Cappelletti e Garth, analisando as técnicas de negociação, os meios alternativos de solução de controvérsias, como a conciliação, a mediação e a arbitragem. Debate sobre o papel do conciliador, do mediador e do árbitro. Análise do compromisso de ajustamento de conduta.

Objetivo:

Ao final do curso o aluno deverá estar apto a apresentar formulações críticas sobre os Métodos de Resolução Adequada de Disputas (Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem) e demonstrar o conhecimento de técnicas utilizadas nos seus respectivos processos. Com este curso pretende-se preparar o aluno para administrar conflitos, no âmbito judicial e extrajudicial, com o intuito de desenvolver um olhar profissional sobre os institutos e a sua adequação aos problemas das pessoas, sem afastar os aspectos culturais, sociais e econômicos das mesmas.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas, análise das dinâmicas conflitivas e sua prevenção, estudo de casos; leitura de textos pertinentes e apresentação de resenhas e seminários sobre a temática.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Caso, seminários, trabalhos individuais e em grupo.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Negociação

- 1.1. Conceito de Negociação.
- 1.2. O que se espera de um negociador.
- 1.3. O domínio de técnicas de negociação e o desempenho da advocacia.
- 1.4. Teorias de negociação.
- 1.5. A negociação legal competitiva.
- 1.6. A negociação legal colaborativa.
- 1.7. Etapas de uma negociação.
- 1.8. Fases preparatórias de uma negociação: etapas de análise e planejamento.
- 1.9. Fases de desenvolvimento de uma negociação: etapa de discussão.
- 1.10. O método de negociação da Escola de Direito de Harvard.



UNIDADE II – Mediação

- 2.1. Noções introdutórias sobre mediação de conflitos (Conceito, Princípios e Objetivos).
- 2.2. Teoria do conflito.
- 2.3. Teoria dos jogos.
- 2.4. Panorama do processo de mediação.
- 2.5. A sessão de mediação.
- 2.6. O controle sobre o processo.
- 2.7. A provocação de mudanças.
- 2.8. Competências Autocompositivas.
- 2.9. A mediação e o processo judicial.
- 2.10. Políticas Públicas em Resolução Adequada de Disputas (Res. 125/10 - CNJ).
- 2.11. Lei 13.140 de 2015 (Lei de Mediação).
- 2.12. Novo Código de Processo Civil e a Mediação de Conflitos.

UNIDADE III – Conciliação

- 3.1. Audiência de Instrução e Julgamento.
- 3.2. Características da audiência.
- 3.3. Objeto da audiência e suas necessidades.
- 3.4. Atos preparatórios.
- 3.5. Adiamento da audiência.
- 3.6. Conciliação.
- 3.7. Procedimento de conciliação.
- 3.8. Instrução e Julgamento.
- 3.9. Documentação da audiência.
- 3.10. A unidade da audiência de instrução e julgamento e a possibilidade de seu desdobramento.

UNIDADE IV – Arbitragem

- 4.1. Noções introdutórias sobre a Arbitragem (Conceito, Princípios e Objetivos).
- 4.2. A Arbitragem no Brasil.
- 4.3. Conceito e Princípios da Arbitragem.
- 4.4. Cláusula Compromissória e compromisso arbitral.
- 4.5. Procedimento e processo arbitral.
- 4.6. Do árbitro e suas funções – Código de Ética.
- 4.7. Da sentença arbitral e seus efeitos.
- 4.8. Relação entre o Juízo Arbitral e o Poder Judiciário.
- 4.9. Breves Comentários sobre Arbitragem Internacional

Bibliografia Básica:

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de Mediação e Arbitragem.** São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598087/>.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de A. **Manual de arbitragem e mediação: conciliação e negociação.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620568/>.



MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. **Mediação de Conflitos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558110477/>.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Civis**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992330/>.

Bibliografia

Complementar:

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia L.; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640089/>.

BERALDO, Leonardo de F. **Curso de Arbitragem: Nos Termos da Lei N° 9.307/96**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488797/>.

CARMONA, Carlos A. **Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96**. 3^a edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2012. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522470617/>.

SOARES, Fabiane Vercosa A.; MUNIZ, Joaquim de P.; PANTOJA, Fernanda M.; ASSUMPÇÃO, Diogo de. **Arbitragem e Mediação - Temas Controvertidos**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5911-1/>.

SARFATI, Gilberto. **Manual de negociação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502119352/>.

LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. **Fundamentos de negociação**. Porto Alegre: Grupo A, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553864/>.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648030/>.



SÉTIMO PERÍODO

- Laboratório de Prática Jurídica I – Cível
- Direito Tributário Especial
- Direito das Famílias
- Direito Coletivo do Trabalho
- Falência e Recuperação de Empresas
- Procedimentos Especiais e Jurisdição Constitucional
- Princípios de Empreendedorismo



Nome do Componente Curricular:

LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA I – CÍVEL

Ementa:

Análise de casos práticos, reais e simulados, e sua interface com a jurisprudência, possibilitando ao discente interligar a teoria e a prática jurídico-civil, auxiliando-o a desenvolver o raciocínio que o capacite a solucionar problemas reais, considerando, ainda, o Estatuto da OAB e o Código de Ética. Estudo do mandado judicial e do substabelecimento. Análise das ações e procedimentos na área cível, a fim de capacitar o aluno a elaborar peças jurídico-profissionais, pareceres e notificações extrajudiciais. Ensinar ao discente a escolher a medida judicial e o procedimento adequado. Elaboração de peças prático-profissionais, relativas ao Direito Civil. Estudo da conciliação no Direito Civil, estimulando o discente a observar as técnicas de conciliação no momento da realização da audiência, bem como o estudo e a prática envolvendo os meios alternativos de solução de controvérsias.

Objetivo:

O estágio supervisionado na área Cível tem como objetivo interligar a teoria e a prática jurídico-civil, proporcionando aos estagiários o efetivo exercício prático desse importante ramo do Direito. Serão apresentados a sistemática do processo de conhecimento, ressaltando a sua importância na atividade jurisdicional, bem como aos Recursos cabíveis e ainda a fase de execução do processo.

Metodologia/Diretivas:

Aulas práticas com atendimento ao público, o que levará o aluno ao estudo de casos concretos. Solução de problemas pelos alunos com orientação do professor. Análise do texto legal com abordagem doutrinária. Elaboração de peças processuais com leitura e discussão, em grupo ou individualmente, das posições divergentes da doutrina e das distintas orientações jurisprudenciais. Realização de audiências. Visitas orientadas pelo professor. Palestras. Acompanhamento de processos no Fórum.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Procedimento Comum Ordinário

- 1.1. Petição inicial: conceito e requisitos. Despacho da petição inicial. De conteúdo positivo; Emenda da inicial.
- 1.2. Indeferimento da inicial: inépcia.
- 1.3. Pedido: requisitos, espécies, aditamento e modificação.
- 1.4. Antecipação dos efeitos da tutela.



1.5. Procedimento sumário. Peculiaridades.

UNIDADE II - Citação

2.1. Conceito, importância, efeitos, espécies.

UNIDADE III - Resposta Do Réu

3.1. Espécies de defesa. Princípio da eventualidade. Princípios da concentração de defesas.

3.2. Reconvenção: pressupostos de admissibilidade.

3.3. Exceções: de incompetência; de impedimento ou suspeição; procedimento das exceções.

UNIDADE IV - Revelia

4.1. Conceito.

4.2. Presunção relativa de veracidade dos fatos.

4.3. Julgamento antecipado da lide.

UNIDADE V - Teoria Geral Da Prova

5.1. Conceito de Prova.

5.2. Objeto da prova.

5.3. Fontes e meios da prova.

5.4. Ônus da prova.

5.5. Momento da produção da prova.

UNIDADE VI - Sentença

6.1. Conceito. Classificação. Estrutura.

6.2. Princípio do livre convencimento do julgador.

UNIDADE VIII - Coisa Julgada

8.1. Coisa julgada: formal e material.

8.2. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.

8.3. Coisa julgada nas ações de estado.

8.4. Coisa julgada nas ações de relações jurídicas continuativas.

UNIDADE IX - Recursos

9.1. Teoria geral.

9.2. Espécies recursais.

UNIDADE X - Liquidação e Execução de Sentença

10.1. Conceito e finalidade da liquidação. Espécies.

10.2. A dinâmica da execução de sentença.

UNIDADE XI - Juizados Especiais Cíveis

11.1. Estrutura dos juizados especiais: acessibilidade, operosidade, utilidade, proporcionalidade.

11.2. Princípios norteadores do processo e do procedimento.

11.3. Competência.

11.4. Conciliadores e dos Juízes leigos.

11.5. Partes, Atos Processuais e Pedido.

11.6. Citações, Intimações e Revelia.

11.7. Conciliação e da Arbitragem.

11.8. Instrução e Julgamento, provas.

11.9. Resposta do Réu.

11.10. Sentença e Recurso.



11.11. Extinção do Processo sem Julgamento do Mérito.

11.12. Execução e Procedimentos.

UNIDADE XII - Juizados Especiais Federais e Fazendários

12.1. Aplicação subsidiária da Lei 9.099/95.

12.2. Competência Cível e Criminal, Partes, Comunicações dos Atos e dos Prazos.

12.3. Provas, Sentença, Ausência de Reexame Necessário.

12.4. Recurso, Turmas Recursais, Execução pela Natureza das Obrigações, Precatório e seu Cabimento.

12.5. Uniformização de Jurisprudência, Turmas de Uniformização, Recursos das Decisões e Competência.

12.6. Juizados Especiais da Fazenda Pública – Lei nº 12.153/09.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Esquematizado - Direito Processual Civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597103/>.

JR., Gediel Claudino A. **Prática de Recursos no Processo Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026320/>.

CÂMARA, Alexandre F. **Manual de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774821/>.

MARCATO, Antônio C.; CIACI, Mirna; SANTOS, Nelton Agnaldo Moraes dos. **Curso de Direito Processual Civil Aplicado.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773879/>.

Bibliografia Complementar:

FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/>.

AZEVEDO, Gustavo. **Coleção-Processo Civil Contemporâneo-Reclamação Const. no Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981426/>.

FILHO, Misael M. **Direito Processual Civil.** 14ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020304/>.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596502/>.

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito Processual Civil.** (Coleção Esquematizado®). São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627659/>.

CÂMARA, Alexandre F. **Manual Do Mandado De Segurança.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488544/>.



SOUZA, Sylvio Capanema de; WERNER, José Guilherme V.; NEVES, Thiago F C. **Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981273/>.

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026443/>.



Nome do Componente Curricular:
DIREITO TRIBUTÁRIO ESPECIAL

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 7

Ementa:

Aprofundamento da compreensão do Sistema Tributário Nacional e das espécies tributárias. Influência da assimetria das partes na relação tributária sobre a relação obrigacional tributária como fundamento para as prerrogativas e privilégios do crédito dela decorrente. O ciclo do crédito tributário e as teorias que o explica: nascimento, evolução e extinção. Limites a atuação da Fazenda e princípios processuais constitucionais sobre a sua atuação. Análise do Processo Administrativo e Judicial Tributário como meios de defesa do contribuinte.

Objetivo:

Estimular a visão crítica do Direito Tributário pelo conhecimento destes Institutos. Levar o aluno a conhecer o Direito Tributário e seus princípios fundamentais; ao término do curso o aluno deverá saber identificar os princípios do Direito Tributário, os sujeitos da relação tributária, bem como solucionar problemas de aplicação das normas tributárias.

Metodologia/Diretivas:

Aulas teóricas. Aulas expositivas. Aulas participativas, propiciando discussões e debates. (biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo).

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I –Tributos em espécie

- 1.1. Espécies Tributárias no CTN.
- 1.2. Espécies Tributárias na Constituição Federal.
- 1.3. Classificação dos tributos.
- 1.4. Impostos Federais, Estaduais e Municipais.
- 1.5. Taxas.
- 1.6. Contribuições de Melhoria.
- 1.7. Empréstimos Compulsórios.
- 1.8. Contribuições Especiais.

UNIDADE II - Crédito Tributário

- 2.1. Obrigação tributária principal e acessória.
- 2.2. Forma Constitutiva do Crédito Tributário.



- 2.3. Modalidades do Lançamento.
- 2.4. Modalidades de Suspensividade da Exigibilidade do Crédito.
- 2.5. Modalidades de Extinção.
- 2.6. Modalidades de Exclusão.

UNIDADE III - Legislação tributária

- 3.1. Legislação tributária.
- 3.2. A vigência da legislação tributária no espaço e no tempo.
- 3.3. Aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.

UNIDADE IV - Administração tributária

- 4.1. Noção geral.
- 4.2. Fiscalização.
- 4.3. Contencioso Tributário.
- 4.4. Dívida ativa: Efeitos e Consequências.
- 4.6. Execução Fiscal
- 4.5. Certidões positivas e negativas.

UNIDADE V - Ilícito tributário

- 5.1. Noção geral.
- 5.2. Infrações fiscais.
- 5.3. Crimes tributários.
- 5.4. Evasão e elisão fiscal.
- 5.5. A Responsabilidade dos Agentes.

UNIDADE VI - Noções de Processo Administrativo e Judicial Tributário

- 6.1. Evolução.
- 6.2. Características.
- 6.3. Estudo de casos.
- 6.4. Exercícios de aplicação.

Bibliografia Básica:

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628113/>.

ABRAHAM, Marcus. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646524/>.

COÊLHO, Sacha Calmon N. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993900/>.

Bibliografia Complementar:

SCHOUERI, Luís E. **Direito tributário**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626041/>.



PAULSEN, Leandro. **Tratado de direito penal tributário brasileiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624955/>.

SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário Essencial**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640317>.

ABRAHAM, Marcus. **Curso de Direito Financeiro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647408/](https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647408).

BALEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 14^a edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980726>.



Nome do Componente Curricular:
DIREITO DAS FAMÍLIAS

Carga Horária: 80 horas
Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 7

Ementa:

Análise dos institutos do direito de família na contemporaneidade. Estudo da Constituição Federal de 1988 e os princípios constitucionais em matéria de direito de família: famílias constitucionais. Reflexões sobre o atual paradigma do afeto. Introdução sobre o conceito, natureza jurídica, celebração e provas do casamento. Exame de questões sobre a posse do estado de casado, invalidade do casamento: nulidade, impedimentos, anulabilidade, as causas suspensivas e a sua dissolução, regime patrimonial de bens e mutabilidade. Caracterização das espécies de casamento, seus efeitos jurídicos bem como os direitos e deveres materiais e imateriais entre cônjuges. Definição de parentesco: disposições gerais, filiação, reconhecimento de filhos, adoção e poder familiar. Solução interdisciplinar para o problema da guarda: criança e adolescente e o melhor interesse. Estabelecimento de relações entre solidariedade familiar e alimentos. Introdução aos institutos da tutela e curatela.

Objetivo:

Ao fim do curso o aluno deverá identificar os conceitos básicos do Direito de Família, seus princípios fundamentais e as relações com as demais disciplinas; deverá também ser capaz de aplicar o conhecimento obtido na solução de questões oriundas das relações familiares.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas e práticas com ênfase no estudo de casos. Aulas participativas, propiciando discussões e debates. Atividades práticas supervisionadas (caderno de exercícios, trabalhos individuais e em grupo, pesquisas e estudos) em ambientes de aprendizagem colaborativos tais como biblioteca, laboratórios, visitas de campo, programas e projetos institucionais.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - O Direito de Família

- 1.1. A Constitucionalização do Direito de Família.
- 1.2. A Democratização da Família Brasileira.
- 1.3. A Pluralidade das Entidades Familiares.

UNIDADE II — Do Casamento

- 2.1. Natureza Jurídica.
- 2.2. Da capacidade para o casamento.
- 2.3. Do processo de habilitação.



- 2.4. Da celebração.
- 2.5. Das provas do casamento.
- 2.6. Espécies de casamento.
- 2.7. Dos impedimentos e das causas suspensivas matrimoniais.
- 2.8. Teoria da invalidade aplicada ao casamento.
- 2.9. Casamento putativo.
- 2.10. Dos efeitos do casamento.
 - 2.10.1. Efeitos sociais.
 - 2.10.2. Efeitos pessoais.
 - 2.10.3. Efeitos patrimoniais.

UNIDADE III — Das Relações de Parentesco

- 3.1. Disposições Gerais.
- 3.2. Vínculo de parentesco: linhas e graus.
- 3.3. Espécies de parentesco.

UNIDADE IV - Da Filiação

- 4.1. Reconhecimento voluntário da paternidade.
- 4.2. Da reprodução assistida.
- 4.3. Reconhecimento judicial da paternidade (ações de estado): investigação de paternidade e negatória de paternidade.
- 4.4. Ação de investigação de maternidade.
- 4.5. Legitimidade para propositura das ações.

UNIDADE V - Da Adoção

- 5.1. Antecedentes.
- 5.2. Atual disciplina da adoção previsão no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Civil.
- 5.3. Efeitos da adoção.

UNIDADE VI - Do Poder Familiar

- 6.1. Conceito e características.
- 6.2. Da Filiação.
- 6.3. Da extinção do poder familiar.
- 6.4. Da Suspensão do Poder Familiar.

UNIDADE VII - Do Usufruto e da Administração dos Bens dos Filhos Menores

- 7.1. Características.
- 7.2. Dos bens excluídos.

UNIDADE VIII - Dos Regimes de Bens entre os Cônjuges

- 8.1. Princípios.
- 8.2. Modalidades do regime de bens.
- 8.3. Do Pacto Antenupcial.

UNIDADE IX - Da Dissolução da Sociedade Conjugal

- 9.1. Da Separação Judicial.
 - 9.1.1. Espécies e efeitos da separação judicial.
 - 9.1.2. Separação de corpos.
- 9.2. Da proteção dos filhos.
 - 9.2.1. Do uso do nome.



- 9.3. Restabelecimento da sociedade conjugal.
- 9.4. Do Divórcio.
 - 9.4.1. Divórcio direto.
 - 9.4.2. Divórcio conversão.
- 9.5. Da Separação e do Divórcio Extrajudiciais - Lei 11.441/2007.

UNIDADE X - Da Proteção da Pessoa dos Filhos

- 10.1. Da guarda unilateral e compartilhada – Lei 11.698, de 13/06/2008.

UNIDADE XI - Dos Alimentos

- 11.1. Natureza Jurídica.
- 11.2. Requisitos da Obrigaçāo Alimentar.
- 11.3. Características.
- 11.4. Pressupostos.
- 11.5. Pessoas obrigadas.
- 11.6. Alimentos decorrentes da dissolução da sociedade conjugal e da união estável.
- 11.7. Espécies.

UNIDADE XII - Do Bem de Família

- 12.1. Do bem de família voluntário.
- 12.3. Do bem de família legal.

UNIDADE XIII - Da União Estável

- 13. Conceito e evolução.
- 13.1. Regulamentação da união estável.
- 13.2. A união estável no Código Civil de 2002 e as Leis 8.971/94 e 9.278/96.

UNIDADE XIV - Da Tutela e da Curatela

- 14.1 Da Tutela.
- 14.2. Conceito e espécies.
- 14.3. Cessação da tutela.
- 14.4. Da Curatela.
 - 14.4.1. Conceito.
 - 14.4.2. Características.
 - 14.4.3. Espécies de curatela.
 - 14.4.4. Cessação da curatela.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. v.6.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628359/>.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648511/>.

DINIZ, Maria H. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família. v.5.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627802/>.



PEREIRA, Caio Mário da S. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família. v.V.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643417/>.

Bibliografia Complementar:

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642489/>.

WALD, Arnoldo; FONSECA, Priscila MP Corrêa da. **Direito Civil: direito de família. v.5.** São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230149/>.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família.** 10ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983062/>.

MALUF, Carlos Alberto D.; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas D. **Curso de Direito da Família.** São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598117/>.

MALUF, Carlos Alberto D.; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas D. **Curso de Direito da Família.** São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598117/>.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo curso de direito civil: direito de família. v.6.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624481/>.

CARDIN, Valéria Silva G. **Dano moral no direito de família.** São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502130753/>.

LEAL, Adisson; CORREIA, Atalá; FILHO, Venceslau Tavares C. **Direito de Família: problemas e perspectivas.** São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556274324/>.



Curso: Direito | Código: ENEX60140

Nome do Componente Curricular:
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 7

Ementa:

Reflexão sobre o papel dos Sindicatos. Estudo do Acordo e da Convenção Coletiva do Trabalho. Reflexão sobre o direito de Greve. Análise da Organização Internacional do Trabalho. Convenção 159 da OIT sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência. Fiscalização de cumprimento da cota de empregados com deficiência pelas empresas. Estudo sobre Processo Administrativo do Trabalho.

Objetivo:

Ao fim do curso o aluno deverá identificar os conceitos básicos do Direito do Trabalho, seus princípios fundamentais e as relações com as demais disciplinas; deverá também ser capaz de aplicar o conhecimento obtido na solução de questões trabalhistas; por fim ter consciência do sentido social das normas trabalhistas e do seu papel na defesa do hipossuficiente.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de exercícios pela aplicação das normas trabalhistas a casos concretos; debates de textos teóricos com a efetiva participação dos alunos.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Dissolução do Contrato de Trabalho

- 1.1. Justa Causa.
- 1.2. Despedida Indireta.
- 1.3. Culpa Recíproca.
- 1.4. Extinção por Acordo (artigo 484-A da CLT).

UNIDADE II - Remuneração e Salário.

- 2.1. Salário *in natura*. Intangibilidade salarial.
- 2.2. Adicionais (Hora extra / Noturno / Insalubridade / Periculosidade / Penosidade)
- 2.3. Gratificações (de função / Natalina).

UNIDADE III - Duração do Trabalho

- 3.1. Jornada de trabalho: Duração e horário; Contrato por tempo parcial.



- 3.2. Trabalho extraordinário; compensação simples; banco de horas.
- 3.3. Trabalho noturno.
- 3.4. Trabalho em regime de revezamento.
- 3.5. Jornadas especiais.

UNIDADE IV - Repousos

- 4.1. Repouso intrajornadas e Interjornadas.
- 4.2. Repouso semanal remunerado e feriados.
- 4.3. Férias. Convenção 132 OIT.

UNIDADE V - Aviso Prévio

- 5.1. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

UNIDADE VI - FGTS

- 6.1. Finalidade e legislação específica.

UNIDADE VII - Estabilidade e Garantia de Emprego

- 8.1. Despedida de empregado estável. Falta grave, conceito. Readmissão e reintegração. Características gerais
- 8.2. Inquérito judicial para apuração de falta grave de empregado estável.
- 8.3. Tipos de estabilidades (decenal/dirigente sindical/diretor eleito de Cooperativa/representante dos empregados do CNPS).
- 8.4. Tipos de garantias de emprego (gestante/acidentado do trabalho/Cipeiro/representante dos empregados da CCP instituída na empresa).

UNIDADE IX - Direito Coletivo do Trabalho

- 9.1. Sistema de organização sindical brasileiro. Sindicato (órgãos de sindicato; atribuições). Entidades sindicais de grau superior. Centrais sindicais. Contribuições sindicais.
- 9.2. Negociação coletiva. Convenção 98 da OIT. Acordo e Convenção Coletiva do Trabalho. Ultratividade das normas coletivas.
- 9.3. Greve.

Bibliografia Básica:

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622128/>.

MARTINS, Sergio P. **Direito do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627475/>.

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989552/>.

BOMFIM, Vôlia; PINHEIRO, Iuri; LIMA, Fabrício. **CLT Organizada: Consolidação das Leis do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647095/>.

Bibliografia Complementar:

RENZETTI, Rogério. **Manual de Direito do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641079/>.

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de direito do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599688/>.



- NETO, Francisco Ferreira J.; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros P. **Direito do Trabalho**. 9^a edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018974/>.
- RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648719/>.
- CALVO, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624566/>.
- ROMAR, Carla Teresa M. **Direito do trabalho. (Coleção esquematizado®)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624917/>.



Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 7

Nome do Componente Curricular:

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Ementa:

Reflexões sobre o papel social da empresa na contemporaneidade: o direito falimentar e a recuperação da empresa. Estabelecimento das relações entre o Decreto Lei 7.661/45 e a Lei 11.101/2005 e a preservação da empresa. Análise dos vetores de viabilidade da empresa em crise econômico financeira: insolvência empresarial. Caracterização da recuperação judicial, extrajudicial, recuperação das microempresas e empresas de pequeno porte: procedimento recuperatório; administração dos bens; convolação em falência. Estudo do procedimento preliminar da falência, defesa sem depósito elusivo e suas consequências: pressupostos do estado de falência; critérios aferidores da insolvência; decretação judicial de falência e seus efeitos. Detalhamento sobre a administração da falência. Órgãos da falência; administrador judicial; Ministério Público; comitê de credores; assembleia geral de credores. Exame de questões sobre os efeitos da falência quanto aos direitos dos credores. Quanto a pessoa, aos bens e aos contratos do falido. Levantamento crítico quanto aos crimes do âmbito da lei de recuperação de empresas.

Objetivo:

Levar o aluno a compreender os princípios que regem o Direito Falimentar, conscientizar das questões sociais implicadas nos diversos interesses visando o regramento da Falência; levar o aluno a ser capaz de solucionar problemas envolvendo o seu enquadramento jurídico ante as relações sociais.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; estudo de casos concretos; solução de problemas pelos alunos com a orientação do professor; estudo de textos selecionados em grupo, com a orientação docente, análise de jurisprudência pertinente à temática.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Falência

- 1.1. Conceito e Doutrinas falimentares.
- 1.2. Aspectos econômicos e financeiros.
- 1.3. Direito falimentar. Evolução histórica.
- 1.4. Objetivos, princípios e pressupostos.
- 1.5. Finalidade, consequências, natureza jurídica.
- 1.6. Fase pré-falimentar, fase pós-falencial e o procedimento falimentar;



- 1.7. Sistemas de requerimento.
- 1.8. Da sentença que decreta a falência.
- 1.9. Recursos contra sentença de requerimento de falência.
- 1.10. Arrecadação de Bens.
- 1.11. Realização do ativo.
- 1.12. Pagamento dos credores.
- 1.13. Encerramento da falência.
- 1.14. Relatórios finais do administrador judicial.
- 1.15. Sentença de encerramento.
- 1.16. Hipóteses de extinção das obrigações do falido.
- 1.17. Sentença de extinção das obrigações.

UNIDADE II - Da Recuperação Judicial

- 2.1. Finalidade, objetivo.
- 2.2. Requisitos, créditos sujeitos, meios.
- 2.3. Petição inicial.
- 2.4. Deferimento ao processamento.
- 2.5. Apresentação do plano.
- 2.6. Publicação da relação de credores.
- 2.7. Objeções ao plano.
- 2.8. Concessão, Convolação em falência.

UNIDADE III - Insolvência

- 3.1. Da insolvência do devedor empresário, de sua recuperação extrajudicial, judicial e de sua falência.
- 3.2. Da compreensão da atual legislação e de seus diversos capítulos e seções.
- 3.3. Do administrador judicial.
- 3.4. Do comitê de credores.
- 3.5. Da assembleia geral de credores.
- 3.6. Plano especial para microempresários (ME) e empresários de pequeno porte (EPP)
- 3.7. Habilitação de créditos.
- 3.8. Impugnações.
- 3.9. Quadro Geral de credores.
- 3.10. Créditos concursais e extraconcursais.
- 3.11. Das disposições gerais e transitórias em relação à legislação anterior.

Bibliografia Básica:

MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro: Falência e Recuperação de Empresas**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771707/>.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas**. v.3. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620698/>.

SACRAMONE, Marcelo B. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627727/>.

DINIZ, Gustavo S. **Curso de Direito Comercial**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773022/>.



Bibliografia Complementar:

- JR., Waldo F. **Manual de Direito Comercial**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024890/>.
- VENOSA, Sílvio de S.; RODRIGUES, Cláudia. **Direito Empresarial**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772445/>.
- SACRAMONE, Marcelo B. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626256/>.
- SCALZILLI, João P.; SPINELLI, Luis F.; TELECHEA, Rodrigo. **Recuperação de empresas e falências**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584934577/>.
- NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa: Recuperação de Empresas, Falência e Procedimentos Concursais Administrativos. v.3.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620445/>.



**Nome do Componente Curricular: PROCEDIMENTOS
ESPECIAIS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL**

Carga Horária: 80 horas
Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 7

Ementa:

Estudo dos principais Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e de Jurisdição Voluntária previstos no Código de Processo Civil. Estudo dos elementos e das características de cada espécie de procedimento especial de jurisdição contenciosa e voluntária. Conhecer a justificativa para cada espécie procedural. Estudar a finalidade e o funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais (Lei nº 9.099/1995), Dos Juizados Especiais Cíveis Federais (Lei n. 10.259/2001) e Dos Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública (Lei n. 12.153/2009). Compreensão do controle de constitucionalidade difuso e concentrado no Brasil e principais institutos correlatos. Estudo da jurisdição constitucional à luz dos princípios e reflexões sobre o papel da interpretação constitucional. Análise das ações de constitucionalidade previstas na ordem constitucional brasileira

Objetivo:

Ao final do período letivo o aluno deverá ser capaz de estabelecer a distinção entre os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e os de jurisdição voluntária, compreendendo as características, a natureza e a justificativa legal para cada espécie de procedimento especial. Conhecer, em função das peculiaridades do Direito Material, as principais ações de conhecimento sujeitas a procedimentos especiais, previstas no Código de Processo Civil. Conhecer os principais aspectos do procedimento especial utilizado nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, nos Juizados Especiais Cíveis Federais e nos Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública. Desenvolver no aluno habilidade pessoal e profissional com vista à implementação de formas alternativas de composição de conflitos de interesses. Distinguir as diversas formas de controle constitucional consagrados no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, compreendendo a dinâmica observada pela corte constitucional na constante atualização do texto da Lei Maior.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas. Análise de casos simulados, pertinentes à temática. Seminários. Análise jurisprudencial. Exercícios práticos. Leitura de textos em grupo e debates a respeito com a orientação do professor.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.



Conteúdo Programático:

UNIDADE I – INTRODUÇÃO AO PROCEDIMENTO ESPECIAL.

- 1.1. Os vários tipos de procedimentos Especiais
- 1.2. Distinção entre os Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e de Jurisdição Voluntária
- 1.3. Aplicação Subsidiária das regras do Procedimento Comum

UNIDADE II – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

- 2.1 Regras Gerais do Procedimento especial de Jurisdição Voluntária:
 - 2.1.1. Legitimidade
 - 2.2.2. Petição Inicial e Citação
 - 2.2.3. Intervenção do Ministério Público
 - 2.2.4. Resposta
 - 2.2.5. Instrução e Sentença
 - 2.2.6. A Coisa Julgada nos Procedimentos de Jurisdição Voluntária
 - 2.2.7. Recursos
- 2.2. Notificação e Interpelação
- 2.3. Alienação Judicial
- 2.4. Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio
- 2.5. Testamento e Codicilo
- 2.6. Herança Jacente
- 2.7. Bens dos Ausentes
- 2.8. Coisas Vagas
- 2.9. Interdição
- 2.10. Tutela e Curatela
- 2.11. Emancipação
- 2.12. Sub-Rogação

UNIDADE III - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

- 3.1. Inventário Judicial: natureza jurídica, finalidades, procedimentos, competência, legitimidade para abertura, prazo, inventário negativo, bens que não precisam ser inventariados, inventariante, primeiras declarações, últimas declarações, colações, pagamento das dívidas.
- 3.2. Partilha: Noções introdutórias. Espécies de partilha. Procedimento. Formal de partilha. Sobrepartilha. Carta de adjudicação. Inventário conjunto.
- 3.3. Arrolamento: Procedimento do arrolamento comum. Procedimento do arrolamento sumário.
- 3.4. Ação de Consignação em Pagamento: noções gerais, natureza jurídica, cabimento, competência, legitimação ad causam, procedimento.
- 3.5. Ação de Exigir contas e a de prestá-las: noções gerais, natureza jurídica, cabimento, legitimação e interesse, organização e prova das contas, a prestações de contas ativa.
- 3.6. Ações Possessórias: Noções Introdutórias. A proteção possessória. As ações possessórias. Natureza Jurídica. Peculiaridade das ações possessórias. Exceção de domínio. Procedimento das ações possessórias: ação possessória de força nova e de força velha.



- 3.7. Embargos de terceiro: Noções Introdutórias. Natureza Jurídica. Cabimento e conteúdo. Legitimidade. Prazo. Competência. Procedimento.
- 3.8. Ações de família: noções gerais. Noções introdutórias. Cabimento. Legitimidade. Competência. Procedimento.
- 3.9. Ação Monitória: Noções Introdutórias. Características. Natureza Jurídica. Finalidade. Legitimidade. Competência. Estrutura formal da petição inicial. Mandado monitório. Embargos monitórios. Formação do título executivo judicial. Cumprimento do título executivo.

UNIDADE IV – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS (LEI Nº 9.009/1995), JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS FEDERAIS (LEI Nº 10.259/2001), JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA (LEI Nº 12.153/2009)

- 4.1. Fundamento constitucional e legal. Natureza jurídica. Princípios. Competência. Incompetência.
- 4.2. A necessidade de intervenção do advogado nos Juizados Especiais Cíveis. A presença do juiz togado, dos conciliadores e dos juízes leigos
- 4.3. Procedimento: Noções introdutórias. Estrutura formal da petição inicial. A possibilidade das tutelas provisórias. A ausência de custas, taxas ou despesas em primeiro grau de jurisdição. Citações e intimações. Revelia do réu. Audiência de conciliação. Audiência de instrução e julgamento. A opção pelo juízo arbitral.
- 4.4. Resposta do réu: contestação. Pedido contraposto.
- 4.5. Colheita de provas.
- 4.6. Sentença. Coisa Julgada Material. Recursos Cabíveis
- 4.7. A execução nos juizados especiais cíveis. Cumprimento de sentença. Execução por título executivo extrajudicial.

UNIDADE V – Controle de Constitucionalidade

- 5.1. O papel da Constituição Federal no âmbito do ordenamento jurídico e o modelo brasileiro de controle de constitucionalidade.
- 5.2. O Supremo Tribunal Federal. Função na estrutura do Poder Judiciário brasileiro. Perspectiva de sua condição como corte constitucional.
- 5.3. A arguição de inconstitucionalidade. Cisão funcional de competência. Recurso Extraordinário. Cláusula de Reserva de Plenário.
- 5.4. Ações constitucionais: aspectos gerais, competência, procedimento, legitimidade e efeitos.
 - 5.4.1. Ação direta de inconstitucionalidade por ação.
 - 5.4.2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
 - 5.4.3. Ação declaratória de constitucionalidade.
 - 5.4.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - 5.4.5. Ação direta interventiva.

Bibliografia Básica:

- BARROSO, Luís R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 11^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624788/>.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 38^a ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771868/>.
- BUENO, Cássio S. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624528/>.



MARCATO, Antonio C. **Procedimentos Especiais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026221/>.

Bibliografia Complementar:

ROCHA, Felippe B. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772711/>.

SARLET, Ingo W.; MARINONI, Luiz G.; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 11^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620490/>.

MENDES, Gilmar F.; BRANCO, Paulo Gustavo G. **Curso de direito constitucional**. (Série IDP). 18^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624474/>.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596502/>.

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito Processual Civil**. (Coleção Esquematizado®). São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627659/>.

FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/>.



Curso: Direito | Código: ENUN60831| Vigência: 2023

Nome do Componente Curricular:

PRINCÍPIOS DE EMPREENDEDORISMO

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas/Práticas

Etapa: 7

Ementa:

Estudo e discussão das mudanças no universo corporativo e a crescente importância do empreendedorismo. Análise de habilidades e atitudes essenciais para empreendedores. Análise da mentalidade Empreendedora. Análise de oportunidades de negócio. Planejamento de novos empreendimentos. Apresentação dos novos Modelos de Negócios e fases de ideação.

Objetivo:

Apresentar os conceitos de empreendedorismo, apresentar as características do perfil do empreendedor, divulgar o movimento do empreendedorismo no Brasil e no mundo e a importância desta prática para a geração de emprego e renda e o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. Oportunizar ao aluno aprendizado sobre gestão empreendedora e compartilhar experiências do empreendedorismo interno e externo. Desenvolver um Modelo de Negócio – BMG - Canvas.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas, estimulando reflexões e críticas aos temas abordados, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e às obras relacionadas ao conteúdo. Foco no comportamento empreendedor e ético, e nas práticas inovadoras de gestão empresarial. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, Datashow, internet e outros.

Avaliação:

Atividades práticas e avaliação feita em forma de Estudo de Casos, textos de apoio, práticas empreendedoras e apresentação e entrega do Modelo de Negócio.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Definição de conceitos

- 1.1 Análise das características e dos diferentes tipos de empreendedores.
- 1.2 Pesquisas Endeavor e SEBRAE sobre as características dos empreendedores

UNIDADE II - Estudo do crescimento do empreendedorismo no Brasil e no Mundo

- 2.1 Analisando oportunidades de novos negócios
- 2.2 Classificação das empresas e os ramos de atividades
- 2.3 Franquias
- 2.4 Emprego X Trabalho
- (*) – GEM, WEF etc.

UNIDADE III – Novos Negócios

- 3.1 Startups – conceitos e exemplos
- 3.2 Aceleradora – conceito e exemplos
- 3.3 Tipos de Investidores



UNIDADE IV - Legislação Brasileira

4.1 Incentivos para criação de novas empresas

4.2 Órgãos de apoio: SEBRAE, Endeavor, Casa Firjan, CAE, FINEP, Start-Up Brasil (MCTI) etc.

4.3 Mudança de Comportamento e criação de uma mentalidade empreendedora

UNIDADE V - Organizações e Empreendedorismo

5.1 Redes de Informações

5.2 Relatórios sobre empreendedorismo no Brasil e no Mundo

UNIDADE VI - Projetos Empreendedores - Modelos de Negócios

6.1 Empreendedorismo de base: social, tecnológica e sustentável

6.2 Desenvolvimento dos modelos de negócios - Canvas

6.3 Conclusão e apresentação dos Projetos

Bibliografia Básica:

DORNELAS, José. **Dicas Essenciais de Empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773688/>.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605189/>.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo Corporativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773701/>.

CAETANO, Rodrigo; PARO, Pedro. **Empreendedorismo Consciente**. São Paulo: Editora Alta Books, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555201550/>.

Bibliografia Complementar:

WILIANS, Ana. **Empreendedorismo Social Feminino**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558100751/>.

SALIM, Cesar. **Introdução ao Empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2009. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154414/>.



CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028089/>.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo na prática.** São Paulo: Editora Empreende, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587052014/>.

PATRÍCIO, Patrícia; CANDIDO, Claudio R. **Empreendedorismo - Uma Perspectiva Multidisciplinar.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521630852/>.

TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan M. **Startups e inovação: direito no empreendedorismo.** 2a ed.. São Paulo: Editora Manole, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461976/>.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPERD, Dean A. **Empreendedorismo.** Porto Alegre: Grupo A, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553338/>.



OITAVO PERÍODO

- Laboratório de Prática Jurídica II – Família
- Direito Processual do Trabalho
- Ética Profissional
- Estatuto da Criança e Adolescente
- Direito da Regulação e Concorrência
- Processo e Persecução Penal
- Planejamento Sucessório
- Linguagem de Programação



Nome do Componente Curricular:

LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA II - FAMÍLIA

Ementa:

O estudo dos aspectos teóricos e práticos da redação forense. O estudo do mandato judicial e do substabelecimento. O estudo da renúncia e da revogação do mandato. Análise de casos práticos, reais e simulados, propiciando a possibilidade de desenvolver raciocínio que capacite o discente a solucionar problemas reais. Análise jurisprudencial. Análise das decisões do Conselho de Ética. A escolha da medida judicial adequada. A escolha do procedimento adequado. O estudo na elaboração da petição inicial. O estudo das respostas do réu nas ações de família. Análise dos recursos. O estudo das medidas cautelares cabíveis na prática do Direito de Família. O estudo da Conciliação e da Mediação no Direito de Família. Reflexão sobre a função dos Conselhos Tutelares. Elaboração de peças prático- profissionais, utilizadas no Direito de Família.

Objetivo:

Ao final do período letivo o aluno deverá, através da prática real e simulada, aprender a diagnosticar o enquadramento jurídico, conforme o direito aplicado à espécie, das relações jurídicas familiares. Perceber o compromisso ético da família na formação do cidadão. Identificar o conceito de hipossuficiência e preocupar-se com os carentes de recursos materiais. Perceber a importância do exercício da advocacia nas relações que envolvem o mais sensível ramo do Direito. Compreender as técnicas de mediação e conciliação utilizadas na solução dos conflitos familiares. Aplicar através de casos práticos, reais e simulados, as normas do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Conhecer as normas do Código de Ética através da análise das decisões do Conselho de Ética. Identificar a medida judicial adequada para a solução dos conflitos de família.

Metodologia/Diretivas:

Aulas práticas com atendimento ao público, o que levará o aluno ao estudo de casos concretos. Solução de problemas pelos alunos com orientação do professor. Análise do texto legal com abordagem doutrinária. Elaboração de peças processuais com leitura e discussão, em grupo ou individualmente, das posições divergentes da doutrina e das distintas orientações jurisprudenciais. Realização de audiências. Visitas Orientadas pelo professor aos Conselhos Tutelares; às Varas de Infância e Juventude e aos Abrigos de Menores. Palestras. Acompanhamento de processos no Fórum.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.



Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Apresentação das Normas do Estágio Supervisionado

- 1.1. Leitura do Regulamento Interno do Núcleo de Prática Jurídica.
- 1.2. Apresentação das atividades que serão realizadas no período letivo.
- 1.3. Elucidação quanto ao sistema de aferição.

UNIDADE II - Os cuidados que o advogado deve ter nos primeiros contatos com o cliente

- 2.1. Análise do Estatuto do Advogado.
- 2.2. Análise do Código de Ética.
- 2.3. Análise das decisões do Tribunal de ética.
- 2.4. Elaboração de pareceres.

UNIDADE III - Atendimento ao público

- 3.1. Entrega dos processos do núcleo para acompanhamento no fórum.
- 3.2. Elaboração do instrumento do mandato.
- 3.3. Elaboração das procurações: judicial, extrajudicial e *ad judicia et extra*.
- 3.4. Atualização dos processos do núcleo.
- 3.5. A saída do advogado do processo: renúncia, revogação e substabelecimento com e sem reservas de poderes.
- 3.6. Elaboração dos termos de renúncia, revogação e substabelecimentos.
- 3.7. Pesquisa doutrinária: a responsabilidade civil do advogado.
- 3.8. A escolha da medida judicial adequada na solução dos conflitos familiares.
- 3.9. As providências que deverão ser tomadas pelo advogado para o ajuizamento da demanda.
- 3.10. As técnicas utilizadas na elaboração da petição inicial.
- 3.11. A escolha do procedimento correto.

UNIDADE IV - Considerações acerca do Direito de Família e suas respectivas ações

- 4.1. Abordagem dos aspectos teóricos e práticos da redação forense no Direito de Família.
- 4.2. Trabalho sobre a ética do advogado que milita no Direito de Família.
- 4.3. Análise de decisões do Tribunal de Ética.
- 4.4. As implicações práticas na vida do profissional.

UNIDADE V – Divórcio

- 5.1. A Emenda Constitucional nº66/2010.
- 5.2. Divórcio consensual.
- 5.3. Divórcio litigioso.
- 5.4. Divórcio administrativo.

UNIDADE VI - Elaboração das peças prático-profissionais

- 6.1. Ação de alimentos.
- 6.2. Ação de alimentos gravídicos.
- 6.3. Ação de execução de alimentos com prisão do devedor de alimentos e ação de execução de alimentos com penhora dos bens do devedor de alimentos.
- 6.4. Elaboração de termo de acordo de guarda compartilhada dos filhos.
- 6.5. Elaboração da ação de regulamentação de visitas.

UNIDADE VII – Mediação e Conciliação no Direito de Família

- 7.1. Noções introdutórias dos institutos.
- 7.2. Alienação parental, síndrome da alienação parental.
- 7.3. A paternidade sócio-afetiva e os danos morais oriundos de traição no casamento e por abandono afetivo.



7.4. Elaboração de termos de mediação e conciliação.

UNIDADE VIII - Elaboração das peças prático-profissionais (Parte 2)

- 8.1. Apelação interposta de sentença que julgou improcedente pedido de alimentos da ex-mulher.
- 8.2. Agravo de instrumento contra decisão que indeferiu pedido de justiça gratuita em ação de alimentos.
- 8.3. Ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos.
- 8.4. Ação de investigação de paternidade cumulada com cancelamento de registro.
- 8.5. Contestação.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Esquematizado - Direito Processual Civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597103/>.

JR., Gediel Cláudio A. **Prática de Recursos no Processo Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026320/>.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. v.6**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628359/>.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648511/>.

Bibliografia Complementar:

FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/>.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596502/>.

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito Processual Civil**. (Coleção Esquematizado®). São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627659/>.

DINIZ, Maria H. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família. v.5**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627802/>.

PEREIRA, Caio Mário da S. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família. v.V**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643417/>.

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642489/>.



Curso: Direito | Código: ENEX60148

Nome do Componente Curricular:

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 8

Ementa:

Reflexão sobre os princípios do Direito Processual do Trabalho. Estudo da Justiça do trabalho: organização e competência. Análise do Procedimento Ordinário e sumaríssimo. Estudo dos Recursos. Análise da Liquidação e Execução no processo do trabalho. Reflexão sobre Prática Processual Trabalhista.

Objetivo:

Ao término da disciplina o aluno deverá conhecer os conceitos básicos e identificar os princípios fundamentais do Direito Processual do Trabalho; deverá, ainda, saber como propor a ação trabalhista e compreender os procedimentos implicados em suas diversas fases; sendo, por fim, capaz de solucionar situações concretas com a aplicação dos conceitos e princípios processuais trabalhistas.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de casos concretos em exercícios práticos pelos alunos com orientação docente; seminários, análise de jurisprudência.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Princípios Constitucionais do Processo. Princípios Peculiares do Processo do Trabalho

- 1.1. Disposições gerais.
- 1.2. Princípios Constitucionais do Processo do Trabalho.

UNIDADE II - Comissões de Conciliação Prévia

- 2.1. Disposições gerais.
- 2.2. Funcionamento das Comissões de Conciliação Prévia.

UNIDADE III - Organização e Funcionamento da Justiça do Trabalho

- 3.1. Órgãos da Justiça do Trabalho: Varas do Trabalho; Tribunais Regionais do trabalho; TST. Ministério Público do Trabalho. Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho.

UNIDADE IV - Competência da Justiça do Trabalho

- 4.1. Disposições gerais.



4.2. Competência da Justiça do Trabalho.

UNIDADE V- Atos, Termos e Prazos Processuais

5.1. Informatização do processo. Processo eletrônico.

UNIDADE VI - Dissídio Individual

- 6.1. Características. Propositora.
- 6.2. Da Reclamação. Comunicação ao reclamado.
- 6.3. Audiência: comparecimento, arquivamento, revelia e confissão. Conciliação. Momento processual.
- 6.4. Análise da nulidade.
- 6.5. Resposta do reclamado. Contestação. Exceções. Reconvenção.
- 6.6. Suspensão e extinção do processo.
- 6.7. Fase probatória. Análise do ônus da prova no processo trabalhista.
- 6.8. Fase decisória. A sentença.
- 6.9. Ação de rito sumaríssimo na Justiça do trabalho.

UNIDADE VII - Recursos

- 7.1. Legislação aplicável.
- 7.2. Efeitos (devolutivo/suspensivo). Juízos de admissibilidade (*ad quo/ad quem*). Pressupostos de admissibilidade (intrínsecos ou subjetivos/extrínsecos ou objetivos).
- 7.3. Tipos: Recurso Ordinário; Recurso de Revista; Recurso Extraordinário; Agravo de Instrumento; Embargos de Declaração; Agravo do art. 557 do CPC; Embargos para o TST; Agravo de Petição; Agravo Regimental.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de direito processual do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624641/>.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de direito processual do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624689/>.

PINHEIRO, Paulo S. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724085432/>.

Bibliografia Complementar:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de direito do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599688/>.

FILHO, Rodolfo P.; SOUZA, Tercio Roberto P. **Curso de direito processual do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623002/>.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025040/>.

BUENO, Cássio S. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624528/>.

FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/>.



Curso: Direito | Código: ENEX61401

Nome do Componente Curricular:

ÉTICA PROFISSIONAL

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 8

Ementa:

Reflexão sobre a questão ética fundamental: o fenômeno humano e a liberdade. Debate sobre a questão entre ética e direito. Estudo da ética profissional nas diversas áreas do Direito. As dimensões da Deontologia jurídica decorrentes das atividades do magistrado e da atuação do Conselho Nacional de Justiça. Compreensão da deontologia jurídica relacionada à ética profissional dos membros do Ministério Público e análise da atuação do Conselho Nacional do Ministério Público. Compreensão da deontologia jurídica e da ética profissional na atividade dos advogados.

Objetivo:

Mostrar ao estudante a conexão entre Direito e Ética e a relevância dessa conexão, levando o aluno a compreender e a articular os princípios éticos que regem as profissões jurídicas e a responsabilidade social implicada.

Metodologia/Diretivas:

Recorrer a bibliografia indicada, refletindo sobre a questão da ética dirigida ao fenômeno humano e a Liberdade. Leituras interpretativas de toda a legislação que rege a função jurídica: Código de Ética, Estatuto da Advocacia, Regulamento Geral, Provimentos. Serão, também, realizados treinamentos frequentes.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Deontologia Jurídica

1.1. Conceito e origem.

1.2. Ética. Diferença entre Ética e moral. Ética e Direito.

1.3. O Advogado. Origem do termo. Exercício de *munus* público.

1.4. Função indispensável à Administração da Justiça.

1.5. Postura estética do Advogado. Considerações sobre a Norma Culta.

1.6. Dever de Urbanidade. Estudo dos artigos 44, 45 e 46 do Estatuto da OAB.



UNIDADE II - Os Direitos do Advogado

2.1. Diceologia.

UNIDADE III - O Código de Ética e Disciplina da OAB

- 3.1. Estudos e comentários.
- 3.2. Honorários Advocatícios. Suas implicações.
- 3.3. Incompatibilidades e impedimentos inerentes ao Advogado.
- 3.4. Infrações e sanções disciplinares.

UNIDADE IV - A Função Social da Advocacia

- 4.1. A Ordem dos Advogados do Brasil e sua natureza jurídica.
- 4.2. Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Regulamento Geral do Estatuto.
- 4.3. Provimentos.

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo Carlos B. **Curso de ética geral e profissional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608058/>.

RODRIGUES, Willian G.; SALVI, Taísa L.; SOUTO, Fernanda R.; et al. **Ética geral e jurídica**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024564/>.

COSTA, Elcias Ferreira da. **Deontologia Jurídica - Ética das Profissões Jurídicas**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5629-5/>.

Bibliografia Complementar:

FURROW, Dwight. **Ética**. Porto Alegre: Grupo A, 2007. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536309637/>.

FILHO, Artur RIL; OST, Sheila B.; BONETE, Wilian J.; e outros. **Ética e Cidadania**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024816/>.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral**. Petrópolis: Vozes, 2014

BIÉLER, André. **O pensamento econômico e social de Calvino**. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

VAN TIL, Henry R. **O conceito calvinista de cultura**: a única teologia da cultura que é, de fato, relevante para o mundo. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

HORTON, Michael Scott. **O Cristão e a Cultura**. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

RAMOS, André de C. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626409/>.



Curso: Direito | Código: ENEX60151

Nome do Componente Curricular:

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 8

Ementa:

Análise e compreensão dos princípios doutrinários e legais alusivos à proteção e orientação da criança e do adolescente, com os respectivos limites de ação e medidas educativas. Análise da matriz constitucional da proteção à criança e do adolescente.

Objetivo:

Compreender o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), conhecer os seus institutos, à luz dos valores e princípios constitucionais e, verificar a funcionalidade na aplicação as relações privadas, através da análise jurisprudencial e de casos concretos tendo em conta a dignidade da pessoa.

Metodologia/Diretivas:

Exposição oral. Leitura e análise de legislação e jurisprudência. Análise do Direito Comparado. Aulas participativas, propiciando discussões e debate.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Dos Direitos Fundamentais

1.1. A criança e ao adolescente como prioridade absoluta.

UNIDADE II – Da Prevenção

2.1. Disposições gerais.

2.2. Da prevenção especial.

2.3. Da informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos; dos produtos e serviços; da autorização para viajar.

UNIDADE III - Da Política de Atendimento

3.1. Disposições gerais.

3.2. Das entidades de atendimento e sua fiscalização.

UNIDADE IV - Das Medidas de Proteção

4.1. Disposições gerais.

4.2. Das medidas específicas de proteção.

4.3. Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável.

UNIDADE V- Do Conselho Tutelar

5.1. Disposições gerais.

5.2. Das atribuições do conselho.



- 5.3. Da competência.
- 5.4. Da escolha dos conselheiros.
- 5.5. Dos impedimentos.

UNIDADE VI - Acesso à Justiça

- 6.1. Disposições gerais.
- 6.2. Da Justiça da infância e da juventude.
- 6.3. Dos auxiliares da justiça.
- 6.4. Dos procedimentos.

UNIDADE VII – Perda e Suspensão do Pátrio Poder

- 7.1. Perda e suspensão do pátrio poder. Da destituição da tutela. Da colocação em família substituta.

UNIDADE VIII - Da Prática de Ato Infracional e das Infrações Administrativas

- 8.1. Apuração de ato infracional atribuído ao adolescente.
- 8.2. Apuração de irregularidades em entidade de atendimento.
- 8.3. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

UNIDADE IX – Dos Recursos

- 9.1. Espécies Recursais.

UNIDADE X- Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos

- 10.1. Atuação do Ministério Público.

Bibliografia Básica:

ZAPATER, Maíra C. **Direito da criança e do adolescente**. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624603/>.

NUCCI, Guilherme de S. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Comentado**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992798/>.

FREIRE, Muniz. **Estatuto da Criança e do Adolescente. (Coleção Método Essencial)**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645688/>.

Bibliografia Complementar:

JR., Gediel Cláudio de A. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente**, 3^a edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019148/>.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. v.6**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628359/>.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648511/>.

DINIZ, Maria H. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família. v.5**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627802/>.

PEREIRA, Caio Mário da S. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família. v.V**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643417/>.



Curso: DIREITO | Código: ENEC61353

Nome do Componente Curricular:

DIREITO DA REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 08

Ementa:

A história do Direito Concorrencial. O poder econômico. A história dos sistemas coloniais monopolistas. O período de industrialização. A internacionalização das estruturas monopolistas e os seus efeitos. Introdução à Defesa da Concorrência. O que é defesa da concorrência. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC. A advocacia da concorrência. As condutas no Direito Concorrencial. O Direito Concorrencial na Constituição Federal. Os limites da intervenção do Estado na ordem econômica. O abuso de poder econômico. A função social dos agentes no mercado. A função social dos monopolistas. Dominação dos mercados: extensão e limites. Exclusão de concorrentes e Colusão. Balanço concorrencial e eficiência distributiva. Abuso de posição dominante. Abuso de propriedade intelectual. As condutas em espécie no Direito Concorrencial. Exclusão de concorrentes: predação e negociação compulsória. Colusão: vertical e horizontal. A prevenção de infrações à ordem econômica. Sistema de controle prévio dos atos de concentração econômica. Análise dos atos de concentração. *Gun Jumping*. Possíveis punições em caso de verificação da consumação prévia dos atos de concentração econômica (*Gun Jumping*). Pena Pecuniária. Nulidade dos atos praticados.

Objetivo:

Fornecer aos alunos noções consistentes do Direito Concorrencial, possibilitando atuação efetiva no mercado brasileiro que trata da análise dos atos de concentração econômica. Com foco na multidisciplinariedade, a disciplina aborda conceitos de diferentes ramos do Direito e até mesmo de outras ciências, como a Econômica. Desta forma, ela pretende despertar o interesse dos alunos para questões jurídicas envolvendo um ramo do Direito Empresarial de enorme importância para a sociedade brasileira, desenvolvimento das habilidades necessárias para a compreensão da dinâmica da atuação em casos concretos da advocacia da concorrência.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.



Conteúdo Programático:

Unidade I – A história do Direito Concorrencial

- 1.1 O poder econômico.
- 1.2 A história dos sistemas coloniais monopolistas.
- 1.3 O período de industrialização.
- 1.4 A internacionalização das estruturas monopolistas e os seus efeitos.

Unidade II – Introdução à Defesa da Concorrência

- 2.1 O que é defesa da concorrência.
- 2.2 Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC.
- 2.3 A advocacia da concorrência.

Unidade III – As condutas no Direito Concorrencial

- 3.1 O Direito Concorrencial na Constituição Federal.
- 3.2 Os limites da intervenção do Estado na ordem econômica.
- 3.3 O abuso de poder econômico.
- 3.4 A função social dos agentes no mercado.
- 3.5 A função social dos monopolistas.
- 3.6 Dominação dos mercados: extensão e limites.
- 3.7 Exclusão de concorrentes e Colusão.
- 3.8 Balanço concorrencial e eficiência distributiva.
- 3.9 Abuso de posição dominante.
- 3.10 Abuso de propriedade intelectual.

Unidade IV – As condutas em espécie no Direito Concorrencial

- 4.1 Exclusão de concorrentes: predação e negociação compulsória.
- 4.2 Colusão: vertical e horizontal.

Unidade V – A prevenção de infrações à ordem econômica

- 5.1 Sistema de controle prévio dos atos de concentração econômica.
- 5.2 Análise dos atos de concentração.
- 5.3 *Gun Jumping*.

Unidade VI – Possíveis punições em caso de verificação da consumação prévia dos atos de concentração econômica (*Gun Jumping*)

- 6.1 Pena Pecuniária.
- 6.2 Nulidade dos atos praticados.

Bibliografia Básica:

FILHO, Calixto S. **Direito Concorrencial**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640836/>.

SILVEIRA, Paulo Burnier da. **Direito da Concorrência**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991975/>.



MELLO, Ana Frazão Vieira de. **Direito da concorrência**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219611/>.

SILVA, Alberto Luís Camelier da. **Concorrência desleal: atos de confusão**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502203334/>.

Bibliografia Complementar:

SCHAPIRO, Mario G. **Compliance Concorrenciais**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933990/>.

SAMPAIO, Patrícia Regina P. **Regulação e concorrência: a atuação do CADE em setores de infraestrutura**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502200142/>.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Defesa da Concorrência: Política, Sistema e Legislação Antitruste Brasileira**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488940/>.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Guia de Remédios Antitruste**. Brasília/DF: Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 2016. E-book. Disponível em: <https://www.gov.br/cade/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-institucionais/guias-do-cade/>.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Guia para análise de atos de concentração horizontal**. Brasília/DF: Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 2016. E-book. Disponível em: <https://www.gov.br/cade/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-institucionais/guias-do-cade/>.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Guia para análise da consumação prévia de atos de concentração econômica**. Brasília/DF: Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 2015. E-book. Disponível em: <https://www.gov.br/cade/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-institucionais/guias-do-cade/>.



Curso: Direito | Código: ENEX60143

Nome do Componente Curricular:
PROCESSO E PERSECUÇÃO PENAL

Carga Horária: 80 horas
Aulas Semanais:
4 Teóricas
Etapa: 8

Ementa:

Análise dos Princípios constitucionais aplicados ao processo penal: dignidade da pessoa humana; princípio do juiz natural; devido processo legal; isonomia, contraditório e ampla defesa; presunção de inocência, proibição de provas ilícitas, entre outros. Estudo da evolução dos sistemas processuais penais. Estudo da Norma processual penal: conceito, características, aplicação no tempo e no espaço. Análise da Investigação Criminal: peças de informação e inquérito policial; instauração, arquivamento, desarquivamento. Estudo da Jurisdição e da competência, com ênfase nas causas de fixação e modificação; conexão e continência; a atribuição. Análise da Ação Penal: conceito, características, elementos, condições, espécies; princípios; denúncia e seu aditamento; queixa-crime. Processo Penal: conceito, ralação jurídica processual, características, princípios processuais, espécies. Pressupostos processuais de existência e validade. Ação civil *ex delicto*.

Objetivo:

Levar o aluno a conhecer o Direito Processual Penal e seus princípios fundamentais; ao término do curso o aluno deverá saber identificar os princípios do processo penal, os sujeitos da relação processual, bem como solucionar problemas de aplicação das normas processuais penais.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de casos concretos em exercícios práticos pelos alunos com orientação docente; seminários, análise de jurisprudência.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Direito e Sociedade

- 1.1. Processo Penal e controle social.
- 1.2. A garantia individual limitadora do poder do Estado.
- 1.3. Os princípios protetivos da Constituição Federal.
- 1.4. Direito Processual Penal: Conceito, autonomia, finalidade, instrumentalidade, princípios e fontes.
- 1.5. Relação do Direito Processual Penal com outros ramos do Direito.



1.6. Desenvolvimento histórico do processo penal.

UNIDADE II - Teoria da Aplicação da Lei Processual Penal

- 2.1. Interpretação da norma processual penal. Analogia.
- 2.2. Aplicação da lei processual penal no tempo.
- 2.3. Aplicação da lei processual penal no espaço.

UNIDADE III - Jurisdição Penal

- 3.1. Conceito, caracteres, elementos, princípio e divisão.
- 3.2. Conflito de Jurisdição.

UNIDADE IV - Competência

- 4.1. Critérios definidores: competência “*ratione loci*”; competência pela natureza da infração; competência pela prerrogativa da função; competência pela prevenção; competência funcional.
- 4.2. Critérios modificadores: conexão e continência.
- 4.3. Competência da Justiça Militar, da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral. Organização Judiciária.

UNIDADE V - Fase Pré-Processual

- 5.1. Inquérito policial: conceito, finalidade, características, instauração, arquivamento e desarquivamento, Central de Inquéritos.
- 5.2. Polícia Judiciária: atividades.

UNIDADE VI - Ação Penal

- 6.1. Fundamento, natureza jurídica, conceito, elementos e condições.
- 6.2. Ação penal pública incondicionada.
- 6.3. Ação penal pública condicionada.
- 6.4. Ação penal privada.
- 6.5. Ação penal privada subsidiária da pública.
- 6.6. Ação penal privada personalíssima.
- 6.7. Aditamento da ação penal.

UNIDADE VIII - *Actio Civilis Ex Delicto*

- 8.1. Reparação do dano.
- 8.2. Sentença penal absolutória.

Bibliografia Básica:

MARCÃO, Renato F. **Curso De Processo Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655594485/>.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626072/>.

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646838/>.

MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655598872/>.

Bibliografia Complementar:

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624658/>.



- BONFIM, Edilson M. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610624/>.
- NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Execução Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646760/>.
- AVENA, Norberto. **Processo Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647774/>.



Curso: Direito | Código: ENEX61315

Nome do Componente Curricular:
PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 8

Ementa:

Estudo dos aspectos teóricos e conceituais da sucessão. Caracterização dos fundamentos do direito hereditário em perspectiva contemporânea. Estabelecimento de relações entre o atual direito de família e o direito sucessório. Reflexão sobre o reexame do princípio da “Saisine”, parentesco, afinidades e vocação hereditária. Análise da evolução histórica da sucessão. Estudo e análise da herança, sua aceitação, renúncia e administração. Caracterização da herança jacente e vacante. Exame de questões sobre a legitimação para suceder e os excluídos da sucessão. Discussão sobre a sucessão legítima e testamentária dos companheiros e dos conviventes em concorrência com descendentes e ascendentes e por direito próprio. Exame de questões sobre as modificações testamentárias. Estudo sobre a definição e natureza jurídica do Inventário e da Partilha. Orientação sobre a elaboração do pedido de abertura de inventário. Organização dos documentos essenciais à abertura do Processo Inventário e do pedido de cumprimento de testamento. Descrição, definição e cabimento do Inventário Judicial e Administrativo.

Objetivo:

Elucidação dos aspectos principais dos direitos sucessórios. O aluno será capaz de compreender os institutos do Direito Sucessório e construir uma visão crítica em relação as nuances sociais envolvidas nas suas dinâmicas.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, retroprojetor e Datashow e outros que, eventualmente possam ser úteis.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Noções Gerais
1.1. Propriedade, família e sucessões.

UNIDADE II - Abertura da Sucessão
2.1. Abertura da sucessão (princípio de saisine).



- 2.2. Tempo da Abertura.
- 2.3. Lugar da Abertura.
- 2.4. Espécies de sucessão e de sucessores.
- 2.5. Aquisição da herança.
- 2.6. Aceitação e Renúncia da Herança.
- 2.7. Indivisibilidade da Herança.
- 2.8. Cessão da Herança.
- 2.9. Petição da Herança.

UNIDADE III - Da Vocação Hereditária no Código Civil de 1916 e no Código Civil de 2002

- 3.1. Legitimidade para Suceder na Sucessão.
- 3.2. Da Ilegitimidade para Suceder.
- 3.3. Distinção entre Exclusão da Herança e Ilegitimidade para Suceder.
- 3.4. Indignidade.
- 3.5. Deserdação.
- 3.6. Principais diferenças entre indignidade e deserdação.

UNIDADE IV - Da Sucessão Legítima

- 4.1. Ordem da vocação hereditária no Código Civil de 1916 e no Código Civil de 2002).
- 4.2. Herdeiros Legítimos, Necessários e Facultativos (no código civil de 1916 e no código civil de 2002).
- 4.3. Cota Disponível e Legítima.
- 4.4. Modos de Suceder.
- 4.5. Modos de Partilhar.

UNIDADE V - Dos Herdeiros Legítimos no Código Civil de 1916 e no Código Civil de 2002

- 5.1. Sucessão dos Descendentes.
- 5.2. Sucessão dos Ascendentes.
- 5.3. Sucessão do Companheiro e do Cônjuge.
- 5.4. Sucessão dos Colaterais.
- 5.5. Herança Jacente e Vacante.

UNIDADE VI - Da Sucessão Testamentária - O Testamento

- 6.1. Conceito.
- 6.2. Características.
- 6.3. Capacidade para testar.
- 6.4. Invalidade do Testamento.

UNIDADE VII - Formas Testamentárias

- 7.1. Formas Ordinárias.
- 7.2. Testamentos Especiais.
- 7.3. Codicilo.

UNIDADE VIII - O Conteúdo do Testamento

- 8.1. Disposições Testamentárias.
- 8.2. Disposições Pura e Simples, Condicionais, a Termo e Casuais.
- 8.3. Disposições à Pessoa Incerta.
- 8.4. Nomeação Conjunta de Herdeiros.
- 8.5. Cláusulas Restritivas: Inalienabilidade, Impenhorabilidade e Incomunicabilidade.
- 8.6. Legados.



- 8.7. Das Substituição.
 - 8.7.1. Substituição Vulgar.
 - 8.7.2. Substituição Fideicomissária.
- 8.8. Direito de Acrescer.
- 8.9. A Revogação do Testamento.

UNIDADE IX - A Proteção dos Herdeiros Necessários

- 9.1. O Rompimento do testamento.
- 9.2. Redução das Disposições Testamentárias.
- 9.3. Regras para Operar a Redução.
- 9.4. Modo de Processamento.
- 9.5. Adiantamento da Herança e Colação.
- 9.6. Implicações da Doação no Direito Sucessório.
- 9.7. Colação.

UNIDADE X - Inventário e Partilha

- 10.1. Do inventário e da Partilha.
- 10.2. Conceitos.
- 10.3. Prazo para abertura.
- 10.4. Nomeação do inventariante.
- 10.5. Arrolamento sumário e arrolamento comum. A lei 11.441/2007. Pagamento das dívidas.
- 10.6. Colação.
- 10.7. Partilha e sobrepartilha.
- 10.8. Formal de partilha e carta de adjudicação.
- 10.9. Anulação da partilha.

Bibliografia Básica:

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: **Direito das Sucessões. v.6.** [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646975/>.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões. v.7.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628335/>.

TEPEDINO, Gustavo; NEVARES, Ana Luiza M.; MEIRELES, Rose Melo V. **Fundamentos do Direito Civil: Direito das Sucessões. v.7.** [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644551>.

MESSIAS, Dimas. **Direito das Sucessões - Inventário e Partilha.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555591217/>.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Luiz Paulo Vieira de. **Direito das Sucessões.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017328>.



DUTRA, Joel S.; DUTRA, Tatiana A. **Gestão do Processo Sucessório - Preservando o Negócio e a Estratégia**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007572/>.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda C. **Planejamento Sucessório: Introdução à Arquitetura Estratégica - Patrimonial e Empresarial - com Vistas à Sucessão Causa Mortis**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000108/>.

ARAUJO, Dayane de A. **Planejamento Tributário Aplicado aos Instrumentos Sucessórios**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933648/>.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Sucessões**. 11^a edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984762/>.



Nome do Componente Curricular:
Linguagem de Programação

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
0 Teóricas/2 Práticas
Etapa: 2

Ementa:

Introdução ao Python. Tipos de variáveis. Operações básicas. Operadores. Estruturas de dados. Indexação. Controle de fluxo. Estruturas de repetição. Funções. Análise de dados. Bibliotecas. Visualização de dados.

Objetivo:

Fornecer uma compreensão básica da linguagem de programação Python e principais usos. Compreender a sintaxe da linguagem, estruturas de dados, controle de fluxo, estruturas de repetição e funções. Ser capaz de utilizar notebooks como ferramenta de programação e apresentação de análises. Instalar e utilizar bibliotecas e módulos comuns para resolver problemas do mundo real. Ser capaz de escrever programas básicos em Python com aplicações na área de negócios. Adquirir autonomia para avançar na elaboração de algoritmos em Python.

Metodologias/Diretivas:

As aulas serão expositivas e com viés para aplicação na prática, incluindo exercícios em ambiente de aprendizagem, suplementares e lista de exercícios para fixação do conteúdo referentes aos autores e as obras da disciplina. Os alunos deverão desenvolver trabalhos, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, Datashow, computadores e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo exercícios em ambiente de aprendizagem, suplementares e lista de exercícios para fixação do conteúdo referentes aos autores e as obras da disciplina. Os alunos deverão desenvolver trabalhos, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, Datashow e outros eventualmente úteis.

Conteúdo Programático

UNIDADE I – INTRODUÇÃO AO PYTHON



- 1.1. História e Filosofia do Python
- 1.2. Introdução ao Google Colab
- 1.3. Executando scripts Python no Colab

UNIDADE II - TIPOS DE VARIÁVEIS

- 2.1. Números (Inteiros, Floats)
- 2.2. Strings
- 2.3. Booleanos

UNIDADE III - OPERAÇÕES BÁSICAS E OPERADORES

- 3.1. Operações matemáticas
- 3.2. Operadores lógicos
- 3.3. Operadores de comparação

UNIDADE IV - ESTRUTURAS DE DADOS

- 4.1. Listas
- 4.2. Tuplas
- 4.3. Dicionários
- 4.4. Conjuntos

UNIDADE V - INDEXAÇÃO

UNIDADE VI - CONTROLE DE FLUXO E ESTRUTURAS DE REPETIÇÃO

- 6.1. Condicionais (If, Else, Elif)
- 6.2. Laços de repetição (For, While)
- 6.3. List Comprehensions

UNIDADE VII - FUNÇÕES

UNIDADE VIII - INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE DADOS

- 8.1. Biblioteca Numpy
- 8.2. Biblioteca Pandas

UNIDADE IX - INTRODUÇÃO À VISUALIZAÇÃO DE DADOS

- 9.1. Biblioteca Matplotlib
- 9.2. Biblioteca Seaborn

Bibliografia Básica:

- ALVES, William P. **Programação Python**: aprenda de forma rápida. São Paulo: Expressa, 2021.
- Menezes, Nilo N. **Introdução à Programação com Python**: Algoritmos e Lógica de Programação para iniciantes. 3 ed. São Paulo: Novatec Editora, 2019.
- JUNIOR, Dilermando P. et. al. **Algoritmos e programação de computadores**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.



Bibliografia Complementar:

- MCKINNEY, Wes. **Python para análise de dados**: Tratamento de dados com pandas, NumPy & IPython. 1 ed. São Paulo: Novatec Editora, 2020.
- PROVOST, Foster, FAWCETT, Tom. **Data science para negócios**: O que você precisa saber sobre mineração de dados e pensamento analítico de dados. 1.ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
- FORBELONE, André Luiz V., EBERSPACHER, Henri F. **Lógica de programação**: a construção de algoritmos e estrutura de dados com aplicação em Python. 4. Ed. – (São Paulo): Pearson; Porto Alegre: Bookman, 2022.
- CAETANO, Marco A. **Leonel Python e Mercado Financeiro**: O que você precisa saber sobre mineração de dados e pensamento analítico de dados. 1.ed. São Paulo: Blucher, 2021.
- ASCENCIO, Ana F. G.; CAMPOS, Edilene A. V. D. **Fundamentos da programação de computadores**. 2. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.



NONO PERÍODO

- Laboratório de Prática Jurídica III – Trabalho
- Metodologia do Trabalho Científico
- Direito Previdenciário
- Execução Trabalhista
- Processo Cautelar Sentença Penal
- Relações Internacionais Privadas
- Organizações e Tratados Internacionais
- Direito Portuário
- Optativa I



Nome do Componente Curricular:

LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA III - TRABALHO

Ementa:

Estudo analítico de casos práticos e respectivas ações e procedimentos na área trabalhista, com exame da jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho e Supremo Tribunal Federal. Análise e elaboração de peças processuais relativos aos temas propostos a partir de casos simulados e reais. Estudo do Código de Ética e Estatuto da OAB. Apresentação de questões processuais e de direito material inerentes aos conflitos trabalhistas existentes entre os diversos interesses privados, propiciando a possibilidade de desenvolver raciocínio que capacite o discente a solucionar problemas concretos, considerando as técnicas de conciliação, enfocando nos meios alternativos de solução de controvérsias.

Objetivo:

O aluno deverá aprender a prática real e simulada em casos jurídicos inseridos na competência da Justiça do Trabalho, além do significado do sentido psicossocial do exercício da advocacia através dos interesses dos atores sociais; identificar o conceito de hipossuficiência e de gratuidade de justiça; diagnosticar o enquadramento jurídico das controvérsias nas relações de trabalho, conforme o Direito aplicável à espécie. Realização de visitas orientadas para uma melhor visualização da prática trabalhista, bem como para difundir a cultura jurídica conhecendo algumas instituições que auxiliam na solução de conflitos trabalhistas, considerando a indisponibilidade dos direitos individuais trabalhistas.

Metodologia/Diretivas:

Aulas práticas com atendimento ao público, o que levará o aluno ao estudo de casos concretos. Solução de problemas pelos alunos com orientação do professor. Análise do texto legal com abordagem doutrinária. Elaboração de peças processuais com leitura e discussão, em grupo ou individualmente, das posições divergentes da doutrina e das distintas orientações jurisprudenciais. Realização de audiências. Visitas orientadas pelo professor. Palestras. Acompanhamento de processos no Fórum.

Avaliação:

Elaboração de uma peça processual a partir de um caso simulado, sendo facultado a utilização de legislação. Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Caso Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Ética Profissional

- 1.1. Estudo geral do Código de Ética e Disciplina da OAB.
- 1.2. Ética profissional nas relações com o cliente.



UNIDADE II – Ação Trabalhista e a Petição Inicial

2.1. Requisitos da Petição Inicial.

UNIDADE III - Antecipação de Tutela no Processo Trabalhista

3.1. Disposições gerais.

3.2. Antecipação de Tutela.

UNIDADE IV- Contestação, Reconvenção, Exceção

4.1. Disposições gerais.

4.2. Contestação.

4.3. Reconvenção.

4.4. Exceção.

UNIDADE V – Audiência

5.1. Instrução processual, depoimento pessoal, inquirição de testemunhas.

5.2. Ética profissional do advogado e a figura do preposto. Art. 23 do Código de Ética e Disciplina da OAB e art. 18 da Lei nº 8.906/94.

UNIDADE VI – Recursos no Direito do Trabalho

6.1. Disposições gerais.

6.2. Recursos em espécie.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de direito processual do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624641/>.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de direito processual do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624689/>.

PINHEIRO, Paulo S. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724085432/>.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622128/>.

MARTINS, Sergio P. **Direito do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627475/>.

Bibliografia Complementar:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de direito do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599688/>.

FILHO, Rodolfo P.; SOUZA, Tercio Roberto P. **Curso de direito processual do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623002/>.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025040/>.



- BUENO, Cássio S. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624528/>
- RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989552/>.
- BOMFIM, Vólia; PINHEIRO, Iuri; LIMA, Fabrício. **CLT Organizada: Consolidação das Leis do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647095/>.



Nome do Componente Curricular:

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Ementa:

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

0 Teóricas/2 Práticas

Etapa: 9

O curso apresenta o processo de investigação científica. O problema e as hipóteses da pesquisa. Planejamento da pesquisa. Uso de informações bibliográficas. Tratamento estatístico dos dados. Análises e inferências. Elaboração do relatório de pesquisa. Busca familiarizar o aluno com as técnicas de pesquisas existentes e as relações entre a teoria e o trabalho empírico para a construção de um anteprojeto de pesquisa. As técnicas utilizadas para investigação, coleta e análise de dados são enfatizadas. Trabalhar de forma ordenada e sequenciada as etapas necessárias à elaboração do projeto de investigação. Levantamento de material bibliográfico para a fundamentação teórica da pesquisa. Investigação sobre as técnicas e procedimentos necessários para o tratamento do problema de pesquisa. Levantamento do tipo de dados necessários para a fundamentação da pesquisa e sua disponibilidade. Redação de um projeto de pesquisa.

Objetivo:

Disciplina destinada a preparar os alunos para elaboração da Monografia de Graduação. Tratar de problemas associados à coleta, utilização e apresentação de dados primários e secundários, familiarizar o estudante com as fontes de informações estatísticas mais importantes sobre a sua área de atuação e, em geral favorecer o desenvolvimento da capacidade de expor argumentos de maneira clara, articulada e formalmente correta, inclusive no que tange a regras formais de apresentação.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e também de apresentação dos anteprojetos de monografia, pois é relevante que o aluno saiba apresentar suas ideias, sintetizá-las e preparar-se para ouvir críticas e sugestões de melhoria. Os recursos a serem utilizados durante as aulas serão o Datashow, o quadro e textos/trabalhos para debates.

Avaliação:

A avaliação do curso será processual, contabilizando-se presença, apresentação de trabalhos/projetos e, ao final, a apresentação de um pré-projeto de pesquisa, que deverá ser posteriormente utilizado para a Monografia/TCC

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

- 1.1. Metodologia e principais métodos de investigação.
- 1.2. Técnicas de pesquisa.

UNIDADE II – A PESQUISA

- 2.1. Conceito, tipos e planejamento de pesquisa



UNIDADE III – FASES DE UMA PESQUISA

- 3.1. Levantamento de Dados e uso das Informações estatísticas
- 3.2. Coleta de dados bibliográficos e o uso da informação bibliográfica
- 3.3. Pesquisa de campo

UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS

- 4.1. Relatórios, Monografias, Dissertação, Tese, Artigos científicos e Resenha

UNIDADE V – REDAÇÃO FINAL DO TRABALHO

- 5.1. As partes lógicas do texto
- 5.2. Aspectos gráficos e materiais de trabalho
- 5.3. Tamanho das folhas e disposição dos textos
- 5.4. Elementos pré-textuais: Capa e Folha de rosto
- 5.5. Elementos textuais: Introdução, Desenvolvimento do trabalho e Conclusão
- 5.6. Elementos Pós-Textuais: Referência, bibliográfica, Anexos ou apêndices
- 5.7. Abreviaturas e ilustrações

Bibliografia Básica:

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas. 2008. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026559/epubcfi/6/2\[%3Bvnd_vst.idref%3Dhtml0\]!/4/2/2%4051:84](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026559/epubcfi/6/2[%3Bvnd_vst.idref%3Dhtml0]!/4/2/2%4051:84)
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655553055/>.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>.

Bibliografia Complementar:

- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636552>.
- SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925207>.
- SANTOS, João A.; FILHO, Domingos P. **Metodologia Científica**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112661>.
- DEMO, Pedro. Praticar ciéncia: **Metodologias do conhecimento científico** - 1^a edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502148079>.
- SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P B. **Metodología de pesquisa**. Porto Alegre: Grupo A, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367>.



Curso: Direito | Código: ENEC61356

Nome do Componente Curricular:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 9

Ementa:

Compreender o regime legal de previdência social e suas formas de exercício, bem como ingressar no ambiente interpretativo e jurisprudencial dos institutos que a permeiam, na busca da concretização dos direitos previdenciários do cidadão sob uma perspectiva legal e constitucional. Importante enfatizar ainda o papel dos tribunais superiores em relação à interpretação e respectiva aplicação das normas previdenciárias no contexto processual e ainda no dia a dia da administração pública. As análises possíveis devem considerar a dimensão constitucional da matéria no contexto do Estado Democrático de Direito.

Objetivo:

O aluno deverá identificar ao término do semestre os conceitos fundamentais do Direito Previdenciário, bem como as legislações e assuntos em questão, visando a capacidade de solucionar problemas nas relações sociais.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - A SEGURIDADE SOCIAL

- 1.1. Evolução histórica da seguridade social
- 1.2. A seguridade social na constituição federal de 1988 — normas gerais
- 1.3. Fontes do direito previdenciário
- 1.4. Interpretação do direito previdenciário
- 1.5. Aplicação do direito previdenciário

UNIDADE II - O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

- 2.1. Normas gerais constitucionais. Financiamento de forma direta e indireta
- 2.2. Contribuições sociais para o custeio da seguridade social
- 2.3. Contribuições do empregador, da empresa ou da entidade a ela equiparada



Produtores rurais. Financiamento dos benefícios por acidente do trabalho (arts. 25 e 25-a do pcss)

2.4. Contribuição do empregador doméstico

2.5. Contribuição do segurado

UNIDADE III – O DIREITO À SAÚDE

3.1. Conceito

3.2. A Execução dos serviços de saúde. O SUS

3.3. Descentralização da gestão do sus

3.4. Planos de saúde

UNIDADE IV - A ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1. Conceito

4.2. Financiamento

4.3. Princípios e diretrizes

4.4. Organização e gestão

4.5. Prestações, serviços, programas e projetos de assistência social

UNIDADE V - OS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

5.1. Conceito

5.2. Disciplina constitucional

5.3. O plano de benefícios da previdência social

5.4. Decadência e prescrição

5.5. Cumulação de benefícios

5.6. Desaposentação

5.7. O regime previdenciário dos trabalhadores rurais

5.8. Evolução histórica

5.9. Disciplina constitucional

5.10. Normas gerais

5.11. Aposentadorias dos segurados do regime próprio de previdência dos servidores públicos.
As emendas constitucionais ns. 20/98, 41/2003, 47/2005 e 103/2019

5.12. Abono de permanência em serviço

5.13. Benefício devido aos dependentes dos segurados do regime próprio de previdência dos servidores públicos. Pensão por morte

5.14. O financiamento do regime previdenciário dos servidores públicos

5.15. A previdência complementar dos servidores públicos

5.16. Histórico

5.17. Os membros das forças armadas

5.18. Transferência para a inatividade remunerada

5.19. Dependentes do servidor militar integrante das forças armadas. A pensão militar

5.20. Contribuição para custeio da pensão militar

5.21. Introdução

5.22. Natureza jurídica

5.23. Normas gerais

5.24. Entidades abertas de previdência complementar (EAPC)

5.25. Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) (EFPC)

UNIDADE VI - LEGISLAÇÃO ESPECIAL

6.1. Introdução

6.2. Pensão mensal vitalícia para os seringueiros (“soldados da borracha”)

6.3. O ex-combatente



- 6.4. Pensão especial para dependentes das vítimas fatais de hepatite tóxica (síndrome da hemodiálise de caruaru)
- 6.5. Pensão especial vitalícia — síndrome da talidomida
- 6.6. Pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia-GO
- 6.7. Indenização especial de anistiado

UNIDADE VII - O PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO

- 7.1. Introdução
- 7.2. A competência da Justiça Federal. Regras gerais
- 7.3. Competência para o processamento das ações previdenciárias. Competência delegada. Juizados Especiais Federais. Acidente do trabalho. Mandado de segurança
- 7.4. Declaração de incompetência. A Súmula 33 do STJ
- 7.5. Conflitos de competência
- 7.6. O prévio requerimento administrativo
- 7.7. Procedimento comum
- 7.8. Procedimento dos Juizados Especiais Federais
- 7.9. A prova no Direito Previdenciário
- 7.10. Recursos

Bibliografia Básica:

AGOSTINHO, Theodoro. **Manual de direito previdenciário.** – São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (**livro eletrônico**)

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655592399/pageid/3>

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário.** João Batista Lazzari. – 25. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022. (**livro eletrônico**)

[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559642205/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5\]!/4/42/1:20\[126%2C-4\]](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559642205/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5]!/4/42/1:20[126%2C-4])

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito Previdenciário.** coord. Pedro Lenza. – 12. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2022. (**livro eletrônico**)

[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623095/epubcfi/6/6\[%3Bvnd.vst.idref%3Dtoc\]!/4/2/2%4052:14](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623095/epubcfi/6/6[%3Bvnd.vst.idref%3Dtoc]!/4/2/2%4052:14)

Bibliografia Complementar:

BOCAYUVA, Marcela Carvalho. **Direito previdenciário;** coordenação Renee do Ó Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022. (**livro eletrônico**)

[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644681/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5\]!/4/24/1:3\[B64%2C2d\]](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644681/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5]!/4/24/1:3[B64%2C2d])

LEITÃO, André Studart. MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. **Manual de direito previdenciário** – 5. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (**livro eletrônico**)

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553602117/pageid/4>



MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional** – 39. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2023. ([livro eletrônico](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774944/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4051:2))
[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774944/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover\]!/4/2/2%4051:2](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774944/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4051:2)

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Curso de processo judicial previdenciário**. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014. ([livro eletrônico](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5612-7/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopy]!/4/36/1:25[r%C3%A9l%C2Cio]))
[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5612-7/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopy\]!/4/36/1:25\[r%C3%A9l%C2Cio\]](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5612-7/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopy]!/4/36/1:25[r%C3%A9l%C2Cio])

VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Direito previdenciário**. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2022. ([livro eletrônico](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4076:52))
[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover\]!/4/2/2%4076:52](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4076:52)



Curso: Direito | Código: ENEX61321

Nome do Componente Curricular:
EXECUÇÃO TRABALHISTA

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 9

Ementa:

Reflexão sobre os princípios do Direito Processual do Trabalho. Estudo da Justiça do trabalho: organização e competência. Análise do Procedimento Ordinário e sumaríssimo. Estudo dos Recursos. Análise da Liquidação e Execução no processo do trabalho. Reflexão sobre Prática Processual Trabalhista.

Objetivo:

Ao término da disciplina o aluno deverá conhecer os conceitos básicos e identificar os princípios fundamentais do Direito Processual do Trabalho; deverá, ainda, saber como propor a ação trabalhista e compreender os procedimentos implicados em suas diversas fases; sendo, por fim, capaz de solucionar situações concretas com a aplicação dos conceitos e princípios processuais trabalhistas.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de casos concretos em exercícios práticos pelos alunos com orientação docente; seminários, análise de jurisprudência.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Execução Trabalhista e suas peculiaridades

- 1.1. Disposições legais.
- 1.2. Princípios aplicáveis à execução trabalhista.

UNIDADE II – Execução por carta de sentença

- 2.1. Execução por carta de sentença - provisória.
- 2.2. Execução por carta de sentença – definitiva e provisória.

UNIDADE III – Título Executivo Extrajudicial

- 3.1. Competência para ajuizamento da Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial.
- 3.2. Títulos Executivos Extrajudiciais que podem ser cobrados na Justiça do Trabalho.

UNIDADE IV – Título Executivo Judicial

- 4.1. Competência da Justiça do Trabalho.
- 4.2. Formas de liquidação (cálculos, arbitramento, artigos e por perito).
- 4.3. Impugnação aos cálculos de liquidação (prazos e partes).



UNIDADE V- Homologação dos Cálculos de Liquidação

- 5.1. Decisão Homologatória e seus efeitos.
- 5.2. Pagamento da dívida.
- 5.3. Garantia do Juízo (depósito ou indicação de bens à penhora)
- 5.4. Penhora de bens do sócio.
- 5.5. Embargos à Execução.
- 5.6. Embargos à Penhora.
- 5.7. Exceção ou Objeção de Pré-Executividade.
- 5.8. Impugnação à Sentença de Liquidação.
- 5.9. Embargos de Terceiro.

UNIDADE VI – Recursos na Execução Trabalhista

- 6.1. Agravo de Petição.
- 6.2. Recurso de Revista.
- 6.3. Recurso de Embargos.
- 6.4. Recurso Extraordinário.
- 6.5. Resposta do reclamado. Contestação. Exceções. Reconvenção.
- 6.6. Suspensão e extinção do processo.
- 6.7. Fase probatória. Análise do ônus da prova no processo trabalhista.
- 6.8. Fase decisória. A sentença.
- 6.9. Ação de rito sumaríssimo na Justiça do trabalho.

UNIDADE VII – Penhora dos bens

- 7.1. Remição da execução.
- 7.2. Embargos à adjudicação.
- 7.3. Embargos à arrematação.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de direito processual do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624641/>.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de direito processual do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624689/>.

PINHEIRO, Paulo S. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724085432/>.

Bibliografia Complementar:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de direito do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599688/>.

FILHO, Rodolfo P.; SOUZA, Tercio Roberto P. **Curso de direito processual do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623002/>.



SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025040/>.

BUENO, Cássio S. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624528/>.

FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/>.



Nome do Componente Curricular:
EXECUÇÃO TRABALHISTA

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 9

Ementa:

Reflexão sobre os princípios do Direito Processual do Trabalho. Estudo da Justiça do trabalho: organização e competência. Análise do Procedimento Ordinário e sumaríssimo. Estudo dos Recursos. Análise da Liquidação e Execução no processo do trabalho. Reflexão sobre Prática Processual Trabalhista.

Objetivo:

Ao término da disciplina o aluno deverá conhecer os conceitos básicos e identificar os princípios fundamentais do Direito Processual do Trabalho; deverá, ainda, saber como propor a ação trabalhista e compreender os procedimentos implicados em suas diversas fases; sendo, por fim, capaz de solucionar situações concretas com a aplicação dos conceitos e princípios processuais trabalhistas.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de casos concretos em exercícios práticos pelos alunos com orientação docente; seminários, análise de jurisprudência.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Execução Trabalhista e suas peculiaridades

- 1.1. Disposições legais.
- 1.2. Princípios aplicáveis à execução trabalhista.

UNIDADE II – Execução por carta de sentença

- 2.1. Execução por carta de sentença - provisória.
- 2.2. Execução por carta de sentença – definitiva e provisória.

UNIDADE III – Título Executivo Extrajudicial

- 3.1. Competência para ajuizamento da Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial.
- 3.2. Títulos Executivos Extrajudiciais que podem ser cobrados na Justiça do Trabalho.

UNIDADE IV – Título Executivo Judicial

- 4.1. Competência da Justiça do Trabalho.
- 4.2. Formas de liquidação (cálculos, arbitramento, artigos e por perito).
- 4.3. Impugnação aos cálculos de liquidação (prazos e partes).



UNIDADE V- Homologação dos Cálculos de Liquidação

- 5.1. Decisão Homologatória e seus efeitos.
- 5.2. Pagamento da dívida.
- 5.3. Garantia do Juízo (depósito ou indicação de bens à penhora)
- 5.4. Penhora de bens do sócio.
- 5.5. Embargos à Execução.
- 5.6. Embargos à Penhora.
- 5.7. Exceção ou Objeção de Pré-Executividade.
- 5.8. Impugnação à Sentença de Liquidação.
- 5.9. Embargos de Terceiro.

UNIDADE VI – Recursos na Execução Trabalhista

- 6.1. Agravo de Petição.
- 6.2. Recurso de Revista.
- 6.3. Recurso de Embargos.
- 6.4. Recurso Extraordinário.
- 6.5. Resposta do reclamado. Contestação. Exceções. Reconvenção.
- 6.6. Suspensão e extinção do processo.
- 6.7. Fase probatória. Análise do ônus da prova no processo trabalhista.
- 6.8. Fase decisória. A sentença.
- 6.9. Ação de rito sumaríssimo na Justiça do trabalho.

UNIDADE VII – Penhora dos bens

- 7.1. Remição da execução.
- 7.2. Embargos à adjudicação.
- 7.3. Embargos à arrematação.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de direito processual do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624641/>.

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de direito processual do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624689/>.

PINHEIRO, Paulo S. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724085432/>.

Bibliografia Complementar:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de direito do trabalho.** [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599688/>.

FILHO, Rodolfo P.; SOUZA, Tercio Roberto P. **Curso de direito processual do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623002/>.



SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025040/>.

BUENO, Cássio S. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624528/>.

FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/>.



Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 9

Nome do Componente Curricular:

PROCESSO CAUTELAR E SENTENÇA PENAL

Ementa:

Reflexão crítica sobre a prisão processual e de suas espécies. Interface da prisão e outras medidas cautelares pessoais em espécie. Abordagem das medidas cautelares segundo os ditames legais e constitucionais. Estudo do Processo Penal Cautelar: teoria geral. Prisão cautelar: fundamentos; finalidades; pressupostos, espécies. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Liberdade provisória. Relaxamento da prisão. Revogação da prisão. Medidas Assecuratórias (sequestro, arresto, hipoteca legal), busca e apreensão, restituição de coisas apreendidas. Procedimentos. Análise das questões prejudiciais. Estudo dos procedimentos incidentes, abordando o conceito e natureza. Exceções. Conflito de Competência. Conflito de Atribuição. Estudo da prova no processo penal; com abordagem da teoria da prova; distinção entre prova ilícita e ilegítima; princípios; ônus da prova; apreciação da prova; livre convencimento, íntima convicção e persuasão racional; meios de provas: pericial, documental, oral e indiciária. Estudo da teoria das Nulidades no Processo Penal: conceito, natureza jurídica, espécies, critérios diferenciadores. Nulidades quanto aos pressupostos de existência e de validade da relação jurídico-processual. Estudo da Sentença: conceito, estrutura lógica, natureza jurídica, função, requisitos. Sentença penal de mérito, decisões interlocutórias e despachos ordinatórios. Análise das figuras da preclusão e da coisa julgada no âmbito do processo penal. Fundamento político da coisa julgada, natureza jurídica, limites objetivos e subjetivos.

Objetivo:

Levar o aluno a conhecer o Direito Processual Penal e ao término do curso o aluno deverá saber identificar os procedimentos adotados no direito positivo brasileiro, bem como saber solucionar problemas de aplicação das normas processuais penais.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de casos concretos em exercícios práticos pelos alunos com orientação docente; seminários, análise de jurisprudência.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Prisões Cautelares

1.1. Teoria das Prisões Cautelares: Natureza Jurídica as Prisões Cautelares, Presunção de inocência, *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*.



UNIDADE II - Das Prisões Cautelares em Espécie

- 2.1. Prisão em Flagrante: Medida de natureza pré-cautelar.
 - 2.1.1. Do Procedimento.
 - 2.1.2. Auto de Prisão em Flagrante.
 - 2.1.3. Garantias Constitucionais e a Legalidade da Prisão em Flagrante.
 - 2.1.4. Relaxamento da Prisão em Flagrante.
- 2.2. Prisão Preventiva: Quem pode postular seu decreto.
 - 2.2.1. Requisitos da Prisão Preventiva.
 - 2.2.2. Casos em que a Prisão Preventiva pode ser decretada.
 - 2.2.3. Revogação da Prisão Preventiva.
- 2.3. Prisão Temporária: Duração da Prisão Temporária.
 - 2.3.1. Cabimento da Prisão Temporária.
 - 2.3.2. Analise de sua “imprescindibilidade” para as investigações policiais.
 - 2.3.3. Revogação da Prisão Temporária (analogia ao art. 316 do Código de Processo Penal).

UNIDADE III – Da Liberdade Provisória

- 3.1. Liberdade Provisória. Regime Jurídico.
- 3.2. Liberdade Provisória com Fiança. Da fiança. Crimes inafiançáveis. Medidas Cautelares diversas da prisão.

UNIDADE IV – Medidas Assecuratórias

- 4.1. Sequestro de bens imóveis e móveis.
- 4.2. Busca e apreensão.
- 4.3. Hipoteca Legal.
- 4.4. Arresto.

UNIDADE V - Dos Ritos Processuais

- 5.1. Considerações Iniciais.
- 5.2. Rito Ordinário.
- 5.3. Rito Sumário.
- 5.4. Rito Sumaríssimo.
- 5.5. Ritos Especiais.

UNIDADE VI - Questões Prejudiciais e Procedimentos Incidentes

- 6.1. Questões prejudiciais
- 6.2. Exceções
- 6.3. Incompatibilidades e Impedimentos.
- 6.4. Conflito de Jurisdição.

UNIDADE VII - Prova no Processo Penal

- 7.1. Teoria da prova. Provas ilícita e ilegítima.
- 7.2. Princípios.
- 7.3. Ônus da prova.
- 7.4. Apreciação da prova; livre convencimento, íntima convicção e persuasão racional.
- 7.5. Meios de provas: pericial, documentária, oral e indiciária.

UNIDADE VIII – Nulidades

- 8.1. Considerações iniciais
- 8.2. Nulidade Absoluta e Nulidade Relativa.
- 8.3. Instrumentalidade das Formas.
- 8.4. Convalidação.



UNIDADE IX – Sentença

- 9.1. Conceito, estrutura lógica, natureza jurídica, função, requisitos.
- 9.2. Sentença penal de mérito, decisões interlocutórias e despachos ordinatórios.
- 9.3. *Emendatio Libelli* e *Mutatio Libeli*.
- 9.4. *Analise das figuras da preclusão e da coisa julgada no âmbito do processo penal.*

Bibliografia Básica:

- MARCÃO, Renato F. **Curso De Processo Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655594485/>.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626072/>.
- NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646838/>.
- MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655598872/>.

Bibliografia Complementar:

- MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624658/>.
- BONFIM, Edilson M. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610624/>.
- NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Execução Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646760/>.
- AVENA, Norberto. **Processo Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647774/>.



Nome do Componente Curricular:
RELACÕES INTERNACIONAIS PRIVADAS

Ementa:

Estudo sobre o método do Direito Internacional Privado: método conflitual, história (escolas italiana, francesa e holandesa, século XIX, século XX). Análise das fontes do DIPRI e os conflitos entre elas. Estudo do Processo civil internacional: competência internacional e imunidade de jurisdição. Discussão sobre a cooperação inter-jurisdicional. Análise acerca da aplicação e prova do direito estrangeiro: cartas rogatórias e sentenças estrangeiras. Estudo da parte especial do DIPRI: lei aplicável às pessoas e bens, contratos internacionais, direito de família e sucessão internacional. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.

Objetivo:

Oportunizar ao aluno a compreensão da importância do Direito Internacional Privado. Conhecer as normas de composição dos conflitos de leis no espaço. A jurisprudência que envolve o Direito Internacional Privado e a doutrina estrangeira. Proporcionar ao aluno os meios para desenvolvimento do seu raciocínio jurídico, habilitando-o a entender os meios dos contratos internacionais.

Metodologia/Diretivas:

Exposição didática de cada tema, em suas linhas básicas, à luz da moderna doutrina. Ilustração com casos extraídos da jurisprudência atual, em perspectiva do Direito Comparado. Aulas participativas, propiciando discussões e debates.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Introdução

- 1.1. Introdução ao Direito Internacional Privado.
- 1.2. O domínio do Direito Internacional Público.
- 1.3. História do Direito Internacional Privado.

UNIDADE II - Lei No Tempo e Classificação das Normas do Direito Internacional

- 2.1. Direito intertemporal e Direito Internacional Privado.
- 2.2. Direito uniforme e direito comparado.
- 2.3. Normas do Direito Internacional Privado: indiretas, diretas e qualificadoras; unilaterais e bilaterais.

UNIDADE III - Fontes do Direito Internacional Privado



3.1. Fontes do Direito Internacional Privado: leis, tratados, doutrinas e jurisprudência.

UNIDADE IV - O Homem nas Relações Internacionais

- 4.1. Condição Jurídica do estrangeiro: Asilo político, entrada e saída de estrangeiros, deportação, expulsão e extradição.
- 4.2. Aplicação, prova e intervenção do direito estrangeiro.

UNIDADE V - Elementos de Conexão

- 5.1. As regras de conexão.
- 5.2. Lei determinadora do estatuto pessoal.
- 5.3. Domicílio.
- 5.4. Teoria das qualificações.

UNIDADE VI - Direito Civil

- 6.1. Bens móveis e imóveis.
- 6.2. Direito das obrigações.
- 6.3. Contratos internacionais.
- 6.4. Teoria dos direitos adquiridos. Pessoa jurídica.
- 6.5. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

UNIDADE VII - Direito de Família

- 7.1. Adoção internacional.
- 7.2. Casamento e Regime de bens. Divórcio.

UNIDADE VIII - Sucessões

- 8.1. Direito das sucessões no Direito Internacional.

UNIDADE IX - Homologação de Sentença Estrangeira e Limites à Aplicação da Lei Estrangeira

- 9.1. Homologação de sentença estrangeira: requisitos, procedimento e jurisprudência.
- 9.2. Cartas rogatórias.
- 9.3. Competência da justiça brasileira: concorrente e exclusiva.
- 9.4. Ordem pública e fraude à lei.

Bibliografia Básica:

RAMOS, Andre de C. **Curso de direito internacional privado.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624719/>.

MAZZUOLI, Valerio de O. **Curso de Direito Internacional Privado.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647699/>.

MARISTELA, Basso B. **Curso de Direito Internacional Privado.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023060/>.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. **Direito Internacional Privado.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988616/>.



Bibliografia Complementar:

TEIXEIRA, Carla N. **Manual de direito internacional público e privado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624511/>.

TEIXEIRA, Carla N. **Manual de Direito Internacional Público e Privado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616787/>.

DEL'OLMO, Florisbal de S.; JR., Augusto J. **Curso de Direito Internacional Privado**. 12^a edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530973896/>.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: Teoria e Prática**. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623217/epubcfi/6/4%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright_3-0.xhtml!4/12/2/1:28\[alt%2Cer\]](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623217/epubcfi/6/4%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright_3-0.xhtml!4/12/2/1:28[alt%2Cer])

MALHEIRO, Emerson. **Direito Internacional Privado. (Coleção Método Essencial)**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643257/>.



Curso: Direito | Código: ENEC61355

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 9

Nome do Componente Curricular:

ORGANIZAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS

Ementa:

Análise histórica do Direito Internacional Público, abordando questões de caráter introdutório e suas peculiaridades, examinando sua evolução e sua atual aplicação em um mundo globalizado. Identificação das normas do Direito Internacional Público e compreensão da correlação entre as fontes do Direito Internacional Público e Privado. Estudo das Organizações Internacionais e dos Estados como sujeito de Direito Internacional. Análise da proteção ao ser humano no Direito Internacional. Estudo da Proteção Internacional ao Meio Ambiente. Exame dos aspectos inerentes aos Territórios e a solução de controvérsias no Direito Internacional. Características das pessoas internacionais e dos tratados internacionais. O papel da UNESCO nas políticas de promoção da educação ambiental. Marcos internacionais de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Compreensão do princípio da Dignidade da Pessoa Humana no Pós-Guerra. Estudo dos principais organismos internacionais de preservação dos direitos humanos. Análise do Decreto 6.949 de 2009 (Convenção de Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência).

Objetivo:

Conhecer e compreender os princípios informadores das normas internacionais e o funcionamento da ONU. Proporcionar ao aluno a possibilidade de compreender o objetivo do Direito Internacional Público, enquanto instrumento jurídico condutor da escolha, pelo julgador, da legislação mais adequada à uma situação particular que envolva legislações estrangeiras. Apresentar ao aluno o mecanismo das transações de comércio internacional.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de casos concretos em exercícios práticos pelos alunos com orientação docente; seminários, análise de jurisprudência.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Noções introdutórias

- 1.1. Aspectos Introdutórios a disciplina.
- 1.2. Apresentação do programa.
- 1.3. Direito Internacional Público**



1.4. Sociedade internacional. Descrição, existência, características.

- 1.5. Conceito de Direito Internacional Público.
- 1.6. O DIP numa era de transformações mundiais.
- 1.7. Evolução histórica.
- 1.8. As normas de DIP.
- [1.9. Fundamento do DIP.](#)
- 1.10. Classificação das teorias.

[UNIDADE II - A juridicidade do Direito Internacional](#)

- 2.1. A afirmação da juridicidade do Direito Internacional.
- 2.2. Universalidade das normas de DIP.
- 2.3. Fontes do direito internacional
- 2.4. Distinção entre fontes e fundamento.
- 2.5. Fontes formais e fontes materiais.
- 2.6. Análise do artigo 38 da Corte Internacional de Justiça.
- 2.7. O costume como fonte do Direito Internacional.
- 2.8. Relevância e fundamento da obrigatoriedade do costume como fonte do DIP.
- 2.9. Hierarquia das fontes.
- 2.10. Importância do jus cogens.
- 2.11. Aceitação do jus cogens pela Convenção de Viena sobre direito dos tratados.
- 2.12. Violação de jus cogens.
- 2.13. O ato jurídico internacional

[UNIDADE III - Atores transnacionais](#)

- 3.1. Principais atores transnacionais.
- 3.2. O Estado como pessoa internacional
- 3.3. Reconhecimento de Estado
- 3.4. Reconhecimento de Governo
- 3.5. Coletividades não estatais
- 3.6. Coletividades não-estatais.
- 3.7. Beligerantes e Insurgentes. Reconhecimento.
- 3.8. Imunidade de jurisdição dos Estados
- 3.9. A Santa Sé.
- 3.10. Comitê Internacional da Cruz Vermelha.
- 3.11. Territórios sob mandato e tutela internacional.
- 3.12. Empresas transnacionais.
- 3.13. Organizações Internacionais.
- 3.14. O indivíduo como sujeito internacional.

[UNIDADE IV - Classificação dos tratados internacionais](#)

- 4.1. Classificação dos tratados internacionais.
- 4.2. Competência para negociar.
- 4.3. Negociação bilateral e coletiva.
- 4.4. Estrutura e composição dos tratados.
- 4.5. Estrutura do tratado.
- 4.6. Expressão do consentimento. Assinatura. Troca instrumental.
- 4.7. Ratificação: Competência, discricionariedade, irretratabilidade.



- 4.8. Forma e depositário.
- 4.9. Ratificações inconstitucionais. Promulgação. Publicação. Reservas. Adesão.
- 4.10. Suspensão dos tratados.
- 4.11. Fim e suspensão dos tratados.
- 4.12. Pressupostos constitucionais de consentimento – sistema brasileiro.
- 4.13. Acordos executivos: noção, importância na atualidade. Acordos executivos possíveis no Brasil.
- 4.14. Acordos executivos como subproduto de tratado internacional vigente e como expressão de diplomacia ordinária (paradiplomacia).

UNIDADE V - As teses monista e dualista

- 5.1. A tese monista e a tese dualista.
- 5.2. O monismo com primazia do direito interno e o monismo com primazia do direito internacional.
- 5.3. Prática interna e prática internacional.
- 5.4. Os sistemas de vigência do Direito Internacional na ordem interna – estudo comparado.
- 5.5. A relevância do Direito Internacional na ordem jurídica brasileira.
- 5.6. As normas internacionais e a Constituição Federal.
- 5.7. Análise do Art. 5º, parágrafo 2º da Constituição Federal.

UNIDADE VI - Associacionismo internacional

- 6.1. O associacionismo internacional.
- 6.2. Conceito e definição de organizações internacionais.
- 6.3. A questão da soberania estatal e as organizações internacionais
- 6.4. A Liga das Nações: origem, características, objetivos. Tratado constitutivo. Estados membros.
- 6.5. Crise da Liga das Nações.
- 6.6. A Organização das Nações Unidas e sua contribuição para o desenvolvimento do Direito Internacional.
- 6.7. A ONU no pós-guerra fria e sua situação atual. O Conselho de Segurança da ONU.
- 6.8. Composição, competência e funcionamento.
- 6.9. A Corte Internacional de Justiça como órgão da ONU.
- 6.10. A questão da jurisdição doméstica dos Estados e a Corte.
- 6.11. Sanções da ONU.
- 6.12. O sistema interamericano de direitos humanos.
- 6.13. A Organização dos Estados Americanos.
- 6.14. Estrutura e objetivos da OEA.
- 6.15. A Comissão Interamericana e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- 6.16. Organismos Especializados e sua posição em relação à ONU.

UNIDADE VII - Representação política dos Estados

- 7.1. Chefes de Estado. Ministros das relações exteriores.
- 7.2. Relações diplomáticas: estabelecimento e rompimento.
- 7.3. Missões diplomáticas.
- 7.4. Diplomatas. Privilégios e imunidades.
- 7.5. Repartições consulares.
- 7.6. Cônsules. Privilégios e imunidades.

UNIDADE VIII - Direito internacional do mar e do ar

- 8.1. Direito Internacional do mar.



- 8.2. A água e sua importância.
- 8.3. A convenção da Jamaica e as áreas marítimas.
- 8.4. O Direito Internacional do Ar.
- 8.5. O espaço aéreo.
- 8.6. Classificação e situação jurídica.
- 8.7. O direito aeronáutico.

Bibliografia Básica:

MAZZUOLI, Valerio de O. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645886/>.

MAZZUOLI, Valerio de O. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645886/>.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627918/>.

JÚNIOR, Alberto do A. **Curso de Direito Internacional Público**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496853/>.

Bibliografia

Complementar:

MAZZUOLI, Valerio de O. **Curso de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647699/>.

RAMOS, André de C. **Curso de direito internacional privado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624719/>.

MORAIS, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026825/>.

GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596151/>.

RAMOS, André de C. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626409/>.



Nome do Componente Curricular:

LIBRAS (LIVRE ESCOLHA)

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 10

Ementa:

O que é LIBRAS e sua estrutura gramatical. Temas diversificados para aprendizagem de sinais, conversação e difusão do idioma. Compreender o sujeito Surdo e sua cultura. Conhecer as principais diferenças entre a Língua Brasileira de Sinais e o Português. Aspectos linguísticos, educacionais e culturais. Legislação de LIBRAS.

Objetivo:

Analisar os fundamentos, metodologias e processos de ensino e aprendizagem na Educação de Surdos. Desconstruir os mitos estabelecidos na sociedade sobre as línguas de sinais e como a comunidade surda se organiza como grupo social; Examinar os elementos fonéticos, fonológicos e morfológicos formativos de palavras nas libras; discutir as prerrogativas da legislação vigente à luz dos discursos construídos pelos sujeitos surdos; apreender a libras em contexto.

Metodologia/Diretivas:

Analisar os fundamentos, metodologias e processos de ensino e aprendizagem na Educação de Surdos. Desconstruir os mitos estabelecidos na sociedade sobre as línguas de sinais e como a comunidade surda se organiza como grupo social; Examinar os elementos fonéticos, fonológicos e morfológicos formativos de palavras nas libras; discutir as prerrogativas da legislação vigente à luz dos discursos construídos pelos sujeitos surdos; apreender a libras em contexto.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Fundamentos e História da Educação de Surdos

- 1.1. Fundamentos, metodologia e processos educacionais da educação de surdos.
- 1.2. Artefatos constituintes da sociedade surda.
- 1.3. Características gerais da LIBRAS

UNIDADE II - Um Novo Horizonte na Educação de Surdos: Letramento Visual

- 2.1. A concepção do letramento visual



- 2.2. Aspectos gerais da LIBRAS
- 2.3. Paralelos entre línguas orais e gestuais
- 2.4. Unidades mínimas gestuais
- 2.5. Classificadores

UNIDADE III - Introdução aos Estudos Linguísticos da LIBRAS

- 3.1. Morfologia da língua brasileira de sinais.
- 3.2. Fonética e fonologia da LIBRAS.
- 3.3. Prática em contexto.
- 3.4. Expressões faciais e corporais.
- 3.5. Alfabeto digital.

UNIDADE IV - Como a Legislação Contribui para Legitimar a Comunidade Surda e a LIBRAS.

- 4.1. Amparo Legal: Análise crítica
- 4.2. Modos de organização de discurso em LIBRAS.
- 4.3. Prática em contexto.

Bibliografia Básica:

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a Comunicação Usada Pelas Pessoas com Surdez.** 15 ed. São Paulo: Ciranda Cultural, 2014.

GESSER, Andrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e Preconceitos em Torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda.** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MORAIS, Carlos E L.; PLINSKI, Rejane R. K.; MARTINS, Gabriel P.T.C.; e outros. **Libras.** Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027305/>.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de Libras:** língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2014.

GESSER, Andrei. **O Ouvinte e a Surdez: Sobre Ensinar e Aprender Libras.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira. Estudos Linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004 (reimpressão 2007).

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo.** São Paulo: Cortez, 2011. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524924408/>.



Curso: DIREITO | Código:

Nome do Componente Curricular:

DIREITO PORTUÁRIO

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa:

Ementa:

Evolução legislativa, histórica e doutrinária do Direito Portuário. Principais organismos nacionais e internacionais relacionados ao Direito Portuário. O navio: Conceito Legal, estrutura física e natureza jurídica. Classificação. A Aquisição da propriedade do navio. Modos de aquisição e de perda da propriedade. Nacionalidade do navio: Aquisição da Nacionalidade, prova e perda da nacionalidade, bandeira de conveniência. Armação do navio: Conceito, histórico. Capitania: Histórico e funções, nomeação, despedida. Equipagem: Tripulação do navio: Conceito, histórico, composição, categorias da inscrição. Serviços auxiliares de navegação: Práticos, agentes de navios. Consignatários de navios, corretores de navios. Os contratos de utilização do navio. Contratos de Fretamento – Locação. Fretamento: Conceitos, características e espécies. Assistência e salvamento marítimo. Hipoteca naval

Objetivo:

Fornecer aos alunos noções consistentes do Direito Portuário, possibilitando atuação efetiva no mercado brasileiro e internacional e enfatizando sua multidisciplinariedade, tratando dos diversos ramos que a área alcança. Despertar o interesse dos alunos para questões jurídicas envolvendo as peculiaridades referentes às questões jurídicas relevantes da atuação do profissional do Direito no âmbito do comércio marítimo. Desenvolvimento das habilidades necessárias para a compreensão da dinâmica da atuação em casos concretos da advocacia na área correspondente.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

Unidade I - Introdução ao Direito Portuário

1.1 Direito portuário – Conceito, características, objeto, evolução histórica.



1.2 Fontes do Direito Portuário: Legislação Nacional, atos internacionais, águas sob a jurisdição Nacional. Unificação internacional do Direito.

Unidade II – Do Navio

- 2.1 Do Navio: conceito legal, estrutura física e natureza jurídica. Classificação dos navios, tonelagem-Cotação comercial dos navios.
- 2.2 Individualização do navio – Nacionalidade do navio, registro de propriedade e matrícula. aquisição da nacionalidade, prova e perda da nacionalidade, bandeira de conveniência.
- 2.3 Aquisição da Propriedade do Navio: modos de aquisição e de perda da propriedade. Construção do Navio. Modos de aquisição do Direito comum.
- 2.4 Modos específicos do Direito marítimo: Pesca confisco, salvamento, abandono. Prescrição aquisitiva.

Unidade III– Armação do Navio

6. Armação do Navio: conceito, histórico, proprietário e armador, modalidades de armador, armador locatário, armador gerentes, o Estado como armador. Papéis de bordo.
- 3.2 O navio como elemento do patrimônio do armador. Os créditos marítimos pelo Sistema do código Comercial Brasileiro. Privilégios Marítimos e sua classificação.
- 3.3 A convenção Internacional de 1926 -Privilégios do 10 e do 20 grau. Prova, exercício e extinção dos privilégios. As formas modernas do Crédito marítimo. Exploração do navio.
- 3.4 O Armador-proprietário, parceria marítima, armador- locatário e armador-afretador.
- 3.5 A exploração de navios pelo Estado. Pessoal da exploração do navio. Papel comercial do capitão. Os agentes comerciais terrestres do armador.

Unidade IV – Capitania

- 4.1 Capitania: histórico e funções, nomeação despedida, o capitão não é comerciante, natureza jurídica do contrato, atribuições e responsabilidade.
- 4.2 Limitação da responsabilidade do proprietário e do armador pelos atos do capitão.
- 4.3 Sistema de limitação – O Sistema de abandono. Sistema da Convenção Internacional de Bruxelas de 1924. A Convenção Internacional de 1957.
- 4.4 Equipagem: Tripulação do navio: Conceito, históricos, composição, categorias, da inscrição.

Unidade V – Contratos Marítimos

- 5.1 Contrato de Engajamento do Capitão e dos membros da equipagem. Normas reguladoras do trabalho marítimo.
- 5.2 Serviços Auxiliares da Navegação: práticos, agentes de navios. Consignatários de navios, corretores de navios.
- 5.3 Os Contratos de utilização do Navio: Contratos de Fretamento: Locação. Fretamento: conceitos, características espécies. Obrigações do fretador, responsabilidade do fretador, inexecução do contrato. Transporte de passageiros e bagagens. Fretamento a tempo e fretamento por viagem. A Carta partida.
- 5.4 Contratos de transportes marítimos. Convenção de Bruxelas de 1924 s/ transporte Internacional. O conhecimento. Transporte de Passageiro. Contrato de reboque.

Unidade VI – Assistência e salvamento marítimo

- 6.1 Assistência e salvamento marítimo: conceito, características, natureza jurídica, elementos constitutivos, do SOS, remuneração.
- 6.2 Regulamentação interna e internacional. Obrigações da assistência.
- 6.3 Navios do Estado.
- 6.4 Remuneração da Assistência: fundamento Jurídico, modalidade, repartição, cobrança.



Unidade VII – Hipoteca naval

7.1 Hipoteca naval: conceito, histórico, hipóteses de constituição, formalidades, restrições sofridas pelo navio, extinção.

Bibliografia Básica:

CASELLA, Paulo B. **Direito internacional dos espaços: conceitos basilares, domínio terrestre, fluvial e marítimo. t.1. (Coleção tratado de direito internacional)**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556275116/>.

MAHMOUD, Mohamad Ale H. **Série IDP - Direito Penal Marítimo: zona econômica exclusiva, soberania e extraterritorialidade**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502154957/>.

PIMENTA, Matusalém G. **Processo Marítimo: Formalidades e Tramitação**. Barueri/SP: Editora Manole, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444832/>.

Bibliografia Complementar:

STOPFORD, Martin. **Economia marítima**. São Paulo: Editora Blucher, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521211938/>.

KUYVEN, Fernando; PIGNATTA, Francisco A. **Comentários à Convenção de Viena: compra e venda internacional de mercadorias**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502617537. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502617537/>.

MAZZUOLI, Valerio de O. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645886/>.



DÉCIMO PERÍODO

- Laboratório de Prática Jurídica IV – Penal
- Direito Digital e Lei Geral de Proteção de Dados
- Direito Ambiental
- Recursos e Execução Penal
- Trabalho de Conclusão de Curso
- Governança, Compliance, Inovações e Startups
- Direito Desportivo
- Optativa II



Nome do Componente Curricular:

LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV - PENAL

Ementa:

Estudo de casos reais e simulados, possibilitando ao aluno interligar o estudo dogmático a prática jurídico criminal, sob o enfoque do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e do Código de Ética. Análise das ações e procedimentos na área criminal, capacitando o discente a elaborar peças processuais, após verificar qual a medida judicial pertinente. Análise da Jurisprudência relativa aos casos concretos e simulados, auxiliando o aluno a desenvolver o raciocínio lógico e a prática da redação forense. Estudo da conciliação nos Juizados Especiais Criminais, estimulando o discente a observar as técnicas de conciliação no momento da realização da audiência. Estudo na elaboração das petições iniciais. Análise das prisões e medidas cautelares, viabilizando ao discente verificar qual a medida cautelar correta ao caso concreto ou simulado e a respectiva contracautela. Estudo dos recursos cabíveis na área processual penal, capacitando o discente a ingressar com a medida correta quando sucumbente. Análise da execução penal, possibilizando o aluno identificar qual incidente deverá ser utilizado no caso real e simulado.

Objetivo:

O estágio supervisionado na área Criminal tem como objetivo interligar a teoria e a prática jurídico-criminal, proporcionando aos estagiários o efetivo exercício prático desse importante ramo do Direito. O estagiário deverá familiarizar-se com as práticas relacionadas aos seguintes temas: Direito Penal e Processual Penal, através da análise da jurisprudência e legislação correlata. O estagiário deverá confeccionar as petições usuais da prática criminal, notadamente a confecção de petições iniciais, petições intercorrentes (liberdade provisória, relaxamento de prisão, *habeas corpus*, recursos, etc); petições relativas a execução penal.

Metodologia/Diretivas:

Aulas práticas com atendimento ao público, o que levará o aluno ao estudo de casos concretos. Solução de problemas pelos alunos com orientação do professor. Análise do texto legal com abordagem doutrinária. Elaboração de peças processuais com leitura e discussão, em grupo ou individualmente, das posições divergentes da doutrina e das distintas orientações jurisprudenciais. Realização de audiências. Visitas orientadas pelo professor. Palestras. Acompanhamento de processos no Fórum.

Avaliação:

Elaboração de peças processuais baseadas em situações casuísticas. Pesquisas doutrinária e jurisprudencial acerca dos assuntos debatidos. Elaboração de pareceres. Debates orais. Exercícios de verificação do aprendizado.



Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Estrutura da Justiça e Competência dos Tribunais

- 1.1. Noções gerais.
- 1.2. Dos Auxiliares da Justiça

UNIDADE II – Inquérito Policial

- 2.1. Conceito.
- 2.2. Finalidade.
- 2.3. Prazo.
- 2.4. Formas de interposição – diferença entre notícia crime e *delatio criminis*.
- 2.5. Arquivamento.
- 2.6. Desarquivamento.
- 2.5. Notícia-crime e *delatio criminis*.

UNIDADE III – Ação Penal

- 3.1. Ação penal pública.
- 3.2. Ação penal privada.
- 3.3. Ação penal privada subsidiária da pública.
- 3.4. Denúncia e queixa-crime.

UNIDADE IV – Ritos Processuais

- 4.1. Noções preliminares.
- 4.2. Análise individual dos ritos processuais.

UNIDADE V – Da Prova

- 5.1. Exame de corpo de delito.
- 5.2. Interrogatório.
- 5.3. Confissão.
- 5.4. Prova testemunhal.
- 5.5. Reconhecimento de pessoas e coisas.
- 5.6. Acareação.
- 5.7. Prova documental.
- 5.8. Prova indiciária.
- 5.9. Busca e apreensão.

UNIDADE VI – Prisões Cautelares

- 6.1. Prisão em flagrante.
- 6.2. Prisão preventiva.
- 6.3. Prisão temporária.

UNIDADE VII – Liberdade Provisória

- 7.1. Noções introdutórias.
- 7.2. Espécies de Liberdade Provisória.

UNIDADE VIII – Das Nulidades

- 8.1. Noções preliminares.
- 8.2. Nulidades absolutas.
- 8.3. Nulidades relativas.

UNIDADE IX – Relaxamento De Prisão

UNIDADE X – Recursos

- 10.1. Apelação.



- 10.2. Recurso em sentido estrito.
- 10.3. Embargos de declaração.
- 10.4. Embargos infringentes e de nulidade.
- 10.5. Carta testemunhável.
- 10.6. Agravo da Lei 7210/84.

UNIDADE XI – *Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Revisão Criminal*

- 11.1. *Habeas Corpus* Liberatório.
- 11.2. *Habeas Corpus* Preventivo.
- 11.3. Mandado de Segurança.
- 11.4. Revisão Criminal.

UNIDADE XII – Das Penas

- 12.1. Privativas de liberdade: pena de reclusão e de detenção.
- 12.2. Restritivas de direito.
- 12.3. Pecuniária.
- 12.4. Regime prisional.
- 12.5. Suspensão condicional da pena.
- 12.6. Reabilitação.
- 12.7. Detração penal.
- 12.8. Aplicação da pena - fixação da pena base.
 - 12.8.1. Circunstâncias agravantes (reincidência).
 - 12.8.2. Circunstâncias atenuantes genéricas.
 - 12.8.3. Causas de aumentos, de diminuição, concurso de crimes.
 - 12.8.4. Análise de sentenças.
- 12.9. Efeitos da condenação.
- 12.10. Medidas de segurança.

UNIDADE XIII - Da Execução Penal

- 13.1. Progressão ou Regressão de Regime.
- 13.2. Livramento condicional.
- 13.3. Indulto.
- 13.4. Graça.
- 13.5. Anistia.
- 13.6. Remição.
- 13.7. Trabalho extramuro.
- 13.8. Permissão de saída.
- 13.9. Saída temporária.
- 13.10. Soma e unificação da pena.
- 13.11. Outros incidentes da execução.

Bibliografia Básica:

- MARCÃO, Renato F. **Curso De Processo Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655594485/>.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626072/>.
- BITENCOURT, Cesar R. **Código penal comentado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615704/>.



GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770700/>.

Bibliografia Complementar:

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624658/>.

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646838/>.

MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598872/>.

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647774/>.

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal: Parte especial: crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública - arts. 213 a 311 - Vol. 4**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597141/>.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal - Vol. 2**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771462/>.



Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 10

Nome do Componente Curricular:

DIREITO DIGITAL E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Ementa:

Estudo sobre o desenvolvimento do direito digital e eletrônico. Investigação dos novos aspectos e relações jurídicas da sociedade da informação. Análise das principais manifestações do direito digital e eletrônico nos ramos do direito.

Objetivo:

Levar o aluno a conhecer o Direito Digital e Eletrônico, bem como saber solucionar o problema da aplicação das normas e omissões legislativas.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de casos concretos em exercícios práticos pelos alunos com orientação docente; seminários, análise de jurisprudência.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Conceito, Liberdade de Informação e Princípios Constitucionais

- 1.1. Conceito e Características de Direito Digital.
- 1.2. Liberdade de Informação.
- 1.3. Princípios Constitucionais.
- 1.4. Acesso à Tecnologia e a Inclusão Digital como Direitos Fundamentais

UNIDADE II – Regulação do Direito Digital

- 2.1. Marco Civil da Internet.
- 2.2. Lei Geral de Proteção de Dados.
- 2.3. Regulamento Geral de Proteção de Dados.
- 2.4. Regulamento sobre Serviços Digitais (Digital Services Act – DSA)
- 2.5. Regulamento sobre Mercados Digitais (Digital Markets Act – DMA)

Unidade III – Relações Existenciais Digitais

- 3.1. Dados Pessoais – Espécies e Tratamento



- 3.2. Privacidade e Intimidade no Direito Digital
- 3.3. Direito à Imagem no Direito Digital
- 3.4. Privacidade e Intimidade Post Mortem
- 3.5. Direito à Imagem Post Mortem

UNIDADE IV – Relações Patrimoniais Digitais

- 4.1. Bem Digital – conceito e espécies
- 4.2. Herança Digital
- 4.3. Penhora de Bens Digitais
- 4.4. Contratos Digitais
- 4.5. Smart Contract
- 4.6. Criptomoeda como Ativo Financeiro
- 4.7- Moeda Digital Estatal - CBDC (Central Bank Digital Currency)
- 4.8. Relações de Consumo no Direito Digital
- 4.9. Consumidor Digital

UNIDADE V – Delitos e responsabilidade na rede

- 5.1. Internet: entre a liberdade, a censura e autoregulação.
- 5.2. Internet: delitos possíveis e tentativas de controle.
 - 5.2.1. Hackers éticos e hackers não éticos.
 - 5.2.2. A comunicação eletrônica no direito brasileiro e os crimes na Internet.
- 5.3. Responsabilidade Penal no Direito Digital

UNIDADE VI - A Responsabilidade Civil no Direito Digital

- 6.1. A responsabilidade civil no Direito Digital.
- 6.2. Teoria do Risco e o Direito Digital.
- 6.3. Responsabilidade Civil nas Redes Sociais
- 6.4. Responsabilidade Civil dos Serviços Intermediários
- 6.5. Excludentes de Responsabilidade no Direito Digital
- 6.6. Acesso à Rede e a Interrupção do Acesso
- 6.7. Danos Materiais e Imateriais no Direito Digital
- 6.8. Responsabilidade Civil no Marco Civil da Internet

UNIDADE VII – Empresas Digitais e Relações Laborais

- 7.1. Empresas Digitais
- 7.2. Macrocorporações
- 7.3. Empresas Transnacionais
- 7.4. Tributação Digital
- 7.5. Relações Laborais no Direito Digital

Bibliografia Básica:

FRAJHOF, Isabella Z. **O Direito ao Esquecimento na Internet**. São Paulo: Grupo Almedina



(Portugal),	2019.	E-book.	Disponível	em:
			https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584934447/ .	
BIOLCATI, Fernando Henrique De O. Internet, Fake News e Responsabilidade Civil das Redes Sociais. (Coleção Direito Civil Avançado) . São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556276410 .				
MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; COELHO, Alexandre Zavaglia P. Direito, inovação e tecnologia. v.1. (Série direito, inovação e tecnologia) . São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502227217 .				
LIMA, Adrianne; SAMANIEGO, Daniela; BARONOSVKY, Thainá. LGPD para contratos: adequando contratos e documentos à Lei Geral de Proteção de Dados . São Paulo: Editora Saraiva,	2021.	E-book.	Disponível	em:
			https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597684/ .	

Bibliografia Complementar:

- REIS, Paulo Victor A. **Algoritmos e o Direito**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584935673>.
- SCHREIBER, Anderson. **Direito e Mídia**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477494>.
- TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596946>.
- REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. **Contratos eletrônicos: formação e validade : aplicações práticas**. 2. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Almedina, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933105/pageid/0>
- LIMA, Ana Paula Moraes Canto de. **LGPD Aplicada**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026931>.
- LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. **ANPD e LGPD: Desafios e perspectivas**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556272764>.



Carga Horária: 80 horas

Nome do Componente Curricular:

DIREITO AMBIENTAL

Aulas Semanais:

4 Teóricas

Etapa: 6

Ementa:

O estudo do Direito Ambiental é desenvolvido à luz dos direitos humanos e das Declarações Internacionais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, analisando seus fundamentos e princípios informadores; refletindo sobre a importância das normas constitucionais protetoras do meio ambiente com base no tratamento dado à matéria pela Constituição de 1988, enfatizando os aspectos que envolvem a estrutura federativa brasileira, discutindo a partilha de competências em matéria ambiental. O estudo inclui, ainda, o debate sobre a formulação e aplicação Política Nacional do Meio Ambiente, como insere também a discussão sobre a legislação florestal brasileira, com base em uma visão crítica e no estudo do princípio da vedação ao retrocesso. Interpretação e aplicação da Lei 9985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A crise da água é um tema relevante que precisa ser estudado tendo como referencial os limites ambientais e os princípios que impõe a prudência na utilização dos recursos hídricos. Reflexão crítica sobre o licenciamento ambiental e a importância do estudo prévio de impacto ambiental. A questão da sustentabilidade é enfatizada com a análise da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Embora a lógica do Direito Ambiental seja a da prevenção de danos, não se pode deixar de estudar os meios para a reparação do dano ambiental, incluindo os aspectos que envolvem a responsabilidade civil e a tutela coletiva ambiental, a responsabilidade administrativa e penal. Transversalidade, vivência e globalidade. Sustentabilidade socioambiental.

Objetivo:

Possibilitar que os discentes identifiquem o meio ambiente enquanto objeto do Direito, traçando os referenciais que demonstram a interdisciplinaridade do estudo do Direito Ambiental. Promover a compreensão do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito humano fundamental de terceira dimensão, analisando-o sob a ótica da solidariedade e equidade intergeracional. Compreender a indisponibilidade do meio ambiente enquanto bem de uso comum do povo e a imprescritibilidade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Enfatizar a noção de direito difuso. Analisar os fundamentos da Política Nacional do Meio Ambiente, compreender a estrutura federativa brasileira e seus reflexos sobre a construção e aplicação das normas do Direito Ambiental. Compreender a proteção ambiental na esfera dos chamados “novos direitos” e sua relação com o debate sobre o acesso à justiça, introduzindo o estudo da tutela coletiva ambiental.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas e dialogadas com a exposição do tema a partir das Declarações Internacionais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, do estudo da legislação, doutrina e jurisprudência dos Tribunais Brasileiros.

Avaliação:



Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Meio Ambiente

- 1.1. Conceito jurídico.
- 1.2. Meio Ambiente e Direitos Humanos.

UNIDADE II - Tratados Internacionais e as Declarações sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

- 2.1. A Importância das Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente, Encontro de Cúpula: Estocolmo 1972; Rio 92; Joanesburgo 2002; Rio +20. Declaração de Estocolmo; Declaração do Rio; Convenção do Clima; Convenção da Diversidade Biológica.

UNIDADE III - Princípios Do Direito Ambiental

- 3.1. Princípio da Defesa do Meio Ambiente.
- 3.2. Princípio do Desenvolvimento Sustentável.
- 3.3. Princípio da Prevenção.
- 3.4. Princípio da Precaução.
- 3.5. Princípio da Intervenção Estatal Obrigatória na Defesa do Meio Ambiente.
- 3.6. Princípio da Participação Popular.
- 3.7. Princípio da Responsabilidade.
- 3.8. Princípio do Poluidor Pagador.
- 3.9. Princípio do Usuário Pagador.
- 3.10. Princípio da Avaliação Prévia do Impacto Ambiental.
- 3.11. Princípio da Equidade Intergeneracional.
- 3.12. Princípio da Função Socioambiental da Propriedade.

UNIDADE IV - Constituição e Meio Ambiente

- 4.1. O art 225 da Constituição Federal.
- 4.2. Federação e meio ambiente.

UNIDADE V - Política Nacional Do Meio Ambiente

- 5.1. Lei nº 6938 de 1981.
- 5.2. SISNAMA.
- 5.3. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
- 5.4. Poluição.

UNIDADE VI - Reparação do dano ambiental

- 6.1. Dano ambiental.
- 6.2. Responsabilidade administrativa, penal e civil.
- 6.3. Risco Integral e responsabilidade civil pelo dano ambiental.
- 6.4. Dano patrimonial e extrapatrimonial difuso.
- 6.5. Imprescritibilidade do dano ambiental.

UNIDADE VII - Política Nacional de Resíduos Sólidos

- 7.1. Resíduos sólidos.
- 7.2. Princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 7.3. Responsabilidade Pós Consumo.



UNIDADE VIII - Recursos Hídricos

- 8.1. A questão da água.
- 8.2. A tutela jurídica dos recursos hídricos.

UNIDADE IX- Áreas Protegidas

- 9.1. Espaços Territoriais Especialmente Protegidos.
- 9.2. Lei 12651/2012.
- 9.3. Sistema Nacional de Unidades de Conservação -Lei 9985/2000.

UNIDADE X - Licenciamento Ambiental

- 10.1. Estudo Prévio de Impacto Ambiental.
- 10.2. Peculiaridades do Licenciamento Ambiental.
- 10.3. Licença Ambiental. Lei Complementar nº140 de 2011.

UNIDADE XI - Responsabilidade Pelo Dano Ambiental e Tutela Coletiva

- 11.1. Tutela Coletiva Ambiental.
- 11.2. Ação Popular Ambiental.
- 11.3. Ação Civil Pública Ambiental.
- 11.4. Questões Controvertidas na esfera da Ação Civil Pública Ambiental.
- 11.5. Inquérito Civil e Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Bibliografia Básica:

- RODRIGUES, Marcelo A. **Direito ambiental. (Coleção esquematizado®)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624894/>.
- TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626867/>.
- SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643783/>.

Bibliografia Complementar:

- PINHEIRO, Carla. **Direito ambiental. (Coleção direito vivo)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219833/>.
- OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Direito Ambiental**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530975678/>.
- PIMENTA, Paulo Roberto L. **Direito Tributário Ambiental**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988395/>.
- ANTUNES, Paulo de B. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773787/>.
- FIORILLO, Celso Antônio P.; FERREIRA, Renata M. **Direito ambiental tributário**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547228248/>.



Curso: Direito | Código: ENEX60153

Nome do Componente Curricular:
RECURSOS E EXECUÇÃO PENAL

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 10

Ementa:

Conhecer as espécies de procedimentos no processo penal, adotados em função das peculiaridades da persecução penal. Verificar a obediência aos princípios processuais constitucionais e legais. Estudar o processo de conhecimento e as espécies de procedimentos: rito ordinário; rito sumário; ritos especiais; rito dos crimes da competência do Tribunal do Júri; rito dos crimes da competência dos juizados especiais criminais. Estudo da teoria dos Recursos no Processo Penal: conceito, fundamento, pressupostos recursais objetivos e subjetivos, classificação dos recursos, recursos voluntário e necessário, efeitos. Recursos em matéria processual penal: Apelação, Recurso em Sentido Estrito, Embargos de Declaração, Carta Testemunhável, Embargos Infringentes e de Nulidade, Recurso Especial e Recurso Extraordinário Analisar a Revisão Criminal e as ações de Mandado de Segurança e Habeas Corpus. Verificar o processo de Execução Penal e seus incidentes.

Objetivo:

Levar o aluno a conhecer os recursos no processo penal, seus respectivos prazos, cabimentos, efeitos. Mesmo objetivo a ser alcançado no que diz respeito às ações de impugnação, execução penal, e seus incidentes. Deverá demonstrar o aluno uma visão crítica sobre os temas propostos.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas; solução de casos concretos em exercícios práticos pelos alunos com orientação docente; seminários, análise de jurisprudência.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Recursos

- 1.1. Teoria Geral dos Recursos.
 - 1.1.1. Princípios.
 - 1.1.2. Efeitos devolutivo e suspensivo.
 - 1.1.3. Fungibilidade, Unirrecorribilidade, Motivação.
 - 1.1.4. *Reformatio in pejus* e *reformatio in mellius*.
- 1.1.5. Disponibilidade, Extensão Subjetiva dos Efeitos dos Recursos.
- 1.1.6. Juízo de Admissibilidade.



UNIDADE II - Dos Recursos em Espécie

- 2.1. Recurso em sentido estrito.
 - 2.1.1. Requisitos objetivos e subjetivos.
 - 2.1.2. Cabimento e Adequação.
 - 2.1.3. Tempestividade e preparo.
 - 2.1.4. Efeitos.
- 2.2. Recurso de Apelação.
 - 2.2.1. Requisitos objetivos e subjetivos.
 - 2.2.2. Cabimento e Adequação.
 - 2.2.3. Tempestividade e preparo.
 - 2.2.4. Efeitos.
- 2.3. Embargos Infringentes e Embargos de Nulidade.
 - 2.3.1. Requisitos objetivos e subjetivos.
 - 2.3.2. Cabimento e Adequação.
 - 2.3.3. Tempestividade e preparo.
 - 2.3.4. Efeitos.
- 2.4. Embargos Declaratórios:
 - 2.4.1. Requisitos objetivos e subjetivos.
 - 2.4.2. Cabimento e Adequação.
 - 2.4.3. Tempestividade.
 - 2.4.4. Efeitos.
- 2.5. Agravo em Execução.
 - 2.5.1. Requisitos objetivos e subjetivos
 - 2.5.2. Cabimento e Adequação.
 - 2.5.3. Tempestividade.
 - 2.5.4. Efeitos.
- 2.6. Carta Testemunhável.
- 2.7. Recursos Especial e Extraordinário.
 - 2.7.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.
 - 2.7.2. Cabimento e adequação do Recurso Especial.
 - 2.7.3. Cabimento e adequação do Recurso Extraordinário.
 - 2.7.4. Tempestividade, Preparo, Legitimidade e Interesse Recursal.
 - 2.7.5. Pré-questionamento e Repercussão Geral.

UNIDADE III - Ações de Impugnação

- 3.1. Revisão Criminal.
 - 3.1.1. Cabimento; prazo; legitimidade e procedimento.
- 3.2. Habeas Corpus.
 - 3.2.1. Natureza Jurídica; objeto; cabimento.
 - 3.2.2. Espécies.
- 3.3. Mandado de Segurança.
 - 3.3.1. Natureza Jurídica, objeto, cabimento.

UNIDADE IV - Execução Penal

- 4.1. Execução das penas em espécie.
- 4.2. Execução das medidas de segurança.
- 4.3. Incidentes na Execução.
 - 4.3.1. Progressão e Regressão de Regime.
 - 4.3.2. Livramento Condicional.
- 4.3.3. Autorizações de Saída: Permissão de Saída e Saída Temporária.
- 4.3.4. Trabalho Externo.



- 4.3.5. Anistia, Graça e Indulto.
- 4.3.6. Comutação da Pena.
- 4.3.7. Remição da Pena.
- 4.3.8. Unificação das Penas.
- 4.3.9. Reabilitação.

Bibliografia Básica:

- MARCÃO, Renato F. **Curso De Processo Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655594485/>.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626072/>.
- NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646838/>.
- MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655598872/>.

Bibliografia Complementar:

- MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624658/>.
- BONFIM, Edilson M. **Curso de processo penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610624/>.
- NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Execução Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646760/>.
- AVENA, Norberto. **Processo Penal**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647774/>.



Curso: Direito | Código: ORTC61400

Nome do Componente Curricular:

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 10

Ementa:

Elaborar sob a orientação do Professor da área da disciplina do tema escolhido, o trabalho de conclusão de curso que consiste num trabalho de iniciação à pesquisa científica, instrumento de análise crítica da ciência jurídica e meio de produção de conhecimento.

Objetivo:

Proporcionar ao discente situação na qual possa analisar, processar e concluir sobre os dados coletados na pesquisa que desenvolve. Estimular a consulta à bibliografia especializada, bem como o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica. Aprofundar os conhecimentos na área de interesse em consonância com as linhas de pesquisa do curso. Demonstrar assimilação e compreensão dos diversos institutos jurídicos fundamentais, mediante habilidade de contextualizar o tema no sistema jurídico brasileiro. Apresentar um trabalho de cunho científico, dentro das normas da ABNT, que cumpra seu embasamento teórico dentro do esboço da pesquisa.

Metodologia/Diretivas:

Aulas participativas, propiciando discussões e debates. Atividades práticas supervisionadas em ambientes de aprendizagem colaborativos tais como biblioteca, laboratórios e visitas de campo. Elaboração do trabalho de conclusão de curso com conteúdo jurídico, com supervisão de Professor Orientador.

Avaliação:

Perante banca examinadora, composta por professores indicados à Coordenação do Curso de Direito para apresentação e defesa do trabalho de conclusão de curso com conteúdo jurídico.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - Discussão dos Elementos do Trabalho Conclusão de Curso

- 1.1. Introdução.
- 1.2. Desenvolvimento.
- 1.3. Considerações finais e síntese do conteúdo do TCC.

UNIDADE II - Definição das Etapas do Trabalho de Conclusão de Curso

- 2.1. Do conceitual ao estudo de caso.
- 2.2. Regras da ABNT

UNIDADE III – Edição do Trabalho de Conclusão de Curso

- 3.1. Pré-textual, textual e pós-textual.
- 3.2. Anexo e apêndice.



UNIDADE IV – Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso

- 4.1. Regras de apresentação.
- 4.2. Conduta e procedimentos.
- 4.3. Apresentação oral e escrita do TCC perante banca.

Bibliografia Básica:

- NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Manual de Monografia Jurídica: Como se Faz Uma Monografia, uma Dissertação, uma Tese.** 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/10\[%3Bvnd_vst.idref%3Dhtml4\]/!4](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/10[%3Bvnd_vst.idref%3Dhtml4]/!4)
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/2\[%3Bvnd_vst.idref%3Dhtml1\]/!4/2/2%4051:53](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/2[%3Bvnd_vst.idref%3Dhtml1]/!4/2/2%4051:53)
- MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito: Atualizado de Acordo com as Últimas Normas da ABNT.** 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553611560/pageid/0>

Bibliografia Complementar:

- DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico.** São Paulo: Atlas, 2015.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2021.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia Para Eficiência nos Estudos.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- HOUNSELL, Franci; PINHEIRO Jorge. **Monografia em Ciências Jurídicas e Sociais.** 3 ed. 2 impr. Curitiba: Juruá, 2014.
- BARROS, Aiddil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamento de Metodologia Científica.** 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655553055/>.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>.



Curso: DIREITO | Código:

Nome do Componente Curricular:

GOVERNANÇA, COMPLIANCE, INOVAÇÕES E STARTUPS

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 10

Ementa:

Introdução ao compliance. Governança corporativa. Gestão de riscos. Compliance. ESG – *Environmental, social and governance*. Instrumentos de compliance. Programa de integridade. Treinamentos corporativos. *Due Diligence* anticorrupção. Funcionamento da linha ética. Investigações internas. Auditoria independente. Monitoramento e revisão do programa de compliance. Inovação e empreendedorismo. Dimensões da inovação. Inovação social. Globalização e inovação. Estratégias para encontrar recursos. O desenvolvimento do plano de negócio. Startups e Direito. Financiamento externo versus financiamento com capital próprio. Acordo de sócios e investidores. A figura do colaborador e o Direito do Trabalho. Cláusulas antidiluição no acordo de sócios. Cláusula shotgun. O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Objetivo:

Fornecer aos alunos noções consistentes de Inovação, Startups, Governança e Compliance, possibilitando atuação efetiva no mercado do empreendedorismo brasileiro e enfatizando sua multidisciplinariedade, relacionando e tratando dos diversos ramos que as áreas alcançam. Despertar o interesse dos alunos para questões jurídicas envolvendo o ambiente da conformidade empresarial, tratando das questões jurídicas relevantes da atuação do profissional e dos stakeholders envolvidos. Desenvolvimento das habilidades necessárias para a compreensão da dinâmica da atuação em casos concretos da advocacia para startups.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

Unidade I - Introdução ao compliance

1.1 Governança corporativa.

1.2 Gestão de riscos.



- 1.3 Compliance.
- 1.4 ESG – *Environmental, social and governance.*

Unidade II – Instrumentos de compliance

- 2.1 Programa de integridade.
- 2.2 Treinamentos corporativos.
- 2.3 *Due Diligence* anticorrupção.
- 2.4 Funcionamento da linha ética.
- 2.5 Investigações internas.
- 2.6 Auditoria independente.
- 2.7 Monitoramento e revisão do programa de compliance.

Unidade III – Inovação e empreendedorismo

- 3.1 Dimensões da inovação.
- 3.2 Inovação social.
- 3.3 Globalização e inovação.
- 3.4 Estratégias para encontrar recursos.
- 3.5 O desenvolvimento do plano de negócios.

Unidade IV – Startups e Direito

- 4.1 Financiamento externo versus financiamento com capital próprio.
- 4.2 Acordo de sócios e investidores.
- 4.3 A figura do colaborador e o Direito do Trabalho.
- 4.4 Cláusulas antidiluição no acordo de sócios.
- 4.5 Cláusula shotgun.
- 4.5 O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, André C.; BERTOCCELLI, Rodrigo de P.; ALVIM, Tiago C.; AL, et. **Manual de Compliance**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640898/>.

TIDD, Joe; BESSANT, Joe. **Gestão da inovação**. Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603079/>.

BESSANT, João; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605189/>.

TEIXEIRA, Tarcísio; LOPES, Alan M. **Startups e inovação: direito no empreendedorismo**. 2a ed. São Paulo: Editora Manole, 2020. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461976/>.



Bibliografia Complementar:

FRANCO, Isabel. **Guia Prático de Compliance**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988692/>.

ANTONIK, Luis R. **Compliance, Ética, Responsabilidade Social e Empresarial**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2016. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555206708/>.

MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; COELHO, Alexandre Zavaglia P. **Direito, inovação e tecnologia. v.1.** (Série direito, inovação e tecnologia). São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502227217/>.

FEIGELSON, Bruno; NYBØ, Erik F.; FONSECA, Victor C. **Direito das startups**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600311/>.

NEIVA, Tomás. **Comentários ao Marco Legal das Startups**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597448/>.

ASSI, Marcos. **Conformidade: como implementar**. São Paulo: Editora Trevisan, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595450356/>.



Nome do Componente Curricular:

DIREITO DESPORTIVO

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas

Etapa: 10

Ementa:

Evolução legislativa, histórica e doutrinária do Direito Desportivo. Principais organismos nacionais e internacionais relacionados ao desporto. Relação do Direito Desportivo com as demais disciplinas jurídicas. O vínculo desportivo e suas particularidades. Aspectos empresariais e as repercussões econômicas do Direito Desportivo. A justiça desportiva e o dinâmica dos tribunais desportivos. Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé). Lei nº 11.438/2006 (Lei de Incentivo ao Esporte). Lei 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor). Lei nº 10.264/2001 (Lei Piva). Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

Objetivo:

Fornecer aos alunos noções consistentes do Direito Desportivo, possibilitando atuação efetiva no mercado do desporto brasileiro e enfatizando sua multidisciplinariedade, tratando dos diversos ramos que a área alcança. Despertar o interesse dos alunos para questões jurídicas envolvendo o ambiente desportivo, tratando das questões jurídicas relevantes da atuação do profissional do Direito no âmbito do desporto. Desenvolvimento das habilidades necessárias para a compreensão da dinâmica da atuação em casos concretos da advocacia desportiva.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

Unidade I - Introdução ao Direito Desportivo

- 1.1 Introdução ao Direito Desportivo;
- 1.2 Evolução histórica. Fundamentos, fontes e princípios.
- 1.3 Principais órgãos nacionais e internacionais;
- 1.4 A atuação do profissional do Direito no Direito Desportivo brasileiro.

Unidade II – Arcabouço normativo



2.1 Normas regulamentadoras do Direito Desportivo brasileiro;
2.2 Legislação referente ao Direito Desportivo Brasileiro: Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé). Lei nº 11.438/2006 (Lei de Incentivo ao Esporte). Lei 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor). Lei nº 10.264/2001 (Lei Piva). Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

Unidade III – Contratos Desportivos

- 3.1 Contrato de cessão de uso de imagem.
- 3.2 Contratos de patrocínio.
- 3.3 Pré-contrato.
- 3.4 Contratos de intermediários.
- 3.5 Contratos de formação.
- 3.6 Contratos de transmissão.

Unidade IV – Direito Desportivo Empresarial

4.1 Direito Desportivo Empresarial: Clube-empresa, Lei da SAF e recuperação judicial;
4.2 Natureza da atividade e gestão do desporto. Modelos: associações e sociedades empresárias. Investimentos no futebol. Relação entre clube, empresário e atleta.

Unidade V – Direito Desportivo Trabalhista

5.1 Aspectos gerais do desporto. Legislação aplicável. Contrato de trabalho. CCD x CID. Relação entre clubes e demais profissionais. CLT X Lei Pelé. Relação de trabalho árbitros/federações e treinadores/clubes.
5.2 Prestação de serviço. Direitos de arena, direito de imagem, premiações, luvas. Jornada de trabalho. Seguro do atleta. Adicional noturno. Folga semanal.

Unidade VI – Direito Processual Desportivo

6.1 Justiça Desportiva: Princípios. Funcionamento. Estrutura. Autonomia Desportiva x Poder Judiciário. Competência. Composição dos órgãos.
6.2 Resolução de Disputas e Arbitragem;
6.3 Câmara Nacional de Resolução de Disputas (CNRD). Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA). *Court of Arbitration for Sport (CAS)*.

Unidade VII – Direito Desportivo Internacional

7.1 Direito Desportivo Internacional;
7.2 Regulamentos FIFA e CBF. Mercado dos Agentes de Futebol. Conceitos de Federações e Confederações. Transferências nacionais e internacionais de atletas. Mecanismo de solidariedade e indenização por formação.

Bibliografia Básica:

CAÚS, Cristiana; GÓES, Marcelo. **Direito aplicado à gestão do esporte.** São Paulo: Editora Trevisan, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519561/>.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622128/>.



MATTAR, Michel F.; MATTAR, Fauze N. **Gestão de Negócios Esportivos**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595158573/>.

TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos N.; BANDEIRA, Paula G. **Fundamentos do Direito Civil: Contratos. v.3.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644117/>.

Bibliografia Complementar:

NASCIMENTO, Antonio Rodrigues do. **Futebol & Relação de Consumo**. Barueri/SP: Editora Manole, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449295/>.

CHIAVENATO, Idalberto. **Remuneração, Benefícios e Relações de Trabalho - Como Reter Talentos na Organização**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771257/>.

JR., Joel Dias F. **Arbitragem**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987244/>.

REDINZ, Marco A. **Contratos trabalhistas na prática**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610075/>.

DELMANTO, Fábio Machado de A.; DELMANTO, Roberto; JÚNIOR, Roberto D. **Leis penais especiais comentadas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553602209/>.



OPTATIVAS I e II

- Economia da Regulação
- Economia Fluminense
- Conhecimento e Informação Contábil
- Análise das Demonstrações Contábeis
- Prática Trabalhista e Seguridade Social
- Prática Processual Fiscal e Tributária
- Biodireito e Bioética
- Medicina Legal
- LIBRAS (*Disciplina de livre escolha*)



Curso: Ciências Econômicas | **Código:** ENEC61103

Nome do Componente Curricular:

Economia da Regulação

Ementa:

Análise do surgimento do Estado, suas diferentes configurações e formas de diálogo com os principais problemas econômicos, discussão sobre as possibilidades e limitações de diferentes sistemas econômicos/políticos. Exame dos motivos que levam a alterações nas relações com o mercado e a emergência do Estado Regulador. Análise da trajetória da regulação no Brasil e do papel das agências reguladoras. Apresentação das diferentes formas, origens e instrumentos da regulação.

Objetivo:

Examinar as grandes transformações do papel do Estado e suas relações com o mercado. Analisar o papel da regulação e o comportamento dos principais atores da vida econômica especialmente após a emergência do cidadão/consumidor como elemento empoderado. Estudar a trajetória da regulação no Brasil e o papel das agências reguladoras. Examinar as diferentes formas, origens e instrumentos da regulação.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas, trabalhos em grupo e individual sobre análise de mercado atual, debates. Exibição de vídeos.

Avaliação:

Produto: provas discursivas individuais

Processo: avaliações regulares com desenvolvimento de trabalhos em grupo.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – A ASCENSÃO DO ESTADO MODERNO EM SUAS DIFERENTES FORMAS

- 1.1. Formas históricas de Estado.
- 1.2. As influências recíprocas de Estado e Mercado.
- 1.3. Da polis ao Estado Absoluto.
- 1.4. Do Estado liberal ao provedor.
- 1.5. Do neoliberalismo ao Estado Regulador.

UNIDADE II – TEORIA DA REGULAÇÃO, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

- 2.1. Fundamentos teóricos da regulação. Falhas de mercado e externalidades
- 2.2. Origens da regulação: e escola europeia e norte-americana
- 2.3. Regulação social
- 2.4. Regulação administrativa

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas/0 Práticas

Etapa: 8



- 2.5. Regulação financeira
- 2.6. Regulação econômica

UNIDADE III – TRAJETÓRIA DA REGULAÇÃO NO BRASIL

- 3.1. O papel da defesa da concorrência.
- 3.2. Trajetória da regulação no Brasil.
- 3.2. Desenho institucional e o papel das principais agências reguladoras no Brasil.
- 3.3. Principais falhas de governo e da regulação.

UNIDADE IV – FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS DA REGULAÇÃO

- 4.1. Soluções Privadas e Teorema de Coase
- 4.2. Soluções Públicas e governança regulatória
- 4.3. Aplicação e uso da Teoria dos Jogos e da *Smart Regulation*
- 4.4. Análise de Impacto Regulatório

Bibliografia Básica:

KUPFER, David., HASENCLEVER, Lia. **Economia Industrial**: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013 (físico e virtual).

OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. **Novo Perfil da Regulação Estatal Administração Públ. de Resultados e Análise de Impacto Regulatório**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6746-8/>.

MOTTA, Paulo Roberto F. **Agências reguladoras**. São Paulo: Editora Manole, 2003. E-book. ISBN 9788520448052. Disponível em:
<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520448052/>.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5037-8/>.

Bibliografia Complementar:

COUTINHO, Diogo R. **Direito e economia política na regulação de serviços públicos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. Disponível em:
<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502221727/>.

GIAMBIAGI, F. C.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. Disponível físico e virtual).

MANKIW, G. **Introdução à Economia**. Cengage Learning, 2019 (físico e virtual).

MONTELLA, M. **Micro e Macroeconomia – Uma Abordagem Conceitual e Prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012. E-book. Disponível em:
<http://online.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522474462/pages/55900328>.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. São Paulo: Atlas, 2015 (físico e virtual).



Curso: Ciências Econômicas | **Código:** ENEC61393

Nome do Componente Curricular:

Economia Fluminense

Ementa:

O curso pretende discutir a evolução da economia do Estado do Rio de Janeiro, destacando os pontos que colaboraram para o atual cenário de crise que assola o estado e toda a região metropolitana do Rio de Janeiro. A disciplina procura destacar os impactos territoriais/regionais que a crise brasileira impõe à economia fluminense, bem como pontar as visões/interpretações dos autores que vêm contribuindo para o debate do desenvolvimento regional e local.

Objetivo:

Capacitar o aluno para entender a importância da economia fluminense e a necessidade de se voltar a pensar em projetos alternativos de retomada do desenvolvimento e das atividades de planejamento que impulsione a economia do Estado do Rio de Janeiro. Formar especialistas/quadros gestores para os órgãos executivos/legislativos do estado e dos municípios fluminenses. Formar profissionais comprometidos em reconstruir e criar alternativas que modifiquem o cenário atual, cuja percepção é de crise aguda e permanente.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas, incluindo leituras, pesquisas, debates e seminários referentes ao conteúdo. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão definidos a partir de discussão entre professor e aluno, haja vista a necessidade de leituras, pesquisas e seminários. Serão utilizados quadro branco, slides, softwares, bancos de dados e outros, dependendo da criatividade, capacidade e flexibilidade do aluno. Artigos recentes de periódicos e o site da Rede Pró-Rio, bem como a participação em seminários e debates sobre o ERJ serão recomendados.

Avaliação:

Prova individual, trabalhos individuais e em grupo, além de seminários ao longo de cada bimestre. É desejável que o aluno, individualmente ou em grupo, elabore artigos para serem publicados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas (NEPE).

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – O DESENVOLVIMENTO NACIONAL X O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 1.1. A questão nacional e seus impactos territoriais
- 1.2. As economias regionais (séculos XVI-XVIII), o marco fundamental da mineração do ouro (séc. XVIII) e a transição a produção capitalista (1880-1929)
- 1.3. Rio: a formação de sua centralidade nacional (ciclos do ouro e do café) e a força da economia urbana carioca e o papel estratégico da capitalidade

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:
2Teóricas/0 Práticas

Etapa: 8



UNIDADE II – O DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

- 2.1. Industrialização, crise nacional e seus impactos na economia fluminense
- 2.2. A desconcentração produtiva regional
- 2.3. A urbanização acelerada e o estrangulamento da região metropolitana

UNIDADE III – A CRISE DA ECONOMIA FLUMINENSE E DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

- 3.1 A crise estrutural brasileira e o processo de desindustrialização
- 3.2. O enfraquecimento da centralidade do Rio de Janeiro e o esvaziamento nas últimas décadas do século XX
- 3.3. A estrutura produtiva oca
- 3.4. Rio nacional e Rio local
- 3.5. A crise fiscal

UNIDADE IV – AS POTENCIALIDADES DO RIO DE JANEIRO

- 4.1. Potencialidade industriais
- 4.2. Potencialidades em serviços
- 4.4. Projetos de investimentos e padrões produtivos

Bibliografia Básica:

SILVA, M. Osório e VERSIANI, M. H. **História de capitalidade do Rio de Janeiro – Cadernos do Desenvolvimento Fluminense nº 10** – Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/30683/21589>.

SOBRAL, B. L. B. **Ciclo de Investimentos e o Papel das Estratégias de Grandes Agentes Econômicos**: o caso da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro – 1995-2010 – Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285935/1/Sobral_BrunoLeonardoBarth_D.pdf.

ABREU, M.A. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora do Instituto Pereira Passos, 2013.

Bibliografia Complementar:

OSORIO, Mauro et. al. **Rio Nacional Rio Local: mito e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.**

BRANDÃO, Carlos (2007). **Território e desenvolvimento**. Campinas: Ed. Unicamp. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/Carlos%20Brandao%20paper42.pdf.



BRANDÃO, Carlos. **Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais**: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) (2008). “Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar”. Salvador, Editora da UFBA. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/Carlos%20Brandao%20paper42.pdf.

CHAVES, André e SIMÕES, Rodrigo (2007). **“Espaço local – espaço regional: uma tentativa de tipologia de estudos metodológicos”**. Revista Brasileira de estudos regionais e urbanos, n.1, pp. 190-215. Disponível em: <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/10/11>.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Retratos Regionais**. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/retratos-regionais.htm>.

SOBRAL, Bruno L. B. (2018). **Finanças Públicas Fluminenses e Tensão Federativa: uma abordagem da crise a partir das especificidades econômicas e do marco de poder**. Prêmio Ministro Gama Filho. Rio de Janeiro: Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – ECG/TCE-RJ, (monografia ganhadora do 1º lugar). Disponível em: www.tce.rj.gov.br/documents/454798/74716457/1%C2%BA%20Lugar.pdf.

SOBRAL, Bruno L. B. (2017). **A evidência da estrutura produtiva oca**: o estado do rio de janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional – Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9057/1/A%20Evid%C3%A3ncia%20da%20estrutura.pdf>.

SOBRAL Bruno Leonardo B (2008). **“A desconcentração produtiva regional no Brasil e a dificuldade de superação dos sobredeterminantes mercantis na economia do Estado do Rio de Janeiro – período 1970/2006”**. Cadernos IPPUR. v.22, p. 193-221. - Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewIssue/291/100>.

SILVA, Robson D. (2012). **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008**. Rio de Janeiro: FGV Editora, cap. 3 e 4 – Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285617/1/Silva_RobsonDiasda_D.pdf.

OLIVEIRA, R. L. (2016). **A recuperação econômica do Rio de Janeiro e os projetos de investimento no século XXI**. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1760/1/RLOliveira.pdf>.

Site: Rede Pró-Rio – <https://redeprorio.com>



Nome do Componente Curricular:

Conhecimento e Informação Contábil

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas/0 Práticas

Etapa: 1

Ementa:

Apresentação dos conceitos fundamentais, reconhecimento dos campos de aplicação e dos objetivos da Contabilidade, abrangendo o estudo da estrutura patrimonial e o impacto das operações na formação dos resultados, assim como nas alterações do patrimônio empresarial. Entendimento dos mecanismos de registro e lançamentos contábeis, compreendendo a classificação das contas contábeis, a elaboração de balancetes de verificação e dos principais relatórios produzidos pela Contabilidade, que revelam a posição patrimonial, econômica e financeira: apuração do resultado das operações e do balanço patrimonial.

Objetivo:

Familiarizar o aluno com os conceitos e a terminologia relacionados às ciências contábeis. Ao final do curso o aluno deverá compreender a dinâmica patrimonial diante dos efeitos das operações, dominar a nomenclatura, entendimento, função, funcionamento e classificação das contas contábeis, elaborar registros contábeis utilizando o método das partidas dobradas, apurando resultados das operações e posições patrimonial e financeira, dominando expressões e termos da utilizados pela Contabilidade e que estejam associados a estrutura patrimonial e apuração de resultados, não perdendo de vista a o papel da Contabilidade como decisivo instrumento de produção de informações fundamentais ao processo de gestão empresarial.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas, predominando as sessões de exercícios e estudos dirigidos; trabalhos em grupo e/ou individuais.

Avaliação:

A avaliação da aprendizagem será sistemática e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre o desempenho em situações pontuais, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Será feita através da avaliação dos trabalhos de pesquisa (tarefas), individuais e/ou em grupo, realizados em classe ou extraclasse baseados nos estudos de caso ou temas apresentados em aula e provas individuais.



Conteúdo Programático:

UNIDADE I - FUNDAMENTAÇÃO DOS CONCEITOS

- 1.1. Conceito da Contabilidade
 - 1.1.1. Visões da aplicação da Contabilidade nas organizações
 - 1.1.2. Objetivos da Contabilidade, Campo de Atuação e o papel das Normas Brasileiras de Contabilidade

UNIDADE II - ESTUDO DAS NORMAS

- 2.1. Estruturas Conceitual Básica para elaboração e divulgação do relatório contábil financeiro
 - 2.1.1. Finalidade da estrutura e objetivo das Demonstrações Contábeis
 - 2.1.2. Utilidade, limitações e características dos relatórios contábil/financeiro
 - 2.1.3. Reconhecimento, estrutura e mensuração dos elementos das Demonstrações Contábeis obrigatórias

UNIDADE III - MECANISMO E ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

- 3.1. Método das Partidas Dobradas
 - 3.1.1. Fundamentação científica e mecanismo dos lançamentos contábeis
- 3.2. Escrituração contábil
 - 3.2.1. Conceitos de Conta Contábil, Plano de Contas, Lançamento Contábil e Livros contábeis: Diário, Razão e Livros Auxiliares
 - 3.2.2. Elaboração dos lançamentos contábeis das operações e seus reflexos nos elementos patrimoniais, econômicos e financeiros
 - 3.2.3. Conceito, utilidade e elaboração dos balancetes de verificação
 - 3.2.4. Construção do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados
- 3.3. Regimes de contabilização

UNIDADE IV - GRUPOS DE CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

- 4.1. Contas do ativo circulante e não circulante
- 4.2. Contas do passivo circulante e não circulante
- 4.3. Contas do patrimônio Líquido
- 4.4. Elaboração do balanço patrimonial

UNIDADE V - GRUPOS DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- 5.1. Contas de receitas/ganhos
- 5.2. Contas de Custos
- 5.3. Contas de Despesas/perdas
- 5.4. Elaboração da demonstração de resultados

NORMAS UTILIZADAS:

- NBC TG 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- ITG 2000 – Escrituração Contábil
- CTG 2001 – Define as formalidades da escrituração contábil em forma digital para atendimento ao sistema público de escrituração digital (SPED).
- Lei 6.404/76



Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC. São Paulo: Atlas, 2018.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 12^a ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos e FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade para graduação**. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez e NEVES, Silvério das. **Contabilidade Básica**. 18^a ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

GELCKE, Ernesto Rubens et al. **Manual de Contabilidade Societária**. 3^a ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MULLER, Aderbal Nicolas. **Contabilidade Básica: Fundamentos Essenciais**. São Paulo: Revista/Pearson, 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade Geral Facilitada**. São Paulo: Método, 2017.

SZUSTER, Natan; et. all. **Contabilidade Geral: introdução à Contabilidade Societária**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2018



Nome do Componente Curricular:

Análise das Demonstrações Contábeis

Ementa:

Interpretação das demonstrações contábeis, através do uso de indicadores econômico-financeiros. Estudo dos indicadores tradicionais utilizados pelo mercado, através da abordagem dos aspectos de liquidez, endividamento, rentabilidade e atividade.

Objetivo:

Proporcionar ao aluno conhecimento básico das técnicas de análise das demonstrações contábeis, com a utilização de instrumental que permita calcular e interpretar os indicadores econômicos-financeiros, bem como realizar a análise com a utilização da técnica complementar de análise vertical e horizontal. Estudo da Liquidez, Endividamento, da Rentabilidade e do Capital de Giro.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas com várias sessões de exercícios e estudos dirigidos; trabalhos em grupo e/ou individual. Apresentação de estudos de casos com empresas listadas na B3.

Avaliação:

Os discentes serão avaliados pela participação nos diversos eventos acadêmicos e através de prova individual, que constará de cada avaliação bimestral.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 1.1. Conceitos introdutórios
- 1.2. Usuários das informações
- 1.3. Revisão das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado)

UNIDADE II - ANÁLISES VERTICAL E HORIZONTAL

- 2.1. Análise Vertical

- 2.2. Análise Horizontal

- 2.3. Relação entre as análises vertical/horizontal e análise através de índices

UNIDADE III - INDICADORES DE LIQUIDEZ

- 3.1. Liquidez Corrente e Capital Circulante Líquido

- 3.2. Liquidez Seca

Carga Horária: 40 horas

Aulas Semanais:

2 Teóricas/0 Práticas

Etapa: 2



3.3. Liquidez Imediata

3.4. Liquidez Geral

3.5. Diferença entre Capital de Giro e Capital de Giro Líquido

UNIDADE IV - INDICADORES DE ESTRUTURA E ENDIVIDAMENTO

4.1. Grau de Endividamento (Participação do Capital de Terceiros)

4.2. Endividamento total ou global

4.3. Composição do Endividamento

4.4. Imobilização do Capital Próprio e Capital Circulante Próprio.

4.5. Imobilização dos recursos não-correntes

UNIDADE V - INDICADORES DE RENTABILIDADE

5.1. Margem Bruta

5.2. Margem Líquida ou Lucratividade

5.3. Giro do Ativo

5.4. Taxa de Retorno sobre o Ativo

5.5. Taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido

5.6. Integração: análise por índices complementada pelas análises Vertical e Horizontal

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**, 12^a. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8^a. ed. Ed. Atlas, SP, 2019.

MARTINS, Eliseu. DINIZ, Josedilton Alves. MIRANDA, Gilberto José. **Análise Avançada das Demonstrações Contábeis. Uma Abordagem Crítica**. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MATARAZZO Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. 2^a. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Aline e LAFFIN, Nathália Helena Fernandes. **Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2018.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Análise das Demonstrações Contábeis em IFRS e CPC**. São Paulo: Atlas, 2019.

LINS, Luiz dos Santos e FILHO, José Franciso. **Fundamentos e Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil**. 11^a ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luis e BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3^a ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.



Curso: Ciências Contábeis

Nome do Componente Curricular:

Prática Trabalhista e Seguridade Social

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas/0 Práticas

Etapa: 4

Ementa:

Compreensão prática das relações de emprego, de um contrato de trabalho e das possibilidades de terceirização de serviços. Elaboração dos documentos de controle da duração da jornada de trabalho, repouso semanal remunerado, férias, salário e remuneração. Caracterização prática do aviso prévio, da extinção do contrato de trabalho. Identificação dos dados necessários para anotar a CTPS, elaborar o contrato de trabalho e confeccionar o contracheque. Lei de cotas nas empresas. Inclusão da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida no mercado de trabalho. Análise das questões étnicas e raciais no contrato de trabalho. Introdução ao Direito Previdenciário.

Objetivo:

Ao final do curso o aluno deverá reconhecer as principais relações de trabalho, de forma a perceber as peculiaridades práticas e jurídicas de cada uma. Deverá, do mesmo modo, conhecer as classificações da seguridade social, no que tange aos segurados obrigatórios e a alguns benefícios.

Metodologia/Diretivas:

Aulas expositivas, leituras e discussões da bibliografia selecionada, a partir da qual o aluno desenvolverá resumos e resenhas, correlacionando conjunturas para estruturação do conhecimento e análise crítica, com várias sessões de estudos dirigidos; trabalhos em grupo e/ou individual.

Avaliação:

Atividade teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa. Seminário.

Conteúdo Programático:

Unidade	Conteúdo Programático
I	– DIREITO DO TRABALHO 1.1. Características gerais.
II	– COMPREENSÃO PRÁTICA DA FORMAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO. SUJEITOS 2.1. Empregado. 2.2. Empregador.



III	– ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO 3.1. Conceito. 3.2. Características. 3.3. Algumas espécies. 3.4. Contratos por prazo determinado e por prazo indeterminado. 3.5. Obrigações do empregador para a admissão de um empregado. 3.6. Anotação da CTPS, elaboração do contrato de trabalho nos moldes da CLT e confecção do contracheque.
IV	– ESTUDO DAS POSSIBILIDADES LEGAIS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS
V	– ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONTROLE DA DURAÇÃO DO TRABALHO 5.1. Jornada de trabalho. 5.2. Trabalho extraordinário. 5.3. Intervalo intrajornada. 5.4. Jornada noturna. 5.5. Hora extra noturna.
VI	– RSR E FERIADOS NA PRÁTICA DE UMA EMPRESA 6.1. Características. 6.2. Requisitos. 6.3. Trabalho em dia de repouso e feriado. 6.4. Remuneração do repouso semanal.
VII	– ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONTROLE DAS FÉRIAS 7.1. Conceito. 7.2. Natureza jurídica. 7.3. Período de férias. 7.4. Férias proporcionais. 7.5. Faltas no período aquisitivo. 7.6. Forma de pagamento. 7.7. Terço constitucional 7.8. Período de concessão. 7.9. Fracionamento. 7.10. Comunicação e época de pagamento. 7.11. Efeitos da cessação do contrato de trabalho.
VIII	– ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM PAGAMENTO DE SALÁRIO E REMUNERAÇÃO 8.1. Conceito. 8.2. Elementos do salário. 8.3. Forma de pagamento. 8.4. Salário-utilidade. 8.5. Gratificações. 8.6. Adicionais.
IX	– ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CONCESSÃO E CÁLCULO DO AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL AO TEMPO DE SERVIÇO 9.1. Conceito. 9.2. Prazo. 9.3. Efeitos. 9.4. Integração ao tempo de serviço.



	9.5. Base de cálculo.
X	- ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA FORMALIZAR A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 10.1. Verbas trabalhistas devidas. 10.2. Lei de cotas nas empresas. Inclusão da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida no mercado de trabalho. 10.3. Análise das questões étnicas e raciais no contrato de trabalho.
XI	- DIREITO PREVIDENCIÁRIO 11.1. Noções gerais e práticas. 11.2. Contribuições Previdenciárias. 11.3. Benefícios Previdenciários.

Bibliografia Básica:

- MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 31 ed. São Paulo: Atlas, 2015
- MARTINS, Sergio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 36 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. Rio de Janeiro: GEN/Editora Método, 2015. (livro eletrônico).

Bibliografia Complementar:

- GRAVATÁ, Isabelli [et al.]. **CLT Organizada**. 6 ed. São Paulo : LTr, 2015.
- CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; Neto, Francisco Ferreira Jorge. **Prática Jurídica Trabalhista**. 6 ed. São Paulo : Atlas, 2015.
- ALMEIDA, Amador Paes. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. 23 ed. São Paulo: Saraiva,
- DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 13 ed. São Paulo : LTr, 2013.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2011.



Curso: Ciências Contábeis

Nome do Componente Curricular:

Prática Processual Fiscal e Tributária

Carga Horária: 80 horas

Aulas Semanais:

4 Teóricas/0 Práticas

Etapa: 3

Ementa:

Estudo das normas gerais de tributação e do sistema tributário nacional. Definições de tributos em espécie, crédito tributário, lançamento, modalidades, formas de suspensividade da exigibilidade do crédito, da extinção e da exclusão do mesmo. Isenção tributária para pessoas com deficiência ou com doença grave. Processo administrativo fiscal e dívida ativa. Caracterização de ilícito tributário e responsabilidade dos agentes.

Objetivo:

Levar o aluno a conhecer as normas gerais e os conceitos fundamentais do Direito Tributário, analisando o Sistema Tributário Nacional e seus princípios. Deverá saber identificar os tributos por suas espécies. Deverá ser capaz de utilizar os conceitos no enquadramento e na solução de questões no âmbito tributário. Deverá demonstrar o aluno uma visão crítica sobre os temas propostos.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, retroprojetor, datashow e outros que, eventualmente possam ser úteis.

Avaliação:

Atividades teóricas em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa e seminários.

Conteúdo Programático:

Unidade	Conteúdo Programático
I	- NORMAS GERAIS DE TRIBUTAÇÃO 1.1. O Tributo na história. O Estado e sua atividade financeira. Finalidade da Tributação. 1.2. Noção de Tributo. Conceito legal de Tributo. 1.3. Competência e Capacidade Tributárias. 1.4. Sujeitos da Tributação e Fato Gerador. Responsabilidade Ativa e Solidária. Domicílio Tributário. 1.5. Obrigações Tributárias Principais e Acessórias. 1.6. Sucessão Tributária.
II	- SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL 2.1. A EC 18/65, o CTN e a Constituição de 1988.



	2.2. Limitações ao Poder de Tributar. 2.3. Princípios Constitucionais Regedores da Tributação. 2.4. Repartição Constitucional dos Tributos. 2.5. Imunidade Tributária.
III	– TRIBUTOS EM ESPÉCIE 3.1. Espécies Tributárias no Código Tributário Nacional. 3.2. Espécies Tributárias na Constituição Federal. 3.3. Classificação dos tributos. 3.4. Impostos. 3.5. Taxas. 3.6. Contribuições de Melhoria. 3.7. Empréstimos Compulsórios. 3.8. Contribuições Especiais (Sociais, Corporativas, Econômicas, Iluminação Pública).
IV	– CRÉDITO TRIBUTÁRIO 4.1. Obrigação Tributária. 4.2. Lançamento: Ato Administrativo. Ato Vinculado. 4.3. Modalidades de Lançamento: Ofício, Declaração e Homologação. 4.4. Lei Aplicável ao Lançamento. 4.5. Condições de alterabilidade do Lançamento. 4.6. Suspensividade da Exigibilidade do Crédito Tributário. 4.7. Extinção do Crédito Tributário. 4.8. Exclusão do Crédito Tributário: Isenção e Anistia 4.9. Cidadania Fiscal: Isenção tributária para pessoas com deficiência ou doença grave.
V	– PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL 5.1. Poderes das Autoridades Fiscais. 5.2. Procedimento de Fiscalização. 5.3. Sigilo Fiscal. 5.4. O Contencioso Administrativo Tributário. Auto de Infração e Notificação Fiscal de Lançamento de Débito. Prazos e Intimações. 5.5. Impugnações e Recursos no âmbito do Processo Fiscal. 5.6. O Depósito Integral do Débito e seus efeitos no Processo Fiscal Tributário. 5.7. Instâncias Julgadoras. Organograma e Competência. Legitimidade Processual Ativa. Conselhos de Contribuintes e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
VI	– DÍVIDA ATIVA 6.1. Natureza Jurídica. 6.2. O Ato Administrativo da Inscrição e seus efeitos. 6.3. Suspensão e Obtenção da CND. 6.4. A Certidão da Dívida Ativa e a Execução Fiscal.
VII	– ILÍCITO TRIBUTÁRIO 7.1. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário. Infrações Tributárias. 7.2. Sanção administrativa e penal. 7.3. Direito Penal Tributário. 7.4. A questão da responsabilidade penal. 7.5. Crime fiscal e prisão por dívida. 7.6. Crimes contra a ordem tributária. 7.7. Sanções pessoais e patrimoniais. 7.8. A Responsabilidade dos Agentes.



- | | |
|--|---|
| | 7.9. Extinção da punibilidade pelo pagamento.
7.10. Exclusão da punibilidade.
7.11. Prévio exaurimento da via administrativa. |
|--|---|

Bibliografia Básica:

- BALEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (livro eletrônico) <http://online.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502197008>
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 36 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

Bibliografia Complementar:

- AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Curso de Direito Tributário**. 14. ed. Saraiva: Rio de Janeiro, 2012. (livro eletrônico)
<http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502148819>
- SABBAG, Eduardo de Martins. **Manual de Direito Tributário**. 4. ed. Saraiva: São Paulo, 2012.
- TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Tributário**. 16. ed. Renovar: Rio de Janeiro, 2009.



Nome do Componente Curricular:
BIODIREITO E BIOÉTICA

Carga Horária: 40 horas
Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 10

Ementa:

Estudo sobre a necessidade de conferir às normas éticas ou morais um caráter de juridicidade através da criação de um novo campo do saber: o biodireito. Análise dos procedimentos terapêuticos oriundos da investigação científica na área da biomedicina com destaque para as relações médico-paciente, consentimento informado, autonomia, dignidade da pessoa humana, alteridade, manipulação genética, pesquisas científicas em seres humanos, clonagem humana e clonagem terapêutica, reprodução assistida, início da vida, eugenia, sexagem fetal, quimeras, doação e transplante de órgãos, ortotanásia, suicídio assistido, testamento vital, biotecnologia, alimentos transgênicos, patenteamento dos organismos geneticamente modificados e o transexual. Releitura dos direitos da personalidade. Discussão sobre o surgimento de uma nova construção do conceito de pessoa em face de uma realidade científica em constante transformação.

Objetivo:

Abordar temas relacionados a bioética notadamente procedimentos terapêuticos oriundos da investigação científica na área da biomedicina que vêm demandando regulamentação, positivação através de normas jurídicas.

Metodologia/Diretivas:

Exposição oral. Leitura e análise de legislação e jurisprudência. Análise do Direito Comparado. Aulas participativas, propiciando discussões e debates.

Avaliação:

Avaliação teórica em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de Caso e Jurisprudência.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I – Dos Direitos da personalidade

- 1.1. Conceito, evolução e características dos direitos da personalidade.
- 1.2. Teorias sobre o início da personalidade: quando começa a vida humana?
- 1.3. Correlação/distinção entre direitos da personalidade e os direitos fundamentais.
- 1.4. Direitos da Personalidade e o Novo Código Civil.
- 1.5. A proteção *post-mortem* da personalidade.

UNIDADE II – A dignidade da pessoa humana como cláusula geral de proteção

- 2.1. Princípios Constitucionais e Princípios Gerais de Direito.
- 2.2. A eficácia jurídica da dignidade da pessoa humana: conteúdo hermenêutico.
- 2.3. Noções de Bioética e Biodireito: um novo campo do saber?



UNIDADE III – Direitos Sexuais e Reprodutivos na perspectiva dos Direitos Fundamentais

- 3.1. Bioética e Direitos Humanos.
- 3.2. O uso das novas tecnologias reprodutivas: fertilização *in vitro* e inseminação artificial.
- 3.3. HIV/Aids: o contexto da epidemia.
- 3.5. O campo da saúde coletiva.

UNIDADE IV – Questões Controvertidas

- 4.1. Atos de disposição do próprio corpo.
- 4.2. Transexualismo.
- 4.3. Aborto e Inviabilidade fetal: a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (nº 54) junto ao STF.
- 4.4. Pesquisas com células-tronco embrionárias e a ação de constitucionalidade da Lei de Biossegurança: o debate no STF.
- 4.5. Eutanásia: o direito de morrer com dignidade.
- 4.6. A maternidade de substituição.

Bibliografia Básica:

NAMBA, Edson Tetsuzo. **Manual de Bioética e de Biodireito.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MALUF, Adriana do Rego Freitas Dabus. **Curso de Bioética e Biodireito.** 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson Ricardo (Org.). **Bioética e Direitos Fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2014.

DINIZ, Maria H. **O estado atual do biodireito.** São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598551/>.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Marcia Santana. **Bioética, Medicina e Direito da Propriedade Intelectual.** São Paulo: Saraiva, 2012.

MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa; FUJITA, Jorge Shiguemitsu; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabu; CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley (Coordenadores.). **Novos Desafios do Biodireito.** São Paulo: LTR, 2012.

SCALQUETTE, Ana Claudia S. **Estatuto de Reprodução Assistida.** São Paulo: Saraiva, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.



Carga Horária: 40 horas

Nome do Componente Curricular:
MEDICINA LEGAL

Aulas Semanais:
2 Teóricas
Etapa: 9

Ementa:

Generalidades. Noções Técnicas Identidade. Identificação e seus processos. Os agentes lesivos e seus efeitos. Noções de Infortunísitica. Sexologia Forense. Noções de Psicopatologia Forense.

Objetivo:

Ministrar aos alunos o ensino teórico do curso de graduação, propiciando-o conquistar a capacidade de acompanhar uma discussão, entender o ponto de vista do outro e expandir a sua compreensão de forma mais abrangente. Permitir o aluno identificar e definir as principais questões periciais.

Metodologia/Diretivas:

As aulas serão expositivas e críticas, incluindo leituras, debates e seminários referentes aos autores e as obras jurídicas. Os alunos deverão desenvolver resumos e resenhas, correlacionando conjunturas de conhecimento e análise crítica. Os recursos a serem utilizados, durante as aulas serão quadro branco, *datashow* e outros eventualmente úteis.

Avaliação:

Atividades teóricas em forma de provas discursivas acerca do conteúdo ministrado, provocando a reflexão crítica do aluno a respeito dos temas abordados. Estudo de casos e Jurisprudência. Apresentação de trabalhos de pesquisa e seminários.

Conteúdo Programático:

UNIDADE I - INTRODUÇÃO À MEDICINA LEGAL

- 1.1. Medicina Legal: conceito, definição, sinonímia e sua relação com as demais ciências médicas e jurídicas
- 1.2. História e classificação/ divisão
- 1.3. Importância do estatuto: metodologia de ensino e sua situação atual perspectiva.
- 1.4. Perícias e peritos: valor da prova, exames para juizados especiais

UNIDADE II - ANTROPOLOGIA FORENSE

- 2.1. Identidade e processos de identificação: processos utilizados no vivo, no morto e no esqueleto.
- 2.2. Identificação médico legal: espécie, raça, sexo, idade, estatura, sinais individuais.
- 2.3. Impressão digital genética do DNA e identificação pelo registro da voz.



2.4. Técnicas de identificação e a identificação judiciária criminal no ordenamento jurídico brasileiro

UNIDADE III – TRAUMATOLOGIA FORENSE

- 3.1. Conceito; importância e instrumentos traumáticos
- 3.2. Energia mecânica e mecanismo de ação
- 3.3. Ações perfurantes; cortante e contundente
- 3.4. Ações pérfurado-cortante, pérfurado-contundente e corto-contundente
- 3.5. Energia térmica: queimadura, termonese, eletricidade e vitriolagem
- 3.6. Energia físico-química: asfixiologia forense

UNIDADE IV - INFORTUNÍSTICA

- 4.1. Conceito e nexo de causalidade
- 4.2. Aspectos médico - legais da Lei 6367 de 24 de dezembro de 1976

UNIDADE V – TANATOLOGIA FORENSE

- 5.1. Conceito; divisão; importância e tipos de morte
- 5.2. Fenômenos cadavéricos e crontanatagnose

UNIDADE VI – SEXOLOGIA FORENSE

- 6.1. Himenologia; atos libidinosos e crimes contra os costumes, aspectos médico-legal do casamento
- 6.2. Perversões sexuais
- 6.3. Gravidez; aborto; parto e estudo médico legal do aborto.
- 6.4. Investigação de paternidade e himenologia

UNIDADE VII - PSICOPATOLOGIA FORENSE

- 7.1. Responsabilidade penal e capacidade civil
- 7.2. Etilismo e lei anti-tóxico

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Legislação penal especial**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624597/>.

FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina legal* – 11. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. E-book. Disponível em:

[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527732284/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idr%3Dcover\]!4/2/2%4051:1](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527732284/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idr%3Dcover]!4/2/2%4051:1)

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2023. E-book. Disponível em:
[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idr%3Dhtml1\]!4/2/2%4051:2](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idr%3Dhtml1]!4/2/2%4051:2)



Bibliografia Complementar:

CROCE, Delton. **Manual de Medicina Legal**. 8 ed. - São Paulo: Saraiva, 2012. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502149533/pageid/0>

BITENCOURT, Cesar R. **Código penal comentado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615704/>.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770700/>.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.
Disponível em:
[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626355/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover\]!/4/2/2%4050:77](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626355/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4050:77)

UCHÔA, André Luís Alves. **Medicina legal decifrada**. coordenação Cláudia Barros Portocarrero, Filipe Ávila, Rogério Greco. - [3. ed.]. - Rio de Janeiro : Método, 2023. E-book.
Disponível em:
[https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646340/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1\]!/4/2/2%4051:2](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646340/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1]!/4/2/2%4051:2)